



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE
DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

“UM PALACETE ASSOBRADADO”:
DA RECONSTRUÇÃO DO LAR
(MATERIALMENTE) À RECONSTRUÇÃO DA
IDEIA DE “LAR” EM UMA OCUPAÇÃO DE SEM-
TETO NO RIO DE JANEIRO

Marianna Fernandes Moreira

Orientador:
Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro, julho de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ESPACIAL

“UM PALACETE ASSOBRADADO”:
DA RECONSTRUÇÃO DO LAR (MATERIALMENTE) À
RECONSTRUÇÃO DA IDEIA DE “LAR” EM UMA OCUPAÇÃO DE
SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO

MARIANNA FERNANDES MOREIRA

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Rio de Janeiro

2011

Marianna Fernandes Moreira

**“UM PALACETE ASSOBRADADO”:
DA RECONSTRUÇÃO DO LAR (MATERIALMENTE) À RECONSTRUÇÃO DA
IDEIA DE “LAR” EM UMA OCUPAÇÃO DE SEM-TETO NO RIO DE JANEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza

Aprovada em ____/____/____

Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza (Orientador)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Silva (Membro)
(PPGG / UEPG)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Lima Daou (Membro)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

Prof^a. Dr^a. Adriana de Resende Barreto Vianna (Suplente)
(PPGAS / UFRJ)

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa (Suplente)
(PPGG / IGEO / UFRJ)

**Para as guerreiras da Quilombo,
A vocês, todo meu carinho e admiração.**

AGRADECIMENTOS

Confesso que tenho muita dificuldade em escrever os agradecimentos de um trabalho que, por mais que oficialmente tenha sido feito em dois anos e meio, foi, na verdade, construído durante vários anos. Sinto-me incapaz de traduzir em palavras, principalmente em algumas linhas, a importância de todos os que serão citados abaixo. Tenho certeza que esquecerei de muitos, e por isso peço desculpas antecipadas. Agradeço então a todos que passaram por minha vida e deixaram em mim um pouquinho de si. Todos eles fizeram parte, de uma forma ou de outra, desta dissertação. Os elogios são nossos, as críticas todas minhas.

Começo agradecendo ao meu orientador Marcelo Lopes de Souza. Agradeço por minha formação acadêmica. Agradeço por todos os conselhos, críticas, sugestões, “puxões de orelha”, conversas e “brownies de chocolate” que foram essenciais para que eu aprendesse a construir meu caminho profissional. Agradeço pela sugestão do tema da dissertação. Sem saber ao certo onde iria chegar, sua intuição me ajudou a encontrar minha paixão. Agradeço também por ter me ajudado a elaborar o título da dissertação. Adorei!

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, agradeço a todos os professores e aos funcionários da secretaria e da biblioteca. Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio financeiro que possibilitou a pesquisa. Um agradecimento especial para os professores Roberto Lobato Corrêa e Adriana Vianna, pelos cursos que fiz no período do mestrado e pelos conselhos e sugestões que me foram de extrema valia.

Agradeço aos amigos do NuPeD e fora dele, Amanda, Glauco, Tatiana, Eduardo T., Eduardo R., Katerine, Matheus, Francine, Rafael e Zilio, por todo carinho e ajuda que vocês me deram ao longo desse tempo. Matheus: Amigo querido! Muito obrigada pela ajuda nas ilustrações, você é 10!

Aos amigos de faculdade: Vitor Alves, Geórgia, Deborah, Tomás, Vitor King, Marx, e toda a turma do mestrado de 2009, que ajudaram, de uma forma ou de outra, na minha formação.

Aos meus pais, Maria de Fátima, Francisco, Ana Lúcia e Guilherme, pelo carinho e apoio incondicional. Não são todos que tem a sorte de ser amado em dobro! Amo muito vocês! Agradeço também a todos os meus familiares, tios, tias, sogros,

avós, pela compreensão do afastamento temporário (e necessário!) causado por este trabalho. Sinto muito!

Aos meus irmãos, de sangue ou emprestados, Thiago, Ana Paula, Tiago, Daniel e Leandro, vocês representam muito do que há de bom em minha vida! Aos amigos-irmãos que se tornaram parte da família ao longo desses anos, Fernanda, Priscila, Raul, Renata, Manuela, Irene, Catatau, Marcelo. Quero ter vocês sempre perto!

Agradeço também ao meu companheiro de vida e luta Rafael Gonçalves de Almeida por toda a cumplicidade, paciência, carinho e dedicação. Pelas sugestões e revisões feitas de última hora, imprescindíveis para elaboração deste trabalho. São muitos anos juntos compartilhando os momentos doces e amargos: Realmente minha vida não seria completa sem você!

Aos amigos de militância: João Barbosa, Bezerra, Manuel, Gabi, Vladimir, Lúcia, Roberto, Maria, Leal, Cida, Carlos José, Chapolim, Rodrigo, Paula, Bruno, Dandara, Letícia, Eduardo, Deinha e muitos outros.

Aos amigos Glaucia, Elaine, Anginha, Luiza, Ratão, Thaís, Déborah, Pedro, Aninha, Matheus. Meus queridos, nossas conversas, regadas a cerveja ou não, me tornaram uma pessoa melhor! Minha força se nutre em vocês!

E por fim, mas não menos importante, agradeço aos moradores e moradoras da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Vocês são os protagonistas deste trabalho, mas também o são de grande parte da minha vida! Muito obrigada! Agradeço também às crianças guerreiras e adolescentes que trazem graça e aventura a minha vida: Brenda, Igor, Tiffany, Henrique, Bruninho, Vitória, Duda, Jéssica, Samara, Samuel, Tainá, Talysson, Tamara, Tauã, Theo, Fernando, Flávio, Thainara, Fábio, Gabriel, Matheus, Lucas, Rebeca, Rhuan, Heliagdo, Caio, Emily, Moisés, Mayara, Isaac, Levi, Lucas, Luiz Felipe, Luiz Felipe, Cleidyane, Creane. Crescemos muito juntos! Amo muito vocês! Agradeço especialmente as mulheres que me ensinaram que com garra e luta podemos “fazer acontecer”: Helena, Anginha, Iraci, Isa, Léia, Nilde, Teresa, Damiana, Cida, Janine, Chris, Vanessa, Cleonice, Gina, Consuelo. Este trabalho também é de vocês!

RESUMO

As experiências recentes de movimentos sociais latinoamericanos se diferenciam por se vincularem de forma especial à *cotidianidade* e à *esfera das relações de reprodução social* e pelas maneiras com que organizam as relações de poder internas. Os movimentos que se sustentam em fidelidades tecidas por vínculos afetivos e relações sociais de caráter comunitário terminam por permear os espaços privados e o convívio familiar. Nesse sentido, a dimensão do compartilhamento cotidiano e, por conseguinte, os *loci* das relações familiares e de vizinhança ganham especial relevância para o presente trabalho. Este tem como foco, mais especificamente, uma ocupação de sem-teto denominada *Ocupação Quilombo das Guerreiras*. Esta ocupação (porém não apenas ela) se organiza internamente com reduzidos traços de hierarquia: não possuem qualquer tipo de instituição de “poder explícito” *separada* da coletividade de seus moradores. Busca-se aqui analisar, a partir de seu modelo de organização política interna, o papel fundamental que o recorte espacial do *oikos* (da esfera privada) assume nos processos políticos formais e informais. Espera-se, dessa forma, contribuir para a valorização da *espacialidade cotidiana* e do papel dos *espaços privados* nos estudos a respeito dos movimentos sociais, vendo tais características como fundamentais tanto para uma melhor elucidação desse tipo de ação social, quanto para uma maior capacidade de cooperação junto às experiências de mobilização popular. Contudo, trata-se, também, de um estudo sobre as relações de gênero no movimento social em questão. Aqui, mais importante do que colocar a questão sobre o *que há de dissidente* nas relações de gênero e nas práticas cotidianas das ocupantes, seria questionar o *que há de feminino* nas práticas dissidentes encontradas na ocupação supracitada. Assim, ao invés de buscar um discurso feminista no movimento dos sem-teto, ou práticas espaciais que invertem posicionamentos de gênero (como a mulher chefe de família em oposição à dona de casa etc.), optamos por dedicar maior atenção aos discursos e práticas efetivamente produzidas e concretamente realizadas, não no sentido de buscar o ponto no qual as ocupantes se insurgem ou se resignam ao poder patriarcal da família mononuclear, mas para entender a forma como elas racionalizam e agem sobre uma materialidade dada.

Palavras-chave: Espacialidade cotidiana; relações de gênero; lar; Movimento dos sem-teto; espaço público; espaço privado

ABSTRACT

The experiences of Latin American social movements distinguish themselves by the particular way in which they relate to the *sphere of everyday life* and the *sphere of the relations of social reproduction*, and also by how they organize their internal power relations. The social movements that are sustained in loyalties woven by emotional ties and social relations of community permeate the private spaces and the family life. In this sense, this dissertation focuses on the sharing of everyday life and, therefore, the *loci* of family and neighborhood relations gain special relevance. The squatted building called *Ocupação Quilombo das Guerreiras* (our case study) is organized internally with small traces of hierarchy; however, it does not institute an “explicit power” that is separate from the community. We seek to analyze the central role that *oikos* (the private sphere) takes in the formal and informal political processes. The intention is to contribute to the understanding of everyday spatiality and the role of private spaces in the studies on social movements, seeing such features as a key for the elucidation of this type of social action, and also to enhance our ability to cooperate with the experiences of popular mobilization. Nevertheless, this is also a study of gender relations. Be that as it may, more important than asking the question of how the gender relations and the everyday practices of the female squatters are, would be to ask what is specifically “feminine” about the dissident practices found in their territory. Thus, instead of pursuing a feminist discourse in the *sem-teto* movement – or spatial practices that reverse gender positions, such as women who are heads of household as opposed to housewives etc. –, we chose to pay more attention to the discourses and practices which have been actually produced. Not in the sense of looking for the moment at which the female squatters stand up against or resign themselves to the patriarchal power of the nuclear family, but in order to understand how they rationalize about, react to and operate considering a given materiality (material space and life conditions, in general).

Keywords: spatiality of everyday life; gender relations; home; *sem-teto* movement; public space; private space.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. DESBRAVANDO O “OUTRO”: FAMÍLIA, MORADIA E A OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS	17
1.1 A construção inicial do objeto, a sua reconstrução e a metodologia: Minha inserção na Ocupação Quilombo das Guerreiras	17
1.2 O modelo da família conjugal: a adequação da moradia às relações sociais	31
1.2.1 As habitações coletivas do Centro: foco de doenças ou de contestação?	48
1.3 A história da Ocupação Quilombo das Guerreiras: Seu funcionamento interno e a construção do Coletivo	55
1.3.1 O funcionamento interno da Ocupação Quilombo das Guerreiras e sua espacialidade	59
1.3.2 O Coletivo: a construção de uma identidade	67
1.3.3 Apresentando os protagonistas: Quem são e de onde vêm?	83
2. A PRODUÇÃO E A RE-PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS	87
2.1 O modelo do “lar”: A topografia acompanha os costumes	87
2.2 A reinvenção dos espaços privados: a busca pelo “território íntimo”	98
2.3 A pluralidade dos espaços domésticos na Ocupação Quilombo das Guerreiras	107
2.3.1 Espaços privados com forte vocação pública	109
2.3.2 “Do meu quarto não abro mão”: a valorização do território íntimo	123
2.3.3 A fragmentação do espaço doméstico e a territorialização da intimidade... ..	133
2.3.4 Os apartamentos de um só cômodo.....	142
2.4 As diferentes configurações territoriais: As táticas espaciais para a constituição de um “território íntimo”	152

3. O PÚBLICO-PRIVADO E O PRIVADO-PÚBLICO	156
3.1 O público x o privado: As demarcações e as “áreas de sombra”	156
3.2 “Quando o mar invade a praia”: o apelo dos assuntos privados nas deliberações coletivas.....	163
3.2.1 A restrição do acesso: a controversa territorialidade das crianças.....	163
3.2.2 “Ele tem que domar os seus instintos”: a territorialização do comportamento.....	179
3.2 Espaços privados e espaços coletivos: A construção cotidiana do “lar” coletivo	188

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A DESCONSTRUÇÃO E A (RE)CONSTRUÇÃO DO “LAR” NA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS	191
--	------------

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1:</u> Mapa de localização das ocupações que pertencem à variante “por coletivo”	57
<u>Figura 2:</u> Croqui dos usos do espaço da Ocupação Quilombo das Guerreiras	63
<u>Figura 3:</u> Reestruturação e refuncionalização do espaço para fins de moradia (Antes e depois)	65
<u>Figura 4:</u> Espaço de produção e geração de renda	65
<u>Figura 5:</u> Sala de reunião, festas e eventos culturais (“Salão Verde”)	66
<u>Figura 6:</u> Sala da Biblioteca Gutemberg Gomes Alves	66
<u>Figura 7:</u> Croqui dos espaços privados (exemplo 1).....	120
<u>Figura 8, 9, 10 e 11:</u> Unidade de moradia (exemplo 1)	121
<u>Figura 12:</u> Croqui dos espaços privados (exemplo 2)	131
<u>Figura 13, 14, 15 e 16:</u> Unidade de moradia (exemplo 2).....	132
<u>Figura 17:</u> Croqui dos espaços privados (exemplo 3).....	138
<u>Figura 18, 19, 20 e 21:</u> Unidade de moradia (exemplo 3)	139
<u>Figura 22:</u> Croqui dos espaços privados (exemplo 4)	145
<u>Figura 23:</u> Croqui dos espaços privados (exemplo 5)	149
<u>Figura 24:</u> Esquema gráfico da configuração territorial dos espaços privados dos exemplos utilizados	154

Figura 25 e 26: Sala das crianças e de festas (“Salão Preto”).....166

Figura 27: Croqui do acesso das crianças e adolescentes aos diferentes espaços da Ocupação Quilombo das Guerreiras – 2008172

Figura 28: Croqui do acesso das crianças e adolescentes aos diferentes espaços da Ocupação Quilombo das Guerreiras – 2010173

SAUDOSA MALOCA

Adoniran Barbosa

*Si o senhor não está lembrado
 Dá licença de contá
 Que aqui onde agora está
 Esse edifício arto
 Era uma casa véia
 Um palacete assobradado
 Foi aqui seu moço
 Que eu, Mato Grosso e o Joca
 Construímos nossa maloca
 Mais, um dia
 Nem nós nem pode se alembrá
 Veio os homi cas ferramentas
 O dono mandô derrubá
 Peguemo todas nossas coisas
 E fumos pro meio da rua
 Aprecia a demolição
 Que tristeza que nós sentia
 Cada táuba que caía
 Duia no coração
 Mato Grosso quis gritá
 Mas em cima eu falei:
 Os homis tá cá razão
 Nós arranja outro lugar
 Só se conformemo quando o Joca falou:
 "Deus dá o frio conforme o cobertor"
 E hoje nós pega a páia nas grama do jardim
 E prá esquecê nós cantemos assim:
 Saudosa maloca, maloca querida,
 Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas
 Saudosa maloca, maloca querida,
 Dim dim donde nós passemos os dias feliz de nossas vidas.*

INTRODUÇÃO

“No caso da luta de gênero, ou mais especificamente, no feminismo, sucede o mesmo. Em uma das metrópoles surge uma concepção do que é, de seu caráter, de seu objetivo, de suas formas, de seu destino. Daí se exporta a pontos da periferia, que por sua vez, são centros de outras periferias. Este traslado não se dá sem os problemas e ‘engarrafamentos’ próprios das distintas geografias” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2008, p. 60).

“Nos primeiros meses posteriores ao início de nosso levante, um grupo de feministas (assim se autodenominaram) chegaram a algumas comunidades zapatistas. Não, não chegaram a perguntar, a escutar, a conhecer, a respeitar. Chegaram falando o que as mulheres zapatistas deviam fazer, chegaram para libertá-las da dominação dos machos zapatistas (...), a dizê-las quais eram seus direitos, a mandar portanto. Cotejaram quem consideravam as chefas (por certo, com métodos muito masculinos, diga-se de passagem). Através delas tentaram impor, de fora, na forma e conteúdo, uma luta de gênero que sequer se detiveram em averiguar se existia ou não e em que grau nas comunidades indígenas zapatistas. Nem sequer pararam para ver se as haviam escutado e entendido. Não, sua missão ‘libertadora’ estava cumprida. Voltaram a suas metrópoles, escreveram artigos para jornais e revistas, publicaram livros, viajaram com despesas pagas ao estrangeiro dando conferências, tiveram cargos governamentais, etc.” (SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS, 2008, p. 62 e 63).

As pesquisas que se ocupam dos movimentos sociais, como aponta Ribeiro (1991), partem de matrizes diversas. Algumas se ocupam do estudo da totalidade e dos processos de dominação; outras valorizam as forças sociais “em suas possibilidades reais e imediatas de alcance de visibilidade pública das necessidades coletivas” (RIBEIRO, 1991, p. 101). Contudo, afirma a autora, “os mecanismos econômicos e políticos da destruição e desqualificação da vida social estimulariam a emergência de resistências voltadas diretamente para a conquista de formas alternativas de existência coletiva” (Ibidem, p. 105). Assim, experiências recentes de movimentos sociais latinoamericanos, por exemplo, se diferenciam pelas maneiras com que organizam as relações de poder internas. Nesse sentido, a dimensão do compartilhamento cotidiano e, por conseguinte, os *loci* das relações familiares e de vizinhança ganham especial relevância. Por conseguinte, a escala que será ressaltada no presente trabalho é a dos *nanoterritórios* (SOUZA, 2006a), que configura uma escala ainda mais reduzida que a microlocal (que se refere costumeiramente à escala do bairro ou, quando muito, dos quarteirões). Nos *nanoterritórios*, “(...) as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença” (SOUZA, 2006a, p.317).

Os movimentos que se sustentam em fidelidades tecidas por vínculos afetivos e relações sociais de caráter comunitário terminam por permear os espaços privados e o convívio familiar, como por exemplo, os movimentos de luta por moradia. O trabalho tem como foco, mais especificamente, uma ocupação sem-teto denominada Ocupação Quilombo das Guerreiras. Localizada em um imóvel de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro na Avenida Francisco Bicalho, 49 (próximo à Rodoviária Novo Rio – bairro Santo Cristo), trata-se de uma ocupação com aproximadamente 50 famílias e quase cinco anos de existência. Diferentemente de outras ocupações ligadas ao movimento dos sem-teto, esta ocupação (porém não apenas ela) se organiza internamente com reduzidos traços de hierarquia: não possuem qualquer tipo de instituição de poder explícito *separada* da coletividade de seus moradores. As deliberações a respeito da resolução de questões materiais-concretas, de tensões internas e, principalmente, a respeito dos rumos políticos da ocupação, são tomadas através das reuniões do Coletivo (nas quais todos os moradores têm livre acesso e igual direito de se colocar e argumentar, sendo o voto distribuído por unidade de moradia). Em seu modelo de organização política interna, o recorte espacial do *oikos* (da esfera privada) acaba tendo um papel fundamental para seus processos políticos formais e informais – o que será tratado nos capítulos seguintes. Contudo, trata-se, também, de um estudo sobre as relações de gênero no movimento social em questão.

Para além da famosa frase de Simone de Beauvoir “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Judith Butler (2003) destaca que não se sabe ao certo se nós chegamos a nos tornar mulher ou se “ser mulher” seria uma busca infundável (o *devir* mulher). Assim, segundo a autora, isso se aplicaria a todos os gêneros. Butler ressalta que a questão do *devir* nos apresenta múltiplas direções. O gênero seria, então, um campo de ambivalências. Os estereótipos são apenas imagens (ideias) de gêneros, porém são as relações sociais que acumuladas se tornam naturalizadas com o passar do tempo. Segundo a autora, seria importante descortinar o modo como as pessoas constroem socialmente o gênero. Assim, torna-se mister descrever o gênero como uma forma de fazê-lo atuar, produzir, crer, *devir*...

Guattari (1985) propõe que o *devir mulher* sirva de referência para outros tipos de devir (como o *devir criança*, *devir animal*), por não estarem tão longe do binarismo do poder fálico. O autor ressalta que não devemos confundir o *devir mulher* com a categoria “mulher”, assim como é compreendida dentro do casal e da família, pois ela só existe “num campo social particular que a define” (GUATTARI, 1985, p. 36). Por

outro lado, a organização cotidiana da dissidência busca sempre uma linha de fuga do *socius* repressivo, reorganiza relações micropolíticas (moleculares) a partir de questionamentos sobre os posicionamentos designados por processos molares, e, ao mesmo tempo, “a produção molar de subjetividade se acompanha necessariamente de uma negociação mínima de processos moleculares” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 151).

“A oposição homem/mulher serve para fundar a ordem social, antes das oposições de classe, de casta, etc. Inversamente, tudo o que quebra as normas, tudo o que rompe com a ordem social estabelecida, tem algo a ver com o homossexualismo ou com o devir animal, um devir mulher, etc. Toda a semiotização em ruptura implica uma sexualização da ruptura” (GUATTARI, 1985, p. 36).

Portanto, vale destacar que o propósito de construir uma teoria feminista não é por revanche ou denúncia, mas sim, um apelo ao fato de que há outras formas de apreender as relações sociais e, por conseguinte, o seu espaço. Além disso, não só a teoria feminista não precisa se restringir ao pensamento de “mulheres pesquisadoras”, como é extremamente importante que ela não o faça. Quando se critica uma forma de racionalidade branca, masculina, heterossexual, europeia; é devido ao fato de que esse foi o olhar hegemônico não só dentro da Geografia, mas no interior de outras ciências sociais também. Os estudos feministas, estudos sobre gênero, vão muito além de se estudar/analisar o que é ser “mulher” (ou “feminino”). Ora, o “homem” (o gênero masculino) também não é generificado? Também não se constitui como uma representação, uma construção social? Portanto, homens também se engajam em *devir mulher* na medida em que se desligam das disputas fálicas, inerentes a todas as formações de poder (GUATTARI, 1985).

Neste sentido, a teoria feminista tem muito mais a ver com uma teoria dissidente, desviante, do que propriamente com uma proposta centrada na mulher generificada. Além disso, a Geografia tem um papel muito importante neste aspecto. As intelectuais feministas pouco ou nada davam importância à questão espacial, talvez porque havia uma necessidade política de criar uma categoria única e coerente, como afirma Massey (1994). Porém, é fundamental chamar a atenção para novas formas de apreender o espaço que não estão de forma alguma separadas, desligadas ou desconectadas do lugar de onde se fala¹. Gill Valentine (1993) argumenta que a

¹ A temática sobre relações de gênero já não são novidade na literatura geográfica internacional, especificamente no mundo anglo-saxônico (MASSEY [1994], ROSE [1993], MCDOWELL [1999]). Embora a Geografia brasileira apresente resistências à utilização do conceito de gênero como ferramenta explicativa da produção do espaço, autores como SILVA [2005] e VELEDA DA SILVA [2000] são

habilidade para apropriar e dominar lugares e influenciar o uso dos espaços por outros grupos não é apenas produto da heteronormatividade, mas também de sua força expressa no espaço. Portanto o espaço compõe a realidade heteronormativa, podendo também, por outro lado, subvertê-la. Por esse motivo, segundo a autora, as análises geográficas devem superar a noção simplista da expressão material das paisagens e prestar atenção ao exercício das espacialidades sutis com grande potencial subversivo.

Embora se reconheça a importância da abordagem dos estudos feministas a partir da noção de patriarcado, esta pecou pelo alto grau de generalidade, tendo em conta a universalidade das relações que se estabelecem entre homens e mulheres, desconsiderando contextos históricos e espaciais. Além disso, essa abordagem reproduzia as mesmas leis gerais que impediam a expansão do campo de análise e reforçava a posição de vitimização das mulheres, o que dificultava muito as possibilidades de transformação social (SILVA, 2009).

Deste modo, penso que mais importante do que colocar a questão sobre o *que há de dissidente* nas relações de gênero e nas práticas cotidianas das ocupantes, seria fazer a questão inversa, ou seja, *o que há de feminino* nas práticas dissidentes encontradas na Ocupação Quilombo das Guerreiras? Assim, ao invés de buscar um discurso feminista no movimento dos sem-teto, ou práticas espaciais que invertem posicionamentos de gênero (como a mulher chefe de família em oposição à dona de casa etc.), optamos por dedicar maior atenção aos discursos e práticas efetivamente produzidas e concretamente realizadas, não no sentido de buscar o ponto no qual as ocupantes se insurgem ou se resignam ao poder patriarcal da família mononuclear, mas para entender a forma como elas racionalizam e agem sobre a materialidade dada, sem esquecer de que, como afirma Guattari, “as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares” (GUATTARI e ROLNIK, 2005, p. 149).

No primeiro capítulo, faremos uma breve discussão sobre como cheguei ao meu tema e como foram sendo elaboradas as questões em torno das quais o trabalho se desenvolveu. Muitas modificações e adaptações que foram feitas merecem ser mencionadas. Apesar deste trabalho não ser uma etnografia, este possui afinidades com o método etnográfico. Apenas me aproprio de alguns preceitos do método etnográfico, daquilo que me parece útil à análise. Com o auxílio de diversos autores, busco desmistificar a *família conjugal moderna*, e apresentá-la não como uma unidade

algumas das exceções que merecem ser mencionadas por seu pioneirismo e coragem, visto que abrem uma “trincheira” na Academia.

“natural” ou universal, mas sim, como construção histórica, correspondente a um contexto social específico. A família passa a ser entendida como núcleo fundador de pessoas emocionalmente estáveis, equilibradas e com boa saúde, ou como núcleo de pessoas doentes, desequilibradas e com possíveis desvios de comportamento. As famílias que se afastam da estrutura do modelo, são vistas como ‘desestruturadas’ ou ‘incompletas’ e, seus membros, vistos como desviantes.

A família é, portanto, um importante mecanismo de controle do Estado sobre os hábitos cotidianos da população. A vigilância da família abarca também a vigilância do lar. Assim, a aglomeração da população, possibilitada pelas habitações coletivas, é considerada insalubre, promíscua, e imprópria para educação da criança. A habitação coletiva e “inadequada” é, portanto, considerada o estopim da deteriorização dos bons costumes, e favorável às más influências. A habitação popular foi implementada para organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa viver nele e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos.

Como tratamos de um modelo que servirá de referência para a “normalização” da família, o contexto e a produção europeia ganham destaque, pois revelam aspectos da modernidade ocidental que remetem à transformação do valor social da família e seu *locus* de reprodução. Porém, ainda no primeiro capítulo, discorreremos um pouco sobre as especificidades das famílias populares brasileiras e sobre a realidade carioca.

Ainda neste primeiro capítulo abordarei o contexto específico da ocupação de sem-teto supracitada, e sua organização política *suis generis*, com objetivo de compreender as práticas espaciais que são construídas a partir deste modo específico de *habitar*. O estigma que as ocupações carregam de um lugar sujo, mal cheiroso, com pessoas acomodadas e suspeitas não é apenas um fator que desafia a reprodução do movimento social, mas é, também, algo que influencia diretamente a vida dos seus moradores. Para situar o leitor em relação ao objeto de estudo, farei um breve histórico da ocupação, explicitando o seu funcionamento interno e a construção cotidiana do Coletivo como uma identidade. Para finalizar este primeiro capítulo, traço algumas características sócio-espaciais das famílias dos moradores da ocupação supracitada com o auxílio de outras pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisas Sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD).

No segundo capítulo, o foco será voltado para a emergência e para a prática de uma nova concepção de moradia, possibilitada por um novo valor social atribuído à família, que apesar de parecer considerado indispensável à elaboração de sua identidade e sua realização pessoal, também possui sua história de construção social. Veremos, especificamente, como essa transformação social da família irá implicar uma separação mais rígida entre o espaço público e o espaço privado, e uma transformação do espaço interno da moradia, que acompanhará os novos costumes. A construção histórica e social do conceito de privado remete, portanto, à relação estabelecida entre o ser humano e o espaço em que habita. As habitações coletivas populares até hoje são encaradas como manifestações contemporâneas de um modo “atrasado” e “degenerado” de habitar, onde impera a promiscuidade e a incivilidade.

A nova concepção da moradia e do privado termina por influenciar diretamente os interiores das habitações. Os dispositivos espaciais são concebidos para favorecer a vida em família, dar mais liberdade para a expressão de si e para servir a uma nova concepção do corpo e do pudor.

Neste sentido, a transformação das relações de poder na sociedade incide, também, nas relações familiares, produzindo desejos intimamente ligados à privacidade. Deste modo, dentro do espaço doméstico, território da família, o indivíduo busca um espaço seu e demarca um território ainda mais privado, que delimita uma fronteira clara entre aquele que dele se apossa e nele guarda seus segredos, e aqueles cujo acesso é impedido. A partir da expressão *territoires de l'intimité* (territórios íntimos) ensaiada por Safarty-Garzon em seu livro, busco argumentar que o território íntimo é fruto da transformação das relações de poder no espaço doméstico, que, por sua vez, remetem às transformações que dizem respeito à revalorização da família.

Entretanto, o que apresentamos neste capítulo é que este desejo pelo “território íntimo” não se restringe às classes burguesas, ela se estende para as classes populares, que necessitam desenvolver suas próprias estratégias para adquirir seus espaços-tempo de privacidade. Os moradores de tais habitações também elaboram as suas próprias táticas e estratégias para constituir territórios íntimos. Assim, a partir de alguns casos exemplares, procuro identificar algumas práticas espaciais utilizadas para construção (ou pelo menos a tentativa de construção) de um território íntimo.

No último capítulo deste trabalho faço uma discussão introdutória sobre o significado do espaço público – partindo da Europa do século XIX, que passou por uma profunda transformação no espaço urbano que girou em torno de novas concepções

sobre o indivíduo e que demarcou novas fronteiras delimitando, de forma mais rígida, o que é público e o que é privado. Com o advento da vedação da vida privada e sua manifestação concreta, o *lar*, vê-se surgir um processo de um refinamento de formas de sociabilidade do convívio que marca tanto o espaço público quanto o privado. Essa discussão tem como objetivo as possíveis equiparações do espaço público (para os cidadãos de uma cidade) com os espaços coletivos para os moradores da ocupação. O intuito é demonstrar que o espaço coletivo pode exercer grande vitalidade pública, pois pertence à vida pública dos seus moradores.

As tensões observadas entre a esfera familiar (e a casa) e a organização coletiva dos moradores (os espaços coletivos), atuam na regulamentação dos comportamentos dos ocupantes e interferem, diretamente ou indiretamente, tanto nas relações intrafamiliares, quanto nas instâncias formais de deliberação. Os conflitos inter ou intrafamiliares possuem um papel importante na conformação das relações sociais estabelecidas dentro da ocupação, e originam grande parte dos conflitos que emergem no espaço de deliberação. Neste sentido, as práticas espaciais dos moradores da ocupação que é foco deste estudo apresentam fronteiras fluidas e nebulosas entre o privado e o público. Apresento dois casos exemplares: o primeiro caso remete aos problemas privados que dizem respeito à vigilância e controle das crianças e; no segundo, as questões íntimas relativas às condutas morais são discutidas.

CAPÍTULO 1

DESBRAVANDO O “OUTRO”: FAMÍLIA, MORADIA E A OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

1.1 A construção inicial do objeto, a sua reconstrução e a metodologia: Minha inserção na Ocupação Quilombo das Guerreiras

“Será sempre possível colocar um verniz cientificista nos estereótipos do senso comum.” (FONSECA, 1999, p. 69)

“Sem dúvida, haveria necessidade de outros métodos de leitura, inspirados na semiótica ou na psicanálise. Permanece a irredutível opacidade do objeto, desde o momento em que se pretende ir além de uma história social do privado e fazer uma história dos indivíduos, de suas representações e emoções, para além dos grupos e das famílias: história dos modos de agir, viver, sentir e amar, dos impulsos do coração e do corpo, do fantasma e do sonho; não só uma história balzaquiana das intrigas familiares, mas também uma história nervaliana do desejo, uma história proustiana e musical das intimidades.” (PERROT, 2009, p.12)

Antes de adentrarmos os espaços do prédio e de moradia, fazem-se necessárias algumas elucidações sobre o procedimento de pesquisa e sobre o caminho percorrido para que este trabalho fosse realizado. Dediquei-me a esta parte, não só para esclarecer ao leitor sobre como se deu o processo de construção do projeto de pesquisa e do meu “objeto”, mas também para que eu, durante esse exercício, consiga me situar melhor neste trabalho. Localizar os “sujeitos” da pesquisa, porém localizar a mim também.

O processo de pesquisa, análise e escrita se confunde e acaba por tornar-se inseparável do meu envolvimento com o movimento dos sem-teto e, principalmente, do meu envolvimento com as crianças e mães (pais, avós, tios...), a partir do projeto desenvolvido com as crianças e adolescentes da ocupação Quilombo das Guerreiras. Transformo em texto as informações por mim coletadas (inclusive através de experiências vivenciadas e trocadas) durante esses cinco anos, com maior destaque para os anos de 2010 e 2011.

Conheci a Ocupação Quilombo das Guerreiras no final do ano de 2006, ela tinha pouco tempo de existência. Não tinha a pretensão de tê-la como objeto de análise. O primeiro contato que tive foi através de militantes universitários. Tive contato com uma

organização do movimento estudantil, denominada “Derrubando Muros”, que protagonizava a busca de uma maior interação entre as universidades, e os estudantes universitários, e os movimentos populares, como o movimento dos sem-teto. No mesmo momento estava ingressando no Núcleo de Pesquisa sobre Desenvolvimento sócio-espacial (NuPeD). Apesar de estar estudando o déficit habitacional no município do Rio de Janeiro (o que terminaria sendo o tema do meu trabalho de final de curso), as ocupações de sem-teto estavam longe de ser o foco principal da temática por mim desenvolvida na época.

Fui aos poucos me inserindo no movimento dos sem-teto e convivendo cada vez mais com os moradores da Quilombo das Guerreiras. Comecei frequentando eventos políticos e festivos. Participei de muitos eventos do movimento junto aos colegas do Núcleo de Pesquisas Sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD). Éramos colaboradores e oferecíamos oficinas sobre temas de interesse dos moradores e ativistas, tais como: economia solidária, reforma urbana, regularização fundiária, entre outros. Também participei como militante em fóruns diversos, como o Fórum contra o Choque de Ordem ou o Reunindo Retalhos², atos de diversos tipos (Grito dos Excluídos, Natal *com* Teto, manifestações contra despejos e remoções,...), novos processos de ocupação, entre outras coisas. Contudo ainda havia a participação efetiva nas ocupações, participação em mutirões, festas, atividades culturais etc.

No ano de 2009 ingressei no Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG /UFRJ) e tinha como objetivo estudar as relações de gênero na ocupação supracitada. O fato de eu ser integrante do Apoio³ da ocupação, de participar de suas atividades, e estar na organização de outras, concedia-me o respeito e o carinho de alguns, porém não me dava acesso ao espaço doméstico, às suas vidas e, não abria-me a *casa* dos ocupantes. No ano de 2010, com o objetivo de consolidar um trabalho de base nas ocupações, comecei a participar de um projeto com as crianças, que já acontecia desde o primeiro ano da ocupação. O projeto vinha sendo desenvolvido por um grupo de estudantes

² O primeiro foi um fórum organizado por moradores de ocupações e outras comunidades que se reuniu durante pouco mais de um ano (2008-2009), que se propunha a atuar contra a política discriminatória do prefeito Eduardo Paes, apelidada de “Choque de Ordem” que, basicamente, perseguia trabalhadores informais e despejava moradores pobres do Centro com o intuito de viabilizar a sua “revitalização”. O segundo é uma frente ampliada de diferentes organizações, movimentos e ocupações que, predominantemente, se inspiram em ideais autogestionários e buscam articular suas práticas políticas.

³ O Apoio é um grupo formado por estudantes secundaristas e universitários, profissionais formados e demais simpatizantes do movimento dos sem-teto que atua, junto a este, tanto em atividades culturais, políticas e educativas, quanto no planejamento e execução da ação direta.

(secundaristas e universitários) que elaborava e conduzia atividades, semanalmente, com as crianças e adolescentes, com o objetivo de trabalhar temas relativos à cidade, às lutas sociais e à condição de moradores de uma ocupação de sem-teto. Não é raro as crianças esconderem o fato de morarem em uma ocupação de sem-teto, pois sentem vergonha de contar onde moram para os amigos, professores da escola e demais círculos sociais que não o da própria ocupação. O estigma que as ocupações carregam de um lugar sujo, mal cheiroso, com pessoas acomodadas e suspeitas não é apenas um fator que desafia a reprodução do movimento social, mas é, também, algo que influencia diretamente a vida dos seus moradores. Lembro-me, por exemplo, que em uma destas atividades, estava com os adolescentes na festa de aniversário de cinco anos da Ocupação Zumbi dos Palmares (participar de atividades de outras ocupações é muito importante para que eles se sintam pertencentes a um grupo, que não se sintam isolados), e fomos, eu e três adolescentes, no bar da esquina para comprar biscoitos. Ao chegarmos lá, para minha surpresa, encontramos Gerson⁴, de 16 anos, filho de Jurema, moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Ele estava com alguns amigos e nos cumprimentou de forma muito discreta, sem nem se levantar da cadeira. David, também com 16 anos – filho de Dagmar que, junto com o seu padrasto, também são moradores da Quilombo –, virou para mim e disse: “Desse aí eu não gosto. Todo metido. Não gosta de falar que mora em ocupação não. Viu que nem falou com a gente.”

Foi, então, através deste projeto infanto-juvenil que pude me aproximar, mais facilmente, dos moradores da ocupação. Fui passando lentamente do encontro e trocas limitados ao espaço coletivo para os dos espaços privados. Começando a fazer parte das discussões feitas entre membros da família. Como se eu tivesse passado “da sala para cozinha” (COMERFORD, 2003 p.17). Essas conversas em situações mais distantes dos espaços coletivos (institucionais) foram impondo as suas questões à pesquisa. Minha postura cada vez menos direcionada apenas aos assuntos “oficiais” da ocupação, e os contatos com pessoas não tão atuantes no movimento (principalmente externo) permitiu-me verificar uma modalidade de percepção de mim e de meu trabalho que eu não havia antes identificado com clareza. Minha presença ali permitiria (como de fato permitiu) a possibilidade de constituir uma relação mais próxima (e menos formal) de amizade e confiança.

⁴ Todos os nomes aqui utilizados são falsos. Optamos por utilizar pseudônimos para preservar a identidade dos moradores.

Todas essas novas circunstâncias foram também, aos poucos, permitindo perceber com mais nitidez as tensões existentes na ocupação, que começavam a ser percebidas nos cochichos existentes nos espaços coletivos. Fui dando importância a essa percepção da conflitividade cotidiana à medida que ela era confirmada e ampliada por conversas e entrevistas mais direcionadas para esses aspectos e efetivamente vivenciadas ao longo da permanência na ocupação. Passei a me interessar pelo conjunto de expressões de antagonismo, das mais cotidianas discussões entre vizinhos ou familiares até brigas entre casais, em festas, nas assembleias de moradores, e assim por diante. A importância dos conflitos concebidos como pertinentes à esfera das relações familiares e vicinais apareceu com especial nitidez.

A experiência de quase cinco anos como Apoio da ocupação Quilombo das Guerreiras me proporcionou a observação cotidiana e detalhada dos costumes e acontecimentos no espaço da ocupação, e um contato mais próximo com os moradores. A partir do convívio, pude perceber a complexidade dos temas privados. A dificuldade de

“conhecer algo além da face externa e publicada vida privada; a impossibilidade de chegar do outro lado do espelho. Nesse âmbito, o dizível fabrica o indizível, a luz cria a sombra. O não-dito, o desconhecido, o incognoscível – e a consciência trágica que temos disso – avançam no ritmo do saber que cava sob nossos pés mistérios insondáveis.” (PERROT, 2009, p.12)

A crescente aproximação com a referida ocupação e a militância cotidiana, rendeu-me acesso a informações que, juntamente com outros colegas de pesquisa, resultaram em trabalhos sobre o movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro e a ocupação Quilombo das Guerreiras⁵. Porém, tais trabalhos anteriores nunca tinham se focado na análise do espaço doméstico e nas relações das quais são palco. Uma coisa é “fuxicar” coisas que dizem respeito à forma coletiva de organização. Isso já não lhes causa surpresa. Porém, adentrar suas casas, falar de suas famílias, de seus filhos, de seu espaço íntimo e privado, não é a mesma coisa. Existe uma barreira invisível (que vai muito além da simples barreira visível: a porta) que me impede de penetrar – não só espaços, mas as relações da vida privada – com a mesma desenvoltura, tranquilidade, despojamento que é possível ter nos espaços coletivos/comuns. Não queria invadir suas casas e sua intimidade, queria ser convidada. Você tem que se sentir querido, você tem que se fazer querido e, por isso, se fazer presente. É preciso tornar-se íntimo para

⁵ Cf. ALMEIDA e al., 2009; MOREIRA e al. 2009; MOREIRA, 2010

penetrar a privacidade do *lar*. Como uma moradora me falou um dia em sua casa, sobre o fato de eu estar lá falando de seus filhos: “Você está aqui, porque eu deixei, mas é importante que você saiba disso, você tem que fazer parte disso...”.

Por acreditar que os protagonistas de minha pesquisa também são produtores de cultura e conhecimento, tive que vivenciar suas práticas e experiências concretas. Teria que deixar de lado todos os pré-supostos que trazia na bagagem, e que forneciam respostas “prontas” à questão sobre as relações entre e intrafamiliares dentro da ocupação. Não há como fazer isso sem desconstruir suas concepções de mundo, de família e de moradia. Para isso, é necessário nos desprendermos da tradição metodológica de análise a partir de um “olhar distanciado” que, apesar de ser imprescindível para nos ajudar a ter uma “noção de conjunto”, não deve ser trabalhada de forma excludente (SOUZA, 2006b).

“[A] solução, por conseguinte, não consiste em substituir meramente o ‘olhar de longe’ pelo ‘mergulho cotidiano’, mas sim em *combinar as escalas* (de análise e de ação) de modo a não abrir mão de nenhuma, nem mesmo da dos ‘nanoterritórios’ e dos pequeníssimos lugares quotidianos, tanto quanto *combinar os olhares* – o de perto e o de longe; aquele que permite ‘colocar-se de fora’ (e à distância) com aquele que exige ‘estar dentro’.” (SOUZA, 2006b: 111; grifos e aspas do autor).

SOUZA (2006b), inspirado em Merleau-Ponty (“*pensée de survol*”), vai denominar esta tendência de “visão de sobrevoos”. Tendência essa que limita a análise “[d]as sociedades e [de] seus espaços quase sempre ‘do alto’ e ‘de longe’, como que em uma perspectiva de ‘vôo de pássaro’ ou, no caso de fenômenos representáveis por meio de escalas cartográficas muito pequenas [...], com um distanciamento ainda maior” (ibidem, 2006b, p.102). O que acaba por depreciar uma dimensão extremamente importante da produção do espaço, ignorando outros protagonistas entre os agentes modeladores que não apenas o aparelho de Estado, além de menosprezar a riqueza das disputas simbólicas e imaginárias que também constituem a produção espacial (SOUZA, 2006b e 2008).

Compreendemos o espaço como, simultaneamente, um produto e um condicionador das relações sociais, sendo que, de forma alguma, esta relação se estabelece de forma determinista. Neste sentido, para compreendermos as relações sociais, será necessário debruçar-nos sobre a organização espacial (não apenas do substrato espacial, mas também dos territórios e das “imagens do lugar”) (SOUZA, 2009c, p. 5). É nesse sentido que buscamos fazer nossa análise a partir da escala do

cotidiano, no âmbito de “nanoterritórios” (SOUZA, 2006a) e estudar as relações de poder que se exercem quotidianamente. Portanto, não acreditamos que seja possível analisarmos a forma como as moradoras da ocupação (re[s])significam os espaços “sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação” (SOUZA, 2006c: 110)

O foco de minha análise seria, por conseguinte, as “práticas cotidianas criativas”. De Certeau (2008 [1996]) entende essas práticas como "operações multiformes e fragmentárias, desprovidas de ideologias ou de instituições próprias", mas que seguem, ainda assim, regras. Supõe-se que "deve haver uma lógica dessas práticas", uma "formalidade complexa que pode dar conta das operações" diversas (DE CERTEAU, 2008 [1996], p.42). Contudo, esta lógica tem pouco a ver com a noção habitual de regras jurídicas, muito menos se reduz às resistências ou até mesmo aos dispositivos foucauldianos que "vampirizam os aparatos usuais de poder" (ibidem). De Certeau enfatiza procedimentos técnicos minúsculos e clandestinos, mas, ao invés de dissecar a "tecnologia disciplinar", a exemplo de Foucault, elege "as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos (...) nas redes da vigilância" Em outras palavras, sem negar a influência da cultura hegemônica, De Certeau nos lembra que existem dinâmicas culturais, nascidas no *sens pratique* da vida cotidiana, dignas de estudo. “Essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (DE CERTEAU, 2008, [1996] p.41).

Claudia Fonseca (1999), antropóloga, evidencia que o fato de que as pessoas que vivem sob a pressão das mesmas forças estruturais, não compartilham, necessariamente, os mesmos valores e crenças.

“Pressupor de antemão essa semelhança com o universo simbólico do pesquisador é facilitar a violência simbólica exercida pelas classes dominantes. A abertura da antropologia para a possibilidade (e não o fato) de “outras lógicas”, de outras dinâmicas culturais, serve como arma contra a massificação e, em alguns casos (onde o método acerta seu alvo), pode transformar um diálogo de surdos em comunicação.” (FONSECA, 1999, p. 65).

Entretanto a autora reforça que

“a análise antropológica não se limita a esta dimensão intersubjetiva da pesquisa. Através desse método, em geral tecem-se conclusões também

quanto aos “nativos”: seu modo de vida, suas formas de organização social, seus valores familiares, suas crenças religiosas, atitudes políticas etc. Entre a experiência de campo e estas conclusões, há uma série de etapas que são descritas pouco ou *pas du tout* nas discussões metodológicas.” (FONSECA, 1999, p. 65)

Precisei procurar dialogar e interagir com autores que trabalhavam mais intimamente com a escala do indivíduo e suas microrelações: relações familiares, de parentesco e de vizinhança. Para compreender como o espaço e a organização político-espacial interferem nestas relações, e o seu reverso também, precisei mergulhar nelas, compreendê-las, apreendê-las no seu momento mais vulnerável. Descobrir o quanto esse ente coletivo influencia as vidas dos moradores e o quanto ele move essas relações. O espaço da casa, o espaço doméstico e privado é o espaço do “cochicho”, da conspiração, da fofoca. Mas também é o espaço da reunião diária e da troca de favores.

Neste sentido, a aproximação da metodologia da presente pesquisa com o método etnográfico foi praticamente inevitável. O uso das narrativas será útil para compreendermos as praticas espaciais cotidianas dessas mulheres, a partir dessa vivência em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro. Portanto, é a dimensão espacial dos relatos das moradoras que, de fato, nos interessam. Digo que possuí afinidades com o método antropológico, porque não tenho a pretensão de fazer uma etnografia. Apenas me aproprio de alguns preceitos do método etnográfico, daquilo que me parece útil à análise.

Uma primeira coisa que vale mencionar, que apreendi a partir dos relatos etnográficos que li, é que o antropólogo trabalha com a premissa de que o processo comunicativo não se estabelece com tanta facilidade. Em muitos casos, pela diferença de faixa etária, classe, grupo étnico, sexo ou outro fator, existe uma diferença significativa entre os dois universos simbólicos do pesquisador e dos pesquisados que podem dificultar o diálogo. (FONSECA, 1999)

“[A] antropologia procura criar dúvidas, levantando hipóteses sobre os hiatos e assimetrias que existem entre nossa maneira de ver as coisas e a dos outros.” (FONSECA, 1999, p. 59).

Claudia Fonseca (1999) fornece alguns parâmetros importantes para que pesquisadores de outras áreas possam dialogar com a etnografia sem perder rigor. Para a autora, o método etnográfico se daria a partir do encontro entre o individualismo metodológico (que, nos casos mais extremos, pode tender à sacralização do indivíduo) e

a perspectiva sociológica (que, em alguns casos, pode desembocar na reificação do social).

“Por causa do valor central do indivíduo em nossa sociedade, espelhado em toda uma corrente de pensamento científico (o individualismo metodológico), existe, entre nossos estudantes, uma forte tendência a isolar o indivíduo de seu grupo social” (FONSECA, 1999, p. 60).

Outra importante preocupação assinalada pela autora se refere aos instrumentos utilizados para tentar apreender e compreender a realidade. Para o trabalho interpretativo, Fonseca (1999) diz ser necessário conhecer profundamente a sociedade que se pretende estudar — os padrões residenciais e normas de herança até as atitudes corporais e os critérios estéticos e morais.

“É no intuito de descobrir a relação sistêmica entre os diferentes elementos da vida social que os etnógrafos abraçam a observação participante — para tentar dar conta da totalidade do sistema. Acreditam que é através desse prisma que a experiência pessoal de cada indivíduo assume um sentido” (FONSECA, 1999, p. 63).

A observação participante é entendida por Gil (2006 [1987], p. 107) como uma estratégia que “(...) consiste na participação real do observador na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada”, buscando “(...) descrever as complexidades encontradas na situação, com um mínimo de teorização *a priori*” (KIDDER, 1987b: 111). Aaron Cicourel complementa, apontando a observação participante como

“(...) um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por este contexto.” (CICOUREL, 1975, p. 89)

Para Fonseca, quando dispensamos, ao fazer etnografia, o uso da observação participante junto ao grupo social, acabamos por fazer uso apenas da entrevista – técnica muitas vezes empregada em um lugar isolado, com um informante de cada vez, cortada do “fluxo contínuo da vida cotidiana” –, o que dificultaria, se esse fosse o caso, captar a dimensão social da emoção. “Neste tipo de pesquisa, o peso todo está no discurso verbal do entrevistado. Não vemos, assim, as inevitáveis (e nada repreensíveis) discrepâncias entre discurso e prática.”

“Perguntando ‘o que você faz’ ou ‘o que você acha’, recebemos respostas interessantes, que refletem uma dimensão idealizada da sociedade. Mas não temos como comparar este com outros tipos de fala: com a fofoca da avó sobre uma neta grávida, com as desculpas do adolescente que chega tarde da escola, com as piadas grosseiras que os adultos contam depois da janta... Estes discursos também revelam algo sobre os valores do grupo assim como os múltiplos atos do cotidiano: o estilo da decoração, o padrão de compras, a escolha de uma estação de rádio, o arranjo de camas... A abordagem etnográfica exige uma atenção especial a essas outras linguagens que técnicas de entrevista têm mais dificuldade em alcançar.” (FONSECA, 1999, p. 64).

Como o meu enfoque se dá precisamente a partir do estudo da espacialidade das relações sociais observadas, a ressalva da referida autora não poderia ser mais pertinente. A entrevista destaca o discurso do espaço no qual ele é construído. Há sempre uma preocupação com a qualidade da gravação e, portanto, quanto mais isolado o espaço da entrevista, melhor. Contudo, o discurso revela apenas uma parte das práticas espaciais dos indivíduos, sendo a observação direta do cotidiano um fator importante para que o pesquisador aborde elementos da espacialidade das práticas cotidianas que não são abordados na entrevista, e mesmo aqueles que sequer se manifestam conscientemente pelo morador. O olhar do pesquisador sobre as práticas cotidianas, olhar analítico e detalhista, desvenda elementos sutis, porém pertinentes para pesquisa que, para qualquer outro, não passaria de um mero detalhe trivial. Assim, tentamos, ao máximo, nos apropriar de dados a partir de outras formas de fala e comunicação. Comecei a participar das atividades com um olhar específico, a procura de informações. Para isso, utilizei-me da observação participante como método principal da coleta de dados.

Contudo, faz-se mister ressaltar que, o uso das entrevistas foi de grande importância para a concretização deste trabalho. Utilizei o momento das entrevistas para conseguir um tempo a sós com as mulheres que entrevistei. Ao explicar que o que estava fazendo era parte do meu trabalho, conseguia um tempo sem que as crianças acionassem a atenção de suas mães com tanta frequência, pois acreditavam que, me ajudando a acabar mais rápido a entrevista e, por conseguinte, desafogando a minha agenda, poderiam conseguir uma maior porção do meu tempo dedicada a elas. O espaço-tempo da entrevista era o momento em que me contavam suas histórias de vida, da infância, suas trajetórias, mas também, em que eu as explicava o porquê estava interessada em tantos aspectos íntimos de suas vidas. Foram feitas diversas entrevistas ao longo desses anos com cerca de dez mulheres diferentes das ocupações (principalmente a ocupação escolhida como estudo de caso) e a partir destas, juntamente

com a observação participante, pude selecionar alguns casos exemplares que caracterizavam as práticas espaciais que estavam sendo estudadas. As *entrevistas parcialmente estruturadas* foram as mais adequadas para a presente pesquisa. Neste tipo de entrevista,

“se apropriadamente empregada, ajuda a levantar aspectos afetivos e valorativos das respostas dos entrevistados e a determinar o significado pessoal de suas atitudes. [...] também pode eliciar os contextos sociais de crenças e sentimentos. Este tipo de entrevista atinge seus propósitos à medida que as respostas dos entrevistados são espontâneas e não forçadas, altamente específica e concretas, ao invés de difusas e gerais, sendo pessoais e auto-reveladoras, ao invés de superficiais” (KIDDER, 1987a: 41).

Cláudia Fonseca (1999, p. 66) ainda nos oferece, “para viabilizar essa passagem entre a experiência de campo e as interpretações analíticas”, um desdobramento do “método etnográfico” em cinco etapas: 1. Estranhamento (de algum acontecimento no campo); 2. Esquematização (dos dados empíricos); 3. Desconstrução (dos estereótipos preconcebidos); 4. Comparação (com exemplos análogos tirados da literatura antropológica) e 5. Sistematização do material em modelos alternativos.

Todos foram, de alguma forma, incorporados à pesquisa, porém não em igual importância, muito menos de forma linear. Não poderia separá-los em etapas, porém o faço aqui, a partir da divisão da autora, para explicitar de maneira mais didática a trajetória desta pesquisa. O *estranhamento* foi um passo importante, e foi graças a esse estranhamento que pude vivenciar a *desconstrução* dos estereótipos por mim pré-concebidos. O valor dado à família, à relação de pais e filhos, aos *modos de habitar* o prédio, à organização das *casas*, ao uso dos corredores e escadas, à participação nas assembleias, nos mutirões de trabalho, - tudo isso foi muito importante para que eu tentasse compreender o sentido de suas práticas. Lembro-me como me causou incômodo ver as crianças andando despidas pelos salões coletivos, sem supervisão. Como elas eram independentes! Como se apropriavam de sua condição de crianças para conseguir o que necessitavam e o que queriam por mim: água, comida, banho, soneca, doces, afagos... E como eram extrovertidas! Lembro-me uma vez – em uma reunião do Apoio com o Coletivo da Guerreiro Urbano⁶ que acontecia no espaço da Quilombo das Guerreiras – uma menina de dois anos e meio parou no meio de uma roda com dezenas

⁶ No primeiro semestre de 2010 outro processo de ocupação foi iniciado. As reuniões, primeiramente, aconteciam na ocupação Chiquinha Gonzaga e depois na Ocupação Quilombo das guerreiras. Após duas tentativas mal sucedidas, dois despejos, o Coletivo dos futuros moradores, intitulado “Coletivo Guerreiro Urbano”, continua a se reunir para pensar futuras estratégias.

de adultos para perguntar o nome de uma pessoa que participava da reunião. Fiquei impressionada com sua desenvoltura, ela tão pequenina no meio da roda dos adultos e tão à vontade de se colocar, apenas para saciar sua curiosidade.

Entretanto, foi neste momento que precisei desconstruir os estereótipos pré-concebidos e que pude, finalmente, estruturar meu objeto de pesquisa. Não é fácil assumir que carregamos pressupostos morais burgueses em relação à família, à educação da criança e à relação conjugal.

Para “escutar” o outro, para estarmos prontos a captar significados particulares, devemos primeiro rever certas noções de nossa própria cultura que permanecem obstinadamente no pensamento contemporâneo. (FONSECA, 1999, p. 64).

A desnaturalização da família conjugal foi uma tarefa difícil, porém imprescindível para a pesquisa. Essa noção pode ser a imagem da “normalidade” para alguns contextos sociais, porém não devem ser dados como o “mais natural” ou ainda o “mais comum”. Acreditava que iria buscar um protótipo popular da família, não necessariamente completa, com pais, mães e filhos, porém com os mesmos princípios, mesmos desejos, forma de organização. Esperava – através do que eu acreditava ser o respeito à mulher, à esposa, e às crianças – medir o quão longe eles estariam deste modelo adequado de família “bem estruturada”. Por mais que eu tivesse plena consciência disso tudo na época, sei hoje que esse foi um dos motivos pelo qual comecei a trabalhar o tema. Queria saber como e de que maneira essa forma prática de viver coletivamente influenciava suas vidas efetivamente. Mas como eram suas vidas? Como elas lidavam com a organização política da ocupação e como adequavam suas vidas a esta outra forma de viver, que é o viver coletivamente? Até que ponto era possível viver assim? Será tão diferente?

É preciso lançar outro olhar, para além das questões de privação, da pobreza na qual vivem. A condição social dos moradores está dada. Mas ela não pode explicar tudo. É preciso ver além da sua condição precária para compreender como se estabelecem as relações sociais. Não se trata de deslocar os moradores de seu contexto social, muito pelo contrário, trata-se de melhor compreender as práticas criativas dos atores que, apesar de condicionadas ao contexto, não são por ele determinadas. Assim, procurei evitar a busca das características que faltam aos pobres para conseguirem uma vida “adequada”, uma família “estruturada”, ou serem agentes participantes da vida

política. Preocupei-me em compreender as suas demandas e não mais pressupor que já as conhecia. Iniciei a pesquisa tendo em mente as demandas do movimento feminista, mas terminei a pesquisa questionando, exatamente, a pretensa universalidade das demandas femininas. Afinal de contas, será que as demandas do movimento feminista como a independência financeira ou equiparação de salários são demandas prioritárias para elas também? O que podemos compreender por emancipação feminina?

“As análises centradas exclusivamente em relações de dominação, apesar de levantarem considerações fundamentais, podem ter um efeito inesperado. Ao reduzir o universo simbólico dos “subalternos” a um mero subproduto das normas dominantes, arriscam reforçar a violência simbólica que denunciam” (De Certeau, 2008 [1996], p.65).

Os hábitos e costumes das classes populares dificilmente são vistos como inseridos dentro de uma cultura diferente da nossa, salvo quando há raízes étnicas ou históricas. Na grande maioria das vezes, acabam por serem alvo de intervenções repreensivas ou de “recuperação”. As diferenças que são admitidas e evidenciadas são vistas como degeneradas ou patológicas, falhas de “nossa” organização social, mas que na verdade representam mesmo a organização social das classes dominantes.

“Para falar de povos longínquos, agilizam-se conceitos tais como ‘ritos agonísticos’, ‘sociabilidades tribais’ e ‘famílias consanguíneas’. Chegando perto de casa, estes são substituídos por termos tais como ‘violência’, ‘promiscuidade’ e ‘famílias desestruturadas’. (...) Relativizar as práticas de pessoas que partilham de nosso universo é questionar nossos próprios valores; é admitir as contradições de um sistema econômico e político que cria subgrupos com interesses quase opostos. Nossa abordagem não deve ser confundida com um relativismo simplista. *Procurar compreender certas dinâmicas não significa louvá-las, nem advogar sua preservação. Significa, antes, olhar de forma realista para as diferenças culturais que existem no seio da sociedade de classe — sejam elas de classe, gênero, etnia ou geração; significa explorar o terreno que separa um indivíduo do outro na esperança de criar vias mais eficazes de comunicação*” (FONSECA, 2004[2000], p. 14 [grifos nossos]).

Uma importante contribuição para desconstruir premissas da cultura da pesquisadora – que, muitas vezes, parecem incontestáveis – foi a história social. Historiadores nos mostram que o ideal da família “moderna”, surgido na Europa ocidental em torno do século XVII – consequência de um determinado contexto histórico que implica, entre outras coisas, um nível mínimo de segurança econômica, um Estado central capaz de controlar e disciplinar seus sujeitos e a proeminência da instituição escolar –, tem como fundamento os seguintes elementos: a) a livre escolha do cônjuge e a incorporação do amor romântico ao laço conjugal; b) o aconchego da

unidade doméstica, que se torna um refúgio contra as pressões do mundo público; e, finalmente, c) a importância central dos filhos e da mãe enquanto sua principal socializadora. (FONSECA, 1999)

A título de provocação, Fonseca (1999) sugere que as circunstâncias históricas que orientaram a evolução da vida familiar entre grupos populares no Brasil — um Estado fraco e descentralizado, condições de vida precárias e a quase ausência da escola — parecem opostas as do caso europeu.

Foi necessário, para a *comparação* com exemplos análogos tirados da literatura, juntar todo material literário e estatístico que tinha acesso. A particularidade de minhas personagens se construía no ponto de interseção dessas diversas categorias sociais mais amplas. Neste momento valei-me não só da literatura sobre a família moderna, como da literatura sobre a família popular brasileira.

Esse novo quadro de questões impôs também uma releitura de trabalhos que tomassem como objeto os movimentos sociais urbanos e principalmente as ocupações urbanas. Neste sentido, trabalhos como Almeida (2009, 2011), Almeida et al. (2009), Grandi (2010), Grandi et al. (2009), Grandi e Teixeira (2009, 2010), Oliveira (2009), Penna (2010), Ramos (2010), Rodrigues (2005, 2009), Teixeira (2009), Teixeira e Grandi (2008), foram de extrema valia para o desenrolar do presente trabalho⁷. Tais trabalhos trazem uma grande riqueza de reflexões em torno de questões fundamentais na análise dos movimentos sociais urbanos, principalmente, o movimento dos sem-teto, e são muito importantes no sentido de apresentar um universo específico de atores, questões, interesses e modalidades de ação. Contudo, não estão presentes nestes trabalhos — e nem poderiam estar, pois seu objeto é recortado de forma a destacar outras relações — o vocabulário referente à família, aos parentes, amigos e inimigos; e nem o vocabulário e a lógica dos julgamentos e avaliações morais aos quais os que pertencem aos mesmos círculos sociais submetem uns aos outros.

Para finalizar, resta falar brevemente sobre a sistematização dos dados e da formulação dos *modelos* alternativos, elaborados a partir das minhas conclusões.

“O pesquisador é confrontado, então, ao desafio de juntar os pedaços — as diversas dinâmicas — para entender a lógica que subjaz e ordena as várias partes do sistema. Uma maneira para elucidar esta lógica é de concentrar-se em ‘casos exemplares’” (FONSECA, 2004[2000], p. 73).

⁷ O trabalho de Freire (2011) apesar de pouco citado aqui — em razão do termino deste ter se dado também este ano —, foi o que mais se aproximou da temática aqui desenvolvida. Não obstante, as trocas e sugestões feitas por ele foram de extrema valia para a presente dissertação.

A *esquematização* dos dados foi feita a partir de um censo, desenvolvido por integrantes do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), no qual pudemos recolher informações importantes para a compreensão das relações que se estabelecem dentro da ocupação, e que serão discutidas mais detalhadamente ainda neste capítulo. Outro passo importante para a análise – realizada, mais adiante, no capítulo dois –, foi o exercício de sistematização das diferentes formas de organização interna, encontradas nos dos espaços domésticos. Percebi que algumas famílias, diferentemente de outras, viam a necessidade de estabelecer um espaço menos acessível, mais restrito dentro da unidade doméstica (como um quarto). Porém, esta organização interna não seguia, necessariamente, um padrão: famílias com filhos = divisão em mais cômodos. Quem seriam essas pessoas? Eram mulheres ou homens? Solteiros ou casados? Com filhos? Recebiam muitas visitas? E, por último, sistematizei informações – que acabaram por ser fundamentais para as análises do terceiro capítulo – em relação às fronteiras estabelecidas entre os diferentes espaços e como elas eram infiltradas e burladas em seus limites; e, ainda, quais eram os temas privados que tinham apelo na constituição dos campos políticos da ocupação. As contravenções das crianças? As obrigações coletivas? A violência doméstica?

Os diferentes casos exemplares serão apresentados nos segundo e terceiro capítulos desta dissertação. No segundo capítulo, ao discorrer sobre a pluralidade dos espaços domésticos – possibilitada, principalmente, pelas “paredes flexíveis”⁸ –, divido em quatro casos: os espaços privados com forte vocação pública, apartamentos de um cômodo só, sem divisões, os apartamentos em que, por algum motivo, possuem um quarto separado, e os apartamentos que, devido aos relacionamentos construídos após a divisão de quartos, estendem e fragmentam o espaço doméstico, possibilitando um território íntimo fora de sua unidade doméstica.

Já no terceiro capítulo, a partir de dois casos, retorno à dimensão pública da ocupação (espaços coletivos com vocação pública), com um novo quadro de questões, tentando compreender, por um lado, as relações entre as, e dentro das famílias, e, por

⁸ Os moradores foram fortemente aconselhados a não mexerem na estrutura do imóvel, pois suas casas não poderiam ser qualificadas como moradia definitiva. Atualmente, apesar de não haver tanta pressão, alguns problemas os impede ainda de interferir na estrutura, como o perigo da estrutura pensada para amplos salões não aguentar a quantidade de paredes e, também, a chegada do projeto de reassentamento no qual eles foram incorporados, chamado “Projeto do Quilombo da Gamboa”, que acaba por inibir que os moradores invistam em um local que eles não poderão usufruir durante muito tempo.

outro, as relações “formais” do universo da ocupação; e, além disso, até que ponto e de que modo se pressupunham mutuamente: como, por exemplo, na questão da restrição do acesso das crianças a alguns espaços coletivos e os comportamentos considerados (in)apropriados dentro do espaço da ocupação.

Ainda neste primeiro capítulo, abordarei algumas considerações a respeito da crise e transformação do valor social da família, assim como as especificidades das famílias populares brasileiras, para que estas nos ajudem a compreender a realidade carioca. Além disso, os estudos específicos em relação ao contexto de uma ocupação de sem-teto, que possui uma organização política *suis generis*, nos ajudam a compreender as práticas espaciais que são construídas a partir deste modo específico de *habitar*.

1.2 O modelo da família conjugal: a adequação da moradia às relações sociais

“A casa, o domicílio, é a única barreira contra o horror do caos, da noite e da origem obscura; encerra em suas paredes tudo que a humanidade pacientemente recolheu ao longo dos séculos; opõem-se à evasão, à perda, à ausência, pois organiza sua ordem interna, sua civilidade, sua paixão. Sua liberdade desabrocha no estável, no contido, e não no aberto ou no infinito. Estar em casa é reconhecer a lentidão da vida e o prazer da meditação imóvel [...]. A identidade do homem é portanto domiciliar; e eis por que o revolucionário, aquele que não possui nem eira nem beira, e portanto nem fé nem lei, condensa em si toda a angústia da vagabundagem [...]. O homem de lugar nenhum é um criminoso em potencial.” (KANT *apud* PERROT, 2009, p. 285)

A casa é o espaço seguro, familiar, daquilo que é íntimo, mas também, espaço dos costumes e da rotina. Os hábitos cotidianos vinculados a casa, hábitos estes compartilhados socialmente, ditam grande parte dos comportamentos individuais e fazem deste espaço privado um importante núcleo de organização da sociedade. Se, por um lado, o espaço público, a rua, é o espaço político por excelência, espaço de debate das questões sociais e palco de revoltas e conflitos, por outro, a casa configura um espaço importante para a formulação de demandas. A casa não é apenas o espaço da reprodução da vida social, mas um espaço conspirativo, preche de segredo, onde preocupações e insatisfações são externadas e discutidas, e onde, muitas vezes, a insurgência é planejada. Espaço, portanto, de incubação da dissidência. Tempos de revolução são tempos de desconstrução da dicotomia privado-público, são tempos de

invasão do espaço público no privado, ou seja, da entrada da vida política no cotidiano das relações pessoais e familiares. Ninguém planeja a resistência ao Estado em praça pública, mas é para lá que converge toda a sua expressão.

Não é à toa que a família se constitui como objeto de governo. A intervenção estatal na moradia do pobre urbano será uma forma de induzir comportamentos, valorizar determinados costumes para que se configure uma família, um núcleo familiar, objeto de higienização e disciplinarização. A ideia de moradia “mínima”, “ideal” ou “adequada” seria uma das formas de controlar, através de um padrão mínimo pré-determinado, como as famílias devem morar, mais do que isso, como elas devem se relacionar. A organização espacial do privado será condizente com os preceitos de comportamento estabelecidos em cada época pelos planejadores urbanos, porém também permitirá que esses preceitos, gestados no interior da burguesia, possam se reproduzir nas classes mais pobres. A casa deve ser grande o suficiente para permitir a divisão dos cômodos (incluindo o quarto dos pais mais isolado), mas também pequena o suficiente para impedir que se abrigue pessoas externas ao núcleo familiar.

A Estatística – “ciência do Estado”, que se funda, na Europa do século XVI (porém só ganha força a partir do século XVIII) – tem como objetivo isolar os problemas específicos da população, como o problema da moradia. O objetivo último do governo passa a ser a população: “melhorar a sorte da população, aumentando sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 2008 [1978], P. 140). A população aparece como sujeito de necessidades que serão apreendidas a partir da Estatística. A família aparece neste momento como instrumento fundamental, como elemento no interior da população, e como “ponto de apoio” para governá-la, pois é também através da família e das “novas obrigações sociais” – como as campanhas incentivando o casamento, as vacinações, as inoculações etc. – que o Estado conduz o comportamento dos indivíduos (FOUCAULT, 2008 [1978]).

Donzelot (1986[1980]), em seu livro *A polícia das famílias*, tenta mostrar como se construiu o singular valor social da família, inspirando-se na obra do filósofo Michel Foucault, que muito o influenciou. O autor fala na existência de “um regime de transformação próprio do sentimento, dos costumes e da organização do cotidiano”. Segundo o autor, Foucault consegue identificar um conjunto de práticas que podem ser consideradas como portadoras de transformações que operam a partir da biopolítica, ou seja, “essa proliferação de tecnologias políticas que irão investir sobre o corpo, a saúde,

as formas de se alimentar e de morar, as condições de vida, o espaço completo da existência.” (DONZELOT, 1986[1980], p.12).

“Por se encontrar, de fato, no cerne do pensamento político e econômico, das preocupações sociais, morais e médicas da época, o privado leva à criação de inúmeros discursos teóricos, normativos ou descritivos centrados na família” (PERROT, 2009, p.9).

O autor busca compreender como se deu a transformação da família, a partir do século XVIII, como essas tecnologias que irão incidir sobre os corpos são trabalhadas nas diferentes classes sociais. A questão principal de Donzelot é desvendar o motivo pelo qual a família funciona como objeto de governo e como este atua no sentido de afastar as ameaças relativas à revolta dos pobres e à insurgência contra o poder da família.

“O advento da família moderna centrada no primado do educacional não é efeito da lenta propagação de um mesmo modelo familiar através de todas as camadas sociais, segundo a lógica de sua maior ou menor resistência à modernidade. Existem, pelo menos, duas linhas, nitidamente distintas, de promoção dessa preocupação educacional, e as diferenças entre os efeitos políticos que elas induzem são suficientemente grandes para que se possa emprestar-lhes a forma de uma simetria invertida. [...] Tanto numa série como na outra há, certamente, recentramento da família sobre si mesma, porém, esse processo não tem o mesmo sentido para cada uma das linhas” (DONZELOT, 1986[1980], p.47).

Para Donzelot, enquanto a constituição da família burguesa se dá através de um *retraimento tático* – permitindo-lhe depois retornar ao campo social com mais força, para aí exercer diversos controles e patrocínios –, a família popular se conforma a partir de uma *redução* de cada um de seus membros aos outros, numa relação circular de vigilância contra as tentações do exterior. “Ela realiza suas novas tarefas educativas à custa de uma perda de sua coextensividade com o campo social de uma separação de tudo aquilo que a situava num campo de forças exteriores. Isolada, ela se expõe, doravante, à vigilância de seus desvios” (DONZELOT, 1986[1980], p.47). O referido autor considera que é ainda mais significativa a diferença de posições táticas em que se encontram a mulher burguesa e a mulher popular.

Através da revalorização das tarefas educativas se estabelece, para a mulher burguesa, uma nova continuidade entre as suas atividades familiares e suas atividades sociais. Ela descobre um domínio de missão, abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Pode, ao mesmo tempo, ser suporte de uma transmissão do patrimônio no interior da família e *instrumento de irradiação cultural no*

exterior. A mulher do povo possui, por natureza, um trabalho antagônico com o seu *status* materno. Algumas vezes ele representa uma necessidade mas é sempre obstáculo à realização de sua função de guardiã do lar. Para ela não se trata de irradiação: sua missão é, ao contrário, velar por uma retração social de seu marido e de seus filhos. É dela, da regularização que impõe, que depende a transmissão de um patrimônio que permanece, quase sempre, exterior a família, o “patrimônio social” como dizem os juristas, cuja gestão escapa à família e do qual o operário não pode dispor enquanto viver, já que só obtém com sua própria deteriorização e morte. (DONZELOT, 1986[1980], p.48).

E quanto às crianças? O autor afirma que, nas famílias burguesas, empenha-se em dar a forma de uma *libertação protegida*, de um resgate dos medos e pressões comuns. Em torno desta família, traça-se um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro, o desenvolvimento de seu físico e de seu espírito será estimulado por todas as contribuições da psicopedagogia e controlado por uma vigilância discreta. No outro caso, o da família popular, Donzelot define o modelo pedagógico como o de *liberdade vigiada*. O que constitui um problema, no que diz respeito ao fato de que não é tanto o peso das pressões arcaicas, mas sim o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, e as técnicas instauradas que consistem em limitar essa liberdade, em dirigir a criança para espaços de maior vigilância, como a escola ou a habitação familiar.

“Como garantir o desenvolvimento de práticas de conservação e de formação da população dissociando-as de qualquer atribuição diretamente política a fim de lastreá-las, não obstante, com uma missão de dominação, de pacificação e de integração social? [...] Resposta: por meio da filantropia.” (DONZELOT, 1986[1980], p.55)

A filantropia do século XIX vai procurar uma distância calculada entre as funções do Estado Liberal e a difusão de técnicas de bem-estar e de gestão da população. Entendida pelo autor como uma estratégia deliberadamente despolitizante face à instauração dos equipamentos coletivos, esta manterá distância tanto da iniciativa privada quanto do Estado. Donzelot apresenta os dois pólos que, para ele, vão se resumir às atividades filantrópicas da época:

O primeiro seria o *pólo assistencial* que se apoiando na definição do Estado liberal, remete à esfera privada as demandas que lhe são formuladas em termos de direito ao trabalho e à assistência. Utiliza-se do Estado como meio formal para divulgar conselhos e preceitos de comportamento a fim de transformar uma questão de direito político em questão de moralidade econômica. Ao invés do direito à assistência do Estado, este fornece os métodos para que o indivíduo torne-se responsável por si

mesmo, através do ensino da virtude da poupança, por exemplo. Além disso, o Estado terá um mínimo direito de sancionar, através de uma tutela cuidadosa, as demandas de ajuda, pois estas constituiriam o indício flagrante de falta de moralidade.

O segundo seria o *pólo médico-higienista* que visa utilizar-se do Estado como instrumento direto, como meio material de conjurar os riscos de destruição da sociedade através do enfraquecimento físico e moral da população, do surgimento de lutas, de conflitos que marcariam o livre agenciamento das relações sociais com o ferrete de uma violência política que ameaçaria aniquilar o que o Estado tem como missão de garantir. A função deste polo seria inspirar as intervenções estatais apenas quando a liberalização da sociedade econômica acabe por ameaçar a si própria.

É com esse espírito de preservação da sociedade liberal através da adaptação positiva dos indivíduos ao seu regime, e somente nesse sentido, que os higienistas incitarão o Estado a intervir através da norma, na esfera do direito privado. (DONZELOT, 1986[1980], p.57)

O aumento de certos equipamentos coletivos, como as medidas relativas à higiene pública e privada, à educação e à proteção dos indivíduos, são vistos como necessários, e não comprometeriam os preceitos do Estado liberal. Entretanto, o autor chama atenção para o fato que esses equipamentos coletivos funcionam porque oferecem algo em troca: assim, o discurso da moralidade da poupança pôde funcionar, pois permitia a desvinculação da família em relação aos blocos de dependência ou redes de solidariedade que, bem ou mal, subsistiam. Além disso, as normas higienistas em relação à criação, ao trabalho e à educação das crianças ofereciam a estas e às mulheres a possibilidade de uma maior independência contra a autoridade patriarcal no interior da família. (DONZELOT, 1986[1980])

“[A] força dessa estratégia filantrópica foi de convergir para a família as duas linhas de decomposição que dela emanavam, articulando-as numa nova síntese capaz de resolver os problemas da ordem política. Num certo sentido, a família passa a ser, pela poupança, *ponto de apoio* para fazer refluir para ela os indivíduos levados, por seu desregramento, a interpelarem o Estado como instância responsável politicamente por sua subsistência e por seu bem-estar. Num outro sentido, ela se transforma em *alvo* assumindo as queixas que provinham dos indivíduos contra o arbítrio familiar, o que permite torná-los agentes recondutores das normas estatais na esfera privada. De modo que se poderá tentar compreender a liberalização e a revalorização da família, que irão se desenvolver no final do século XIX, não como o triunfo da modernidade, a mutação profunda das sensibilidades, mas sim como resultado estratégico da acoplagem dessas duas táticas filantrópicas” (DONZELOT, 1986[1980], p.58)

O objetivo era, assim, voltar os auxílios apenas àqueles e, somente àqueles que deles necessitam. Aos outros, era mais necessário dar, por princípio, conselhos. Contudo, mesmo o ato de socorrer os que realmente necessitavam terminava servindo como ação promotora do reerguimento da família. E, para isso, era necessário expor, em todo pedido de ajuda, a falta moral que o determina. Conexão sistemática entre a moral e a economia que implicará uma vigilância contínua da família, uma penetração integral em todos os detalhes de sua vida (DONZELOT, 1986[1980]).

A vigilância da família abarca a vigilância sobre seu espaço de existência: o lar. Condenava-se a aglomeração da população por sua forma de habitações insalubres, promíscuas, e impróprias para educação da criança. Via-se nas “más habitações” o início da deteriorização dos bons costumes, da família, o que propiciaria todas as “misérias”. Nem mesmo as vilas operárias eram bem vistas, pois poderiam propiciar uma promiscuidade fatal aos bons costumes e, no mínimo, favorável às más influências (onde nasciam as revoltas ou revoluções).

Com o objetivo de moralizar o comportamento das classes pobres, muitas dessas sociedades enfatizavam o apoio ao casamento civil. Viam no concubinato uma forma de promiscuidade que se refletia em todos os aspectos da vida, pois não economizavam, não se preocupavam com os filhos e viviam na desordem. Porém ao se casarem, tendiam a procurar uma casa, saindo das infectas casas de cômodo, e reuniam os filhos, que agora possuirão um centro, um local, onde poderiam ser alimentados vestidos e protegidos. Nesse sentido o papel da mulher, como esposa e mãe, era de extrema importância, pois se fazia necessário que esta fosse conformada e instruída para tal tarefa.

“A lógica da *preparação para vida familiar* deve, portanto, suceder à da *preservação para o casamento*: desenvolver o ensino doméstico, possibilitar a jovem, à viúva e ocasionalmente, à esposa, ter acesso direto a um trabalho remunerado, abrir às mulheres carreiras específicas a fim de prepará-las efetivamente para a família, evitar que as operárias caiam na prostituição e, enfim, reduzir a rivalidade entre homens e mulheres; com isso, as carreiras sociais das mulheres se inscrevem no prolongamento de suas atividades domésticas”

“Esta estratégia de familiarização das camadas populares, na segunda metade do século XIX tem, portanto, como suporte principal, a mulher e lhe associa um certo número de instrumentos e aliados: instrução primária, ensino da higiene doméstica, instituição dos jardins operários, repouso do domingo. *Mas o principal instrumento que ela recebe é a habitação “social”*. *Praticamente tira-se a mulher do convento para que ela tire o homem do cabaré; para isso se lhe oferece uma arma, a habitação e seu modo de usar:*

afastar estranhos e mandar entrar o marido e, sobretudo, os filhos
(DONZELOT, 1986[1980], p.42 [grifos nossos]).

A habitação social, que aparece no século XIX, tendo como forma predominante as *habitations à bon marche*, é o resultado das numerosas observações efetuadas sobre a classe operária no decorrer do século e também o resultado de experimentações e intercâmbios internacionais. Vemos assim constituir progressivamente a instauração de dois objetivos: lutar contra a insânia e imoralidade dos casebres e porões e, nesse sentido, lutar também (principalmente a partir da ação higienista) contra uma concepção de habitat como abrigo, como lugar de defesa e de independência. Queriam substituir a força autárquica pela força de trabalho, fazer da habitação um espaço sanitário e não um espaço “militar”, banir o que nela havia de propício a alianças ocultas e fusões suspeitas. A solução consiste em fornecer habitações em função das condições de admissibilidade que garantam a moralidade dos habitantes sob pena de despejo. (DONZELOT, 1986[1980])

“O apego do operário à ordem pública é, assim, garantido por seu desejo de conservar a moradia e, em sua ausência, a mulher encarrega de mantê-lo”
(DONZELOT, 1986[1980], p.44).

As pesquisas sobre a articulação interna da habitação visam, explicitamente, favorecer essa função de vigilância mútua, o que eu nos leva ao segundo objetivo das habitações sociais que era o de conceber uma habitação suficientemente pequena para que nenhum “estranho” possa morar (o que não era incomum na época, principalmente entre as classes populares) e, contudo, bastante grande para que os pais possam dispor de um espaço separado dos filhos e que tenham a possibilidade de vigiá-los em suas ocupações sem serem observados na sua intimidade (Ibidem: 45).

A equação da habitação popular foi buscada na solução desses três males. Organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico, pequeno o bastante para que só a família possa viver nele, e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos (DONZELOT, 1986[1980], p.46).

Pretende-se que a habitação se transforme numa peça complementar à escola no controle das crianças: que seus elementos móveis sejam banidos para que nela possa imobilizar as crianças. A busca da intimidade, a competência doméstica proposta à mulher popular, são o meio de fazer aceitar, de tornar atraente esse habitat que passa, de uma fórmula ligada à produção e à vida social, a uma concepção fundada na separação e

na vigilância. Se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e suas promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe (Ibidem: 46). Até a obrigatoriedade do ensino poderia ser entendida como uma forma de se fazer chegar à casa, através dos filhos, as normas de higiene e de comportamento propícios ao bem estar. Mesmo as meninas (que acabam por ter sua instrução negligenciada), são educadas para que, futuramente, como esposas e mães, estas normas de uma vida sã, regular e disciplinada sejam introduzidas na vida doméstica.

Segundo Donzelot, desde a década de 1840 até o final do século XIX, na Europa, as leis que editam normas protetoras da infância se multiplicam, como a lei sobre a insalubridade das moradias de 1850. Busca-se, através desses mecanismos disciplinares regulamentares, reduzir a taxa de natalidade e impedir o uso da força de trabalho infantil, tão importante e utilizada pela economia doméstica dos pobres urbanos. Contudo, é claro que, criar as leis não garante que elas sejam seguidas, e, fiscalizar seu cumprimento é muito difícil em cidades de grande porte. Assim, a proibição do trabalho infantil é complementada pela utilização do ensino obrigatório como estratégia biopolítica que não somente inibe os pais de se utilizarem da força de trabalho de seus filhos, como a torna imoral por atentar contra o futuro da criança e a sua possibilidade de ascensão social através da educação. Esse movimento de normalização da relação adulto-criança procurava não só corrigir a situação de abandono em que poderiam se encontrar as crianças da classe trabalhadora, mas também, por

“reduzir a capacidade sócio-política dessas camadas, rompendo vínculos iniciáticos adultos-criança, a transmissão autárquica dos saberes práticos, a liberdade de movimento e de agitação que resulta do afrouxamento de antigas coerções comunitárias.” (DONZELOT, 1986[1980], p.76).

Donzelot fala ainda de um terceiro polo que surge no final do século XIX e que faz confluír os dois polos anteriores sobre a questão da infância, focando-se, de uma só vez, naquilo que pode ameaçá-la (infância em perigo) e naquilo que pode torná-la ameaçadora (infância perigosa). Assim, tanto a assistência (aos abandonados), como a repressão (crianças internadas em estabelecimentos em consequência de ato de coerção paterna),

“são reunidas em uma única e mesma atividade preventiva, cujo instrumento é constituído pelas sociedades de patronagem, dotadas, graças à norma e as leis que se seguem, de uma margem ampliada de intervenção no seio da família” (DONZELOT, 1986[1980], p.81).

De um lado, aparecem sociedades formadas pela iniciativa privada, para substituir o Estado, no que diz respeito à criação das crianças moralmente abandonadas, delinquentes, insubmissas à autoridade familiar. De outro, vê-se multiplicar as sociedades protetoras da infância, que tem como objetivo inserir nas famílias populares métodos modernos de criação e de educação das crianças. Essas atividades de assistência e repressão, antes tratadas separadamente, agora veem a família como um campo de intervenção direta. “Dupla linha, cuja conjunção anuncia o caráter de tutelarização social que revestirá a gigantesca campanha sanitária e moral das classes pobres, lançada no final do século XIX” (DONZELOT, 1986[1980], p.85).

Para impossibilitar a resistência do poder paterno, o Estado busca regulamentar a transferência de soberania da família “moralmente insuficiente” para o corpo dos notáveis filantropos, magistrados e médicos especializados – através da perda dos direitos de pais que, por embriaguês, maus procedimentos, maus tratos, comprometiam tanto a segurança quanto a saúde e a moralidade dos seus filhos – podendo ser confiada a guarda dos filhos, em casos de crimes cometidos por ou contra crianças, à Assistência Pública ou a uma pessoa ou sociedade caridosa. (DONZELOT, 1986[1980], p.81).

“Apoiando-se uma a outra, a norma estatal e a moralização filantrópica colocam a família diante da obrigação de reter e vigiar seus filhos se não quiser ser, ela própria, objeto de uma vigilância e de disciplinarização” (DONZELOT, 1986[1980], p.81).

As sociedades formadas pela iniciativa privada e as protetoras da infância, acabam por se apoiar mutuamente: por um lado, o movimento assistencial encontra nas normas sanitárias e educativas o princípio de sua legitimação. Reconhecer de utilização pública as habitações sociais, as escolas, as caixas econômicas, os salários-família, e todos esses equipamentos implantados por um patronato preocupado em conter as populações pobres seria, então, legitimá-lo, já que esses instrumentos de moralização são também as condições de salubridade. Por outro lado, as práticas de normalização que procedem do Estado recebem, da filantropia econômico-moral, uma fórmula de intervenção, através das sociedades filantrópicas, que irá permitir a difusão das normas segundo duas modalidades bem articuladas.

Lá onde elas [as normas] não são respeitadas, lá onde são acompanhadas de pobreza e, portanto, de uma imoralidade suposta, a suspensão do poder patriarcal permitirá o estabelecimento de um processo de tutelarização que alia os objetivos sanitários e educativos aos métodos de vigilância econômica e moral. Processo de redução da autonomia familiar, portanto, facilitado pelo surgimento, nesse final do século XIX, de toda uma série de passarelas e

conexões entre a Assistência Pública, a justiça de menores, a medicina e a psiquiatria (DONZELOT, 1986[1980], p.85).

Entretanto, Donzelot enfatiza que, a independência familiar ainda seria valorizada e o apoio seria dado àquelas famílias que possuíssem este potencial normatizador. Neste caso, a difusão das normas se dará seguindo os meios pelos quais a filantropia produziu e encorajou essa independência.

“Numa vertente eles a penetram diretamente, opondo, através da norma, os membros da família à autoridade patriarcal; organizando, em nome da proteção sanitária e educativa desses membros, a destituição do poder paterno, a tutelarização econômico-moral da família. Noutra vertente eles provocam a reorganização da vida familiar em torno da preocupação de majorar sua autonomia, fazendo intervir as normas como vantagens propícias a uma melhor realização dessa autonomia, apoiando-se para fazer aceitá-las, numa liberalização das relações intra-familiares.” (DONZELOT, 1986[1980], p.86)

Ver-se-á, sem dificuldade, de que maneira o mecanismo da tutela, instaurado no final do século XIX, pode servir para apoiar e sistematizar a passagem, nas camadas populares, da família “clânica” à família reorganizada segundo os cânones da higiene doméstica, do refluxo para o espaço interior, da criação e da vigilância das crianças. Do mesmo modo, os dispositivos de poupança, de incitação escolar, de aconselhamento relacional, se efetivam na conexão entre a família moralizada e normalizada e a família burguesa. Entre a impotência da primeira e o desenvolvimento da segunda, eles tecem a trama obsedante da promoção, que fornecerá os traços característicos da pequena burguesia com seu sobre-investimento na vida familiar, seu sentido de economia, seu fascínio pela escola, sua busca febril de tudo o que pode fazer dela um bom “ambiente”. (Ibidem: 87)

A família não faz mais parte do campo sócio-político, e, agora, a partir dela, pode-se estabelecer mecanismos de integração social. Para o referido autor, estes são resultados das intervenções que fazem funcionar a instância familiar. Nesse sentido, a família moderna é um mecanismo mais que uma instituição:

“Mecanismo maravilhoso, já que permite tanto responder à marginalidade com uma despossessão quase total dos direitos privados, quanto favorecer a integração positiva, a renúncia à questão do direito político por meio da busca privada do bem-estar. (DONZELOT, 1986[1980], p.89)”

A família seria, portanto, um importante mecanismo de controle do Estado sobre os hábitos cotidianos da população. Contudo, a família é, também, uma noção importante para a análise sociológica. Assim, faz-se mister refletir acerca da *família*, noção que será de extrema importância para nosso trabalho. Cláudia Fonseca (1999) tenta comparar, de forma resumida, o modelo de transformação da família aplicado na

Europa com o do Brasil e apresenta a forma familiar correspondente ao contexto social específico.

Assim, a autora conclui que o ideal da família “moderna” que surgiu na Europa ocidental em torno do século XVII – como consequência de um determinado contexto histórico que implica, entre outras coisas, um nível mínimo de segurança econômica, um Estado capaz de controlar e disciplinar seus sujeitos e a proeminência da instituição escolar – é caracterizado pelos seguintes elementos: a) a livre escolha do cônjuge e a incorporação do amor romântico ao laço conjugal; b) o aconchego da unidade doméstica, que se torna um refúgio contra as pressões do mundo público; e, finalmente, c) a importância central dos filhos e da mãe no papel de sua principal socializadora (FONSECA, 1999, p.69).

Entretanto, ao falar sobre a evolução da vida familiar entre grupos populares no Brasil, a autora apresenta um contexto social quase oposto ao caso Europeu: um Estado pobre – desprovido de recursos para sustentar políticas sociais capazes de intervir com eficácia nas relações familiares da população –, uma população que vive em condições de vida precárias, e a descredibilidade ou ausência da escola.

Com a ausência de um sistema escolar eficaz e/ou acessível, as crianças continuaram se socializando pelo “trabalho infantil” e convivendo com adultos até, pelo menos, meados deste século. O espaço exíguo da casa, que, além do casal e seus filhos, podia abrigar agregados de diversos tipos, não propiciava o ambiente do “lar, doce lar”. Além disso, a família chefiada pela mulher chegava a ser tão comum quanto a família conjugal.

“Ao todo, por meio do exame cuidadoso de documentos, historiadores vislumbram uma sociedade de pessoas que se esquivavam aos controles legais: juntavam-se sem casar, pariam filhos sem fazer certidão de nascimento e separavam-se sem fazer divórcio.” (Fonseca, 1999, 70).

Fonseca (2004[2000]), a partir de um trabalho realizado junto a uma comunidade (em um terreno ocupado por 750 famílias em um bairro de classe média porto alegre), pôde perceber que não havia uma única forma de unidade doméstica bem delimitada. Muito pelo contrário, estas eram invadidas por outros grupos que competiam pela lealdade dos seus membros, criando uma dinâmica social que pouco tem em comum com o modelo nuclear. Neste caso, não é realista tratar a família conjugal como um objeto analítico isolado. Muitas vezes, o acompanhamento das rotinas diárias das famílias, evidencia o caráter aberto desta unidade. Assim, Fonseca

(1999) ressalta a importância de considerarmos a possibilidade de dinâmicas “alternativas” ao modelo nuclear.

* * * *

A literatura sobre a formação da família é vastíssima e, para nós, muito cara. Quando o termo família nos vem à cabeça recorreremos imediatamente à representação de uma família composta por pai, mãe e algumas crianças vivendo em uma casa, ou seja, a *família nuclear burguesa*, ou, ainda, a *família conjugal*. Por conseguinte, poderíamos considerar, então, este modelo de família como a unidade de reprodução da vida *moderna*. Contudo, isto seria reduzir e limitar toda a reprodução da vida na modernidade a apenas um tipo de *família moderna*. A ideia principal é trabalhar com o conceito de *família* de tal forma que este possa ser ressignificado a partir de diferentes formas de habitar e se relacionar.

Alguns elementos têm sido indicados, por diferentes autores, como importantes para compreender a força desse modelo idealizado em sociedades contemporâneas. Um desses elementos vem da valorização feita, inclusive através da produção acadêmica, da *família* nuclear como resultado e sinônimo de processos de modernização das sociedades. (VIANNA, 2002). Na realidade, como nos mostra Luiz Fernando Dias Duarte (1995), este seria um dos efeitos dessa individualização nas sociedades modernas, inseparável das características do modelo de família – a fragmentação, a redução das unidades sociais à sua forma mais “indivisível”, fazendo com que a própria “família nuclear” possa corresponder a uma espécie de “indivíduo coletivo”. Uma das estratégias de “higienização” da nova família incidia exatamente sobre todas as aderências consideradas perversas, perturbadoras da “paz doméstica”, e isso incluía a residência monofamiliar “perseguida pelos planejadores urbanos e imposta paulatinamente às classes médias e aos trabalhadores da indústria” (DUARTE, 1995: 32). Traduzindo um processo histórico específico em um valor – moderno frente ao atrasado ou residual – essa percepção acaba por dar fundamento a leituras dicotomizadas da pluralidade de famílias (VIANNA, 2002).

DUARTE (1995) nos desafia a irmos além do consenso no meio acadêmico que circunda a multiplicidade de formas e sentidos da *família*, “exposta pelos sucessivos ensinamentos das ciências sociais, pela reiterada e regular proposta antropológica da multiplicidade na universidade”. Contudo, o autor, negando esta universalidade,

parafrazeia Foucault, e diz “que a *família* é um fenômeno recente” (FOUCAULT *apud* DUARTE, 1995: 27). O autor vai, ao longo do texto, defendendo sua tese de que o que chamamos de *família* no Ocidente moderno é exclusivo da nossa cultura central.

Diversos autores, como DUARTE (1995), FONSECA (1995, 1999, 2004 [2000], 2007), BILAC (1991, 1995, 2003[1995]), SARTI (1995, 2003[1995], 2009), CARVALHO (2003[1995]), MELLO (2003[1995]), ROMANELLI (2003[1995]), discorrem sobre a intensa reforma cultural que possibilitou a implantação dessa nova concepção de função social da família. Duarte enfatiza um dos aspectos dessa modificação como um

“sinal justamente daquilo que se veio a chamar de ‘moderno’. Um valor cultural muito singular atravessa todas as novas representações: o do indivíduo livre e igual. Foucault escreve bem a reestruturação da família ocidental em função do privilégio Valor-Indivíduo: ‘A família não deve ser mais apenas uma teia de relações que se inscreve em um estatuto social, em um sistema de parentesco, em um mecanismo de transmissão de bens. Deve-se tornar um meio físico denso, saturado, permanente, contínuo, que envolva, mantenha e favoreça o corpo da criança. (...) o que acarreta também uma certa inversão de eixo: o laço conjugal não serve mais apenas (nem mesmo talvez em primeiro lugar) para estabelecer a junção entre duas ascendências, mas para organizar o que servirá de matriz para o indivíduo adulto’ (DUARTE, 1979, p. 199)”

A obra de Philippe Ariès, *A História Social da criança e da família*, publicada em 1964, nos mostra muito do que foi essa reforma cultural evocada por Duarte (1995), através da construção da criança e da infância modernas (justamente no seio desta nova familiaridade). O autor supracitado e muitos outros (como FONSECA, 1995, 1999, 2004 [2000], 2007; SARTI, 2003[1995], 2009; CARVALHO, 2003[1995]) utilizam sua obra para contextualizar a *família moderna brasileira*.

“Tratando principalmente da França, da época medieval até o início do século XIX, esse autor tem como hipótese central a transformação da sociedade tradicional pela gradativa polarização da vida social em torno da família nuclear. Em um processo de enclausuramento progressivo, as pessoas se retiraram da rede extensa de parentela para investirem no espaço doméstico. As mulheres abdicaram da parceria no comércio ou oficina familiar e passaram a se ocupar integralmente do espaço doméstico; suas crianças, que antigamente se socializavam pela convivência com adultos no decorrer da rotina cotidiana, passaram a completar sua educação recorrendo a especialistas – tutores, governantas, professores de escola.” (FONSECA, 2007: 520).

Muitos destes autores também vão se basear em FOUCAULT (2007a [1975], 1993 [1976]) e DONZELOT (1986 [1980]) devido ao fato destes autores chamarem a atenção para os mecanismos de justificação e implementação médicas do novo conjunto de instituições que se deverão ocupar da promoção dos sujeitos individualizados.

“A descoberta que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento posterior focalizou a família como *locus* potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento. [...] As interpretações das inter-relações passaram a ser feitas no contexto da estrutura proposta por aquele modelo e, quando a família se afastava da estrutura do modelo, era chamada de ‘desestruturada’ ou ‘incompleta’ e considerava-se os problemas emocionais que poderiam advir da ‘desestrutura’ ou ‘incompletude’. O foco estava na estrutura da família e não na qualidade das inter-relações.” (SZYMANSKI, 2003 [1995]: 23-24).

Contudo, faz-se mister ressaltar que todas essas afirmações sobre a reforma cultural, necessária para implementação da chamada *família conjugal moderna*, estão atreladas, principalmente, às camadas médias. DUARTE (1995) questiona a implantação deste formato nas classes populares e acrescenta, ainda, que o modelo da família adaptou-se aos numerosos contextos da cultura ocidental moderna, influenciando, inclusive, as classes populares.

“[A família de classe popular] revela-se ser, na verdade, uma instituição muito diversa daquela que examinávamos. Ela conjuga a dimensão genérica do parentesco com a dimensão operacional do ‘grupo doméstico’ de modo a servir a essa reprodução estereotípica característica de todo o mundo social, a exceção daqueles permeados pela ideologia individualista.” (DUARTE, 1995: 34)

Fonseca (2007) afirma que a implantação do modelo entre grupos populares europeus foi uma árdua tarefa. Esta foi estabelecida à custa de medidas coercitivas de enclausuramento dos séculos XVIII e XIX que visaram “higienizar” a rua, retirando mendigos, órfãos e prostitutas do espaço público (DONZELOT, 1986 [1980]). A família conjugal só veio a se consolidar no início do século XX, com táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária⁹ (FONSECA, 2007: 521). Contudo, não

⁹ Fonseca (2007: 521) explicita que “[a] organização familiar dos grupos populares seguiu uma linha de evolução diferente. A enorme variedade de costumes que caracterizava a Europa pré-moderna diminuiu a partir da Revolução Industrial. Em torno dessa época é possível identificar certas tendências em todo o subcontinente: casamentos “precoces”, um aumento da proporção de uniões consensuais, frequentemente instáveis, e a alta taxa de bastardia e crianças *em circulação*. A autora prefere interpretar tais práticas como resultado do surgimento de uma nova classe com suas próprias formas de organização social.

podemos deixar de refletir sobre se devemos, ou ainda, se podemos, associar as famílias pobres de países (semi)periféricos, principalmente quando nos referimos ao *hiperpreariado*¹⁰ urbano, a este modelo de *família moderna*.

Para tentar responder a tal questionamento me valho, inicialmente, do artigo de Mariza Corrêa (1982). A autora discorre sobre o fato de que a “história das formas de organização familiar no Brasil tem se concentrado em ser a história de um tipo determinado de organização familiar e doméstica – a ‘família patriarcal’”. Segundo a autora, sua decadência se dá com o “advento da industrialização e a ruína das grandes propriedades rurais, sendo então substituída pela ‘família conjugal moderna’” (CORRÊA, 1982: 16).

Para problematizar este discurso, bastante reproduzido pelos estudiosos do assunto, Corrêa (1982) utiliza-se de dois textos principais da literatura sobre família no Brasil, feitos por Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala*, 1933) e Antonio Candido de Mello e Souza (*The Brazilian Family*, 1972 [1951]), e de seus pressupostos envolvidos na utilização do conceito de família patriarcal. Para Corrêa, ambos os autores acabam por se equivocar (juntamente com muitos estudiosos do assunto) ao achar que “o estudo da forma de organização familiar do grupo dominante, ou de um grupo dominante numa determinada época, possa substituir-se à história das formas de organização familiar da sociedade brasileira” (CORRÊA, 1982: 17).

Contudo, Corrêa tenta esclarecer que seu objetivo não é, de forma alguma, negar a existência da “família patriarcal” ou a importância de seu papel, mas sim, apenas salientar que esta não foi a única forma de organização familiar.

“Para ambos os autores parece não ter havido, neste país onde a colonização se fez de maneira tão díspar, um processo de constituição de unidades domésticas de variedade equivalente nas muitas regiões onde se instalaram os primeiros colonizadores. A história da família brasileira torna-se, em suas mãos, um objeto dado, individualizado, e é apenas no seu interior que

Menos heteróclita, graças às aglomerações urbanas, a “cultura popular” teria se concentrado nas camadas pobres da classe trabalhadora, uma cultura que muitas vezes vem de encontro às normas e aos valores da sociedade dominante.”

¹⁰ SOUZA (2008) propõe, em grande parte para evitar o problemático termo “lumpemproletariado” as expressões complementares “*hiperprecarização*” e “*hiperpreariado*”, pois considera que, nos países semiperiféricos, as condições de trabalho e de vida da maioria dos trabalhadores sempre foram precárias. “A ‘hiperprecarização’ se refere a um processo que, na esteira de fenômenos como ‘ajustes estruturais’, desindustrialização e transformações no modo de regulação e no regime de acumulação (...), atira maciçamente trabalhadores pobres do setor formal no mundo geralmente muito pior da informalidade. Aquilo que já era precário, em decorrência das difíceis condições de remuneração, segurança no trabalho e conforto, torna-se, assim, precaríssimo, em razão do desamparo trabalhista e previdenciário, da maior instabilidade, da maior imprevisibilidade e de uma freqüente deterioração do modesto padrão de consumo.” (SOUZA, 2008, p.131)

ocorrem as transformações. [...] O conceito de ‘família patriarcal’, como tem sido utilizado até agora, achata as diferenças, comprimindo-as até caberem todas num mesmo molde que é então utilizado como ponto central de referência quando se fala de família no Brasil.” (CORRÊA, 1982: 25)

Além de questionar a dominação homogênea deste modelo de família¹¹, a autora critica também as generalizações a respeito de sua descendente direta, a *família conjugal moderna*. A ideia defendida de que esta seria descendente direta da “família patriarcal” – advindo do processo de industrialização e urbanização que é acompanhada paralelamente pelo processo de redução e racionalização, de triunfo do individualismo – será questionada sob dois aspectos: a) “nada indica que as formas de organização familiar sigam mecanicamente as linhas mestras do desenvolvimento econômico e social de uma região¹²”; b) “um maior esfacelamento das relações de trabalho poderia redundar numa maior necessidade de apoio comunitário em outras esferas, inclusive familiar, e não no contrário” (CORRÊA, 1982: 30)

“Em suma, assim como o retrato da família patriarcal rural, o da moderna família conjugal urbana, justamente por serem ambos apresentados como os extremos de um continuum, pontos fixos de partida e chegada, necessita profundidade para adquirir maior semelhança com a realidade que pretende expressar. A mesma homogeneização que é problema para uma forma é-o para outra.” (CORRÊA, 1982: 35)

FONSECA (2007) chama a atenção para semelhança existente entre o comportamento familiar dos pobres das cidades brasileiras no início do século XIX e o de populações europeias pré-modernas. A autora esclarece que o objetivo desta comparação seria desmistificar a *família conjugal moderna*, mostrando-a não como unidade “natural” ou universal, mas sim como construção histórica, tendo o cuidado de não cair em uma postura evolucionista que veria, na trajetória brasileira, uma fase atrasada da história europeia. A partir desta comparação, a autora sugere a possibilidade da existência de formas familiares específicas às camadas populares urbanas.

Contudo, Duarte (1995) adverte para os perigos que ameaçam a compreensão e o reconhecimento da especificidade de outras formas de organização familiar, sendo o primeiro deles a não percepção da sua diferença valorativa, ideológica, em relação ao modelo central (por força das semelhanças externas e morfológicas que o atravessam);

¹¹ “Novas pesquisas indicam que a família patriarcal não pode mais ser vista como única forma de organização familiar do Brasil colonial e sugerem que a colocação da figura do homem no centro de uma unidade doméstica, como regra, parece ser também uma ilusão.” (CORRÊA, 1982: 34)

¹² Corrêa deixa claro que seria necessário ver as maneiras pelas quais as formas econômicas, sociais e políticas articulam-se entre si – nas diferentes áreas de ocupação da sociedade brasileira – antes de decidir pela dominação de um determinado modelo familiar (1982: 34)

e, o segundo, justamente o de atribuí-la a um efeito de mera “sobrevivência” das formas tradicionais.

“Embora as classes populares representem certamente um espaço de indisponibilidade primordial a esses valores elas não deixam de vir sofrendo longamente a pressão do pólo cultural dinâmico, sobretudo nesse *lócus* privilegiado da individualização que é o mundo urbano moderno.” (DUARTE, 1995; 35)

Para Sylvia Leser de Mello (2003 [1995]), o que incita mais a discussão e reflexão sobre as questões da família, tem relação com “alguns inquietantes sintomas” de etnocentrismo ou do preconceito que se tem por algumas organizações familiares, especialmente, a da família das classes populares.

“A família, no caso a família da classe pobre é declarada incompetente. Seus membros adultos são desqualificados culturalmente. Suas funções essenciais de socialização são responsáveis pela geração de “personalidades deformadas”, ou seja, inaceitáveis, capazes de cometer as mais bárbaras atrocidades.” (MELLO, 2003 [1995], p.25).

Em sua análise sobre a relação entre as famílias e as redes sociais, Elizabeth Bott discute o impacto da localidade, por exemplo, no estabelecimento do que chama de “redes de conexidade”. Para autora, compreender como as relações familiares atuam implicaria focalizar não apenas relações mais estreitas, mas também a “parte da rede composta pelos vizinhos”, bem como pelas “redes independentes do marido e da esposa” e o modo como se dá a conexidade dessas redes com a rede total” (BOTT, *apud* VIANNA, 2002, p. 25 [nota 25]).

“O mundo familiar mostra-se numa vibrante variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para as vicissitudes que a vida vai trazendo. Desconsiderar isso é ter a vã pretensão de colocar essa multiplicidade de manifestações sob a camisa-de-força de uma única forma de emocionar, interpretar, comunicar.” (SZYMANSKI, 2003 [1995], p. 27).

No capítulo 3, buscaremos focar nas tensões observadas entre a esfera familiar (e seu espaço correspondente) e a organização coletiva dos moradores que institui uma instância deliberativa formal (o Coletivo) que, por sua vez, atua na regulamentação dos comportamentos dos ocupantes e interfere, diretamente ou indiretamente, nas relações familiares. Antes disso, resgataremos um pouco sobre a história do Rio de Janeiro e a crescente intervenção estatal sobre as habitações coletivas na cidade, de modo a aproximar a discussão acima ao contexto no qual a ocupação, foco do presente estudo,

se insere. De modo geral, argumentaremos, corroborando com a análise de diversos autores, que há, no século XIX, um deslocamento da coerção sobre o trabalhador dos espaços produtivos para os espaços domésticos, fazendo das habitações coletivas objeto prioritário de intervenção do Estado sobre as relações cotidianas no âmbito familiar. Além disso, buscaremos ressaltar a importância do estudo dessas habitações coletivas e suas práticas cotidianas, por constituírem, até hoje, focos de resistência do pobre urbano. O problema da coerção do Estado sobre as habitações coletivas no Centro do Rio de Janeiro não constitui um fato recente, mas remonta, especialmente, à passagem do século XIX para o XX. Civilizar, modernizar e revitalizar, raramente são verbos que beneficiam as classes mais pobres. No Rio de Janeiro, do passado e do presente, isso não foi, e ainda não é diferente.

1.2.1 As habitações coletivas do Centro: foco de doenças ou de contestação?

“Levamos a procurar as causas da civilização para reverenciá-las como se fossem deuses... Engraçado! É como se a civilização tivesse sido boa e nos tivesse dado felicidade! (Lima Barreto¹³)

Mesmo com o crescimento observado no início do século XIX no Centro, da então chamada, Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – com a descoberta do ouro nas minas, a expansão do comércio e das atividades portuárias na cidade, o mercado de escravos, o prestígio e desenvolvimento da vida urbana estimulados pela chegada da Corte – grande parte dos bairros portuários ainda preservavam-se relativamente distantes da vida urbana. Predominavam em seus espaços, grandes chácaras e fazendas que impediam ou dificultavam o crescimento urbano (FREYRE, 2002). Somente a partir de meados do século XIX é que a área começa a crescer, porém logo assume o estigma de uma área suja, “mal habitada”.

No século XIX, com o declínio do trabalho escravo, a cidade passara a receber grandes contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos, atraídos pelas oportunidades de trabalho assalariado. Contudo, a ausência de habitações na cidade, ainda mais para as camadas populares, fez com que a população se dirigisse para as áreas que começavam a ser povoadas como a atual Zona Portuária. Desde o século XIX os pobres urbanos desenvolvem práticas para permanecer residindo no centro da cidade

¹³ BARRETO, Lima (1949). “Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá”. Ed. Mérito

do Rio de Janeiro, onde os cortiços serviam de alternativa para aqueles que não podiam arcar com os altos preços dos imóveis da classe média. Os cortiços da cidade, localizados notadamente nas freguesias da Gamboa e Santo Cristo, se constituíam como espaços de moradia das classes em condição socialmente inferior, entretanto, esses, ainda assim, mantinham uma profunda relação com a cidade e mantinham uma proximidade física com as classes mais abastadas. “A elite local diferenciava-se do restante da população mais pela aparência de suas residências do que pela sua localização” (FERNANDES, 2009, p. 27).

O século XIX foi, para a cidade do Rio de Janeiro, um período de grande transformação. No início da década de 1820, a cidade se limitava as atuais regiões administrativas do Centro e da Zona Portuária, mas na passagem no século XIX para o XX, o Rio assistiria a sua tão sonhada modernização. O longo processo de abolição da escravidão que atravessou o século XIX, a política de “embranquecimento” da população com incentivos para a imigração europeia, o crescimento industrial e do setor de serviços, e a constituição de um mercado de trabalho livre, tornava a cidade mais diversa socialmente e mais complexa, fazendo surgir novos conflitos e novas demandas para a administração pública. Gerir uma cidade que crescia exponencialmente, demandava a implementação de tecnologias sociais, da adequação do espaço urbano para permitir o controle do Estado, mas, acima de tudo, da adoção de critérios técnicos e científicos que buscassem compreender a racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas e que norteassem a condução das políticas públicas da época. A segunda metade do século XIX foi marcada pela expansão da infraestrutura urbana, pela ampliação da polícia em termos de efetivo e de funções, pela intensificação dos registros censitários e pela adoção do pensamento médico como parâmetro para elaboração de políticas urbanas (RODRIGUES, 2007).

Chaloub (2006) afirma que na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, os deputados tinham grande dificuldade em vislumbrar a organização do mundo do trabalho sem recorrer às políticas de domínio características do cativo. Era preciso formular estratégias de repressão contínua ao trabalhador fora dos limites da unidade produtiva.

“Se não era mais viável acorrentar o produtor ao seu local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar. Daí o porquê, em nosso século [o autor se refere ao século XX], a questão de manutenção da “ordem” ser percebida como algo pertencente a esfera do poder público e suas instituições específicas de controle – polícia, carteira de identidade, carteira de trabalho etc. Nenhum desses elementos estava no cerne

da política de domínio dos trabalhadores na escravidão; na verdade, até 1871, não existia sequer algum registro geral de trabalhadores” (CHALOUB, 2006, p. 24).

O referido autor destaca que o conceito de “classes perigosas” foi muito debatido por parlamentares na Câmara dos Deputados do Império do Brasil nos meses seguintes à abolição da escravidão. Não é preciso muita imaginação para ver que a população negra foi, rapidamente, eleita como suspeito preferencial. Contudo, havia uma pseudo-lógica que justificava a pobreza e remetia a sua culpa àqueles que mais sofriam de seus males. Segundo Chaloub, para os nobres deputados,

“a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não-trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão ‘classes pobres e viciosas’, vemos que as palavras ‘pobres’ e ‘viciosas’ significam a mesma coisa para os parlamentares (CHALOUB, 2006, p. 22)

Os cortiços tiveram um papel importante na luta contra a escravidão, servindo como esconderijo de escravos fugidos e como local de reencontro para famílias negras separadas por seus senhores. Fez-se necessário reprimir o pobre fora de seu espaço de trabalho, até porque, com o crescimento da demanda por serviços e do consumo, o trabalho informal tornou-se uma das principais alternativas para os ex-escravos e novos imigrantes. Assim, as habitações coletivas passaram a ser, para as autoridades, o espaço prioritário de repressão ao pobre. A própria palavra “cortiço” era pejorativa e tinha como objetivo estigmatizar as habitações coletivas do pobre urbano nas áreas centrais da cidade. Não havia uma definição clara ou sequer consenso em relação àquilo que era o cortiço e a sua diferença em relação às estalagens (Ibidem). Mesmo assim, a perseguição às habitações coletivas dos pobres urbanos adquiriu ainda mais força com os higienistas, que ofereciam um argumento racional, médico e, portanto, “objetivo”; que justificava tal perseguição. Deste modo, além de perigosos e sujos, os pobres eram, também, contagiosos. Contudo, como mostra Chaloub, o perigo de contágio dos pobres ia muito além da simples doença:

“Os pobres ofereciam também o perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes

perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais” (Ibidem, 29).

Assim, construía-se a ideia de que os hábitos dos moradores pobres eram nocivos à sociedade e aos seus filhos. Portanto, o Estado teria duas funções: reprimir os supostos hábitos de não-trabalho a curto prazo, mas, a longo prazo, era preciso cuidar da educação das crianças. Até esse momento não parecia possível pensar a questão das habitações coletivas segundo os parâmetros estritamente técnicos da Higiene; ao contrário, este era um problema social, a ser solucionado a partir de decisões políticas claras dos governantes da cidade. Em um documento escrito pela Secretaria de Polícia, era sugerida a formulação de uma política destinada à promoção de habitações populares. Apesar da Câmara Municipal não dar muita atenção a tal documento, isso nos mostra um pouco do pensamento da época que se esforçava em coibir as habitações coletivas sem oferecer qualquer alternativa. Porém, como nos alerta Chalhoub (2006), o eixo fundamental dessa primeira década de discussão sobre os cortiços – que se baseava na melhoria da qualidade das condições higiênicas das habitações coletivas, com coleta regular de lixo, latrinas limpas, calçamento, janelas amplas –, iria mudar radicalmente nas décadas seguintes. Estavam preparando os instrumentos legais para a erradicação dos cortiços e, conseqüentemente, para o acirramento de políticas que promoviam a expulsão das “classes perigosas” das áreas centrais da cidade. (Ibidem, p. 33 e 34)

No Brasil, no início do século XX, o governo de Rodrigues Alves aspirava grandes reformas e elegera a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal, o marco dessas mudanças. Nos planos reformistas, inspirados nos modelos parisienses, constava transformar o Rio de Janeiro numa cidade limpa, moderna, de grandes e largas avenidas, livre de vendedores ambulantes, mendigos e maltrapilhos. Não se tratava, apenas, de uma repulsa estética à “sujeira”, mas aos perigos que a aglutinação destes personagens urbanos poderia causar.

A primeira década do século XX representa para a cidade do Rio de Janeiro uma época de grandes transformações motivadas pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. Mas objetivando, também, controlar o espaço central da cidade e o então movimento operário. O discurso higienista, juntamente com o discurso de modernização da capital, fazia dos cortiços e das estalagens do Centro carioca exemplos daquilo que deveria ser combatido. As habitações coletivas foram colocadas na ilegalidade, cortiços e estalagens não poderiam ser construídos ou sequer reformados. O objetivo era alocar a

população pobre que lá habitava em vilas operárias que se constituíam como alternativa preferencial do Estado para a habitação dos pobres urbanos, pois voltavam, de certo modo, a associar o controle dos trabalhadores aos espaços de produção. Rodrigues (2007) destaca que, em 1902, a fábrica Confiança Industrial inaugura a Escola Primária da fábrica que se propõe a oferecer educação básica a todos os operários e famílias e estabelecem a obrigatoriedade de “ir à escola”. O autor ressalta que as cartilhas distribuídas não ensinavam somente

“as quatro operações ou as regras básicas do ‘bom português’. Pretendiam ensinar também a ‘*ser um bom operário e cidadão zeloso*’ e faziam isso usando, como textos de leitura e exercício, situações que se reproduziam no cotidiano da fábrica, veiculando os comportamentos exemplares no trato das pessoas e das máquinas, nas questões de higiene e, até, nas relações familiares. Preguiça e ócio eram combatidos através do trabalho constante e da pontualidade e respeito” (RODRIGUES, 2007, p. 22).

Porém, as chamadas “vilas operárias” não foram suficientes para eliminar os cortiços que ainda abrigavam a maior parte da população pobre da cidade, pelo menos até o início do século XX (ABREU, 2006 [1987], p. 57). Segundo Maurício Abreu (2003), com a inauguração das ferrovias Leopoldina, Rio D’Ouro e Melhoramentos do Brasil nas décadas de 1880 e 1890, e com o aumento dos investimentos em promoção fundiária, ocorreu um processo de “abertura do subúrbio ao proletariado” que funcionou “como verdadeira válvula de escape” para o potencial insurgente e explosivo da população pobre habitante do Centro (ABREU, 2003, p. 226). Assim, Abreu argumenta que a questão da habitação popular acabou se deslocando, no século XX, da *forma* da habitação para o seu *espaço*, ou seja, “[t]ransferiu-se da *habitação em si* para o *hábitat*” (Ibidem, p. 228).

Entretanto, o Prefeito Pereira Passos, ainda no início do século XX, tratou de inviabilizar, também, o subúrbio para a habitação popular, exigindo plantas e construtores legalmente habilitados, definindo os materiais de construção permitidos, regulamentando fachadas etc. (ABREU, 2006 [1987]). A ocupação dos morros da cidade se intensificou neste período, e as favelas tornaram-se uma solução para o problema de habitação do pobre urbano. Outra alternativa era ocupar áreas localizadas além da fronteira do então Distrito Federal, pois estas estavam livres das restrições impostas pelo Prefeito, como aquelas que se aplicavam ao subúrbio. Portanto, o período de modernização da cidade foi um período que deslocou o foco das políticas de repressão aos trabalhadores dos donos dos meios de produção para o Estado, fazendo

com que o espaço prioritário de intervenção também se deslocasse do trabalho para a casa.

O problema do déficit habitacional permaneceu sem uma solução do Estado, mas as políticas de repressão às habitações dos pobres urbanos (ou mais especificamente ao seu *hábitat*, como argumenta Abreu, 2006 [1987]) continuaram e atravessaram todo o século XX. Mesmo assim, nem o poderoso Pereira Passos e nem todos os outros prefeitos que o seguiram, conseguiram realizar completamente o desafio de retirar as camadas mais pobres da sociedade do Centro e das áreas residenciais de classe média e alta. Até hoje, a Zona Portuária é habitada pelos pobres e segue sendo palco de manifestações políticas e do surgimento de movimentos sociais como o movimento dos sem-teto.

Contudo, as pesquisas que enfocam os movimentos sociais sempre partiram de matrizes diversas para abordar esses tipos específicos de ação social. Na Europa, boa parte da literatura sobre o tema atenta especialmente para os movimentos ligados à *esfera das relações de produção* na sociedade capitalista (seja em suas experiências do início do século XX ou em suas variações mais contemporâneas). Já no Brasil, não é difícil perceber como as referências por aqui também têm sido, justamente, esses tipos de movimento social europeu. Em que pesem as diferenças sócio-espaciais e históricas desses contextos, o fato de as mais conhecidas experiências populares brasileiras se vincularem de forma especial à *cotidianidade* e à *esfera das relações de reprodução social* fez, durante um bom tempo, com que diversos pesquisadores do país as vissem como mobilizações pouco ambiciosas. Somente depois do surgimento e da ampliação mais recente da “primeira” e da “segunda geração dos novos movimentos sociais” (SOUZA,1988) na América Latina, é que outras leituras têm tomado maior espaço, especialmente a partir das experiências de movimentos sociais indígenas (como os *aymaras* andinos ou *zapatistas* mexicanos) e a partir do crescimento de movimentos urbanos como os sem-teto, os movimentos sensibilizados pelas questões de mobilidade e transporte, os movimentos vitimados pela violência do Estado etc.

Zibechi (2006) chama atenção para o fato de não estarmos dispostos a considerar que, na vida cotidiana, as relações sociais, de companheirismo, de solidariedade, e de família, são organizações da mesma importância que o sindicato, que o partido, e até que o Estado. No imaginário dominante, entende-se por organização o instituído, sendo estas as relações de caráter hierárquico, visíveis e claramente identificáveis. As relações pactuadas, através de acordos formais são mais importantes na cultura ocidental do que

as fidelidades tecidas por vínculos afetivos. As associações de caráter instrumental (nas quais os vínculos da racionalidade convertem as pessoas em meios para conseguir fins) são consideradas mais relevantes do que a comunidade (tecida e baseada nas relações subjetivas, nas quais os fins são as próprias pessoas). Porém, o autor complementa que na realidade concreta das pessoas ocorre o contrário e as relações de caráter comunitário adquirem imensa força.

Silvia Rivera, ao discorrer sobre os setores populares urbanos da Bolívia, afirma que “a política não se define tanto nas ruas, quanto no âmbito mais íntimo dos mercados e das unidades domésticas, espaços de protagonismo feminino por excelência” (RIVERA apud ZIBECHI, 2006, p. 71). Sem dúvida, os estudos sobre os movimentos sociais (talvez presos demais ao “olhar de sobrevôo” [SOUZA, 2006b]) têm negligenciado o papel feminino ou atribuído a ele um papel meramente secundário. A Geografia, por exemplo, tendeu a subestimar as temáticas envolvendo o cotidiano e o microsocial, como se o dia-a-dia fora dos movimentos sociais não fosse tão importante. Segundo Silva (2005), essa negligência da Geografia para com o cotidiano se deveu ao fato dos estudos geográficos terem sido, predominantemente, centrados nos espaços político-institucionais, nos processos de produção e acumulação de riqueza e na concepção de cultura como instância supra-orgânica (SILVA, 2005). Contudo, o surgimento dos “novos movimentos sociais” e os avanços da Geografia em termos de sofisticação conceitual para lidar com questões referentes à esfera microsocial (pelo menos desde a década de 1980), tem possibilitado a emergência de estudos que incluem uma análise crítica do cotidiano sem com isso negligenciar a importância dos fatores macroestruturais.

Tendo isso em vista, esperamos no presente trabalho poder responder a provocação formulada por Zibechi:

“As maneiras como o protagonismo feminino e as unidades domésticas estão modificando as formas de se fazer política e a mudança social, ainda é um terreno aberto de investigação” (ZIBECHI, 2006:71).

Espera-se, dessa forma, contribuir para a valorização da espacialidade cotidiana e do papel dos espaços privados nos estudos a respeito dos movimentos sociais, vendo tais características como fundamentais tanto para uma melhor elucidação desse tipo de ação social, quanto para uma maior capacidade de cooperação junto às experiências de mobilização popular.

1.3 A história da Ocupação Quilombo das Guerreiras: Seu funcionamento interno e a construção do Coletivo¹⁴

Relacionar o processo de “urbanização”¹⁵ com a exclusão de parcelas da população de áreas determinadas da cidade é, há de se reconhecer, já bastante frequente. Nos casos das grandes cidades brasileiras, esses processos vêm sendo acompanhados pela ociosidade de inúmeros imóveis que, se por um lado não possuem mais as funções que lhes eram características anteriormente, tampouco passam por um processo de refuncionalização efetiva. Para além de uma “desfuncionalização”, é ainda mais risível a importância que tem se dado a tais imóveis quando se diz respeito à resolução do déficit habitacional brasileiro. Enquanto inúmeros imóveis permanecem completamente inutilizados, o número de “habitações adequadas” necessárias para suprir a falta de moradias segue crescente.

Os grupos sociais também desenvolvem suas práticas, de forma mais ou menos organizada, coletiva e espontânea. Notadamente os ativismos e movimentos sociais, no entanto, buscam também coordenar suas ações visando alterar a correlação de forças nas cidades. Assim, ativismos e movimentos sociais seguem tendo um papel fundamental ao pressionar por demandas, denunciar injustiças, propor alternativas, ou mesmo ao colocar em prática soluções por meio da *ação direta*.

O movimento dos sem-teto, através de suas várias organizações, atua, basicamente, utilizando duas táticas espaciais. A primeira é a ocupação de terrenos ociosos e utilizados para fins especulativos nas franjas periurbanas da cidade; e a segunda consiste em ocupar imóveis ociosos (geralmente de propriedade do Estado) nas áreas centrais da cidade. Além disso, as organizações do movimento dos sem-teto também se diferenciam em relação ao seu modelo de organização. SOUZA e TEIXEIRA (2009) classificam essas organizações em dois diferentes modelos: as que adotam um modelo com maiores traços de hierarquia que os autores denominam como

¹⁴ As memórias aqui apresentadas não são da autora. São memórias “emprestadas” por amigos e companheiros de luta que participarão da construção dessa história desde seu início. Um agradecimento especial a Pedro freire por ter concedido uma entrevista a Rafael Gonçalves de Almeida (pesquisador do NuPeD/UFRJ) no dia 15 de setembro de 2007.

¹⁵ Usa-se aqui o termo *urbanização* entre aspas para enfatizar que, da forma como foi concebida na esteira da Reforma Passos (e, diga-se de passagem, que segue sendo concebida em sua ampla maioria das vezes na atualidade), o processo diz respeito não a toda gama de aspectos relacionados à *urbanidade*, mas especialmente às modificações da dimensão do substrato espacial / material de parte da *urbe* (ainda que contemplando aspectos sócio-políticos fundamentais para a melhor elucidação do ocorrido).

“variante por coordenação”, e outras que organizam suas ocupações através de um modelo horizontalizado – no qual a instância máxima de discussão e deliberação é a assembleia de moradores, também denominada de Coletivo –, estas seriam denominadas de “variante por coletivo”.

Nestas ocupações que pertencem à “variante por coletivo”, todos os moradores possuem direito a voz, sendo os votos distribuídos de acordo com unidades de moradia (sendo um voto para cada uma). As quatro ocupações que adotam este modelo de gestão são as ocupações Chiquinha Gonzaga (2004), a Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006) (figura 1).¹⁶

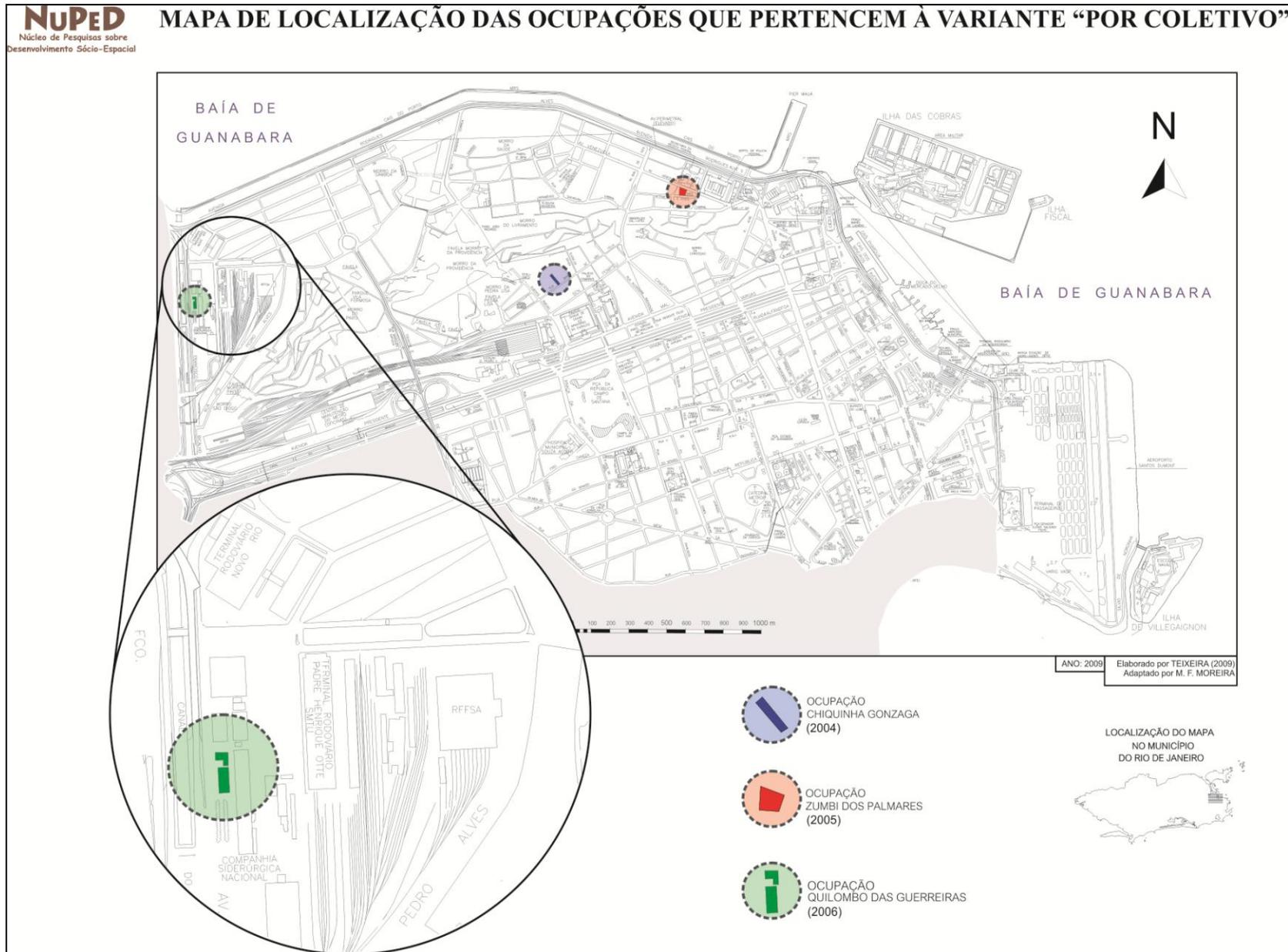
É no contexto desse movimento social que a ocupação Quilombo das Guerreiras, foco do presente trabalho, é gestada, surge e se encontra. A ocupação possui mais de quatro anos de existência. Vivem atualmente no imóvel cerca de 40 famílias distribuídas nos quatro andares do imóvel (de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro) – localizado na Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Santo Cristo – até então desocupado há duas décadas.

¹⁶ Infelizmente, as ocupações Zumbi dos Palmares foi despejada este ano (2001). Maiores informações sobre o assunto podemos encontrar na dissertação de mestrado em Antropologia – desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense – de autoria de Freire (2011): *Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio*. Devido aos novos acontecimentos, o número dessas ocupações reduziu visivelmente.

Figura 1

NUPED
Núcleo de Pesquisas sobre
Desenvolvimento Sócio-Espacial

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES QUE PERTENCEM À VARIANTE “POR COLETIVO”



Porém, a conquista do prédio não aconteceria sem antes duas tentativas mal sucedidas que a precederam. O ano era de 2005, o momento era de muita mobilização fomentada pelo sucesso das ocupações Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares, e foi assim que militantes vinculados a diferentes organizações de esquerda resolveram seguir o mesmo procedimento destas ocupações, formando, então, um grupo de sem-teto disposto a realizar uma nova ocupação. Inicialmente, são militantes já engajados em trabalhos de base, tais como cursos de alfabetização e pré-vestibulares comunitários, os quais começam a se organizar para formar o grupo de futuros ocupantes, indicando data, local e horário das reuniões.

As reuniões do grupo para a preparação da ocupação cresciam a cada semana. Motivados não só pela promessa de conquistar uma moradia, mas ainda um local de moradia tranquilo (livre, principalmente, da influência da criminalidade violenta que territorializava as áreas segregadas dos pobres urbanos), os futuros moradores encarregavam-se de chamar amigos e parentes, e justificava a crescente procura pela participação no novo processo de ocupação.

Após seis meses de reuniões semanais, o Operativo¹⁷ optou pela escolha de um edifício do INSS, localizado na Rua Alcino Guanabara, próximo a Cinelândia. A ação se deu na madrugada do dia 14 de novembro de 2005. Logo pela manhã, um forte aparato policial já havia sido mobilizado em frente ao edifício ocupado, impedindo a entrada e saída de qualquer pessoa, mantimentos e até mesmo água. Com a primeira tentativa de ocupação da Quilombo das Guerreiras o pedido do INSS de reintegração de posse foi julgado e a ordem de despejo executada ao final da tarde, causando grandes comoções nos moradores e apoiadores externos.

Alguns meses depois, no dia quatro de julho de 2006, ocuparam um outro imóvel, localizado na Rua Estrela, 64, localizado no bairro do Rio Comprido, na Zona Norte da cidade. Este imóvel não se encontrava muito distante do centro, porém era privado. Apesar de o prédio estar abandonado há 15 anos, no momento da ocupação, o proprietário estava em dia com o IPTU, razão suficiente para que o juiz aceitasse imediatamente o seu pedido de reintegração de posse. Infelizmente, a ocupação não durou nem 24 horas.

Após o segundo despejo as reuniões continuaram, e, no dia nove de outubro do mesmo ano, ocuparam outro prédio, localizado na Av. Francisco Bicalho, 49, de

¹⁷ O Operativo é um grupo secreto formado por apoiadores de um novo processo que possui a função de planejar e executar a ação direta, ou seja, a ocupação em si.

propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, de capital misto – parte privado e parte da União. Apesar de o juiz conceder uma liminar de reintegração de posse á Companhia Docas (proprietária do prédio), ele não chegou a autorizar o despejo. Com promessa de reassentamento dos moradores para moradias oferecidas pelo Estado, a Companhia Docas autorizou a permanência temporária dos ocupantes, mas estes se recusaram a aceitar qualquer delimitação de prazo para sua retirada.

1.3.1 O funcionamento interno da Ocupação Quilombo das Guerreiras e sua espacialidade

As ocupações da variante “por coletivo” se organizam a partir de duas categorias que possuem papéis diferenciados: o Coletivo (instância máxima de deliberação dos moradores) e o Apoio (grupo formado por ativistas que se opõe à propriedade privada e atua, junto aos sem-teto, na ação direta ou em atividades políticas, educativas e culturais na ocupação, mas não busca conquistar uma moradia para si). A organização política das ocupações desta variante demanda uma organização do espaço que viabilize e promova interações horizontalizadas e relações de solidariedade e cooperação. Assim, há uma preocupação explícita (e muito debatida e polêmica) em reservar espaços para atividades coletivas. Em um trabalho recente (ALMEIDA, GRANDI e MOREIRA, 2009), buscamos classificar os diferentes usos dos espaços da ocupação e seus respectivos papéis na micropolítica das relações sociais estabelecidas. Faz-se mister ressaltar que as divisões e categorizações não têm como objetivo propor “modelos”, mas serão utilizadas somente para facilitar a elucidação dos papéis desempenhados pela espacialidade na organização e na prática política da ocupação em tela. Além disso, as características utilizadas para cada categoria, não se restringem exclusivamente às categorias correspondentes. Muitas dessas características estão presentes de maneira concomitante em vários ou mesmo todos os espaços da ocupação, em maior ou menor grau. As fronteiras nem sempre são claras e as relações sociais e de poder observadas são complexas e não cessam inteiramente ao atravessar de um espaço para outro.

Existem "zonas de transição" ou “áreas de sombra” e de contato entre os espaços. Assim, apesar de identificáveis, é impossível delimitar com precisão onde termina um desses espaços e começa o outro. Todos os espaços têm aspectos que perpassam essas divisões e que são importantes para a construção desse todo,

costurando a teia de relações sociais existentes dentro da ocupação. Entretanto, os moradores da ocupação estudada, ao colocar em prática seu modelo de (auto)gestão política, agem de forma a adequar (em certa medida conscientemente) a organização espacial interna a este modelo.

Assim, para compreender melhor a dinâmica política dos espaços coletivos e seu papel na viabilização da “autogestão” da ocupação estudada, dividimos esses espaços em cinco categorias: espaços formais deliberativos, espaços formais não-deliberativos, espaços informais de uso comum, espaços de produção e geração de renda e áreas de segurança (figura 1). Antes de explicitar cada uma das categorias, vale ressaltar que tais categorias serão utilizadas no capítulo 3 deste trabalho onde analisaremos as práticas espaciais dos moradores e a maneira pela qual as relações próprias dos espaços privados interagem com a configuração política observada nas discussões coletivas.

(a) **Espaços formais deliberativos** – Trata-se, mais propriamente, de um espaço-tempo destinado às assembleias gerais semanais da ocupação. É no “espaço formal deliberativo” da ocupação que conflitos são solucionados e debatidos e onde as regras que regem a ocupação são discutidas e decididas. Trata-se de um espaço caracterizado pela possibilidade constante de autoinstituição do “*nómos*”. Ou seja, diferentemente da heteronomia, mesmo em sua manifestação como “democracia” representativa (na qual as leis devem ser obedecidas e não discutidas, pois a discussão das leis não é incumbência dos cidadãos “comuns”), na ocupação estudada as normas que compõem o estatuto da ocupação podem ser discutidas e questionadas nas assembleias por qualquer morador e a qualquer momento.

(b) **Espaços formais não-deliberativos** – Espaços destinados à biblioteca, festas, celebrações, eventos culturais e de entretenimento como apresentações teatrais, churrascos, bingos etc. (figuras 5 e 6). Estes buscam incentivar o estreitamento dos laços de amizade e afetividade, priorizando a convivência intersubjetiva e a descontração. São espaços específicos criados, propositalmente (de forma consciente e reflexiva), para amenizar os conflitos coletivos. Evidentemente, a supressão de todo tipo de conflito é impossível, contudo, estes possuem um caráter mais fortemente individual e pessoal, não coletivo. São espaços que possuem duas finalidades específicas: promover um espaço de encontro que permita que os moradores se conheçam fora dos espaços formais de deliberação e para que haja

uma maior tolerância e respeito com a opinião do “outro”; e para angariar recursos para solucionar problemas referentes à estrutura do prédio (a partir da venda de comida e bebida, por exemplo).

(c) **Espaços informais de uso comum** – São os corredores, escadas, varandas e banheiros coletivos. Esses espaços possuem características micropolíticas específicas, como apontam Teixeira e Grandi (2008), pois é lá que ocorrem conversas cotidianas, se espalham os boatos, se estabelecem relações afetivas e se intensificam interações intersubjetivas, inclusive abrigando discussões informais sobre propostas políticas submetidas às assembleias do Coletivo. Os próprios moradores reconhecem o importante papel desses espaços, sendo os *loci* privilegiados do que é chamado de “Rádio Corredor”. “A 'Rádio Corredor' é o nome dado, exatamente, a esta tessitura de redes informais de informações ('fococas') e boatos gestados no âmbito dos corredores.” (TEIXEIRA e GRANDI, 2008, p. 6)

(d) **Espaços de produção e geração de renda** – Os espaços de produção (figura 4) são de uso restrito, a respeito dos quais o Coletivo delibera sobre a utilização por moradores que desejem produzir, montar uma cooperativa e/ou utilizar o espaço com o fim de gerar trabalho e renda.

(e) **Áreas de segurança** – Podem ser compreendidos como todo o perímetro da fronteira entre tais tipos de territórios e o “mundo exterior”, como, por exemplo, a portaria. Contudo, são, também, espaços de convivência, onde há trocas de informações e compartilhamentos de diversos tipos. Podem funcionar como espaços de articulação para outras atividades do Coletivo, mas estão, predominantemente, voltados para os acontecimentos do lado de fora da ocupação.

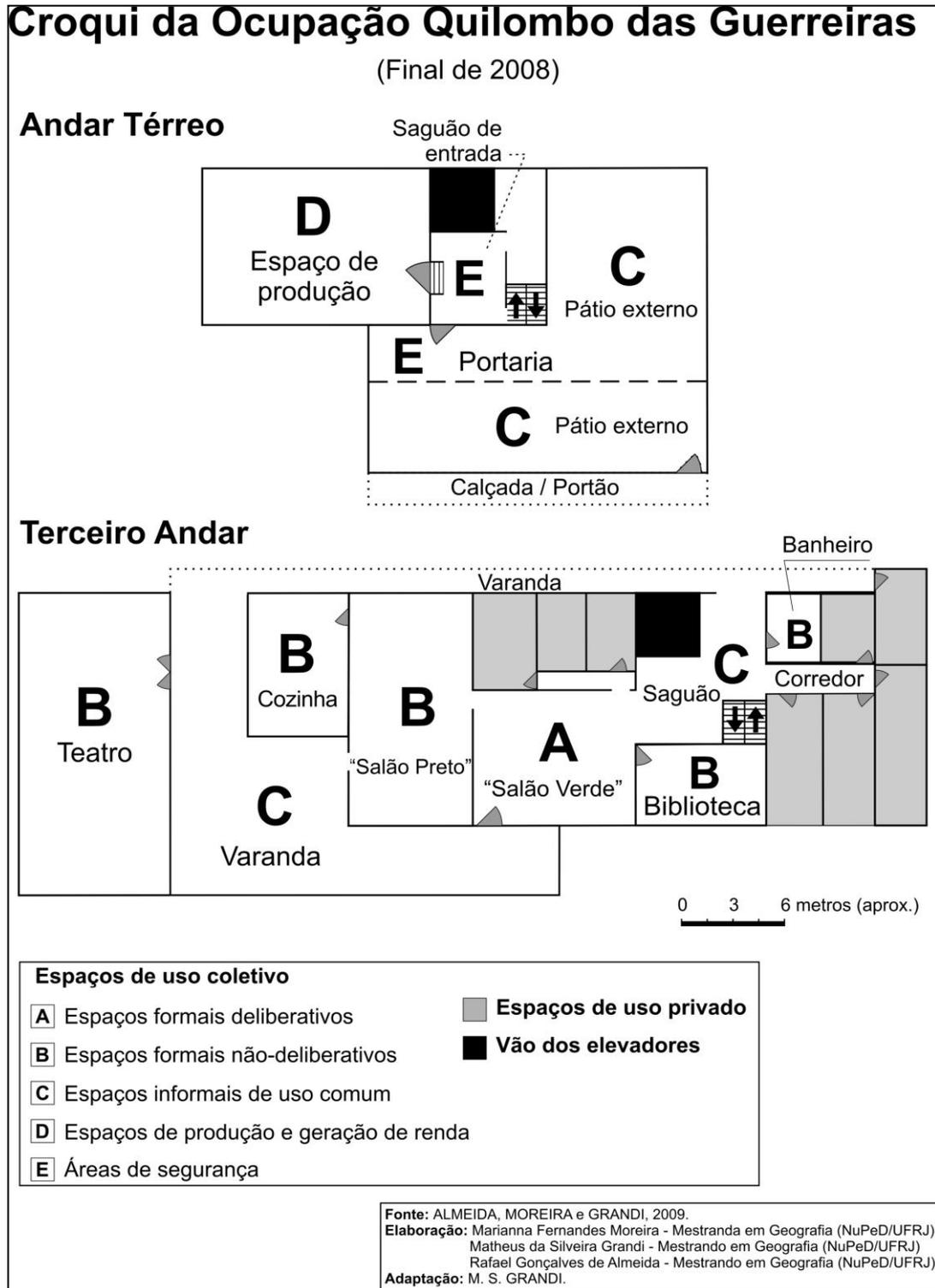
Na ocupação Quilombo das Guerreiras observa-se uma preocupação diferenciada em relação a outras ocupações do movimento dos sem-teto: a construção coletiva da ocupação. Enquanto muitas organizações do movimento dos sem-teto exigem a participação do ocupante nas atividades organizadas pela coordenação e que tratam de problemas macropolíticos (como os que envolvem a questão da habitação e do trabalho), há na ocupação estudada, uma preocupação maior com o envolvimento dos indivíduos (ocupantes) com as atividades e a manutenção da própria ocupação. O

morador não é obrigado a participar da organização e das atividades do movimento dos sem-teto, porém lhe é cobrado o envolvimento com a sua própria ocupação. O ocupante precisa realizar os trabalhos coletivos e estar presente nas reuniões. Isso não quer dizer que não haja atividades voltadas para tratar sobre problemas que ultrapassam a esfera da ocupação, contudo, há nessa perspectiva de construção coletiva, e na ênfase que lhe é dada, uma preocupação em formar indivíduos aptos a viver coletivamente.

Assim, a referida ocupação tem se organizado a partir da gestão coletiva de seu território, o que significa a utilização de uma estrutura formal horizontalizada (ou seja, com reduzidos traços de hierarquia), na qual os espaços deliberativos são abertos à participação de todos os moradores. Contudo, os espaços privados (figura 3) possuem, também, um papel político importante para o funcionamento da ocupação e de seu tipo de gestão. Em primeiro lugar, constituem a razão primeira da luta dos sem-teto – o de conquistar um espaço próprio para servir de moradia para cada indivíduo e, sendo o caso, para sua família. Dessa forma, a obtenção de uma moradia representa a possibilidade de melhor atender a suas necessidades urgentes e garantir um espaço seguro onde a privacidade da família seja respeitada.

Figura 2

Diferentes usos dos espaços da ocupação



Contudo, a relação entre os espaços privados da ocupação estudada e seus moradores não corresponde a uma relação de propriedade, mas sim, de posse. O morador não pode vender ou alugar a sua unidade de moradia, pois ela pertence ao Coletivo de moradores. Deste modo, os espaços privados não são completamente imunes às intervenções do Coletivo – se raramente de maneira direta, tais intervenções podem acabar ocorrendo de forma indireta. Os moradores da ocupação acabam por formar redes sociais que permeiam a unidade doméstica – redes de relações informais intersubjetivas – que serão criadas e fortificadas nos espaços coletivos.

A ocupação acaba por ser um espaço de sociabilidade local onde as redes de solidariedade se materializam. Sabemos que estas redes são constituídas nos locais de convívio cotidiano, como Igrejas, escolas e, claro, a partir de relações familiares. Entretanto, busco nesta pesquisa o papel que o Coletivo desempenha nesta rede e como isto é visto e compreendido por estas mulheres. Pergunto-me se, a partir da tessitura de uma rede de solidariedade intra-ocupação, o Coletivo consegue influenciar, no convívio cotidiano, modos de vida, códigos de conduta e, claro, a organização espacial dos espaços privados.

Toda ocupação tem seu regimento interno, um estatuto normativo, elaborado pelo grupo de moradores e organizadores do processo antes de efetuarem a ocupação. Podemos ver como isso faz parte da construção de uma pedagogia de comportamento, de um controle das condutas, onde o “desvio” é reprimido segundo punições predeterminadas pelo regimento. As redes de solidariedade são marcadas pela pessoalidade e pelo estabelecimento de comportamentos aceitos ou rejeitados pelo grupo: padrões de conduta, códigos não explícitos que devem ser respeitados, não transgredidos etc.

“A submissão a esses códigos, bem como a transgressão, constituem tanto vantagens como perda de capital relacional [...] Assim as ações cotidianas que reforçam os núcleos significativos das ações, crenças e relações, instituem os espaços locais” (SILVA, 2009:127).

Figura 3
Unidades de moradia



Primeiro vemos o espaço no momento em que foi ocupado. Um salão amplo, não originalmente construído para fins de moradia. E no segundo momento podemos ver o espaço já refuncionalizado e reestruturado, já dividido em unidades de moradia. (Fotos: Ângela de Moraes Sant'Ana, 2006 e Rafael Gonçalves de Almeida, 2008)

Figura 4
Espaço de produção e geração de renda



Nas reuniões após a ocupação os moradores separaram as unidades de moradia, e destinam também espaços para uso coletivo. No caso, para a produção (Foto: Rafael Gonçalves de Almeida, 2008).

Figura 5
Sala de reunião, festas e eventos culturais



Espaço coletivo onde, normalmente, acontecem as assembleias dos moradores e outras reuniões é, eventualmente, utilizado também para dias festivos. No caso a comemoração do segundo aniversário da ocupação (Foto: autor desconhecido, 2008).

Figura 6
Biblioteca



Antigo espaço destinado à unidade de moradia que, após o falecimento do morador do quarto, foi transformado em espaço da biblioteca: Atividades periódicas são desenvolvidas com as crianças por moradores e “apoios” neste espaço (Foto: Ângela de Moraes Sant’Ana, 2008).

1.3.2 O Coletivo: a construção de uma identidade

Esta dissertação será construída a partir do registro da vida da ocupação Quilombo das Guerreiras, da descrição de seus espaços, ambientes e das relações sociais que ali se formam. Em um artigo realizado, anteriormente, pela autora (MOREIRA, 2009), tive oportunidade de analisar, de forma introdutória, a constituição da identidade (espacial) da ocupação Quilombo das Guerreiras através do Coletivo. Por meio da narrativa de uma moradora (e visto que as ocupações são formadas pelo coletivo de trajetórias individuais dos que ali moram ou moraram), pude apreender como sua “biografia” revela processos de construção e aprendizado desse modo de habitar coletivo. Além disso, pude evidenciar alguns aspectos dos hábitos e costumes compartilhados que reafirmam e fortificam os moradores enquanto grupo, ainda que estejam presentes as tensões estabelecidas pelo eterno processo de convencimento.

Assim, o relato que segue é resultado de uma entrevista da qual Laura Carvalho, mulher de 42 anos, concordou em participar. Laura não só mora na ocupação Quilombo das Guerreiras como também participou do processo de ocupação desde o princípio, e antes morava em outra ocupação, a Chiquinha Gonzaga. A moradora não esconde seu incômodo com relação aos pesquisadores que, segundo ela, “vampirizam” a ocupação e nunca mais aparecem. Ultrapassar o ceticismo inicial da personagem permitiu-me acesso aos relatos de uma forte referência política do movimento dos sem-teto. Depois de tantos anos de convívio posso dizer que hoje ela se tornou uma amiga e companheira de luta. A crença na “força do Coletivo”, na horizontalidade das relações de poder e na autogestão aliada à determinação e o incansável esforço de construção do seu sonho (viver coletivamente) fazem com que ela seja uma personagem ao mesmo tempo emblemática e controvertida. Inserida nesse movimento social, Laura se destaca no Coletivo pelo afinco com o qual se dedica às tarefas internas à ocupação e ao movimento político dos sem-teto. Contudo, a denominação de liderança a incomoda. Sua seriedade, segurança, e perspicácia são facilmente percebidas nas reuniões e constituem, ao mesmo tempo, fontes de admiração e de suspeita, pois o Coletivo de moradores mantém-se cauteloso em relação às suas lideranças com receio de perder sua soberania. Mesmo assim, a admiração, o carinho e a amizade são visíveis nos olhos dos moradores, quando estes a ela se referem. Sua trajetória de vida revela conflitos, rupturas e tensões que, mesmo que individuais, ajudam a desvendar um pouco mais sobre os processos de construção identitária tanto dos sem-teto quanto do Coletivo.

Os autores trabalham a questão da identidade de forma distinta, contudo, há entre eles uma perspectiva comum de que a identidade não é única ou estática, ela é sempre um processo relacional que abarca negociações e conflitos. Portanto, trata-se, na realidade, de “políticas de identidade”¹⁸, ou seja, da construção social de identidades e não de identidades dadas ontologicamente. A identidade exerce um papel importante tanto na reprodução das relações de poder dominantes quanto nas relações de poder insurgentes. A identidade pode, portanto, reforçar posições privilegiadas na estrutura social, como também, agrupar indivíduos em torno de uma luta comum.

O Relato de Laura

Através de sua narrativa, Laura opera uma construção de si. A entrevista revela e descreve os marcos que constituem verdadeiros “divisores de água” para a sua biografia. A entrevista proporciona uma maneira de a interlocutora fazer uma organização, também para si, de sua trajetória. Goffman (1959) fala da construção de representações de si, podendo haver um controle de si, uma manipulação das falas e condutas, mesmo que inconscientemente. Apesar de podermos perceber um manuseamento da apresentação de si, observaremos também, durante seu relato, suas ambiguidades, angústias e contradições, ou seja, seus “desvios”. O autor nos chama atenção para um jogo de pressuposições em que, tanto eu quanto ela, agimos segundo o esperado.

A partir da construção de sua trajetória, de sua história e de sua família, seus conflitos e marcos até seu envolvimento com o movimento dos sem-teto, podemos ver momentos de ruptura e o “converter-se a causa” dos sem-teto, mas, principalmente, “converter-se” à crença no Coletivo. Isto demanda um engajamento cotidiano e um processo contínuo de convencer-se e convencer os outros moradores da legitimidade e importância da construção coletiva. Fortalecer o Coletivo é, sem dúvida, o objetivo principal do seu envolvimento.

¹⁸ Esta discussão será retomada no Capítulo 2.

*O que é um sem-teto?*¹⁹

Quem conversa com ela hoje e percebe a convicção e certeza na luta que ela se propõe a travar dentro da ocupação e também dentro do movimento dos sem-teto de forma geral, não imagina que ela já foi contra as “invasões” como as chamava na época.

“Mas eu achava errado. Primeiro porque eu já tinha um terreno e tinha uma concepção de que sem-teto é aquele que mora na rua que não tem para onde ir, né? Para mim essa era a concepção, de que sem-teto era quem não tinha teto mesmo. Nem a casa da mãe!...[E]u achava errado, porque eu pensava como minha mãe, que algumas pessoas ali não precisavam. Eu olhava assim, o fenótipo, o tênis, a roupa... ‘Pó, esses caras não precisam ficar invadindo prédio...’.

E quem é o sem- teto para você?

“É aquele que ou paga aluguel ou come, ou compra remédio ou paga aluguel, que está vivendo de favor na casa de um parente, ou ‘tá morando em péssimas condições, num espaço que vai cair em cima [dele] a qualquer momento. O sem teto, para mim é aquele que tem que ter espaço de moradia, mas o espaço tem que ser digno. Tem que ter dignidade, tem que lutar pela dignidade, serviços essenciais de água, luz e benfeitorias, mesmo, no seu espaço. Não é um espaço qualquer. Um espaço qualquer, sem querer menosprezar, tem os companheiros que moram em comunidades, que foram empurrados pros morros e gastam uma “baba” subindo de moto ou de Kombi porque não têm condições de subir com uma bolsa de compras. São felizes com sua moradia? São, mas não têm um espaço digno. Eu não considero um espaço digno.”

Muitos geógrafos anglo-saxônicos têm se debruçado sobre a espacialidade da constituição das identidades. Uma primeira e importante observação é que as identidades são constituídas através do reconhecimento daquilo que alguém não é. As identidades surgem de geografias históricas de conflito e diferença e essas mesmas geografias estabilizam identidades. Resumidamente, identidades podem ser mais ou menos móveis, porém todas elas envolvem exclusão. Portanto, identidades são construídas através da delimitação de fronteiras (PRATT, 2005, p. 160).

¹⁹ Ao me debruçar sobre a trajetória desta moradora não pude deixar de me referenciar em Sayad, Abdelmalek. “Os filhos ilegítimos”. *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998. p. 173-234. Este trabalho, portanto, não deixa de ser uma história que conto a partir do que ouvi.

A maioria das opiniões a respeito de quem seria o sem-teto focaliza o acesso à moradia. Ainda assim, há uma série de divergências sobre o grau de abrangência desta identidade, e a quem o movimento dos sem-teto representa politicamente. Apesar de, mais amplamente, sem-teto designar os desabrigados (sem moradia, moradores de rua etc.) esta não é uma definição consensual. Por isso, discorrer sobre o que é ser um “sem-teto” sem necessariamente falar da construção dessa identidade por parte do movimento dos sem-teto seria impossível. Para muitos, os sem-teto são todos aqueles que precisam de *moradia*. Esta é a motivação pela qual se dispõe a ocupar. Entretanto, muitos atribuem esta identidade aos participantes do movimento dos sem-teto, tratando-se na realidade de um tipo específico de ocupante (SOUZA, 2009b). Seriam, assim, aqueles que reivindicam não só moradia, mas uma nova ordem social.

Você briga pelo que?

“Eu brigo por tudo. Para recuperar o tempo perdido, por acesso à cultura, por acesso à arte, à educação. Eu brigo por um espaço onde, se a criança tiver um problema, ela vai ter uma biblioteca com alguém lá que ajude ela a fazer aquilo. [...] Eu brigo para desconstruir esse capitalismo. Para construir alguma coisa em que eu acredite. Por uma coisa mais próxima. Brigo por um espaço coletivo mesmo, em todos os sentidos. A luta coletiva. [...] Tem vários adultos aqui que tem o sonho de ter um e-mail. Tem o sonho de aprender a abrir seu e-mail. É as crianças tendo contato com o computador, elas têm hoje, com a lanhouse, o sonho deles é ter internet para abrir seus Orkuts. E aí começar a fazer essa negociação que ‘pai e mãe’ faz com a gente: ‘meia hora de Orkut, vamos ler aqui, dois capítulos desse livro.’ [...] Não é só isso, é o teatro do oprimido, é a criança podendo externar e, aproveitando esse espaço do teatro, para falar sobre questão da família, para falar sobre a questão da educação que eles recebem; para falar do conceito de verdade deles, sobre aquilo que eles acham certo, daquilo que eles acham errado. No teatro você aproveita para dialogar tudo.”

É nessa “dinâmica de fronteiras” que se constrói o sujeito coletivo. Dentro deste amálgama que é a identidade, as confusões de categorias (e também políticas de constituição), formam categorias de classificação de limites. Contudo, as fronteiras são múltiplas, complexas e dinâmicas. Novos limites são traçados ao mesmo tempo em que as fronteiras são atravessadas continuamente. Assim, não há nenhuma relação simples e direta entre espaço e identidade, já que múltiplas identidades ocupam o mesmo espaço.

Em sua obra, *La denunciation*, Boltanski (1984) apresenta a denúncia como forma de um trabalho social de construção de um sujeito coletivo. O autor ressalta que os limites possíveis da legitimação política são dados pela possibilidade de mobilização de cada uma das partes. Os sem-teto apelam para determinados conjuntos de direitos e obrigações que legitimam a ordem social e moral da sociedade. Utilizam narrativas como um modo de construção de identidade e produção de subjetividade, como uma técnica para criar formas de luta. Suas narrativas vão contra a escritura estatutária pertencente, na maioria das vezes, ao Estado (MELLO e VOGEL, 2002).

Coletivo: um convencimento diário

Para Goffman (1959) os processos de distinção e inclusão de um grupo não podem ser dados aprioristicamente: são marcações em processo, em risco todo o tempo. Essas serão constituídas em um processo de aprendizado, em uma constituição social contínua. Para que este trabalho social contínuo vá sendo concretizado, é necessário que se mantenha a credibilidade e os princípios para que haja identidade e identificação.

Rogério Haesbaert (2007) ressalta que identificar, no âmbito humano-social, é sempre identificar-se; um processo reflexivo. Identificar-se é sempre um processo relacional, dialógico, inserido numa relação social. Haesbaert rejeita a perspectiva essencialista, pois encara a identidade como um movimento, como um processo, e por isso mesmo, ela nunca é una, mas múltipla. Portanto, toda a identidade só se define em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas.

O que diferencia, neste caso, a organização política que atua junto a essa ocupação é a “democracia direta” como modelo de gestão política (gestão coletiva). Nessas ocupações, a instância superior de deliberação política é o Coletivo, no qual todos moradores têm o direito de voto. Para que o Coletivo funcione de forma autônoma, inclusive para tomar decisões que se opõem à vontade das organizações de apoio, é necessário um trabalho social contínuo para seu fortalecimento.

Desde o início do processo de organização das ocupações, os futuros ocupantes se reúnem durante meses, e os militantes responsáveis pela organização trazem diversos temas para discussão: o problema da falta de moradia; a precária situação do trabalhador; as garantias constitucionais ao direito à moradia, alegando-se que ocupar não é crime, mas uma ação tanto política como moralmente legítima; a importância do Coletivo e da união, da participação de todos nas comissões de trabalho, dentre outros.

“Eu já arrumei a minha mala três vezes para ir embora, mas não tive forças. Eu não tive forças porque eu tenho um sonho, é porque eu tenho um sonho. Eu não tive forças porque aqui é melhor do que a minha casa, eu amo viver aqui porque aqui é melhor do que qualquer lugar é melhor do que viver com a minha família. Aqui é um conviver diferente, uma família jamais toparia uma divisão de tarefas, jamais toparia uma reunião horizontal onde todos pudessem falar o que quisessem um do outro, sem que o outro levantasse se irritasse. Eu acho sabe, que a gente tem que tentar transportar o Coletivo para dentro de nossas casas, até para resgatar a nossa família também. Eu gostaria muito que a minha família tivesse essa experiência, trazer um dia minha mãe para participar de uma reunião, mas eu tenho medo, né? Porque tem reunião que logo nos informes alguém vem e já joga uma ogiva, por isso que as reuniões são fechadas, porque tem que ser fechado mesmo porque quando o bagulho é tenso, quando é baixo é baixo mesmo. Mas eu gosto do meu espaço onde a gente possa se ajudar onde a gente possa ter uma perspectiva de vida melhor. Onde a gente possa trabalhar juntos e eu percebo esse carinho coletivo.[...]”

Goffman chama a atenção para a importância das “artes técnicas” e estratégias, não sendo secundárias, mas constitutivas para a formação de identidade. Assim, as reuniões periódicas e a obrigatoriedade da participação em trabalhos coletivos são exemplos de formas de “ritos de passagem” para convencer os “iniciados” de que esta é a melhor forma de gerir aquele espaço. Entretanto, decidir pela identificação por um grupo é um aprendizado de um trânsito entre dois estados instáveis, com receios, contradições e riscos.

Toda ocupação tem seu regimento interno, um estatuto normativo, elaborado pelo grupo de moradores e organizadores do processo antes de efetuarem a ocupação. Depois de alguns meses de ocupação, quando há uma maior estabilidade e, principalmente, após a divisão dos quartos (pelas famílias), mudanças são observadas no regimento interno, propostas e discutidas pelos próprios moradores. Sempre que há discordância com o regimento, esta pode ser levada para a assembleia para ser novamente deliberada pelo Coletivo de moradores. Um famoso exemplo disso é o uso de bebidas alcoólicas dentro da ocupação. No início, nos primeiros meses, é estritamente proibido. Após a divisão dos quartos, é normal que esse ponto do regimento “caia”. Podemos ver como isso faz parte da construção de uma pedagogia de comportamento, de um controle das condutas, onde o “desvio” é reprimido segundo

punições predeterminadas pelo regimento. Não é necessário que a pessoa queira as regras do Coletivo para si, basta que elas as sigam.

“Eu não tolero manobras, se eu achar que aquilo é contraditório a vida do Coletivo, eu vou tirar um ponto de pauta para que aquele ponto saia do regimento, ou para que ele seja reformulado. [...] Eu posso gostar de "becar", eu posso gostar de fumar um "beque". Mas se tá dizendo que é proibido eu não vou fumar escondido entendeu? Então não concordo com a manobra e eu acho que a gente tem que ser transparente para chegar na assembleia e dizer: olha eu fumo maconha, quando foi que eu arrumei um problema aqui? Então coloca esse regimento aí que é proibido o uso de drogas para aqueles que arrumam problema. Então você já mudou o regimento interno, ele não está proibindo a droga, ele está proibindo a droga para aqueles que arrumam problemas, e não para todo mundo. Eu acho isso mais transparente. Eu não gosto de manobras, sou contra manobras. [...] Eu acho que eu puxaria o mesmo ponto de pauta três, quatro, cinco, dez vezes, de tempos em tempos, para tentar convencer as pessoas de colocar um adendo ali naquele regimento. Eu acho que tem que ser assim, mais transparente. [...]”

Segundo HALL (2005), todas as identidades estão localizadas no tempo e no espaço simbólicos. Mas o tempo e o espaço não são apenas dimensões de localização, que reconhecem a efemeridade, a mutabilidade e a contingência. O tempo e o espaço têm um papel ativo que condiciona a construção da identidade e a sua permanência. Se o tempo é a dimensão da mudança, da transformação, o espaço é a dimensão da simultaneidade, da interconexão, da co-existência e das múltiplas possibilidades de mudança.

Como todo grupo social, o Coletivo possui suas ambiguidades e tensões. Às vezes, é a possibilidade de divergir que permite que pessoas divergentes convivam. Talvez se não houvesse este espaço de divergência na ocupação, não haveria possibilidade de coexistência. A liberdade de divergir, de discordar, pode ser um dos fatores/elementos que os tornam um grupo e que traz unidade. Mas há formas de relações específicas que criam regras e condutas para o conflito.

“O desaparecimento de energias de repulsão não resultam sempre numa via social mais rica e plena, mas num fenômeno tão diferente e irrealizável quanto se um grupo fosse privado das forças e cooperação, afeição, ajuda mútua e convergência de interesses” (SIMMEL, 1964:125)

É certo que um número considerável de moradores era muito pouco habituado com o envolvimento político, e que, com o passar do tempo, os moradores vão se conhecendo melhor, começam a se pronunciar em reuniões e alguns até assumem papéis de mais destaque como ser mesário em uma assembleia ou falar em nome da ocupação em eventos de fora quando necessário. Laura é uma dessas pessoas de destaque. É, indiscutivelmente, uma liderança dentro das ocupações. Sua dedicação a um trabalho cotidiano, que se destaca por sua participação nas comissões de trabalho, nas reuniões do movimento dos sem-teto, a faz ser uma referência da ocupação tanto para moradores quanto para as pessoas de fora da ocupação. Isso, para alguns militantes do movimento dos sem-teto (mais especificamente esta parcela que evoca a autogestão), seria um problema, pois configuraria uma “gafe”, um “desvio” de sua parte, uma vez que estaria, de certa forma, ameaçando a legitimidade da crença no Coletivo. Certos elementos, que são capitais políticos em alguns espaços, podem ser o que leva a derrota em outros.

“O homem político retira sua força política da confiança que o grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que lhe dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com outros grupos [...] Este capital supremamente lábil só pode ser conservado mediante trabalho constante que é necessário não só para acumular o crédito como também para evitar o descrédito”. (BOURDIEU, 2007 [1989], p.188)

Você se acha diferente dos outros moradores?

“[V]ocê tem que convencer o outro da ideia do Coletivo. É claro que a gente se convence todo dia. E eu acho que o nosso processo se constrói da forma errada, e eu acho que por isso a gente tem tanta deficiência no nosso Coletivo. Nosso processo, ele é construído de uma forma muito hipócrita. Você traz uma coisa pronta e o cara que quer casa, ele aceita, né? Eu já comecei a refletir sobre isso, e já criticava, já no processo da Quilombo. No começo da Quilombo eu queria fazer dessa maneira, mas fui vencida, que era colocar essas 3 coisas: “primeira é, a gente entra, vai cada um pro seu canto e a gente se vira; ou a gente entra e escolhe, entre as pessoas, um grupo que vai ficar mais de frente, organizando; ou então, a gente entra e todo mundo organiza”. E deixar eles decidirem. E aí eles têm que, antes de entrar no prédio... nós né? Estou falando eles porque, na época, eu era coordenação. Antes de entrar no prédio, eles teriam q analisar todos os prós e contras, das três coisas. [...] E quando você fala em escolher umas pessoas, quem é incorruptível? Quem é a pessoa que vai me representar? Nesse sistema que a gente está vivendo aí, que a gente acredita em um vereador, vai lá vota nele, e ele vai lá e vota pra privatizar a saúde e a educação? Confia num prefeito e

num presidente que se vende? Quem é o cara? Que no começo da ocupação ele gosta de mim e, depois, começa a ficar puto e vai começar a me prejudicar. Eu acho que as pessoas tenderiam, e eu tenho fé nisso, a escolher o Coletivo. Mas elas escolheriam, não seria uma coisa outorgada. [...] Eu acho que o Coletivo é um convencimento diário. Porque não é simples de entender, né? Você ta na escola o professor diz que você não pode colar, que você não pode olhar para o lado, que não pode ajudar o colega, eles modelam tua cabeça desde pequenininho, entendeu? Como é que você vai... Você é estimulado a ignorar o outro, se o outro tirou um B, você quer tirar um A para ser melhor do que ele. Você só é estimulado a competir a sua vida inteira. Você vai para o primeiro trabalho você vai competir com as pessoas na entrevista, você vai fazer vestibular você ta competindo com milhares de pessoas, tudo você compete.”

Os conflitos que aparecem dentro das ocupações são resolvidos dentro das assembleias, resolvidos pelo Coletivo. O que você acha disso, o que você acha de haver um espaço que decide e controla esses conflitos que surgem?

“Eu acho que o mundo devia ser assim, já que eu não acredito nessa representação que está aí. Que o Coletivo se estenda a mesmo. Imagina? Se a gente fosse se reunir eu daqui, ou o Jonas, com mais alguém da Anastácia, da Chiquinha e todas as comunidades que existem aqui e dissessem: “a gente precisa construir um hospital que seja meio caminho para todo mundo.” Isso seria a glória, se a gente tivesse um Coletivo mesmo fora do Coletivo para decidir tudo de nossa vida. Imagina se eu chego na minha casa com a minha família e meus irmãos e dissesse: “e aí? Quem gostaria de ser mesa?” “Vamos lá, o que está acontecendo?” Imagina construir uma discussão dessas em família? [...] Eu já perdi encaminhamento aqui que era crucial não perder, que era bom, que era transformador. Mas eu acho que não era o momento. Mas é doloroso, é bastante doloroso você ter que acatar a decisão. Mas você tem que acatar. É aprender uma linguagem mais universal e, não sei, é lapidar, é ir se preparando para algo melhor. Discutir coletivamente é construir uma sociedade justa, uma sociedade e igualitária, uma sociedade onde não tenha peso a questão racial, onde não tenha peso a questão de gênero, não tenha peso a questão de preferência sexual. É muita poesia, né? Pro mundo lá fora ainda é muita poesia.”

A vida da Laura...

“[E]les se conheceram... Eles casaram. Minha mãe engravidou com 16 anos. E com 17 teve minha irmã mais velha que se chama Rosângela. Em 1962. Em 1963 ela teve outra filha que se chama Rosemary. Em 66 ela teve um filho. O primeiro menino. José Carlos. E eu nasci em 67. Em 68 minha mãe engravidou, era outro menino, mas ela abortou, ela perdeu com seis meses. E meu último irmão nasceu em 74. Meu irmão caçula. Minha mãe? Nessa época tinha trinta e poucos anos. Meu pai nesta época já era PM... Meu pai e minha mãe tinham uma relação muito violenta. Meu pai era muito violento. Até por ser militar ele era mais agressivo, mesmo. Em 1983 meu pai saiu para trabalhar e nunca mais voltou. Dia 25 de julho de 1983. [...] E a partir daí nossa vida mudou muito, né? Nós tínhamos uma vida bem tranquila. Bem regada. E nossa vida mudou muito. Foi muito difícil. Passamos muita necessidade, fome e tal. E aí eu fui trabalhar. Foi um divisor de águas na minha vida o desaparecimento do meu pai. Eu tive que parar de estudar, para trabalhar. Eu tive que abrir mão de vários sonhos pessoais na época. [...] Existe um complicador aí. Porque a PM tem um regime interno e segundo este regime, meu pai só seria dado como morto depois de 30 anos de desaparecido. Pela lei civil poderia ter sido antes. A gente ficou muito tempo sem receber nada. Porque a PM colocou ele como desertor, e depois de anos expulsou ele da corporação. Então, a minha mãe não teve direito a nenhuma pensão especial. Na época que ele desapareceu ele era primeiro sargento, e para a minha mãe receber um dinheiro a mais para se manter, porque ela ganha 250 reais por mês e com esse dinheiro não dá para ela viver, ele teria que ser dado como morto... [...] Minha mãe sempre foi dona de casa. Nunca trabalhou fora. Eu sempre estudei em colégio público. Eu só participei de aula normal, em sala de aula até a 6ª série. Depois eu fiz supletivo para terminar o meu primeiro grau, e depois eu fiz provão, para terminar o segundo. Sempre participei da igreja católica. [...] [F]iz catecismo, fui “turmista”, participei de grupo jovem, coordenadora de grupo jovem, crisma, fiz parte da coordenação do catecumenato crismal²⁰. [...] Tinha a corrente da Teoria da Libertação que era a que eu gostava mais, a paróquia que eu participava era uma paróquia mais progressista. O padre da minha paróquia era muito consciente politicamente. Junto com a Igreja me filiei ao PT. O PT nasceu na década de 80 e em 84 eu me filei ao PT. Aí fui uma militante partidária, petista, chata... [risos] [...] Primeiro a Igreja satisfazia esse meu lado... Então tinha a comunidade eclesial de base, tinha a associação que funcionava dentro da comunidade eclesial de base; a associação dos moradores, que eu também fazia parte. Era tudo uma coisa só. Se precisasse

²⁰ Preparação, durante nove meses, para a Crisma.

de remédio, certidão ou fechar uma rua porque não colocaram condução. A ação da Igreja dentro da comunidade. Acreditava nisso mesmo: na ação transformadora, na “orAção” com A maiúsculo, orar e modificar através de ação. Eu acho que fui muito feliz nesse período porque eu senti que havia algumas igrejas, já nessa época, que eram mais conservadoras, caminhando para a renovação carismática. Coisa que só foi acontecer nessa paróquia depois que, numa fatalidade – um acidente de carro – o Padre José veio a falecer com uma embolia pulmonar. [...] Nenhuma religião é perfeita, mas você tem que se sentir bem dentro dela. Nos anos 90, a Igreja começou a mudar que, para mim, foi quase um golpe da Igreja Católica. Hoje a gente percebe mais isso, as pessoas de dentro da igreja, o bispo, por exemplo, tenta acabar com as pastorais da Igreja. O que são as pastorais? O a gente pastoral não vive só a Igreja; é aquele que procura viver a vida. Não vive uma utopia. Vários jovens vinham a mim e contavam suas histórias de estupro, abuso e negligência dos pais, de vícios em drogas, eram situações que você precisava estar preparada para atender esses jovens, não com situações religiosas. [...] É que, como instituição, há uma cadeia que vai a paróquia até Roma. E houve uma imposição da arquidiocese de implementar a Renovação carismática em todas as paróquias e todas tem que aceitar... E eu não me sentia como coração limpo e tranquilo ali dentro. E preferi sair.

...É uma luta! É uma maneira de repudiar esse Estado que está aí...

O infeliz desaparecimento inesperado do pai de Laura marca este momento da narrativa como uma ruptura. Aqui há o estreitamento, a relação de interação entre a sua trajetória e o grupo a qual se identifica (Goffman, 1959). Boltanski (1984) denomina esses marcos de “processos de dessingularização”, ou seja, inclusão das vítimas em uma categoria. Ela não vê o caso de seu pai como um caso singular, ela aproxima a injustiça sofrida com a situação de uma parcela da população que, assim como sua família, é oprimida pelo Estado. Essa rejeição da legitimidade do Estado fundamenta uma luta pela “democracia direta”, que por sua vez, se articula com a construção de um Coletivo autogerido na ocupação.

“[P]elo o que o Estado fez com a minha mãe, e com o meu pai, é uma maneira de cobrar isso, né? Meu pai pode não ter sido um exemplo de pessoa, mas ele trabalhou vinte anos, em ‘83 ele já tinha vinte anos de militar e em vinte anos ele nunca faltou na vida dele. Na minha casa tinha mais de oito medalhas de honra ao mérito. Antigamente, até 1990, tinha “Os Militares o Mês”, e saía no jornal, os destaques, saía as fotos e eu tinha várias fotos na

minha casa. Meu pai mergulhou no Rio Guandu para salvar uma velha, e outro dia ele impedia não lembro quem de morrer num acidente não sei aonde... Então para que essa palhaçada toda, entendeu? Depois para colocar o cara como desertor, e expulsar ele da corporação, para fazer isso com a família dele, fazer a família dele passar fome. Um cara que foi babaca a vida inteira, e ficou ali a serviço e acreditou neste sistema, acreditou nesse Estado, nesta cultura toda, e depois sumiu, né? Foi trabalhando que ele sumiu! Imagina: a gente não teve direito ao que estava no armário dele, até hoje a gente não sabe o que estava no armário do meu pai. Até hoje a gente não teve acesso ao “ponto” do meu pai, a justiça diz que mesmo que você assine o ponto o trajeto o trabalho até a sua casa ainda é responsabilidade do seu trabalho, mas dizem que lê nem assinou o ponto para sair. Dizem que ele estava numa missão, meu pai era P2²¹. E aí, cara? Entendeu? Eles te transformam em bicho, faz você fazer coisas..., transformam em bicho mesmo, porque eu acho que a maioria é bicho hoje, fazem você fazer um trabalho sujo e muitas vezes quem faz você fazer um trabalho sujo está atrás da mesa, não vai nem na rua, quando sai na rua vai com o seu carro blindado e depois pega o papel e põe lá escrito “desertor”. Isso também é uma maneira de... É uma luta! É uma maneira de repudiar esse Estado que está aí. Esse estado de direito que a gente sabe que não existe, né? E a gente só vê que não existe quando acontece com a gente ou quando a gente é sensível com o que acontece com a sociedade. Cada vez mais pessoas a beira, a beira mesmo, as pessoas não gostam disso, mas a margem mesmo da sociedade. As pessoas estão cada vez mais sendo empurradas, condenadas a morte. Morte cultural, morte construída, a morte por falta de moradia, a morte por falta de tudo, né? Isso me motiva também. [...] Romper com isso também foi muito difícil. Porque nosso pai é nosso herói, né? Nosso super-herói, depois que a gente vê que não é bem assim, principalmente o meu, né? Então romper com isso foi muito difícil. Aí eu precisei de outro pai, que foi o Josiel. Eu não sabia romper com o dogma, que é o pior dogma que tem né? Que é o social. [...]

Eu nunca me senti Chiquinha Gonzaga....

“Perdi um companheiro muito querido, acho que foi minha grande referência política e de militância, foi o Josiel, era meu amigo. Para mim ele foi um divisor de águas na minha vida. O Josiel eu conheci na Igreja. Eu vi ele assim, eu estava indo para a paróquia de Santa Clara e ele estava saindo da igreja, ele morava no Jardim Maravilha, fundou a primeira associação de moradores de lá que é um dos maiores loteamentos da América Latina. A

²¹ P2 é um termo utilizado para policiais militares que atuam disfarçados. Trabalham sob disfarce, com roupas de civil.

partir daí foram fundando associações de moradores. [...] Josiel foi um dos fundadores do PT. Foi uma das pessoas mais integras que, se não a única, não digo isso porque eu ainda tenho fé, que eu já conheci na minha vida! Incorrutível. Digo isso porque eu tenho uma coisa que é muito triste, acho que todo ser humano tem um preço, acho que todo mundo tem um preço. Acho que o ser humano é assim. Tem gente que se vende, tem gente que se vende por nada, né? Às vezes na juventude a gente sonha tanta coisa e aí quando a gente cresce a gente arranja um emprego, não um trabalho, mas um emprego e aí começamos a pensar como nossos pais, agir como nossos pais, viver como nossos pais, cuidando das nossas vidas, dos nossos filhos... Acho que o ser humano tem isso, ele é cooptado a todo o momento, né? E acho que ele não foi, morreu “fodido”, para mim é um dos maiores exemplos mesmo. Eu ainda penso em prestar uma homenagem a ele, aqui dentro da Quilombo, fundar um espaço com o nome dele. Foi o primeiro cara que..., veio na porta de todas as ocupações e que me convenceu que ocupar prédio não era uma coisa errada [...] Na época da ocupação da Chiquinha, que eu fui chamada para participar e eu não quis ir. Quando eu achei que queria externar isso, eu fui externar para o Josiel que eu achava que teria condição, não com a ideia de estar mais a minha altura, não era nada disso, mas não [...] queria uma discussão teórica, queria uma discussão “tête-à-tête” uma discussão palpável, uma discussão baseada na nossa sociedade, e aquilo que a nossa sociedade conhece, não Marx, não Engels, não teoria, queria uma discussão pragmática, né? E aí eu tive com ele. Não só isso, todas as questões que eu tinha polêmicas eu discutia com ele. Tudo, a gente discutia.”

A primeira ocupação foi a Chiquinha Gonzaga. O contexto da época era de menor repressão, pois não havia um controle muito forte da parte do Estado, uma prova disso era que as reuniões de organização da Chiquinha Gonzaga eram feitas na praça. Os integrantes da FLP e da Central dos Movimentos Populares (CMP) conversavam com os moradores de rua, explicavam a intenção de fazer uma ocupação e viam se queriam participar. Havia também umas pessoas da FLP que moravam na zona oeste e conheciam pessoas que tinham problemas com o tráfico ou com a repressão policial e precisavam sair de lá, já estavam desempregados e chamaram também seus conhecidos. Então juntou moradores de rua, que moravam no centro, na Rio Branco, Central, Presidente Vargas, e o pessoal da Baixada e da zona oeste. As discussões eram na rua mesmo.

Deste primeiro processo, a Laura não participou, não participou de sua organização, nem do dia de ocupar de fato. Durante a entrevista ela contou que estava

trabalhando no dia, trabalhava no Shopping Downtown na época e como a mesma descreve, não tinha tempo para nada, pois era um “trabalho escravo”.

Apesar disso, Laura começa a conviver com a Chiquinha e é neste espaço que começa a acreditar e concordar com a luta dos sem-teto. Começa a morar lá, no quarto de sua prima “Amelinha” e após uns meses, devido ao fato de seu primo Paulo, também morador, trabalhar às segundas-feiras à noite (horário das assembleias) começa a representá-lo com voz e voto nas reuniões.

“Então, aí eu briguei com a minha patroa, disse: “Ou você me coloca para trabalhar dia sim, dia não, ou você vai ter que me mandar embora”. Ela aceitou, mas a coisa ficou braba. E aí assim, eu pude ir mais na Chiquinha. E comecei a me envolver e algumas pessoas foram saindo, outras foram expulsas. [...] Depois da minha conversa com o Josiel, que foi um divisor de águas, três meses de Chiquinha Gonzaga, menos até, eu tenho um problema com data [risos], três ou quatro meses depois de Chiquinha Gonzaga, e a partir daí eu quis ajudar. Eu vi que tinha coisas para ajudar. Comecei a trabalhar com as crianças, com a juventude. [...] Na Chiquinha, eu me sentia uma pessoa que ajudava. Eu não sei. Existe um conflito interno para mim sobre isso. Eu nunca me senti Chiquinha Gonzaga, apesar de amar a Chiquinha, de todo o respeito, da plena consciência que eu tentei contribuir muito para o Coletivo, mas não era a minha casa, não era a minha ocupação, ainda. Não sei se era porque eu representava o Paulo [primo], eu não tinha um quarto, não sei se por essas questões, eu não me sentia Chiquinha, talvez por não ser moradora de fato, apesar de ter toda a liberdade das outras pessoas, de encaminhamento, votação. Mas não senti. Senti com a Quilombo. Mas abraçar a causa dos sem teto, achar que era legítima, entender o que era sem teto, definir que o sem teto não é só aquele que não tem um teto, foi na Chiquinha.”

Laura nunca foi *moradora* da ocupação Chiquinha Gonzaga. Apesar de morar lá, junto com sua prima e votar em nome de seu primo, sempre se sentiu *apoio* da ocupação. Para este campo político esta será uma distinção que vai delimitar quem está fora e quem está dentro do que seja o sem-teto enquanto sujeito coletivo. Apesar do respeito e admiração de todos, apesar de ter sido colocada a possibilidade de ela adquirir um quarto, ou seja, apesar de ser vista como sem-teto pelos moradores, não se enunciava enquanto tal. Sua condição de identificação neste momento ainda era de uma pessoa que acredita e luta pela “causa”, a partir da dor dos outros, “estar” sem “ser”.

Ainda não tinha se constituído como sem-teto. É na ocupação Quilombo das Guerreiras que ela começa a se tornar sem-teto para si. É um processo de ressignificação da sua experiência.

Ocupação Quilombo das Guerreiras... Um sonho se concretizando...

- *E a Quilombo? Você participou do processo de Ocupação da Quilombo?*

Fui “obrigada” a participar do Processo. Participei, mas não queria não... [risos]

- *Não queria?*

“Não. Foi como eu tô te falando, quando eu fui morar na Chiquinha eu não queria me envolver com outros processos. Eu queria tá ali, ajudando, mas não queria participar da organização do processo. Eu sou uma pessoa muito prática, quero tá ali na porta arrecadar o quilo, ver a água, ligar para algum lugar, ir a algum órgão se precisar, mas eu não quero estar organizando... Aí eu fui “intimada” [risos]. E quando vi tava indo à reunião, quando eu vi, eu já estava na coordenação, quando eu vi, eu já estava no operativo, quando eu vi, já era.”

- *Quando você saiu da Chiquinha e foi morar na Quilombo?*

“Acho que desde o dia 8 de outubro já, acho que desde o primeiro dia [risos]. As minhas primas falavam isso e eu brincava: “é igual retiro, é pra todo mundo ficar junto, de comer, de participar o processo”. Tá ali limpando, essa nostalgia que o começo de ocupação tem, que a gente não troca por nada. Uma coisa que marca. São momentos muito importantes, que você se apaixona mesmo. Momentos que você tá ali, que você se conhece, que você tá com aquela pessoa suja, sem batom, sem tomar banho há quatro dias, sobretudo porque a Quilombo sofreu um processo mais difícil de todas as ocupações. Foi a processo mais FDP, sem água, sem luz. Com a guarda portuária na porta, impedindo de entrar comida, impedindo de entrar água. Impedindo de entrar panela, impedindo de entrar gente, tudo, tudo. Foi um processo muito violento. E o prédio estava podre, muito destruído, muito destruído. E era bacana ver, a gente limpar junto, “onde a gente vai fazer a cozinha?”, “vamos tirar daqui e botar aonde?”. A gente tinha que pegar água lá na CEDAE ou lá na rodoviária e vir com os galões de água nas costas. Tomar banho com 2 garrafas de refrigerante de 2 litros. E eu rezava pra chover para tomar banho de calha. Subia no telhado e quando chovia, tomava banho de água de chuva. Um processo muito louco, mas de muita união. Muita bacana, o começo de uma ocupação é muito bacana. [...] Na Chiquinha eu ainda ajudei a limpar algumas coisas, a Zumbi, não. Mas a Quilombo... A

Quilombo... Fui eu q ajudei a escolher o prédio, eu que vinha fazer ronda. Eu que ajudei a fazer a logística. Eu participei de tudo ali, cara, de tudo, era um sonho. Um sonho se concretizando. Como se já não fosse só a ocupação em si, mas você estar junto em tudo, antes do processo, desde o início, é muita loucura.”

Os conflitos e ameaças externas aparecem como um agente unificador do grupo. Por um lado, há uma tendência de se minimizar diferenças internas para que um grupo social mantenha a coesão entre os diferentes membros, e, por outro, para que se oponha aos demais grupos sociais, afirmando perante eles a sua unicidade (SIMMEL, 1964).

- Mas como isso aconteceu? Você virar moradora da Quilombo?

“A gente teve um problema aqui, no início. [...] E aí eu escrevi uma carta [para a assembleia] dizendo tudo o que eu queria falar. Falei que ia me afastar duas semanas e queria ser avaliada pelo Coletivo, pedi para ser avaliada pelo Coletivo da Quilombo, sobre minha posição, minha postura como apoio aqui dentro. E aí voltei e fui aceita pelo Coletivo. E aí o Paulo, na vez dele [de falar na assembleia] quis me apresentar como moradora. [...] O Paulo também era uma pessoa que se preocupava [...] aqui na Quilombo. Se preocupavam com o ambiente, que algumas pessoas chamam de Carandiru, mas a gente queria construir esse Coletivo. Um lugar mais tranquilo sem drogas e sem roubo, pelo menos tentar, né? E aí ele me apresentou como moradora. E aí eu aceitei, nem pensei na hora. Também nunca achei que fosse uma coisa para sempre. Não pensei nisso. Mas no fundo eu já tinha sido conquistada pela Quilombo.”

Nosso trabalho gira em torno da história de uma ocupação de sem-teto que, com seus dramas, contradições e conflitos, internos e externos, participa e ressignifica, a partir desta nova forma de “habitar” o espaço urbano, construindo-se não apenas com suas ações, mas também com as narrativas que se entrecruzam em sua memória.

A história da Laura: mulher, negra, que após sofrer um incidente que fez com que ela e sua família passassem por muitas dificuldades, encontra no discurso de um amigo a luta do movimento dos sem-teto. Através da ressignificação de sua vivência como apoio em uma ocupação, começa a evocar para si a identidade de sem-teto. Com a narrativa reivindica-se, pois, a legitimidade da permanência dos moradores nas ocupações como posseiros, rememorando a maneira pela qual estes espaços foram

adquiridos. Ao mesmo tempo em que se reclama a validade da manutenção de uma propriedade que não cumpre sua função social e por isso vive na ilegalidade.

Os moradores desenvolvem relações afetivas entre si e com o território conquistado com muita luta. O vínculo da viabilidade de se “viver em coletivo” com o “lugar” se revela, muitas vezes, pelo receio de que, no momento em que forem realocados, essa “vivência coletiva” esmoreça ou torne-se completamente inviabilizada pela falta de espaços coletivos (para convivência cotidiana ou mesmo para as assembleias), ou pela junção de seu Coletivo com outras ocupações, que seriam realocadas para o mesmo local. Essa “lugarização”, ou seja, o processo de criação intersubjetiva de significados relacionados àquele espaço fortifica o ímpeto pela manutenção do território. Não se trata apenas de conquistar moradia, trata-se de manter a conquista daquele espaço (enquanto território e “lugar”) e com aquele Coletivo. O Coletivo não existe em qualquer espaço, ele tem o seu lugar.

1.3.3 Apresentando os protagonistas: Quem são e de onde vêm?

As ocupações têm uma característica interessante. Elas conseguem articular trajetórias diversas, agrupando diversos personagens – que vêm de várias partes do Brasil. Na Ocupação Quilombo das Guerreiras residem cerca de 40 famílias que habitam o prédio com muitos e distintos modos de pertencer ao local. Gostos, curiosidades e desejos. Cinco andares dos quais emana uma vida intensa, que às vezes pode causar estranhamento por ser distante da nossa percepção do que é uma *casa* e os valores que a ela são atribuídos.

Uma pesquisa foi realizada, por membros associados (estudantes e pesquisadores) ao Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD), com objetivo de apresentar um perfil sócio-espacial dos sem-teto da Ocupação Quilombo das Guerreiras. As entrevistas foram realizadas em julho de 2009, e a ocupação tinha, na época, dois anos e nove meses de existência. A maioria dos dados apresentados aqui pode ser encontrada com maior detalhe na monografia de Lima (2010). Foram entrevistados os moradores, maiores de 18 anos, totalizando 51 pessoas. A grande maioria, 40 moradores, autodeclarou-se não-brancos. As cores declaradas foram: parda, negra, morena, preta, escura, morena clara, morena parda e morena mulata.

A partir desta pesquisa podemos perceber que entre moradores existem doze Estados de naturalidade distintos. A maior parte dos moradores é natural das regiões Sudeste e Nordeste, sobretudo dos estados do Rio de Janeiro (14 pessoas) e da Paraíba (5 pessoas). Outros estados naturais dos ocupantes são: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo. Dentro do Estado do Rio de Janeiro muitas cidades como: São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Belford Roxo.

Se prestarmos atenção, também, entre aqueles que nasceram na cidade do Rio, seus bairros de origem, encontraremos mais de cinquenta nomes: Estácio, Mangueira, Santa Cruz, Realengo, Tijuca, Copacabana, Centro, Santo Cristo, Gamboa, Madureira, Realengo, Bonsucesso (Parque União), Catete, Glória, Catumbi, Benfica, Sepetiba, Jacaré, Lapa, Catete (Morro Santo Amaro), Santo Cristo, Cabo Sul, Grajaú, Praça da Bandeira, São Cristóvão, Realengo, Costa Barros (perto da Pavuna), Lins dos Vasconcelos, Favela do Caju – Centro, Santa Tereza, Penha.

Muitos moradores, a maioria, já percorreu diversas cidades e estados do país, convivendo com a eterna perturbação da instabilidade. Inseguranças que continuam, pois a permanência em um lugar é sempre duvidosa, e todos convivem com o risco do “deslocar-se”. No momento em que foi feita a pesquisa, apenas 24 moradores que ocuparam o prédio, ainda estão lá. A maior parte (26 pessoas) não participou do processo de ocupação.

As causas para a emigração são bastante diversas, tornando necessário aprofundar no estudo destas trajetórias distintas entre si. Vejamos o caso de Mercedes, por exemplo. Empregada doméstica, aos quarenta anos, nascida no Maranhão, mãe de três filhos: Djavan que tem 24 anos e também nasceu no Maranhão; Daniel, filho adotivo de Mercedes, filho biológico de sua irmã, nasceu no Rio de Janeiro e tem 13 anos; e, por último, Denis, seu filho mais novo que nasceu no Rio Grande do Sul.

As mulheres correspondem a pouco mais da metade dos moradores, tendo o grau de escolaridade um pouco menor, quase equiparado. Dentre o universo de moradores que respondeu à questão sobre o nível de escolaridade (34 pessoas), vemos que a maior parte (15 pessoas) tem o Ensino Fundamental Incompleto (oito homens e sete mulheres). Em seguida, temos um salto para aqueles que têm o Ensino Médio Completo, totalizando 12 pessoas (seis mulheres e seis homens); quatro pessoas têm o Ensino Fundamental Completo (dois homens e duas mulheres); três tem ensino médio incompleto (dois homens e uma mulher); sendo que 17 pessoas nunca foram à escola ou

não quiseram responder à pergunta (dez mulheres e sete homens). Dentro os que completaram o Ensino Médio, uma pessoa tem o Ensino Técnico²².

Contudo, quando se trata de possuir filhos, elas estão em maior número (dezenove mulheres e doze homens). Porém, é preciso ressaltar que nem todos os filhos dos entrevistados residem na ocupação (o que não quer dizer que essa situação seja permanente). Sendo assim, dos vinte moradores que não têm nenhum filho, apenas sete são mulheres. O que poderia ser justificado pelo número de mulheres solteiras com filhos, casais com filhos e homens solteiros existentes na ocupação.

A grande maioria veio para ocupação por “não dar conta do aluguel” (27 pessoas). Os moradores que não pagavam aluguel moravam em casas de parentes ou de favor, abrigos, ou outra ocupação. Dentre os outros diversos motivos que os levaram a participar de uma ocupação de sem-teto, os moradores responderam citando a questão da violência no antigo local de moradia, a falta de lugar para morar, a vontade de sair da casa de parentes ou amigos, a vontade de conquistar sua moradia, a luta por moradia e a localização central (proximidade do trabalho, facilidade de acesso a saúde, educação e transportes).

Apesar de muitos não possuírem rendimento fixo, a renda média estimada dos moradores é muito baixa, de zero a três salários mínimos (com salário mínimo equivalente a R\$ 465,00 mensais), sendo que 18 pessoas tem renda de até um salário mínimo (dez mulheres e oito homens); 12 tem renda de dois a três salários mínimos (quatro mulheres e oito homens); e apenas três pessoas tem renda entre dois e três salários mínimos (os três são homens). E, para a maioria, 32 moradores (16 homens e 16 mulheres), a renda que obtém é a única da casa – vale lembrar que entrevistamos todas os moradores, mesmo os que moravam na mesma “casa”, ou seja, ocupavam o mesmo “apartamento” dentro da ocupação. A situação profissional dos sem-teto da ocupação Quilombo das Guerreiras revela-nos o grau de precariedade em que vivem: 22 pessoas trabalham por conta própria, sobretudo como camelôs, seguindo de 17 pessoas assalariadas, alguns desempregados, aposentados/pensionistas e pessoas que não trabalham. E, mesmo entre os assalariados, são poucos os que têm Carteira de Trabalho assinada (ou que contribuem com o INSS). Elas, em grande parte trabalham como

²² Quatro moradores ingressaram, no ano de 2010, no ensino superior (três mulheres e um homem). Dentre eles, três fazem o “Curso de Licenciatura em Educação do Campo” na Universidade Federal Rural do rio de Janeiro (UFRRJ), que teve início em setembro de 2010, tendo como público alvo assentados e assentadas da Reforma Agrária.

domésticas, faxineiras ou serventes, bilheteiras, ascensoristas, operadoras de caixa; e eles, são pedreiros, auxiliares de portaria e porteiros, chefes de cozinha, bombeiros hidráulicos e há, ainda, um funcionário público.

CAPÍTULO 2

A PRODUÇÃO E A RE-PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DOMÉSTICOS:

2.1 O modelo do “lar”: A topografia acompanha os costumes

“Antes, a fisionomia detalhava o rosto, espelho da alma. De agora em diante, a ordem de um aposento revela uma vida” (PERROT, 2009, p. 285).

“Há alguma coisa mais familiar do que a casa? Cada um não sabe tudo sobre sua casa, sua maneira de viver, seus gostos, suas vontades e frustrações em relação a sua organização e decoração? Não sabemos que a perda da casa é dramática? Em suma, cada um não sabe o que *habitar* quer dizer?” (SERFATY-GARZON, 2003, p.07 [tradução livre]). É com esses questionamentos que Serfaty-Garzon começa seu livro denominado *Chez soi: Les territoires de l'intimité*. Se o sentido da família, da casa e dos *modos de habitar* nos parecem tão óbvios, por que tantos estudos se debruçaram sobre o assunto? Este é um tema que parece ser inesgotável: revistas e livros populares, programas de TV dedicados à decoração, passeios oferecidos por empresas de turismo a casas patrimoniais, entre outros. Serfaty-Garzon chama atenção para o fato de que o sucesso internacional das redes de móveis, com preços dos mais variados, demonstra que a paixão atual que as sociedades ocidentais experienciam pela casa, sua estética, disposição e decoração, é mais que um modismo passageiro. O *lar* nos parece, naturalmente, um lugar de abrigo, seguro e protegido, de expressão individual, como um espelho, refletor do *self*. Visto, praticamente, como sinônimo de família, o espaço privado nos proporciona um sentimento de liberdade, um espaço mais maleável, em que podemos estar no comando, ao contrario do espaço do trabalho onde existem regras a serem seguidas (SERFATY-GARZON, 2003).

Se a casa é, pois, para os cientistas sociais, o objeto de um grande número de estudos, ela ainda resta enigmática em sua expressão mais profunda, a dos *modos de habitar*. O(s) modo(s) de *habitar* a casa nos parece óbvio, talvez por ser compreendido

como comum e presente à vida de todos, mas também por parecer ser suficientemente expresso por suas qualidades concretas, seu tamanho, arquitetura, disposição, funções. Suas outras qualidades, tais como a sua localização, dimensão e natureza do material, ser própria ou alugada, deve-se aos gostos pessoais dos habitantes e seu *status* social. Logo, a visão de que a casa é adequada ao seu posseiro nos parece evidente, parece ser uma espécie de qualidade inerente à condição humana. Porém, a autora propõe questionar essas evidências a partir de uma reflexão sócio-histórica, a fim de explicitar que o que entendemos como privado, ou seja, a intimidade das pessoas, é um fenômeno recente.

“A ideia de esperar isso dos outros e, se necessário, exigir o respeito pela sua privacidade, a ideia, portanto, de considerar o privado como um direito é ainda mais recente. Ela funda a concepção moderna da *casa*. Além disso, ela funda uma parte importante das relações sociais e, sobretudo, de nós mesmos” (SERFATY-GARZON, 2003, p.10; grifo nosso, [tradução livre]).

A autora apresenta em seu trabalho como emergiu e foi posta em prática essa ideia, que nos parece atualmente ter um caráter universal e inerente à condição humana, onde seríamos possuidores e senhores de nossa morada. Caráter esse considerado, para o indivíduo contemporâneo, indispensável à elaboração de sua identidade e sua realização pessoal. (SERFATY-GARZON, 2003).

Seria, então, necessário descrever o processo de elaboração social do privado. O que funda a possibilidade da construção histórica e social do conceito de privado é a relação do ser humano com o espaço em que habita. Há uma multiplicidade de práticas domésticas e uma multiplicidade de condicionamentos históricos, geográficos, político-econômicos e subjetivos que incidem na sua constituição.

“Designar a intimidade e a casa como análise inclui, portanto, esse movimento de constituição da vida cotidiana no campo da reflexão teórica. No senso comum, a vida cotidiana remonta as rotinas, mecanismos e bricolagens da vida familiar e privada, o trabalho doméstico, as atividades ordinárias do consumo, da própria manutenção e da casa. Assim como a vida cotidiana, [...] a casa é o culminar de uma produção que, por mais mistificada que seja, ainda funciona. Produção na medida em que capitaliza, [...] coloca em prática e reproduz as normas sociais, define os papéis, o comportamento do consumidor, a integração social e a estabilidade, os anexos, o inconsciente, os símbolos, os sonhos e o imaginário.” (SERFATY-GARZON, 2003, p.09, [tradução livre]).

Uma história da casa, seus modos de habitar, seus dispositivos espaciais e as atribuições dos espaços internos da área doméstica, traduzem e resumem as sensibilidades, as representações e as constelações psicológicas que se desenham nesse esboço de transformações de mentalidades e de concepções do público e do privado, que marcam a “entrada” em um universo moderno (ARRIÈS, 2009). Enquanto o século XVIII foi marcado pelo liberalismo e seu clamor por liberdade individual contra as imposições autoritárias de tipo político, moral, corporativo e religioso, o século XIX foi marcado pelo Romantismo e seu foco no único e particular, suscitando e estimulando a vontade dos indivíduos de se distinguirem uns dos outros. Estes lugares privilegiados favoráveis às relações com o outro e, também podemos acrescentar, em relação a si mesmo, são, principalmente, as instalações domésticas. Essas transformações, extremamente importantes, foram estabelecidas nos séculos XVII e XVIII, e aprofundadas no século XIX, e terminaram por tornar a habitação e o direito à moradia, uma das principais questões sociais.

Serfaty-Garzon aponta os veículos de penetração das mentalidades nos lugares e nas situações que traduzem a diferenciação entre, de um lado, a esfera pública, onde predomina o olhar dos “outros” e, portanto, as preocupações com a honra, a interdependência e a solidariedade e, de outro lado, a esfera individual e seu prolongamento: a esfera familiar. O uso, na Idade Média, pela grande maioria dos cidadãos, da casa como espaço de trabalho reforça as continuidades dos espaços de expressão da vida social. A anexação da rua para pequenos comércios é, de certa forma, o prolongamento natural das atividades de trabalho domiciliar. Os burgueses ricos conduzem seus afazeres em suas casas, o local de trabalho não existe e as moradas aristocráticas são abertas, a todo o momento do dia, às visitas. Estas características são, em si, um modo de vida.

Estabeleceu-se, progressivamente, um afastamento entre o domicílio e o local de trabalho. Assim se operou, na Europa do início do século XIX, a separação entre o público e o privado – essencializado pela família –, a partir de uma diferenciação mais estrita dos papéis sexuais. Começa a nascer um novo “ideal doméstico” (PERROT, 2009).

“Na elaboração deste ideal, é essencial o papel das classes médias, que aí encontram uma verdadeira identidade. Ele se irradia desse âmbito para as classes operárias, que se pretende moralizar com as virtudes da boa dona de casa. Não há dúvida de que o operário adota tal ideal, mas à sua própria maneira e seus próprios fins” (PERROT, 2009, p.15).

Vimos, no capítulo anterior, as mudanças que aconteceram ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII do papel do Estado e como isso influenciou e fundou um novo papel social da família. No século XIX, com o crescimento vertiginoso das cidades e a expansão da urbanização, as relações sociais passam a ser cada vez mais marcadas pela diminuição da distância individual (concentração demográfica), mas, ao mesmo tempo, por um maior distanciamento pessoal, subjetivo em relação ao “outro”.

“Decerto é apenas o reverso dessa liberdade se, sob certas circunstâncias, em nenhum lugar alguém se sente tão solitário e abandonado como precisamente na multidão da cidade grande” (SIMMEL, 2005[1903], p. 585).

O trabalho, o lazer e o convívio com a família, são entendidos, neste momento, como atividades separadas, realizadas em espaços distintos. O homem procura proteger-se dos olhares dos outros e, para isso, escolhe (ou é incitado a escolher) seu modo e estilo de vida; e retrai-se junto à família, entendida como refúgio, centro do espaço privado, mesmo que, apesar disso, ainda haja tipos antigos de sociabilidade coletiva e comunitária, principalmente nas classes populares (ARIÈS, 2009, p.10).

Nesta mesma linha argumentativa, Michelle Perrot afirma que, a partir do século XVIII, a distinção entre o público e o privado foi aprofundada. “O público havia se ‘desprivatizado’, apresentando-se como a ‘coisa’ do Estado”. O privado, que antes era visto como insignificante e negativo, se revaloriza e se transforma em sinônimo de felicidade. Apropria-se de um sentido familiar e espacial, que, no entanto, não esgotava em si a diversidade de suas formas de sociabilidade (PERROT, 2009, p. 14). Estes valores descritos ainda não haviam alcançado tamanha importância na Idade Média. Até o fim do século XVII, a vida privada e a intimidade se confundiam com a vida coletiva. A casa na idade Média não tinha cômodos com determinados papéis a desempenhar. Eram casas largas, geralmente com dois cômodos grandes; os móveis eram portáteis; atividades como dormir, almoçar, tomar banho, eram coletivas; não havia banheiros individuais, pequenas salas com diferentes funções (salas de estar, salas de jantar). Porém, ainda no século XVIII, a família se instala no espaço confinado do privado e anuncia assim o investimento que marca nossa sensibilidade contemporânea. Este novo papel será reafirmado até triunfar no século XIX. O sentido da casa torna-se consubstancial ao sentido da família. E é então, a partir desta, que deve se introduzir as concepções da moradia ideal e do apego ao *lar* que o século XIX vai conduzir, aparentemente, até os seus limites (SERFATY-GARZON, 2003).

Norbert Elias (1994), em *O Processo Civilizador*, também trata sobre o assunto e afirma que a privatização é consubstancial à civilização. O autor mostra como o refinamento das sensibilidades que costumam ser chamadas de “pudor”, faz com que certos atos, antes realizados em público (como assoar o nariz sem lenços, defecar, fazer amor), agora se restrinjam à esfera privada. Os modos à mesa, de se lavar, de amar – e, portanto, de *habitar* – se modificam de acordo com uma autoconsciência que passa pela intimidade dos corpos.

As mudanças na vida material e espiritual que marcam o período moderno conduzem a novos valores que são indícios de um processo de “privatização” da vida. Para Serfaty-Garzon (2003), o primeiro indício é o direito à solidão, ou a conquista da privacidade, e sua extensão, o individualismo. O segundo é a sociabilidade eletiva ou associação com indivíduos ou grupos de livre escolha. Configura-se neste último caso uma convivência, caracterizada pela afinidade de pensamento e pela arte da conversação, que é partícipe na formação de uma nova esfera pública onde as ideias são trocadas e pontos de vista são formados sobre a arte, a filosofia e a literatura, e que expressam o gosto de pessoas “cultas”. A valorização da família constitui o terceiro indício. A família muda de sentido e redefine suas responsabilidades face ao indivíduo, que ela agora protege no lugar de somente impor obrigações e, especialmente, modifica suas responsabilidades em relação à educação das crianças.

O encerramento de si mesmo, para o espaço doméstico, para espaços de sociabilidades escolhidas, todos esses indícios de privatização desenham os contornos de uma nova atenção à gestão da vida cotidiana, pessoal e social, que levam a novas exigências de refinamento e uma preocupação mais constante com o gosto alimentar, artístico, literário e em matéria de decoração de interiores. (PERROT, 2009)

As novas sensibilidades da vida privada conduzem os arquitetos a repensar as plantas interiores das habitações. Os dispositivos espaciais são concebidos para favorecer a vida em família, dar mais liberdade para a expressão de si para servir a uma nova concepção do corpo e do pudor. Começa a emergir, além do gosto por decoração, a ideia do interior diferenciado e qualificado e uma nova preocupação com a organização do espaço doméstico para preservação dos moradores no quadro de novas formas de sociabilidades. Evocam a nova demanda social das elites em matéria de distribuição dos espaços. (SERFATY-GARZON, 2003).

A criação de dispositivos espaciais como espaços de comunicação que permitem entrar ou sair de um cômodo sem passar por outro (escada privada, corredor, etc.); a

manifestações da especialização funcional dos espaços da casa (criação do quarto de dormir e da sala de estar, sala de jantar), a multiplicação dos espaços pequenos; todas estas transformações ocorridas na casa para controlar diferentes graus de intimidade do morador com os visitantes e com os seus empregados, sugere algo novo, um novo valor: a “privacidade” (ARRIÈS, 2009).

“[A] *grande salle* vai desaparecer, dando lugar a três cômodos mais diversificados do que ela era: a *galerie décorée*, que era a glória das casas mais elegantes, a sala de jantar, fruto da combinação da sala com o anti-quarto, e por último, depois de uma longa evolução, *Le salon* [sala de estar], fruto de uma combinação da *salle* com o quarto, que servirá para substituir o papel do espaço reservado na vida em sociedade.” (SERFATY-GARZON, 2003, p.31[tradução livre]).

A disposição do interior, a hierarquia dos cômodos, a decoração, tudo na casa burguesa deve contribuir para expressar tanto uma visão de mundo quanto um estilo de vida familiar. Isso conforma a visão burguesa de *status*: a sala é o espaço central da casa, espaço de representação e recepção, de demonstração de sinais de ostentação das riquezas, de conforto e de estabilidade. A distância entre os espaços íntimos e os espaços de recepção também incide na concepção de privacidade: o quarto de dormir – quando não dois quartos –, o banheiro e o quarto das crianças – mais próximo ao quarto da mãe –, são situado para os fundos, enquanto os espaços de recepção, situados para rua.

A importância atribuída ao quarto, ao cômodo privado, é um valor adquirido progressivamente. A função que o quarto adquiriu, como um “quarto de dormir”, como nos mostra Elias (1994, p. 162), é obra de um “processo civilizatório”. Uma invenção da *modernidade* e que não se observava na Idade Média. Na sociedade medieval, essa função não fora assim privatizada e separada do resto da vida social. Era inteiramente normal receber visitantes em quartos com camas, e as próprias camas tinham valor de prestígio relacionado com sua opulência. Era muito comum que muitas pessoas passassem a noite no mesmo quarto: na classe alta, o senhor com seus serviçais; a dona de casa com sua dama ou damas de companhia; em outras classes mesmo homens e mulheres no mesmo quarto e não raro hóspedes que iam passar a noite ali.

Paralelamente ao desenvolvimento do quarto individual e à afirmação de seu caráter de santuário pessoal, o banheiro torna-se um espaço íntimo por fazer valer a afirmação da concepção do corpo como inimigo da alma e a associação entre a limpeza física e a pureza moral. Em princípio, este é o espaço mais privado e mais íntimo da

casa, se situa entre higiene e sensualidade e que faz aflorar as contradições do pudor e do narcisismo (SERFATY-GARZON, 2003). O processo de higiene pessoal, afirma Corbin

“revolucionou a vida privada e as condições do relacionamento. Múltiplos fatores contribuem, desde o alvorecer do século, a acentuação das antigas exigências de higiene, que surgiram dentro do espaço do convento. A descoberta de mecanismos de transpiração como o sucesso da teoria infeccionista, e a ascensão do conceito de depuração. A influência reconhecida do físico sobre a moral valoriza a limpeza e a arrumação. Os novos requisitos confidenciais renovam a civilidade; a delicadeza acentuada das elites; a vontade de se afastar dos dejetos orgânicos, que recorda a animalidade, o pecado, a morte; e em breve, a preocupação da purificação para acelerar o progresso. Este último também estimulado pela vontade de se distinguir do povo repugnante/repulsivo. Tudo isso contribui para promover um novo status do desejo sexual e da repulsão, que por sua vez aumenta o desenvolvimento de práticas higiênicas.” (CORBIN, 1884, apud SERFATY-GARZON, 2003, p.44, [tradução livre].)

Serfaty-Garzon afirma, ainda, que essa visão do corpo como inimigo da alma, atende a uma classe burguesa ameaçada pela desordem das classes populares. No seio da casa, os empregados domésticos representam essa classe. Também a concepção burguesa de status e das hierarquias sociais vai se manifestar nos dispositivos espaciais da habitação e, em particular, na redução a sua expressão mais simples, e mesmo nas casas mais ricas, na eliminação completa da relação entre os espaços familiares e os espaços de trabalho e da vida dos empregados domésticos.

A dissociação entre os lugares de passagem dos lugares de convivência é também um sinal de maior desejo por conforto – que vai se refletir na distribuição da iluminação e aquecimento entre os cômodos – e de emergência, já citada anteriormente, de uma nova concepção do corpo e do pudor. Essa dissociação também assinala um distanciamento entre os patrões e seus empregados domésticos que são, portanto, alojados fora da vista dos seus patrões. A invisibilidade dos serviçais: assim é prefigurado um aspecto particularmente marcante em relação aos modos de habitar burgueses do século XIX e que é parte integrante da concepção de habitação marcada por excelência, pela classe social. (SERFATY-GARZON, 2003).

A cozinha, seguindo a linha de argumentação da autora, se situará na parte mais longínqua da habitação, independente de onde se situa a sala de jantar, a despeito de qualquer funcionalidade. Os quartos dos empregados são localizados fora da habitação familiar propriamente dita, no andar térreo, no sótão, ou no subsolo. Uma escada de serviço assegura aos empregados, entregadores e funcionários, uma entrada

independente, fora da visão direta dos moradores e suas refeições. A casa é indissociavelmente marcada pelas ordens do íntimo, da hierarquia e da dominação e também pela relação desigual entre os senhores e seus empregados domésticos.

Contudo o espaço doméstico também apresenta uma desigualdade na relação da mulher com seu marido. Pois a mulher, aquela que se atribui uma natureza seráfica que nasce da sua devoção à religião, à educação dos filhos e às obras de caridade, deve mostrar, também, sabedoria, disposição e eficácia nas tarefas desempenhadas. Na classe burguesa deste período, isso se manifesta na extraordinária implantação das artes domésticas e de interiores, sacramentado, na “lógica essencialista” sobre a condição feminina: são as “artes femininas”. A mulher deve, sobretudo, exercer mil atividades, esses “mil nadas”, tão insignificantes e sem sentido, que são as artes do interior: o paradoxo de sua onipresença e insignificância (SERFATY-GARZON, 2003, p.46, [tradução livre]).

No século XIX, o espaço considerado natural da mulher, por excelência, é a casa, o “ninho”, que ela se responsabiliza por organizar e manter para a família, que se torna a figura central, se não exclusiva, do privado. Os termos – mulher, família, casa – formam uma nova constelação com relações mais estreitas, ou quase sinônimas (SERFATY-GARZON, 2003).

Anne Martin-Fugier enfatiza outros aspectos do papel feminino no século XIX: “de afeminar o apartamento, de fazer a sua imagem: é preciso que ela se comunique com os objetos com um pouco de sua alma. E isso com uma única finalidade: enlaçar o marido em suas formas de captação da intimidade” (*apud* Serfaty-Garzon, 2003, p.46).

“O lugar de moradia torna-se assim representação do corpo feminino. Mas o corpo feminino é ambíguo: é tanto maternal quanto voluptuoso. No espaço familiar, é preciso exorcizar a voluptuosidade e manter apenas a maternidade. Por isso o triunfo da palavra ‘ninho’ para referir-se a moradia. Se seguirmos essa perspectiva, entendemos o propósito de colchas e cortinas: elas são projetadas para dar doçura maternal a casa, certamente, mas ao mesmo tempo para se esconder. Como o corpo de uma mãe deve estar decente, não pode estar à mostra, está coberto. Poderíamos dizer que o segundo império cobre os pés das cadeiras assim como as pernas das damas” (MARTIN-FUGIER, 1982, *apud* Serfaty-Garzon, 2003, p.46, [tradução livre]).

Entretanto, enquanto é concedido a mulher apenas um papel doméstico, ao mesmo tempo, o divórcio é instituído pela primeira vez na França em prol da liberdade do indivíduo de uma vida privada infeliz. Assim a autora ilustra as contradições e tensões entre as esferas privada e pública desse período, tensões essas que serão

resolvidas em favor do privado, da quase sacralização da moradia e de uma acentuação extrema da especificação do papel feminino e masculino. Neste sentido, a política e o público irão pertencer ao homem, enquanto que o privado e o doméstico tornam-se espaços vinculados à mulher (SERFATY-GARZON, 2003).

Com o advento da vedação da vida privada e sua manifestação concreta, a cultura do (ou até o culto ao) *interior* se inscreve, por um lado, em um processo de desqualificação da vitalidade e das fronteiras indiferenciadas da rua, cada vez mais consideradas imorais ao longo deste século; e, por outro lado, em um refinamento de formas de sociabilidade do convívio que marca tanto o espaço público quanto o privado. Enfim, para a autora, tanto um, quanto o outro, se situará no coração das principais preocupações do século XIX: o privado suscita, direta ou indiretamente, uma quantidade extraordinária de discursos ideológicos, normativos, políticos, sociais, morais e econômicos.

“De perto ou de longe, esses discursos concernem à habitação. Muitas vezes a habitação é a questão principal, ou melhor, a parte visível e material das principais questões que concernem tanto à ordem pública quanto a moralidade pública, saúde pública, os campos econômico e cultural” (SERFATY-GARZON, 2003, p.37, [tradução livre]).

A visão burguesa da vida é um reflexo de seus interiores, onde tudo é estabelecido a partir da tensão entre a representação – simbolizada pela sala – e a privacidade – apoiada pelo quarto privativo e pela cama individual. A casa, para esta camada da sociedade, torna-se objeto de investimentos de valores morais e políticos; lugar de registro natural da moralidade da família. Sua localização, sua forma, os materiais que são usados para sua construção, sua organização espacial, tudo isso torna-se pontos de significação.

Neste cenário triunfante da riqueza das residências burguesas, da valorização do *interior* e seus objetos fetichizados, o habitat do operariado ocupa um lugar à parte. Este período de industrialização rápida e exploração feroz da força de trabalho operária – de homens, mulheres e crianças conjuntamente – é acirrado pelas condições materiais precárias dos trabalhadores. A pobreza e a precariedade desestabilizam cada vez mais os modos de habitar que lhe são próprios. Michelle Perrot (2009) aponta que, para as classes pobres, a cidade é como uma floresta onde é preciso “caçar a existência”. Neste sentido, as classes populares apresentariam

“[o]utra relação com o espaço, do qual é preciso tirar partido para compensar a mediocridade do habitat; outra relação com o corpo: muitos atos então classificados como íntimos são feitos fora; outra relação com as coisas também: o emprego dos restos, a reciclagem do usado, a troca de presentes [...] em uma economia do cotidiano que escapa em parte do mercado monetário e onde é fundamental o papel das mulheres, nada encerradas em casa, ao contrário das burguesas” (PERROT, 2009, p. 293)

A autora afirma que a originalidade das classes populares urbanas está em sua rede familiar não se inscrever nem na imobilidade da terra nem no fechamento de um *interior*. A habitação faz parte dessa rede familiar maleável e solidária, indispensável, onde o papel das mulheres é fundamental. As mulheres da classe popular não vão e não podem ficar em casa, muito menos seus filhos, ao contrário, mais uma vez, das classes médias burguesas. Entretanto, Michelle Perrot afirma que o desejo de um lugar para si cresce e se afirma, também nas classes populares, a partir da segunda metade do século XIX. É então, neste momento, que começam a ser implementadas nas habitações coletivas disposições espaciais da casa burguesa e que emergem, mais tardiamente, os modelos de habitação que exprimirão novas atitudes.

As classes populares privilegiam a localização, o uso. Michelle Perrot ressalta que a noção de interior podia ser percebida “nos poucos móveis, poucos objetos: cobertas, utensílios de cozinha, uma mesa, algumas cadeiras; raramente uma cômoda familiar”. Entretanto, a autora vai argumentar que

“esses sumários alojamentos às vezes apresentam tênues marcas da busca por um prazer ou uma intimidade: gaiola de passarinho, o animal de estimação do pobre, cortinas nas janelas; nas paredes, algumas imagens coloridas recortadas de um semanário ilustrado, fotos da família cujo uso começa a difundir entre o povo após 1900. As paredes são aliás as primeiras superfícies apropriadas; [...] os papéis de parede, por serem baratos, tiveram importância semelhante à das chitas para as vestes femininas.” (PERROT, 2009, P. 294).

Os modos de habitar populares, marcados pela perda da identidade cultural e pela pobreza esmagadora, são o centro das estratégias burguesas de reforma e moralização. A filantropia do habitat torna-se o instrumento privilegiado dessas estratégias. Serfaty-Garzon (2003) salienta que as abordagens complementares que envolvem a salubridade da habitação, a higiene pessoal e o papel da escola na aprendizagem de artifícios higiênicos estão inscritas, no entanto, em um movimento mais geral de “aculturação” das classes populares em relação aos *modos de habitar*.

“Por um lado, as habitações burguesas, objeto de todas as propriedades, de respeitabilidade, e seguridade; de outro, as habitações das classes populares, consideradas então, como ‘classes perigosas’, onde o adensamento e a promiscuidade das pessoas, a sujeira, a privação e uma absoluta precariedade prevalecem” (SERFATY-GARZON, 2003, p.41, [tradução livre]).

Essa filantropia do habitat foi o centro das estratégias de higiene pública e moralização. Com todas as transformações do espaço privado, da casa, a moradia popular também será alvo desse processo de mudança. Vista como um lugar sujo, impróprio para morar, precário, promíscuo, de más influências, a moradia popular é atravessada pela construção de um ideário de moradia que seja adequado às normas de higiene e às normas de conduta. Assim, a “moralização” torna-se imprescindível. As políticas de habitação aparecem como, possivelmente, a principal forma de implementação das estratégias de higiene e moralização da população.

Sem o objetivo de contestar os benefícios de uma filantropia do habitat – cujos resultados são muito limitados até 1914 –, Michelle Perrot ressalta a cegueira obsessiva quanto às maneiras de morar das classes populares. Constrangidas a “viver na rua”, estas sabem utilizar as virtualidades dos imóveis coletivos e do bairro, espaço intermediário, zona essencial de ingresso e aculturação. (PERROT, 2009, p. 292)

“Amontoadas em infectos pardieiros, as classes populares urbanas desenvolvem de forma diferente sua intimidade. As promiscuidades que parecem comprazê-las até em seus divertimentos [...] são aos olhos das camadas dominantes o sinal de uma sexualidade primitiva e de uma selvageria que, por seu crescente desejo de dignidade, os próprios militantes aceitam cada vez menos. [...] Patronato industrial, médicos propagadores da higiene pública elaboram políticas de habitação destinadas a salvar, pelo desamontoamento, os operários da tuberculose e do alcoolismo. A noção de “moradia mínima”, com normas de cubagem do ar e conforto, projeta-se desde o fim do século XIX. O próprio movimento operário, por muito tempo relativamente insensível a essa “questão da habitação”, reivindica no início do século XIX “ar puro” e salubridade. (PERROT, 2009, p. 292)

A filantropia do habitat é parte, diz Donzelot (1986[1980]), de uma estratégia para as camadas populares se familiarizarem com os modos de vida e de habitar burgueses, cujos objetivos principais seriam a ordem pública, a regeneração, e a estabilidade das “classes sofredoras”. A burguesia é chamada para desempenhar um papel central na condução das transformações das condições de vida do povo. Sua missão será a de posar como modelo de aspiração dos modos de habitar, que lhe é próprio, e segundo os seus códigos de acesso.

Um rico sistema de dispositivos pedagógicos traduzirá a convicção dos burgueses de que é dever deles educar e moralizar as classes populares. A moradia (e as maneiras de morar) será o centro das preocupações das sociedades filantrópicas, de higiene e profilaxia, aquelas visitas sociais, de educadores, da escola, da Igreja e do patronato. A higiene pessoal ou doméstica, a saúde pessoal ou da família, o uso da casa e as relações entre os membros da família; todos são ainda ligados às sociedades pedagógicas e reformistas da época. (SERFATY-GARZON, 2003).

Apesar dos debates e confrontos entre os divergentes atores da filantropia habitacional, apesar de fortes resistências da classe trabalhadora até a segunda metade do século, o desejo por uma moradia saudável, livremente escolhida, de um interior familiar íntimo, se afirma. Uma nova dinâmica de respeitabilidade social, impulsionada por modelos artesãos, dos empregados do comércio e do estado, que moram mais confortavelmente, em seguida pelos sindicatos operários, contribuindo para afirmação desse desejo. (SERFATY-GARZON, 2003).

Sob o impulso combinado do pensamento social e filantrópico da época, das teorias socialistas, do reformismo cristão e, de maneira significativa, em função das topografias médicas e dos médicos, em matéria de higiene pública, o patronato industrial e o poder público desenvolveram políticas de habitação. Essas políticas vão, no final do século, reunir os próprios movimentos operários em busca de dignidade e saúde para as classes trabalhadoras. (SERFATY-GARZON, 2003).

2.2 A reinvenção dos espaços privados: a busca pelo “território íntimo”

O século XIX parece ter sido a época de ouro do privado. Para Serfaty-Garzon, o motivo para tal façanha talvez seja o fato de que não havia muitas dúvidas sobre o valor absoluto da casa, do *lar*, “conseguindo garantir as formas sabiamente moduladas de sociabilidade pública”. Valor este fundado em um “dismorfismo sexual radical, pedra angular da vida familiar e compromisso com o lar” (SERFATY-GARZON, 2003, p.53).

Mas no século XIX a casa é assunto da família, o lugar de sua existência, seu ponto de encontro. Exprime a ambição do casal e de seu sucesso. Estabelecer um *lar* é residir em uma casa. Ter seu lar, seu *home* – o termo se difunde em torno de 1830 e se configura no principal caminho para alcançar a independência. “O *interior*, que a partir

de então designa menos o coração do homem que o da casa, é a condição para a felicidade; e o *conforto*, para o bem-estar” (PERROT, 2009: 287).

Um triplo desejo de intimidade familiar, conjugal e pessoal atravessa o conjunto da sociedade e afirma-se com particular insistência no início do século XX.

“Fortaleza da *privacy*, a casa é objeto de lutas internas, microcosmo percorrido por sinuosidades e fronteiras onde se defrontam o público e o privado, homens e mulheres, pais e filhos, patrões e empregados, família e indivíduos. A distribuição e o uso dos cômodos, escadas e corredores de circulação das pessoas e coisas, locais de descanso, para cuidados e prazeres do corpo e da alma, tudo obedece a estratégias de encontro e evasão que trespassam o desejo e preocupação para consigo” (PERROT, 2009).

A segmentarização do espaço urbano – na construção daquilo que Foucault denominou de “espaço disciplinar” (FOUCAULT, 2007a [1975]) – atravessou as fronteiras do privado e promoveu, como vimos, a subdivisão do espaço doméstico. Assim, ao mesmo tempo em que o espaço privado se diferencia do espaço público (que, por sua vez, se esvazia, gradualmente, de sua vocação pública), o espaço privado se subdivide internamente para abrigar novos costumes, comportamentos e práticas que demandam um espaço próprio para o indivíduo, separado do restante da família.

Safarty-Garzon, em seu livro, ensaia a expressão *territoires de l'intimité* (territórios da intimidade), porém acaba relegando-a um plano secundário, preferindo utilizar o a expressão *chez soi* para se referir a este espaço. Contudo, a transformação das relações de poder na sociedade (com a ascensão da burguesia) incide, também, nas relações familiares, produzindo desejos intimamente ligados à privacidade. Assim, dentro do espaço doméstico, território da família, o indivíduo busca um espaço seu e demarca um território ainda mais privado, que delimita uma fronteira clara entre aquele que dele se apossa e nele guarda seus segredos, e aqueles cujo acesso é impedido (a não ser quando consentida a presença). Portanto, cabe fazer-nos uma pergunta que Safarty-Garzon apenas deixa no ar: podemos falar da constituição de um território para nos referirmos ao que a autora chama de *chez soi*? Acredito que sim. Contudo, farei uma ligeira adaptação da expressão proposta pela autora, mais por motivos de tradução do que propriamente de conceitualização. A ideia é a mesma: argumentar que o território íntimo é fruto da transformação das relações de poder do espaço doméstico, e que foram apresentadas ao longo deste capítulo, inspiradas nas transformações que dizem respeito à revalorização da família (tratadas no primeiro capítulo).

O conceito de território na Geografia que antes era restrito apenas ao Estado-nação, a disciplina vem adquirindo capacidade analítica para lidar com a multiplicidade de territórios existentes. Robert Sack (1986) compreende a territorialidade como uma estratégia associada às motivações e objetivos humanos. Assim, ela é utilizada para estabelecer quem são os *insiders* e os *outsiders* e envolve uma classificação por área que condiciona as relações sociais e controla o acesso. As fronteiras não precisam, necessariamente, ser fixas, ou mesmo concretas, ou seja, demarcadas materialmente no substrato espacial. Sack afirma que a territorialidade é uma forma de comportamento espacial e está ligada à forma como nos organizamos no espaço e a forma como atribuímos significados ao “lugar”.

“A territorialidade é uma expressão geográfica do poder social. Ela é o meio pelo qual o espaço e a sociedade se interrelacionam. As funções cambiantes da territorialidade ajudam a compreender as relações históricas entre a sociedade, o espaço e o tempo” (SACK, 1986, p. 5 [tradução livre]).

O trabalho de Sack, que já se tornou um clássico na Geografia, inspirou diversos geógrafos brasileiros, entre eles, Marcelo Lopes de Souza. Souza ressalta que o território não pode ser encarado como um sinônimo do substrato material que lhe serve de suporte, pois esse pode se constituir e se desfazer sem que, necessariamente, deixe marcas na paisagem. Isso não significa, porém, que território e o seu substrato possam ser separados concretamente. Souza compreende o território como um campo de forças, ou seja, “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (SOUZA, 2007 [1995], p. 97). Assim, segundo o autor, “territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos” (SOUZA, 2009a, p. 65). O território é, portanto, imanente às relações sociais e se constitui em diferentes escalas.

“Não apenas o que existe, quase sempre, é uma superposição de diversos territórios, com formas variadas e limites não-coincidentes, como, ainda por cima, podem existir contradições entre as diversas territorialidades, por conta dos atritos e contradições existentes entre os respectivos poderes” (SOUZA, 2007 [1995], p. 94).

O território se constitui através de um movimento mais centrípeto do que centrífugo de organização e diferenciação interna que demarca fronteiras (fixas ou móveis), promovendo um “fechamento relativo” (SOUZA, 2006a, p. 554) que permite a

apropriação de um espaço no qual relações sócio-espaciais específicas se desenvolvem. Em outras palavras, o território emana como projeção das relações de poder no espaço, ao mesmo tempo em que incide nessas mesmas relações, através da delimitação de um traçado que separa aqueles que se apropriam de um espaço daqueles que, neste espaço, figuram apenas como elementos externos. Neste sentido, o território só pode ser compreendido através de um exame das relações sociais que o conformam, e que são, ao mesmo tempo, seu ponto de origem e de chegada.

Nas seções acima, buscamos ressaltar que houve, no século XIX, uma profunda transformação no espaço urbano que girou em torno de novas concepções sobre o indivíduo e que demarcou novas fronteiras delimitando o que é público e o que é privado. Essa transformação incidiu não só no “magma de significações imaginárias” da sociedade (CASTORIADIS, 2007 [1975]) e na constituição do sujeito como indivíduo (o que implica em novas relações familiares), como também, modificou a forma como esse “indivíduo moderno” organiza o seu espaço doméstico.

O surgimento do “território íntimo” não permanece restrito à burguesia e logo se expande para as classes subalternas, quando não por vontade própria, por imposição. Contudo, é notável como, em pouco tempo, ele se tornou uma “necessidade”, constitutiva daquilo que Castoriadis chama de “imaginário social” (CASTORIADIS, 2007 [1975]), e que é responsável por dar sentido ao conjunto da vida social. Todos querem “ter privacidade”, dos mais ricos aos mais pobres, e dos mais jovens aos mais idosos, onde possam viver sua vida íntima, separada do restante da sociedade. Lá onde podem acumular coisas, onde conhecem cada centímetro e onde só está quem foi convidado. O “território íntimo” não é uma simples invenção do Estado ou do capital, mas é, sem dúvida, muito bem utilizado para manipular e modificar objetivos econômico-políticos da sociedade. A individualização da vida não é um fenômeno que se expressa apenas na organização espacial do lar. Ela permeia todas as dimensões e esferas da sociedade, influenciando tanto nas orientações específicas dos sistemas institucionais, quanto no viver cotidiano, no consumo e na produção subjetiva dos sujeitos. Por isso, prefiro falar em “imaginário social” ao invés de falar em cultura, pois a individualização da vida e a criação de territórios íntimos não são fenômenos que se restringem apenas à cultura.

“Uma vez mais ou menos descolada da economia e da política, a cultura presta-se, assim, a ser ‘isolada’. Ao contrário do imaginário, que em sua versão castoriadiana nada tem de secundário, sendo, na verdade, o núcleo que dá sentido ao conjunto da vida social” (SOUZA, 2006a, p. 367).

O imaginário é, portanto, uma criação histórica e geograficamente referenciada e que ao mesmo tempo em que cria e seleciona símbolos, transforma as relações de poder de uma sociedade dada. Como já foi explicitado, os séculos XVIII e XIX foram marcados por um aprofundamento da distinção entre o público e o privado que acompanhou as transformações das relações de poder provenientes da consolidação do capitalismo, e da burguesia como classe dominante. A conquista da privacidade é, para a burguesia, a vitória da liberdade individual sobre as imposições repressoras do Estado e da Igreja. Contudo, a burguesia, agora já classe dominante, também impõe seus próprios códigos morais que passam a atuar sobre os comportamentos, definindo aquilo que é próprio de seres “civilizados” e aquilo que é próprio da “barbárie primitiva”. Cria-se a intimidade ao mesmo tempo como negatividade, ou seja, como proibição de comportamentos e discursos no espaço público, e como positividade: a permissão de expressá-los no âmbito privado.

Contudo, Safarty-Garzon ressalta que esses fatores que fazem da casa um espaço do “nós” contribui, também, para que todas as disputas e confrontos territoriais que o primado do indivíduo sobre o grupo pode trazer. Não raro, vemos irmãos que disputam um território comum, crianças de famílias recompostas que questionam a hierarquia, perda de amor ou de oportunidades de autoafirmação nas atribuições territoriais da casa, esposas que tentam impor ou conquistar um espaço para si, mães que renunciam o lar como refúgio da intimidade para que uma criança ou um parente idoso tenha seu próprio quarto, o marido que se refugia no sótão para seu *hobby* ou seu trabalho intelectual porque todos os outros espaços da casa possuem vocações que não lhe agrada. Enfim, o “território íntimo”, como todo o território, não está isento de conflitos sobre o seu controle, e necessita organizar as relações de poder no interior da casa, de modo a consolidar sua apropriação.

“Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos ‘pavoneavam’.

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do

sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa dos discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções.” (FOUCAULT, 1993 [1976], p. 9).

Não é apenas sobre a sexualidade, assunto sobre o qual o filósofo Michel Foucault discorre com tanto brilhantismo, que tais influências e modificações incidem. O papel da mulher, como esposa e mãe, restrito, cada vez mais ao espaço doméstico, também muda progressivamente. A importância de resguardar e proteger seu filho e sua família fica a encargo da mulher. E a educação dos filhos passa a ser, como apresentei no primeiro capítulo, uma tarefa destinada à escola e à mãe. Se a mulher não consegue manter seu marido e filhos dentro de casa, a culpa é dela. Assim, a organização estética do lar ganha maior importância, sendo vinculada, inclusive, com os comportamentos e com a índole da família. Há, sem dúvida, um certo determinismo geográfico nada anormal para uma época que, aliás, foi marcada por utopias espaciais, como os Falanstérios de Fourier e a colônia de New Harmony fundada por Robert Owen.

De todo o modo, o território demarca uma fronteira no espaço que institui um dentro e um fora, e seleciona e condiciona o acesso. Vimos que as transformações das relações de poder na sociedade fizeram surgir novas territorialidades que modificaram, inclusive, o espaço doméstico. A vinculação da mulher com o lar – e sua responsabilidade para fazer deste uma expressão do status e da personalidade da família –, ao mesmo tempo em que aprofunda a fronteira entre o espaço público e o espaço privado, também requer algo que se torna cada vez mais importante com o crescimento e a aceleração do processo de urbanização: a diferença.

“[P]ara salvar o que há de mais pessoal é preciso convocar o que há de extremo em peculiaridade e particularização, e é preciso exagerá-las para que se possa tornar audível, inclusive para si mesmo” (SIMMEL, 2005[1903], p. 588).

Portanto, para diferenciar-se dos demais, para se individualizar e expressar sua personalidade, não é suficiente demarcar fronteiras; é preciso dar ao território qualidades únicas, particulares, capazes de distingui-lo dos demais; em outras palavras, é preciso dar-lhe uma identidade própria. Assim, o espaço doméstico – ao constituir-se cada vez mais como território doméstico – demanda a configuração de conjuntos de

símbolos particulares que expressem não só o *status*, mas também, a personalidade da família. Da mesma maneira, o “território íntimo” não prescinde de significações que expressem características particulares da personalidade individual. Neste sentido, a dimensão afetiva ganha relevância, o que nos obriga a refletir sobre o “território íntimo”, também, como “lugar”.

O “lugar” confere qualidade ao território, produz, sob uma constelação de poderes, significados e símbolos próprios, que retiram do mundo aquilo que desejam nutrir em si mesmo, sem que, necessariamente, isso implique em simples repetição. O “lugar” cria enunciados, que atravessam e modificam as relações de poder, mas não se restringe a elas. Castoriadis (2007 [1975]) ressalta que não podemos atribuir a uma combinação particular de símbolos, o sentido geral de seu sistema, pois é a “criação imaginária” que seleciona, captura e transforma diferentes combinações de símbolos e as organiza num sentido comum. Segundo Pierre Bourdieu,

“o poder simbólico não reside nos ‘sistemas simbólicos’ em forma de uma ‘illocutionary force’ [força ilocucionária] mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos” (BOURDIEU, 2007[1989], p. 14 [grifos do autor]).

Neste sentido, a significação do espaço, apesar de estar embebida em inúmeras operações de poder, remete mais à qualidade da experiência individual ou coletiva associada ao espaço, do que às ações estratégicas de “condução das condutas”, como diria o filósofo Michel Foucault (2007b [1979]). O “lugar” condiciona e é condicionado pelas relações de poder, “lugar” e território se implicam mutuamente. Contudo, enquanto o território atua na delimitação das fronteiras que constituem a identidade, o “lugar” diferencia um território de outro, qualificando esta identidade.

Edward RELPH (1980 [1976]) buscou compreender a identidade e o sentido de lugar. Segundo o autor, a identidade *do* “lugar” não pode ser confundida com a identidade *com* o “lugar”. Enquanto a primeira difere um “lugar” de outros, a segunda remete a forma pela qual *insiders* e *outsiders* se relacionam com o espaço. SOUZA (2006a, p. 344) ressalta que as identidades sócio-espaciais desenvolvidas em relação a um espaço social específico estão sempre inseridas em um contexto de relações de poder que buscam defender um modo de vida frente a outros (SOUZA, 2006a, p.344). Assim, Souza preserva o conceito de lugar da acriticidade subjetivista da Geografia Humanística, pois o compreende como tendo uma relação direta com o território sendo, contudo, conceitos distinguíveis entre si.

A Geografia pode, portanto, revelar bastante sobre o processo de identificação, ou seja, sobre a constituição das identidades individuais e coletivas. Pratt (2005) observa que não há uma relação simples entre espaço e identidade e destaca a coexistência de diferentes identidades em um mesmo espaço, tendo em vista a constante negociação e os conflitos que emergem desta coexistência. Doreen Massey, contudo, ressalta que, enquanto a noção de identidade individual tem sido bastante discutida, incluindo trabalhos de geógrafos que muito tem contribuído para a elucidação da questão, a noção de “lugar” tem sido muito pouco trabalhada e o conceito tem sido, com frequência, associado à nostalgia, ao estático e ao homogêneo (MASSEY, 2000). A autora se pergunta: afinal, o que constitui e como é constituída a identidade do lugar? Deste modo, se o “lugar” contribui para a compreensão dos processos de identificação dos indivíduos, é preciso compreender, também, o processo de identificação do espaço, ou seja, aquilo que o transforma em “lugar”.

Portanto, segundo ela, se reconhece-se que as pessoas têm identidades múltiplas, pode-se dizer o mesmo dos lugares. Segundo a autora, um dos grandes problemas tem sido a identificação insistente do lugar com a “comunidade”. As comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar – de redes de amigos com interesses comuns a grandes religiões e comunidades étnicas ou políticas (MASSEY, 2000). Exemplos de lugares que acomodam “comunidades” singulares e coesas são bastante raros, e mesmo onde existem, não há em seu interior, um único sentido de lugar, pois as pessoas ocupam diferentes posições no interior de qualquer comunidade.

Assim, para Massey, a especificidade do lugar, aquilo que o torna diferente de outros lugares, ou seja, sua identidade, é sempre formada pela justaposição e co-presença de conjuntos particulares de interações sociais e por aquilo que essa justaposição e essa co-presença produzem. Assim, as interações sociais serão sempre mais abrangentes do que a área referida em algum contexto como “lugar”. As identidades do “lugar” são móveis, visto que as relações sociais são dinâmicas e mutáveis. Não se pode pensar os “lugares” a partir de uma essência internalizada. Segundo a autora, a identidade dominante de um lugar é sempre o resultado de negociações e de conflitos. Além disso, ela ressalta que a identidade do “lugar” não deve ser delimitada através da simples contraposição ao exterior, pois é precisamente a presença do exterior no interior dos “lugares” que constroem a especificidade do “lugar”. Assim, tanto a identidade individual, quanto a identidade do “lugar” são construídas precisamente através dessa interconexão.

Portanto, trata-se, na realidade, de uma “política de identidades”, ou seja, da construção social de identidades e não de identidades dadas ontologicamente. A identidade exerce um papel importante tanto na reprodução das relações de poder dominantes, quanto nas relações de poder insurgentes. Ela pode, portanto, reforçar posições privilegiadas na estrutura social, como também agrupar indivíduos em torno de uma luta comum. Liz Bondi (1993), outra geógrafa anglo-saxônica, argumenta que a “política de identidades” refere-se ao movimento de desconstrução e reconstrução de identidades (individuais e coletivas) com o intuito de resistir ou enfraquecer estigmas impostos pelas relações de poder dominantes. (BONDI, 1993, KEITH e PILE, 1993). Mesmo admitindo não haver uma relação simples e direta entre identidade e “lugar”, não podemos negligenciar o papel do espaço e das escalas na “política de identidades”. Se a identidade do indivíduo, assim como a identidade do “lugar” é construída e desconstruída através de múltiplos encontros que se realizam através de diferentes escalas, cabe também ao geógrafo descortinar os processos através dos quais as identidades se constituem através de espaços descontínuos e descontíguos. A delimitação precisa das fronteiras espaciais da identidade, como faziam os antropólogos do século XIX, não nos ajuda muito a compreender a complexidade dos processos de identificação no mundo atual. São as interconexões e o movimento através de escalas que oferecem a possibilidade de melhor compreender esses processos. Assim, compreender a identidade como interseção, interconexão e agenciamento, pode nos ajudar a superar uma perspectiva conservadora, estática e nostálgica do “lugar”, avessa a penetrabilidade e a diferença.

“(…) se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de “lugar” o seu papel nas lutas e nos conflitos pode ser menos aparente, mas não deixa de ser fundamental” (SOUZA e TEIXEIRA, 2009, p. 35).

Deste modo, é claro que o “território íntimo” é vivenciado e significado por quem dele se apropria, sendo possível, também, compreendê-lo como um “lugar” que remete à expressão pessoal e particular da identidade do indivíduo, e como este projeta tais significações no espaço social. Na próxima seção, veremos alguns exemplos ilustrativos das múltiplas formas como as famílias se apropriam deste território doméstico, tão condicionado, neste caso específico, à vivência coletiva e à instauração do Coletivo como instância do poder explícito, única capaz de emitir sanções.

2.3 A pluralidade dos espaços domésticos na Ocupação Quilombo das Guerreiras

As ocupações aqui mencionadas, assim como as habitações coletivas de forma geral, costumam ser referenciadas em oposição à *casa burguesa*, que aparece como o modelo ideal doméstico. Tais habitações são consideradas exemplos de “incivilidade”, e promiscuidade: sujas, fedorentas e desconfortáveis, por serem muito pequenas e com pouca iluminação; sem intimidade ou individualidade, pois são casas densamente habitadas, pouco ou nada segmentadas, sem funções únicas e com banheiros coletivos. Além disso, comportamentos pouco discretos são atribuídos aos seus moradores, como a gritaria, por briga ou conversa, o fato de viverem nas casas uns dos outros ou nos corredores, no pátio e na portaria, fofocando sobre a vida alheia. Por isso, seria quase impossível isolar o indivíduo do controle coletivo, pois não haveria, por parte deles, o desejo da “solidão”. Devido a representações como essas, as habitações coletivas populares foram sendo encaradas como a manifestação contemporânea de um modo “atrasado” e “degenerado” de habitar.

Entretanto, este desejo pelo “território íntimo”, como já foi explicitado anteriormente, não se restringe às classes burguesas, ela se estende para as classes populares, que necessitam desenvolver suas próprias estratégias para adquirir seus espaços-tempo de privacidade.

“Seu legado, a distinção radical entre a esfera doméstica e a esfera pública assim como da organização da existência que a sustenta, se generaliza para toda a população no século XX, fazendo dessa concepção do lar e desses modos de habitar a coisa mais comumente partilhada [difundida] pelas sociedades do Ocidente industrializado. No início do século XX, a diferenciação do público e do privado não está mais em questão, mas cada uma dessas esferas é atravessada por movimentos múltiplos que lhes dão maior complexidade e um caráter muito mais volátil.” (SERFATY-GARZON, 2003, p. 53)

Ao mesmo tempo em que ela estabelece como positividade, como meta, como objetivo, a instauração de um espaço doméstico ideal burguês, essa reformulação das relações nos espaços domésticos é absorvida, em parte, pelas classes populares. As condições materiais neste caso são extremamente importantes, pois dificultam a adoção de uma vida familiar burguesa. Faz-se mister ressaltar que estamos falando da condição específica dos sem-teto. A situação de sem-teto leva a uma vida marcada pela habitação

de caráter provisório e precário. Diferentemente do pobre urbano “com teto” – que pode, apesar da precariedade, possuir certa estabilidade de moradia, por ter “casa própria”, seja na periferia, ou na favela; os sem-teto vivem tendo que arcar com os custos do aluguel, em casas de cômodos ou em cortiços, até em abrigos ou mesmo na rua.

Neste sentido, o acesso ao trabalho se configura como uma questão central para essas famílias, pois suas vidas e trajetórias se baseiam quase que inteiramente nisso. Seus poucos recursos materiais levam à necessidade de contar com a ajuda dos filhos mais velhos, seja nas tarefas domésticas, ou trazendo dinheiro para casa, normalmente através de “bicos” –, que não só limita o tempo de convívio com os outros membros da família, mas também, incide diretamente nas relações de poder familiares, fazendo com que filhos ou filhas mais velhas, que já assumem tarefas de adultos, se imponham como tal na hierarquia familiar.

“Movimento de setor empobrecido é o mais difícil que você pode imaginar. Porque a pessoa não tem um momento de paz. Tá sempre ferrado, tá pensando em dar comida pro filho dele agora... É um negócio muito complicado, né. É uma coisa muito tensa. A gente vê tanto isso na Rede quanto no movimento dos sem-teto e tudo mais. Então é uma coisa muito complicada mesmo, emocionalmente muito carregado”.²³

Entretanto, é necessário enfatizar que as práticas dos sem-teto não são meras reproduções determinadas por esses condicionamentos materiais. É preciso enxergá-los para além de consumidores passivos. Segundo Michel de Certeau, seria então, necessário analisar a sua manipulação por parte desses usuários, observar a criatividade das práticas humanas comuns da vida cotidiana no campo do consumo. Para de Certeau é imprescindível “descobrir que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores [...], dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. [...] Essas ‘maneiras de fazer’ constituem mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural.” (DE CERTEAU, 2008 [1996], p.41)

²³ Entrevista concedida por Maurício Campos a Rafael Gonçalves de Almeida e Matheus da Silveira Grandi (pesquisadores do NuPeD) em 22/01/2010

Sem negar a influencia da cultura hegemônica, De Certeau nos lembra que “existem dinâmicas culturais, nascidas no *sens pratique* da vida cotidiana, dignas de estudo”. Essas “formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes de vigilância” (DE CERTEAU, 2008 [1996], p.41).

Existe uma multiplicidade de formas de apropriação do espaço e tanto como território quanto como “lugar”, apesar de geralmente o espaço familiar ser caracterizado por poucos símbolos que denotam a personalidade da família. Em outras palavras, o que pretendo descortinar são as lógicas e regras destes *modos de habitar*, que, para nós, parece tão caótico. Regras de convívio, limites de interferência, que vão para além de regulamentos explícitos no regimento por eles determinados. São formas de interação que vão se formando ao longo do tempo, por essas práticas da vida cotidiana.

2.3.1 Espaços privados com forte vocação pública

Exemplo 1: Laura

No primeiro capítulo, me vali da história de Laura para, através de sua trajetória, pensar o Coletivo como elemento importante para a constituição de uma identidade (espacial) da ocupação, seus processos de construção, conflitos e negociações. Como havia dito no primeiro capítulo, Laura não apenas é uma das lideranças da ocupação, como esteve presente como apoio e moradora em outros processos. Laura se destaca pelo afinho com o qual se dedica às tarefas internas à ocupação, à crença na “força do Coletivo”, na horizontalidade das relações de poder e na autogestão, aliada à determinação e o incansável esforço de construção do seu sonho. Para ela, o processo de construção e convencimento, para essa forma coletiva de viver, demanda um engajamento cotidiano e um processo contínuo de convencer-se e aos outros moradores da legitimidade e importância da construção coletiva: “Um convencimento diário”. E, para isso, Laura compreende a importância de morar na ocupação Quilombo das Guerreiras. Fortalecer o Coletivo é, sem dúvida, o objetivo principal do seu envolvimento.

“Eu acho que construir um Coletivo é o mesmo que desconstruir os e integrantes do Coletivo. Na medida em que eu deixo de pensar só em mim, aí eu vou construir um Coletivo. [...] Para isso a gente tem que desconstruir aquilo que a gente é o que a gente foi, aquilo que disseram para a gente que é verdade, mas que é tudo mentira. A gente tem que desconstruir tudo, é como se a gente tivesse que dinamitar nossa vida, os conceitos, tudo. Não é nada fácil e eu fico cada vez mais irritada com isso. Quando eu digo que não é fácil eu não tô dizendo que não é fácil convencer outro não, não é fácil é me convencer. E tem que ser um convencendo o outro. Às vezes eu tô capengando.”

Laura poderia morar com os familiares. Sua mãe, por exemplo, não entende sua opção de morar numa ocupação de sem-teto ao invés de morar com ela. Mas Laura prefere morar na ocupação Quilombo das Guerreiras. Por quê? Por um objetivo político, para construção de uma vivência coletiva politizante que, segundo ela, só se conquista com um convencimento diário. Ela valoriza a vivência coletiva e por esse motivo decidiu morar na ocupação. Com sua família, segundo ela, ela não poderia experienciar a construção de um gerenciamento coletivo do espaço de moradia. A forma hierárquica da vida em família não a contempla. Se ela pudesse, transportaria a horizontalidade, a discussão e as reuniões para dentro de sua família.

“Eu tinha um terreno na minha casa tinha um terreno grande e a minha parte do terreno eu dei para minha tia construir uma casa. E minha mãe sempre ficou muito aborrecida comigo por causa disso, por eu não me preocupar com determinadas coisas, com o futuro, com o terreno, com isso, com aquilo... Eu abri mão disso.”

“Eu brigo para construir um espaço onde a gente possa ter isso. Eu brigo não só por um espaço onde a gente se tranque na nossa casa. [...] Imagina se eu chego na minha casa com a minha família e meus irmãos e dissesse: ‘e aí? Quem gostaria de ser mesa?’ ‘Vamos lá, o que está acontecendo?’ Imagina construir uma discussão dessas em família?”

No primeiro capítulo falei também sobre a importância, para a organização política das ocupações desta variante (variante “por coletivo”), de uma organização do espaço que viabilize e promova interações horizontalizadas e relações de solidariedade e cooperação. Assim, há uma preocupação explícita em reservar e fortificar os espaços

coletivos. Neste sentido é muito importante construir espaços de socialização e de convívio, para que se possa construir uma relação de maior afetividade entre os moradores. Porém os espaços coletivos que são geralmente espaços familiares tendem a acabar, como é o caso da cozinha coletiva e dos banheiros coletivos.

“Acho que o banheiro coletivo, pra mim, ele tem uma coisa simbólica. Porque pra mim é meio sofrido não ter cozinha coletiva. Isso é a primeira coisa a acabar em uma ocupação. E parece que o banheiro coletivo, quando não tem jeito [de mudar], é onde além da portaria, além da reunião, você encontra as pessoas num espaço íntimo, num espaço de intimidade. Espaço que a gente toma banho, que a gente escova os dentes, faz cocô, faz xixi [risos]. Você acaba criando uma relação mais próxima mesmo, nem que você não queira, com aquelas pessoas que compartilham banheiro com você. Eu acho fundamental o banheiro coletivo. Embora, às vezes eu pense em ter um banheiro dentro de casa, um chuveiro, por preguiça mesmo. Porque, cara, de madrugada, você levantar, abrir uma porta, passar por duas portas para ir no banheiro...também não sei qual é a diferença real disso, porque numa casa, estruturada, você talvez faria o mesmo percurso para ir a um banheiro. Acho que é muito psicológico mesmo. Mas essa relação que a gente é obrigado a ter com as pessoas dentro do banheiro, eu acho fundamental. Eu acho que quem perde essa relação, começa a perder...todas as pessoas que tem banheiro privado aqui, ou acabaram tendo, por um motivo ou por outro, elas acabaram perdendo essa intimidade. Eu acho que o fato da gente não comer junto já faz perder muita coisa. Mas o fato da gente usar o mesmo banheiro, e o banheiro não ser uma comissão de trabalho, então a gente tem que limpar, a gente tem que se cotizar para limpar nosso banheiro. Não se conta mais como comissão de trabalho limpar banheiro. Então essa relação próxima, muito familiar, né? Uma coisa que aproxima você das pessoas. O banheiro que eu utilizo são para quatro quartos. Onze pessoas que utilizam o banheiro.”

“[D]esconstruir isso é desconstruir a sociedade que a gente vive? É aí que você percebe que o sistema ganha da gente. Desconstruir isso é desconstruir o sistema capitalista, né? O sistema prega que você deve pensar em você, né? Você tem que ser individualista, você é responsável pelo seu sucesso, você é responsável pela suas coisas. É a questão do meu, né? Meu banheiro, minha cozinha, minha casa. E perder a cozinha coletiva é por causa disso. Fazer a minha comida. Por que eu vou colaborar e de repente tem aquele cara que, sei lá, é catador e não conseguiu pegar latinha pra colaborar com quanto foi estipulado, ele colaborou com menos? E aí o cara já é estimulado a pensar

que ele tá sendo otário, que ele tá colaborando com uma quantia que o outro não tá colaborando. Ele acha que o outro não se esforça pra colaborar e ele pensa: ‘Se for pra ser otário, vou ser otário dentro de casa’. E ele come pior. Se você for botar na ponta do lápis, você trabalha todo dia, você cozinha todo dia e você come pior do que se você tivesse uma cozinha coletiva. Se a gente comece em uma cozinha coletiva, se fosse todo o Coletivo, eu acho que eu iria cozinhar um dia no mês e teríamos quatro refeições por dia. Com um dinheiro que cada um desse, um dinheiro razoável, daria para a gente ter uma escala que a gente tivesse que cozinhar dois dias no mês. Mas é a primeira coisa que acaba. E acho que é por isso, porque a gente é estimulado a pensar na gente, né? No meu espaço, na minha cozinha, na minha comida. [...] Se cada um desse para a cozinha coletiva metade daquilo que gasta em casa, só metade. Nós comeríamos ao menos quatro refeições por dia. Com legumes e frutas, com certeza. Com absoluta certeza eu falo isso. Não preciso nem fazer conta disso. E comendo bem, refeições balanceadas, comendo frango, comendo peixe, comendo carne.”

“A cozinha coletiva era o único espaço que gerava briga para trabalhar nela. Era um dos poucos espaços que as pessoas competiam para ver quem ia ficar. Porque os outros trabalhos era limpeza, limpeza de banheiro. E a cozinha coletiva era um espaço gostoso de trabalhar. Você conversava enquanto você tava ali fazendo comida. Era um espaço gostoso. Então eu não sei se era por conta de ter trabalho de fazer comida, não, eu acho que a gente perdendo a cozinha muito mais em função das pessoas quererem comer em casa, criar seus próprios cardápios, terem suas próprias vidas, alimentar sua família, e só ele e sua família ou ela e sua família. É a coisa do sistema mesmo: minha casa, minha comida, vou cozinhar tudo separado. É uma coisa mesmo de provocar isso nas pessoas, né? E essa coletividade, de espaço de reunião, de portaria, de comissão de trabalho, imagina, já é difícil, né? Acho que a cozinha coletiva seria o sonho mesmo, né? Seria a conquista plena, de ter um espaço coletivo. Aí sim, porque a gente fala em autogestão, né? De autogestão mesmo, que a gente pudesse estar com espaços de produção, e uma cozinha coletiva, com certeza a gente poderia falar isso sem ser assim meio utópico, né?”

Por Laura ser tão engajada politicamente, se torna uma “pessoa pública”. Sendo assim, seu espaço de moradia, o qual, inclusive, já foi local de reuniões do movimento, acaba adquirindo contornos mais “públicos”. Laura já teve problemas por essa associação de seu espaço de moradia como extensão do espaço coletivo. A dificuldade

de entender essa delimitação é, segundo ela, maior para os apoiadores. Ela é uma liderança e, por isso, bastante requisitada por moradores e apoiadores. Contudo, Laura não abre mão de delimitar suas fronteiras. Mesmo de porta aberta, ela pede para que batam na porta antes de entrar. A partir da experiência por ela relatada, podemos ver como ela é apegada ao seu lar e como exige que os “de fora” respeitem seu território, seja quem for. É uma estratégia utilizada para estabelecer quem são os *insiders* e os *outsiders* e que condiciona as relações sociais e controla o acesso.

“Minha casa é realmente uma casa aberta. Aberta para as pessoas, é claro, que eu tenho mais afinidade. Eu já tive problema com isso outras vezes. Tive problemas com isso porque as pessoas de fora acham que nossa casa ainda é um espaço coletivo. Então eu já tive problemas com amigos, de acharem que minha casa era uma extensão [do espaço coletivo]... Digo minha casa, não no sentido de ser meu, mas acho que é muito a minha ‘cara’, meu particular, né? É um quadro, é uma foto minha com minha mãe, uma coisa que sei lá, de repente você se sente bem sabendo que as pessoas que estão vendo aquilo tem um relação com você, né. Aí, de repente, você está dentro de casa vem uma pessoa que você nunca viu na vida, com um amigo seu? Uma vez eu tive um problema com um amigo, que era meu amigo pessoal. Um cara que eu amo pra caramba. E foi muito delicado ter que falar isso [com ele]. Entender que ele era ele, mas, cara, me senti agredida, né? Eu tava de costas, no fogão, fazendo café, quando eu virei, uma pessoa que eu não conheço. Eu acho que isso é ruim. Mas, de resto, gosto de fazer reunião [em casa], as crianças vem...”

Laura aponta a situação das crianças como outro exemplo relacionado ao mesmo problema. As crianças da ocupação não compreendiam que apesar de sua casa ser mais acessível, ainda assim, era preciso o seu consentimento para entrar em seu quarto. Laura descreve esse aprendizado como um “processo pedagógico” em que eles passam a entender que sempre poderão contar com ela, e, poderão recorrer a ela, porém precisam respeitar os limites por ela exigidos. As fronteiras não precisam, necessariamente, ser fixas, ou mesmo concretas. Laura deixa isso claro ao falar de sua porta “sempre aberta”.

“Eles [as crianças] só não entram se não baterem [na porta], se baterem eles vão entrar de qualquer maneira. Eu acho tranquilo. Em relação às crianças que frequentam minha casa, agora tem frequentado menos, por decisão do Coletivo de uma maneira geral, eles vêm fazer uma pesquisa na internet e tal.

Na verdade não tem regra, é só saberem que aquilo que elas estão usando aqui é importante para elas, é importante para mim. Se ela usa o computador para fazer uma pesquisa, essa pesquisa é importante para ela, né? Mas também é importante para mim porque eu também faço minhas pesquisas. Isso é uma coisa que fica claro e acaba sendo uma regra, né? Uma coisa que fica subentendida. Que não é [para usar o computador] para outros fins, né? Mas que pode até ser para outros fins, acabou de fazer a pesquisa, pode jogar um pouco; também não tem essa coisa tem que ser só pra isso. Mas eu acho que é isso”

“Com as crianças eu faço essa exigência, de bater, chamar na porta, né? Porque criança é criança, ela vai entrando, ela vai... E como eu moro sozinha e a gente não tem esse hábito de entrar na casa um do outro, às vezes eu to nua em casa. Minha porta tá aberta, mas ninguém entra na minha casa direto, e você não vai contar com uma criança. Às vezes. Meu espaço é aqui [aponta para o ‘quarto’], mas às vezes eu deixei minha calça aqui em cima, no sofá, que eu vou vestir, venho de calcinha pegar, aí uma criança, entra? E assim, eu não tenho esse constrangimento, esse pudor, mas às vezes a criança tá com pudor, né? E não é uma coisa legal. Então, eu incentivo a bater na porta. E quando vou na casa deles eu bato na porta também. Eu chamo do corredor, pra eles perceberem que quando eu vou na casa deles eu chamo também antes de entrar. Mas então é assim. Eu acho que as pessoas que moram sozinhas ou até casais, não precisam fechar suas portas para ter privacidade. Porta, mesmo que ela esteja aberta, não é para entrar, né? As pessoas tem que criar o hábito de chamar, porque senão pode gerar algum constrangimento mesmo, né? De repente tá lá um casal se beijando, um casal que normalmente não se beija em público, tem pessoas que tem dificuldade de toque, né? E aí, imagina, quando olha tem uma criança olhando, né? Tem umas coisas que podem parecer caretas,. Mas eu acho bacana. Eu acho tão bonitinho, quando eu escuto aquele toque, tão baixinho, quase não faz barulho, é muito bonitinho. Tipo: vem [Tamarina] e [Maria Eduarda], eu tenho que me concentrar para ver se é uma batida [na porta] mesmo. Porque é... ‘ – Oi, ‘poxo’ entrar?’ Eu acho muito bonito criar essa... e saber que pode entrar e saber que vai sentar aqui, que vai ver desenho, que vai me pedir biscoito e se eu não tiver biscoito to roubada, vou ter que arrumar um biscoito em algum lugar. E eu não gosto muito de biscoito, não sou muito fã de biscoito. Mas eu acho importante criar essa relação. Saber que pode vir a minha casa, saber que vai ser bem tratada, que eu gosto. Eu acho que elas têm consciência de quanto eu gosto delas, mas tem isso que eu acho importante. Se não vai ficar entrando na casa de todo mundo e aí vai ficar difícil, né?”

“Eu tenho pessoas aqui que não são amigos, que são irmãos. Mas nunca entraram na minha casa sem bater e vice e versa. Nunca entro na casa de ninguém sem bater. Eu tenho a chave da casa de algumas pessoas, a gente troca as chaves. Eu tenho amigos aqui que eu tenho a chave da casa deles e eles têm a chave da minha casa, mas não entram sem bater. Eu nunca tive problemas nesse sentido com nenhum morador. Tive problemas com pessoas que não moram aqui. Eu acho que as pessoas entendem isso. Porque é um espaço nosso, e o nosso espaço é meio plural... por exemplo, se eu preciso de açúcar e tenho a chave da casa de alguém que tem açúcar, eu não preciso nem bater na casa de ninguém. Como se faltar pó [de café] na casa de um vizinho meu que tenha minha chave, ele pode vir aqui e pegar o pó. É uma relação... é uma extensão da nossa própria casa, a casa dos outros. Mas não posso entrar na casa dela sem antes me certificar de que ela não está em casa. Porque se ela estiver em casa eu não tenho autonomia para abrir, né? A gente não entra na casa de ninguém. Nesses espaços que a gente chama de casa, ninguém entra sem chamar, sem esperar na porta. Já é um costume, mesmo tendo a chave. Tem que ficar certificando se a pessoa está em casa ou não, se precisar pegar alguma coisa. Agora, eu acho que tem isso, assim, eu acho que quem sempre bateu muito aqui foram as crianças, né? As crianças, qualquer problema, para mediar os conflitos coletivos dos meninos, eles batiam aqui. Batiam e batem, se eles souberem que eu to em casa... Às vezes eu tenho que fingir que não to em casa, mas elas batem e eu vou, né? Aí tinha dias que eu descia oito vezes essa escada. Achava importante, ainda acho importante, né? Se elas batem é porque elas acham que eu me importo e eu de fato me importo.”

Porém ela nunca teve esse problema com seus vizinhos. Ela aponta como para os moradores essa compreensão dos limites do espaço privado é importante. Eles sempre respeitaram seu espaço. A porta podia estar aberta que ninguém entra sem bater. Motivada politicamente com a ocupação, então é compreensível esta postura “disciplinada” no trato com os vizinhos e crianças.

“Eu tenho companheiros [vizinhos] que se tiverem tristes vem aqui conversar. Quando eu fala que é uma relação de família, não é da boca pra fora. Eu não tinha fogão, eu não tinha geladeira, eu não tinha mesa, eu fiquei sem fogão, sem geladeira, sem botijão; e quem me deu um fogão e uma geladeira foi o [Carlos José], foi um companheiro aqui dentro. Então, a gente tem uma relação muito próxima mesmo, uma relação de companheirismo, de

entender, de dividir. Algumas pessoas são muito próximas ao ponto de dividir, não só alegria e tristeza, como suas coisas mesmo.”

“Eu acho muito mais fácil viver assim, quando você sabe que tem amigos, que tem... Que a sua família aumentou. Sua família no bom sentido, né? Porque às vezes nem sua família é assim. Às vezes cada um vive a sua vida. Às vezes você depende mais de uma pessoa que você considera como sua família do que um irmão. Eu acho que é uma das coisas que me faz ter essa vida para o resto da vida. Querer tá aqui para o resto da vida. É essa disponibilidade que os outros têm de fazer parte mesmo da vida do outro, na alegria, na tristeza, se não tem comida vamos dividir a minha.”

Laura vê a construção coletiva como um processo de construção parecido com o da família, apesar dela mesma falar na impossibilidade de praticar isso dentro de sua família. Para ela é normal que o espaço privado seja acessível aos vizinhos e às crianças, pois estes seriam, de certa forma, os integrantes da família. Ela deixa enunciar, também a partir de seu espaço de moradia, sua concepção de relações com o próximo, com vizinhos, com o espaço.

“A gente sempre tem que saber o que as pessoas estão passando, ou não estão passando, acho que viver em coletivo é isso. O cara precisa de um açúcar, ou precisa que alguém fique com o filho dele para levar o outro filho no médico. Se eu não sei sobre a vida daquela pessoa como vou saber o que ela está precisando? Se as pessoas não sabem da minha vida, de alguma maneira, como é que elas vão me ajudar? Como eu vou ajudar as pessoas e como é que vamos caminhar juntos? E como eu acredito neste caminhar junto de uma maneira diferente, que não precisa ser distante, não precisa ser duelando, não precisa ser por disputa política, eu acredito em um Coletivo onde cada vez mais pessoas vão tendo uma necessidade de estar junto, de fazer um churrasco junto, de tomar uma cerveja junto. Eu acredito em um Coletivo que se construa assim, muito parecido com a família. Onde a gente realmente saiba, onde a gente se propõe a ser um ombro mesmo para as outras pessoas. Meus amigos vem e choram, e quantas vezes eu não choro também no ombro deles? Acho que isso faz parte daquilo que eu sonho pro Coletivo. É obvio que isso nunca vai acontecer, mas essa amizade, que eu nem sei se é familiar, para mim é pra além da família. Nem, às vezes a família é assim. Essa intimidade, de entrar... Tenho amigo que já entra aqui chorando. Nem minha irmã iria entrar assim.”

O Coletivo acaba entrando na vida privada das pessoas.

“Se eu tivesse que pensar em símbolo para isso seria uma corrente. O Coletivo é uma corrente. Se um elo dessa corrente está fraco, e a gente não percebe que esse elo está fraco, a corrente toda enfraquece. Então, eu acho que não existe o individual e o coletivo. Tem coisas que acabam se tornando... Fundamental. É fundamental saber como cada elo está. Porque é uma corrente só. E a gente vai ter que, e têm sempre essas horas, a gente viu isso nestes quase cinco anos de experiência, a gente vai ter que agir enquanto Coletivo. E como é que a gente vai agir enquanto Coletivo, se a gente não está bem? Como eu vou ser esse elo forte, se eu não estou bem. Eu, eu, eu... Você não pode negar, por mais que você viva em coletivo, negar o ‘eu’ de cada um, a pessoa de cada um, o problema que ela traz, os preconceitos que ela traz, o conceito que ela tem, a visão de mundo que ela tem. Porque se você não consegue compreender isso, ela nem pertence à corrente, você nem considera ela como parte da corrente. Eu, particularmente, entendo que qualquer coisa é responsabilidade nossa. Se tá aqui dentro, é do Coletivo. Essas crianças, se os pais não estão aqui, elas são responsabilidade coletiva. Eu acho que essa é a sociedade que a gente quer construir. Onde as crianças, quem sabe, nem precisavam ser responsabilidade dos pais, mas de todo Coletivo, inclusive dos pais. Eu acho isso bacana. Eu acho isso uma visão bonita. Só me frustra às vezes achar que os pais acabam negligenciando mais ainda por algumas pessoas terem isso com muito amor, né? Assumir essa postura de cuidado com muito amor. E às vezes mais preocupação do que alguns pais, aí eu fico um pouco frustrada com isso. Mas é impossível você agir coletivamente sem perceber as coisas que não tão dando certo para cada companheiro. Impossível mesmo. Às vezes eu não quero, mas eu me sinto na obrigação. Às vezes eu não quero ir ver se tem alguma criança em cima do muro, mas eu me sinto obrigada a ver. Então, são coisas que ultrapassam aquilo que eu gostaria. Mas eu acho que acaba sendo positivo isso para minha vida.”

Ao mesmo tempo vê-se a necessidade dela ter um espaço próprio, privado.

“Eu tô com um projeto de colocar uma pia dentro de casa. Eu tinha um projeto de colocar uma pia e um banheiro dentro de casa. Mas um banheiro é muito complicado, teria que fazer uma engenhoca de passar uns canos por dentro da casa da vizinha, embora a gente já tivesse combinado isso e era tranquilo porque ela também usaria o mesmo cano. Mas uma pia, porque é muito desgastante ficar enchendo a bombona, lavar as coisas no balde... acho que uma pia. Sabe que a parede eu já até me acostumei assim. Poder me

comunicar pela parede. ‘– Já fez café?’. Quando um faz café dá pra sentir o cheiro, porque não tem parede. ‘– Sobrou café?’. Agora uma pia...É óbvio que se eu tivesse condições de fazer parede... Aí eu também daria a liberdade do vizinho. Para ele poder dormir descansar, porque nossos horários não coincidem, entendeu? Meu horário de vida não coincide com o horário de vida dos vizinhos. E a vizinha da direita acorda quatro e pouco, mesmo que ela não vá trabalhar. O celular dela desperta todo dia quatro e meia. Minha vizinha da esquerda acorda as oito horas. Então, a gente tem uma incompatibilidade de horário. Às vezes eu acho que a televisão incomoda [as vizinhas]. As vezes eu abaixo tanto para não incomodar os vizinhos que nem eu escuto. Aí sim, eu acho que uma parede resolveria essas questões. Mas uma parede e uma pia.”

Mas o seu quarto apesar dele não ter divisões permanentes, você tem um espaço que é mais para recepção e um que é mais íntimo, né?

“Não... Depende pra quem, né? Eu não sei se eu tenho um espaço íntimo, não. Meus amigos sentam na minha cama, às vezes para conversar. Então, eu não criei um espaço íntimo. [Não organizei] Para que eu tivesse um espaço de sala, para eu receber. Eu não tenho isso na minha cabeça. Eu criei um espaço onde fosse mais escuro, onde a luz [do sol da manhã] demorasse mais a chegar, porque eu tenho insônia. Então, eu durmo tarde, às vezes eu fecho desta maneira para eu conseguir dormir até mais tarde. Minhas janelas são pintadas até uma certa altura, que é para a luz demorar a entrar. Mas não é uma divisão de demarcação, sabe? ‘Aqui é a sala, espaço restrito para as visitas, aqui é o quarto, espaço meu particular’. Não tenho isso, até mesmo porque eu não recebo pessoas que não são meus amigos. Muito difícil eu receber outras pessoas. Se eu for receber alguém que eu não tenho intimidade, normalmente não é na minha casa. Normalmente é no espaço coletivo. Então, não é uma demarcação, não. É mais para facilitar a minha vida. ‘onde tá a televisão, onde tá isso, onde tá aquilo, onde tá o armário’. Muito mais para facilitar do que para demarcar.”

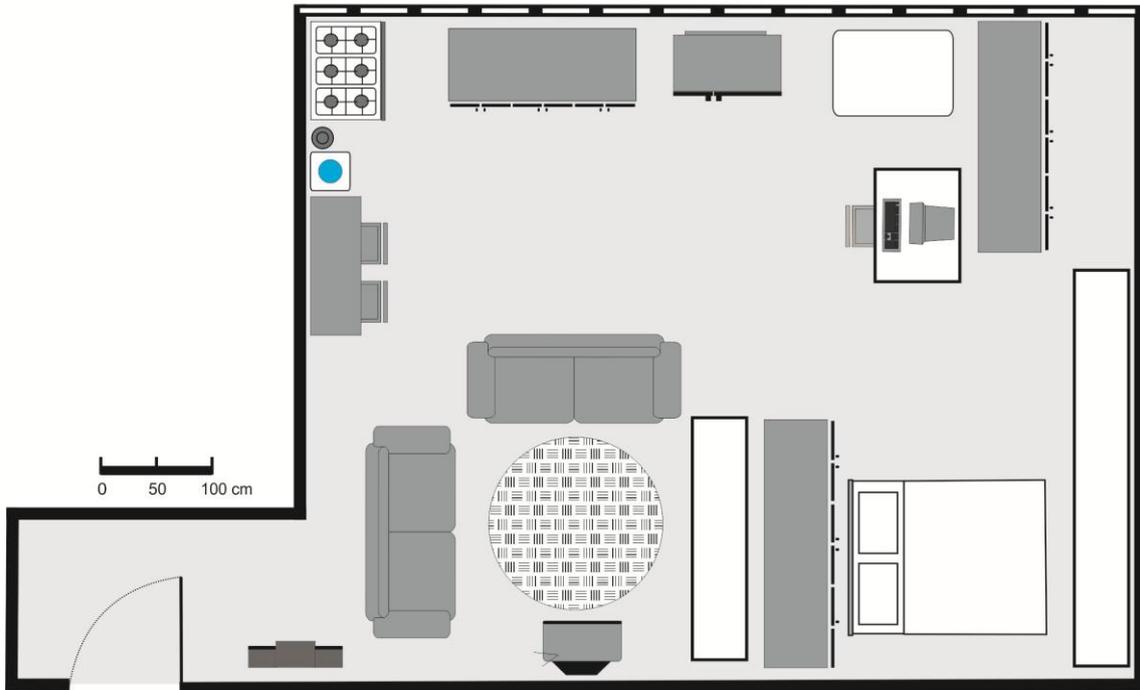
Mesmo assim, Laura possui um dos quartos mais bem demarcados da ocupação, como podemos ver nas fotos (figuras 8, 9, 10 e 11) e no croqui (figura 7). Seu quarto, território íntimo, está posicionado no canto direito (ver figuras 7 e 8), com um armário que impede a visão da cama quando se está na “sala de estar”. Ela mesma ressalta que costuma trocar de roupa ali, onde é mais escondido. Além disso, seu espaço doméstico

possui fronteiras permeáveis, contudo, existentes e seletivas. Em sua casa só entram seus amigos, pessoas desconhecidas são recebidas nos espaços coletivos da ocupação.

“Para ter privacidade um fecho minha porta. Eu tenho vizinhas ótimas. Eu acho que nós somos ótimas umas pras outras. Jamais fomos ponto de pauta [de briga de vizinhos]. Jamais levamos qualquer uma de nós como ponto de pauta. E acho que cada uma já colaborou com o barulho fora de hora [da outra]. A gente [ocupação] tem uma regra do silêncio depois de dez horas, que uma e outra sempre ultrapassou isso. Às vezes quatro da manhã. Tem vezes de me acordar às cinco da manhã por algum motivo. Não que venha me acordar, mas com barulho no vizinho. Acho que meus vizinhos toleram meus barulhos, e é uma enrolação muito bacana. Por isso eu não penso em mudar de quarto. Ter como vizinha a Duda e a Cléo é um presente. E eu acho que, de alguma maneira, eu também colaboro com isso. Então, às vezes quando vem alguém aqui e fala: ‘– Que isso! Essa televisão tá muito alta, você tem falar para abaixar.’ Eu digo: ‘– Não. Jamais vou fazer isso’. Porque a gente tem esse respeito, posso às vezes colocar no mesmo canal e não tenho nem que colocar volume na minha televisão. Para ter privacidade, eu fecho minha porta. O barulho que eu faço nunca me chamaram. Teve só um dia que um pessoal tava aqui e já eram quatro horas da manhã, e minha vizinha ia acordar cedo para trabalhar. Não foi nem por causa dela, foi mais por uma visita que tava na casa dela, que ficou meio tensa. Rolou uma tensão, mas depois ela mesma ficou sem graça com isso. Eu acho que eu não trocaria esse andar aqui, talvez se uma vizinha se mudasse e viesse outro vizinho eu construiria uma parede. Por isso eu não tenho, porque a gente tem uma relação muito próxima. A gente sabe da onde tá vindo um ronco, se alguém tá namorando. Mas muito tranquilo isso para a gente, a gente administra isso com muita tranquilidade. E isso também faz parte de criar uma proximidade, muito grande. Saber o que o outro tá fazendo, como o cheiro do café. Parece que a parede é meio fictícia. Parece que é um espaço grande, que a gente sabe o que o outro tá fazendo, e com respeito. Mas para correr o risco de não entrar ninguém, para conseguir mais privacidade eu tranco a porta. De resto não me incomoda.”

Figura 7

CROQUI DOS ESPAÇOS PRIVADOS
Exemplo 1
(2011)



Elaboração: Marianna Fernandes Moreira
Matheus da Silveira Grandi

Figura 8



Figura 9



Figura 10



Figura11



Laura fala da porta, aberta ou fechada, como o principal elemento de demarcação das fronteiras de seu território íntimo, e o que ela faz para impô-lo ao externo. Entretanto, para diferenciar-se dos demais, para se individualizar e expressar sua personalidade, não é suficiente demarcar fronteiras; é preciso dar ao território qualidades únicas, particulares, capazes de distingui-lo dos demais; em outras palavras, é preciso dar-lhe uma identidade própria. Podemos ver, a partir de sua fala, e nos conjuntos de símbolos particulares que expressam sua personalidade, nas significações que expressam características particulares da personalidade individual.

A significação do espaço remete à qualidade da experiência individual associada ao espaço. A densidade de símbolos encontrados em sua casa que a identificam: pôsteres de militância, esculturas feitas por ela, fotos de família e das crianças entre outras. A imagem do Che Guevara na parede, por exemplo, é a primeira coisa é vista ao adentrar sua casa. Não é só a existência de objetos ricos em significado, mas a posição de destaque destes que declara, para si e para os outros, um pouco de como vê a si mesma. Laura aprofunda sua territorialização, atribuindo significado ao espaço; esta é a forma mais clara de expressar a apropriação singular que ela faz do território.

“Um bom lugar pra morar, é um lugar que você se sinta bem. Se sinta seguro, se sinta protegido. Tem a questão da importância, né? Aquele lugar é importante para você, mas você também é importante para aquele lugar. Acho que moradia tem que ter essa troca.”

“Eu mudo sempre, minha casa tem... muito meu estado de espírito. Se eu to estressada, eu mudo tudo completamente. Não adianta fazer um croqui [risos]. Eu na realidade eu prefiro um espaço todo aberto, tudo aberto, tudo. Mas como minha casa não tem parede, é uma casa de ‘Emília’ de madeira e pano, então... Se eu tivesse paredes, minha casa só tem uma parede a outra é janela e as outras duas madeira. Mas se eu tivesse parede ela seria toda aberta, com certeza, porque assim ela poderia ter rede, e eu gosto muito de rede. Acho que rede é uma coisa gostosa de ver televisão, de deitar, de ler livro. E como eu não tenho parede eu tenho que fazer essas divisões...mas as vezes tá tudo aberto você dá porta já vê minha cama, as vezes eu abro tudo. É só eu me aborrecer, se eu estiver muito estressada isso me desestressa, mudar completamente. E também faxina, faxina mesmo, eu acho que a gente só limpa direito a casa quando muda as coisas de lugar, né? Não consigo dar um faxinão e deixar as coisas no mesmo lugar. Tem arrastar móveis, varrer, passar pano. Eu me sinto mais limpa. Acho que minha casa tem muito meu mesmo, muito meu. Muito do que eu construí, um pouco da história que eu vivo hoje, um pouco da história que eu acredito, um pouco do que eu quero pro mundo. Acho que minha casa tem um pouco de tudo isso.”

O canto da casa de que mais gosta...

“Depende do dia. Depende do estado de espírito. Talvez, se eu tivesse uma rede, eu não saísse desse canto. Às vezes, eu apago todas as luzes, ponho uma música, deito no sofá e fico olhando o Cristo, lá em cima. Eu gosto da paisagem daqui. E essa janela, que é toda de vidro [de ponta a ponta], facilita a vista. Eu vejo o morro, adoro a favela, adoro quando tá anoitecendo, de tarde pra noite, o por do sol, lá é oeste, então ele [o sol] vai batendo em todos os vidros da favela. Os vidros das casas da favela ficam acesos. Uma fotografia não consegue revelar essa beleza, já tirei várias fotos. Eu adoro a favela no entardecer. Adoro ver o cristo, à noite. Apagar todas as luzes, gosto de ver a [Avenida] Francisco Bicalho. Então, a relação com a minha casa de prazer, eu olho pela janela, é muito pela janela e o que a janela me traz. É onde eu me posiciono dentro de casa, para ver aquilo que eu quero. Se eu quero ver o pôr do sol na janela da favela, se eu quero ver o cristo, se eu quero ver o trânsito, estacionamento, o que que eu quero ver. Agora dentro de casa, sinto tudo muito a mesma coisa. Eu gosto desse tapete aqui. Gosto de deitar aqui e escutar música. Mas também escuto música na cama, porque agora eu botei uma caixa de som lá dentro. E aí eu vou resolvendo essas questões assim.”

2.3.2 “Do meu quarto não abro mão”: a valorização do território íntimo

Exemplo 2: Patrícia

Patrícia é paraibana, tem 41 anos de idade e sete filhos. No momento, apenas três moram com ela. A filha mais velha, Pamela, que mora em Nova Iguaçu com uma prima de Patrícia, tem dezoito anos. Rodrigo, seu segundo filho, veio da Paraíba aos quinze anos, onde morava com sua avó, mãe de Patrícia, para morar com ela. Hoje ele tem dezessete. Porém, Patrícia e seu filho não se entenderam muito bem. Brigavam muito, e então, Rodrigo foi morar com o tio, irmão de Teresa, que também reside na ocupação. Rodrigo não ficou muito tempo na casa do tio, e logo se mudou para casa do primo, sobrinho de Teresa, e também morador da ocupação Quilombo das Guerreiras. Seu outro filho, de quinze anos, e a filha caçula, de seis anos, moram com a avó, na Paraíba. Essa última, ela “deu de papel passado”, como ela mesma diz. Seus outros filhos – Rafael, de treze, Paola, de doze, e Romário, de nove – moram com ela. Os quatro filhos que moram na ocupação frequentam bastante os espaços coletivos. Sempre que estou lá, os vejo pelos andares. São crianças alegres, comunicativas e muito carinhosas. Também participam com frequência das atividades propostas pelos apoiadores. Por esse motivo, minha aproximação com Patrícia não foi muito difícil. Sempre que podia eu passava em sua casa antes das atividades, para convidar seus filhos para descerem para as mesmas, e, frequentemente, acabávamos conversando um pouco. O assunto, na maioria das vezes: as crianças.

Como já explicitarei no primeiro capítulo, muitos moradores da ocupação circularam por muitos estados e cidades do Brasil à procura eterna de estabilidade para assentar sua residência com melhores condições de vida. Patrícia, por exemplo, há vinte e um anos que alterna entre a Paraíba e o Rio de Janeiro como local de moradia. Quando a “coisa aperta” por aqui, ela vai para lá, próximo dos parentes, e vice e versa. Patrícia veio da Paraíba para o Rio de Janeiro, pela primeira vez, aos dezenove anos. Conheceu o pai de seus filhos aqui. Como ele, segundo ela, “não tinha futuro”, Patrícia resolveu voltar para a Paraíba.

“Eu vim porque eu queria conhecer o Rio. Meu tio morava aqui. Eu não conhecia ele, queria conhecer meu tio. Mandeí uma cartinha para ele e terminou que ele mandou o dinheiro da passagem pra eu vir e eu vim. Para

passar um mês, se eu gostasse eu ficava, se não, voltava para minha terra natal. Aí eu gostei e tô aqui até hoje.”

“Eu conheci [o pai das crianças] lá, mas encontrei com ele aqui no Rio. Inclusive nosso encontro foi na Rodoviária Novo Rio. A gente ficou morando junto, até se separar. Voltei para Paraíba, fiquei uns cinco anos lá, depois voltei para o Rio. Têm uns quatro anos que voltei. Quando eu fui eu tava ‘de barriga’, tinha uns três meses já. Eu sabia que tava grávida [do Romário], mas mesmo assim eu voltei. Porque não dava mais para ficar aqui. As crianças iam só aumentando, né? Não tinha dinheiro para pagar aluguel, não podia trabalhar, não podia pagar uma pessoa para tomar conta dos meninos. Porque se a gente não tem um emprego certo, não pode pagar, né? E aí as coisas foram ficando difíceis. Porque agora é que agente vê as coisas que a gente fez lá atrás. Se tivesse pensado um pouco, se o juízo que eu tenho agora eu tivesse antigamente, jamais teria tido esses filhos todos. Porque a gente tem que dar estudo, roupa, comida, tudo. Então, não tem condições. [...] Se eu pegar um filho agora? De jeito nenhum. Ainda bem que sou ligada. De jeito nenhum pegar um filho agora, porque é muito difícil. É muito difícil dar alimentação direitinho, dar estudo, dar educação mesmo. Principalmente, porque a gente não pode dar educação hoje em dia. Porque para dar educação mesmo, tem que estar ali. A gente que trabalha fora e deixa as crianças em casa não tem como educar. A gente não pode estar acompanhando a educação deles. Não pode. Igual assim: uma pessoa mais ou menos [de grana], bota uma pessoa para tomar conta. As crianças não ficam sozinhas. Eles vão ter aquela pessoa como uma mãe. Os filhos chamam até a pessoa de mãe, você vê isso muito. Começa aquele carinho, porque a mulher que criou aquele menino para a mãe. A mãe tá ali só apoiando. Então, eles vão aprender a respeitar aquela pessoa igual a mãe. Mas sou eu é que tomo conta [dos meus filhos]. É diferente de você largar seu filho sozinho, para trabalhar, e eles ficam sozinhos, fazem o que querem. Então, a educação que eles têm é a que eles levam. Por isso que eu falo para minha filha: ‘– Filha, não arruma filho, até você ter sua casa, seu emprego, porque...’”.

Tinha o pai dos meus filhos, mas eu nunca tive marido

“Ele nunca deu um real para eu cuidar das crianças. Esse tempo todinho, eu que dei meu jeito, sempre trabalhei. Eu, de resguardo, ia trabalhar. Levava Rafael com quatorze dias de nascido para trabalhar comigo. Não sei como esse menino não pegou uma doença. Mas, como eu ia comprar o leite dele? Eu tentei colocar ele na creche, mas quase mataram meu filho na creche. Ele pegou uma infecção intestinal. Cagava podre, ficou só pele e osso.”

Mas você e o pai das crianças nunca moraram juntos?

“Não, porque ele nunca quis. A gente morou juntos, mas é como se não morasse. Morava assim, ele sempre ficava na rua, não tinha compromisso com nada, não trabalhava, era o mesmo que nada. Então, eu sempre morei sozinha, porque com compromisso, tudo era eu: para trabalhar, pagar aluguel, tudo era eu, fazer compras, tudo eu. Ele nunca comprou uma caixa de leite para os meninos. Ai complica... O negócio dele era mulher, era amigos...”

Aos trinta e dois anos, grávida de seu sexto filho, Patrícia volta para Paraíba. Vai fixar sua residência por lá durante os cinco próximos anos antes de voltar para o Rio de Janeiro. Anos que ela descreve como muito difíceis, pois não conseguia arrumar emprego e sua mãe tinha que sustentá-la. Não podendo pagar seu aluguel e criar seus filhos, Patrícia, mais uma vez, decide “tentar a vida” no Rio de Janeiro.

“Vim da Paraíba para procura melhorar. Achei que aqui fosse melhor para mim do que lá. Lá é mais difícil porque a gente aqui tem como arrumar trabalho, arrumar dinheiro, e lá não. Lá não tem como. [...] Eu não tinha condições. Se eu tivesse condições de viver lá, eu não tinha vindo para cá, não. Mas muita gente vem por causa disso, porque lá não tem condições. Aqui, a gente bota um café, vende. Bota uma bala, vende. E lá não tem como. Lá é muito difícil. Por isso que eu voltei. Peguei as crianças e voltei pra cá.”

Quando veio do Norte, da Paraíba, Teresa veio morar na favela do Caju, em uma comunidade denominada Parque da Alegria. Morava em um quarto muito pequeno que, segundo ela, o cômodo inteiro era do tamanho apenas do seu quarto hoje. Era só um “pequeno quartinho”, que lhe custava R\$ 130,00. Ela colocava uma barraquinha de hambúrguer na porta de sua casa e “vendia bastante”. Entretanto, a violência que sofria pelos conflitos ocasionados pelos traficantes de drogas com a polícia era uma preocupação constante.

“Eu ficava pensando: ‘– Meu Deus do Céu’ [...] [E] morando na ocupação melhorou mais ainda, entendeu? Porque já pensou se eu estivesse numa favela com essas crianças, preocupada, vir trabalhar e deixar essas crianças lá, a toa, vivendo perto de bandido, entendeu? Uma coisa horrível. [...] Eu já conheci colega minha que perdeu o filho com bala perdida. Aconteceu mesmo, entendeu? O único filho que ela tinha morreu de bala perdida. Tava jogando pipa. E aí eu fiquei desesperada pra sair de lá. Aqui não tem esse

risco de bala perdida, você pode deixar eles brincarem à vontade. Na favela você vai trabalhar e fica preocupada: ‘– Onde será que tá meu filho? Será que tá na rua?’”.

Patrícia sempre trabalhou como camelô, e tinha a Rodoviária Novo Rio como ponto de referência de vendas. Um camelô, apelidado de Maguila, que tinha uma carrocinha de balas, tinha uma conhecida – a Jurema – que era moradora da ocupação, e ele pediu para Jurema apresentar Patrícia ao Coletivo, como candidata a moradora. Patrícia não esconde que se sentiu incomodada no primeiro momento com a possibilidade dos outros moradores, através do Coletivo e das assembleias, de adentrar seu espaço privado e contestar certas decisões e impô-la outras.

“Quando eu passava por aqui eu olhava e pensava: ‘– Eu bem queria morar aqui’. Eu já sabia que era invadido. Aí um colega meu falou: ‘– Quer? Eu peço para minha colega te apresentar’. Aí ela falou, eu vim, assisti a reunião, entrei e gostei.”

“Eu achei estranho [a organização da ocupação]. Achei totalmente diferente, achei que eu não ia me ‘habitá’, porque um lugar...sabe? Porque como estava acostumada a morar num lugar, sempre assim, meu, meu digo de aluguel, né? Então achei que assim não ia dar certo, mas, graças à Deus, tá muito bom, apesar de que a gente tem desavenças com alguns vizinhos, né? Em todo lugar tem que haver isso, não tem como.”

“Morar aqui para mim é bom, porque se eu não morasse aqui teria que pagar aluguel. Se você ganha um salário mínimo e tem que pagar R\$ 250,00 de aluguel aí não tem como. Não dá para comparar todo o resto, comida essas coisas, entendeu? [...] Aqui todas as pessoas são carentes. Você não vê um melhor que o outro, se tá morando aqui é porque precisa.”

Patrícia foi morar em um quarto grande para os padrões dos apartamentos da ocupação, porém ela encontrou um cômodo com algumas limitações físicas que a chocaram. A falta de água dentro do cômodo foi, sem dúvida, sua maior aflição.

“Quando eu vim para cá não tinha água, eu que coloquei água dentro de casa. Meu apartamento não tinha água, não tinha luz, eu que tive que colocar.”

“Acho que o barraco mais feio que tem aqui é o meu. Mas eu gosto dele. É o melhor lugar que tem, eu acho. Para mim é. Porque eu coloquei água dentro de casa. Tem o tanque ali, eu que puxei a água. Eu já tenho dificuldade de fazer as coisas com água, sem água eu não fazia não. Se não tivesse água eu não cozinhava não. Sinceramente”

Patrícia trabalha como camelô e, diga-se de passagem, gosta bastante de seu trabalho. Deixando transparecer uma preocupação clara com o perigo da violência do “rapa”, ela fala que não sabe viver de outra coisa. Muito envergonhada com a aparência de sua casa, mostra claramente uma aversão às tarefas domésticas:

“Meu sonho é colocar um barzinho. Porque eu adoro comércio. Não tenho jeito para outra coisa. Tanto que você vê, olha minha casa como é que é! Eu não tenho jeito. Eu não nasci para isso. Se fosse para viver de trabalhar em casa de família acho que eu morro de fome. Agora, se botar qualquer coisa pra vender eu vendo. Qualquer coisa”

Patrícia não consegue ver sua casa como uma expressão de si, ou expressão de sua identidade, ao contrário de sua barraca, meio de sustento dela e de sua família, que ela descreve como “muito chique”. Seu carrinho não é disputado por ninguém, ao contrário de sua casa que vive sob o confronto delas com os filhos. À barraca, ela consegue conferir uma particularidade, que ela entende como expressão de sua personalidade. Em relação à casa, na qual Patrícia não passa muito tempo, pouco se vê dela, a não ser as garrafas térmicas, os bolos de tabuleiro e pacotes balas que ela leva para vender. Além disso, vê-se a fartura de comida que as crianças têm em casa.

“Gostaria de quando a pessoa chegasse aqui visse um ambiente limpo, um ambiente perfumado, um ambiente... como minha barraca [instrumento de trabalho]. As pessoas chamam minha barraca de lanchonete. Porque eu tenho visão. Até plaquinha tem. Aqui eu não tenho essa visão, porque eu não tenho dinheiro. Porque eu iria fazer uma parede de tijolo. E fazer um banheiro dentro de casa.”

Patrícia trabalha com um objetivo principal – que ela explicita diversas vezes em sua fala: o de colocar comida em casa. Para ela, essa é a principal obrigação dos pais. Contudo, pelo tempo que ela trabalha, pouco fica em casa com os filhos, o que, segundo

ela, prejudica a educação dos filhos. Com uma rotina apertada, Patrícia dorme pouco, fica pouco tempo em casa e com seus filhos. Sua moradia expressa sua rotina, sua carga de trabalho, sua relação com os filhos e vizinhos. A dificuldade que Patrícia possui de receber ajuda de seus filhos, seja para ajudá-la no trabalho ou para fazer as tarefas domésticas, e, principalmente, o pouco zelo que possuem em relação à moradia da família deixa-a muito chateada. Patrícia reclama, por diversas vezes, que seus filhos não têm cuidado com as coisas dentro de casa, o sentimento de resguardar o território doméstico e de restringirem o acesso a todos que quiserem. Assim, Patrícia se incomoda com a pouca ajuda que recebe dos filhos na demarcação das fronteiras do território doméstico. Nem mesmo Paola, que por ser “filha mulher”, tende a assumir as tarefas domésticas da casa (enquanto os meninos ajudam realizando pequenos trabalhos, [“bicos”] na rua) – a ajuda muito na arrumação.

“Eu vou dormir onze e meia, doze horas. É meu horário de dormir. Todo dia, não é mais que isso, porque as crianças não dormem. Então também não durmo. Porque se eu for dormir e largar eles aqui, vira bagunça. Às vezes eu até durmo primeiro que eles, mas é muito difícil. Quando eu durmo primeiro que eles, eles largam meu apartamento assim ó, aberto. Não tem jeito deles trancarem a porta. Acho que se eu morresse eles iam deixar a porta assim, aberta. Tem filho que diz: ‘ – Mãe, já fechou a porta’. Tem criança que se preocupa, meu filhos não se preocupam com nada. Tem que ser eu. [...] Eu saio às cinco, acordo duas, três. Quase não durmo. Duas horas. Volta? Depende do dia, porque a hora quem faz sou eu. Às vezes nove, dez, onze horas. Às vezes nem almoço, saio, vou fazer compras. Mesma rotina, todo dia. Não tenho folga, aminha folga é quando tô sentada [risos].”

“Por que eu não quero Paola na casa de Malu? Porque Paola vai lá arrumar a casa da Malu e a minha não arruma. Por que eu vou querer minha filha lá? Se ela não quer me ajudar e vai ajudar os outros, por quê? Ela tem que me ajudar. Agora, se ela arrumasse minha casa primeiro, e dissesse: ‘ – Mãe, posso ajudar a Monique, ‘tadinha’, cheia de criança? Posso ajudar ela?’ não tinha problema nenhum. Eu deixaria com o maior prazer. Por que sei que minha filha tá fazendo um negócio de bem, entendeu?”

Talvez, pelo fato dela ficar tão pouco tempo em casa, Patrícia não consegue estabelecer fronteiras mais fixas, que sejam respeitadas. Claramente, pela postura dos seus filhos, descrita por ela, podemos ver uma disputa pela dominação do espaço. Nem

mesmo seu quarto, que é o espaço que ela mais gosta da casa, eles respeitam. A tentativa de demarcar um “território íntimo”, a partir de fronteiras físicas, não obteve o sucesso esperado e foi desterritorializado por seus filhos. A falta de respeito com as regras da casa reconfigura, a todo instante, a organização do espaço interno da casa. Patrícia não consegue impor e fazer com que seus filhos coloquem suas regras em prática. E o motivo disso, segundo ela, é porque eles não possuem pessoas dedicadas a educá-los: levá-los a escola, ensiná-los bons modos; ou seja, torná-los crianças obedientes e bem educadas. Teoricamente, nenhum deles poderia entrar sem permissão, porém, eles fazem tanta bagunça – segundo ela seu quarto é o mais “mexido” da casa –, que muitas vezes ela fica impossibilitada de dormir em seu próprio quarto. Ela demarca o território, mas não tem condições de dar a esse território as características que ela deseja, pois é constantemente contestado por seus filhos, que passam muito mais tempo do que ela em casa. Ela não consegue se apropriar efetivamente do território, até por precisar dividir seu leito com a filha, e, também, não consegue conferir particularidades a este. Em sua fala, podemos perceber uma clara impossibilidade de reforçar essas fronteiras: “Meu quarto é o mais mexido [risos]. Se eu pudesse, nem meus filhos entravam no meu quarto. Era um quarto secreto, pra ninguém entrar”.

“Rodrigo trazia as crianças todinhas lá debaixo pra aqui pra casa. Era criança pulando em cima do sofá, era gritando, era jogando almofada uma pra outra, aquela cachorrada [bagunça] toda aqui dentro de casa. Você acha que isso é certo? Ele não tinha que ter a moral? ‘– Minha mãe não tá em casa, não quero ninguém aqui dentro de casa, não’. Porque tem filho que faz isso aqui. que a mãe não que então não bota [as outras crianças dentro de casa]. Dennis sai, brinca com a chave aqui no pescoço. Pra ninguém entrar, nem roubar nada, nem ficar perturbando ninguém. Na casa da Mercedes e da Janaina não tem ninguém lá. Um dia minha filha foi lá, ela veio aqui em casa falar comigo. Porque minha filha entrou lá dentro. Que o Sávio veio falar com ela. E meus filhos não são assim. É mais fácil eles tirarem as coisas daqui de dentro de casa pra dar pros outros. Mais fácil dizer: ‘– Vem, vem aqui pegar’. Eles são muito bons, meus filhos. Não é porque são meus filhos, não. Mas são muito bons. O que você pedir a eles, não sabe dizer assim: ‘– Não, só com a minha mãe.’ Não sabem, não. Tem que vir pegar e acabou. Eles são assim. Porque tem criança que fala isso, ‘– Tenho que ver com a minha mãe’. Não tem, criança que é assim? Mas os meus não, é ‘– eu vou fazer’, e aí já tá feito.”

“Eles não tem educação, e eu não posso dá. Eu não tenho tempo, o tempo que eu tenho é muito pouco. O tempo que eu tenho pra dar educação a eles é muito pouco. Se você não estivesse aqui, você acha que eu estaria sentada? Se você não estivesse aqui, eu não estaria sentada. Iria no mercado, depois ia chegar, arrumar as compras, e já ia fazer alguma coisa, roupa pra lavar, louca pra lavar, porque aqui eles não lavam uma colher. Eu saio, e o jeito que eu deixo a casa eu vou encontrar mais bagunçada do que deixei. Porque a Paola não faz nada. E aí vai lá pra baixo, você acha que isso é certo? A gente tem que ter hora pra tudo. Pra comer, pra beber, pra brincar, pra estudar, pra andar, pra passear, pra tudo. Eu não posso chegar agora e sair com meu namorado, eu tenho que escolher, à noite, dar um ‘passeinho’, voltar logo cedo. Não tem que misturar as coisas, senão vira bagunça.”

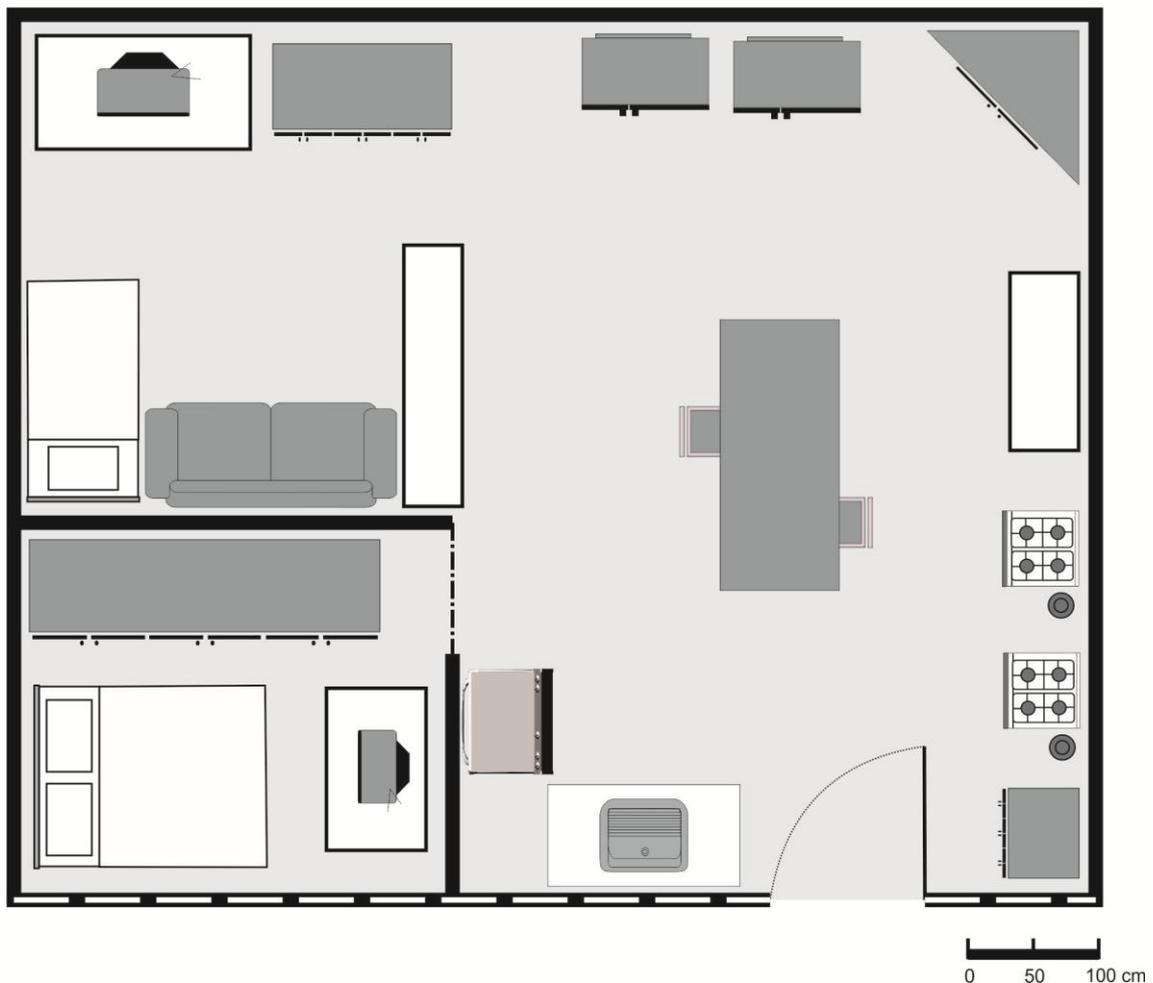
Patrícia, assim como os outros moradores, recebeu uma unidade para transformar em seu lar. Um quarto não muito grande apesar de, como ela mesma diz, ser um dos maiores de lá. Patrícia sempre me recebe na mesa da cozinha, espaço de recepção por excelência (Ver figura 12). Conversamos sempre sentadas à mesa, com exceção de uma vez, quando estava gripada, e me recebeu na sala/quarto das crianças, deitada no sofá. Os dois meninos dormem neste quarto enquanto o outro fica para ela e para a filha. Patrícia demonstra em sua fala a vontade de ter uma casa que componha um quarto para seus filhos, porém o que mais aparenta incomodá-la é o fato de ter que dividir o banheiro com o vizinho e a falta da parede de tijolos. Esta é uma questão muito importante que aparece em todas as falas dos moradores. As paredes de madeira não só incomodam pelo barulho e pela perda da privacidade, por atraírem insetos e terem uma durabilidade muito menor, mas também “enfeiam” a casa. Existem diversas formas de tentar minimizar os efeitos negativos dessas paredes. A forma encontrada por Patrícia foi a colocação de cortinas. Cortinas verdes escuras que escondem toda a parede dos fundos da casa (ver figuras 13, 14 e 16).

“Ter uma moradia adequada, é ter uma moradia com meu banheiro particular, ter uma área para os meus filhos brincarem à vontade. Só pra mim, um quintal ou então uma área ou qualquer coisa. E nada assim interferindo com os outros. Porque a gente tem que ter amigo, mas amigo não é para ter 24 horas, você entendeu? Você não tem amiga? Você queria ficar 24 horas com essa amiga? Não, né? As crianças aqui querem se misturar direto. Se deixar um dorme na casa do outro.”

“Aqui a gente não tem banheiro dentro de casa. A gente não pode fechar a nossa porta e parar de escutar o barulho dos vizinhos. Não é reservado. A conversa que eu to tendo com você quem passa ali fora vai escutar. A gente não fica à vontade. As tábuas [paredes] são de madeira [...] As crianças dormem aqui na sala. Não tem como fazer quarto aqui. Se fosse da gente, a gente até caprichava, né? Comprava um tijolo hoje, outro amanhã, e ia ajeitando direitinho. Mas não é da gente. Estamos aqui de reserva, entendeu? Se fosse da gente podia até fazer uma coisa melhor. Aí vai gastar aqui, sem ter, vai tirar do pouco para colocar aqui e não vai compensar. Hoje ou amanhã você pode estar fora. Não tem como.”

Figura 12

CROQUI DOS ESPAÇOS PRIVADOS **Exemplo 2** (2011)



Elaboração: Marianna Fernandes Moreira
Matheus da Silveira Grandi

Figura 13



Figura 14



Figura 15



Figura 16



2.3.3 A fragmentação do espaço doméstico e a territorialização da intimidade

Exemplo 3: Ilana

Ilana tem 37 anos. Está na ocupação há um pouco mais de quatro anos. Quando foi morar lá, a ocupação tinha apenas seis meses. Ela tem oito filhos e todos moram com ela, o que não é muito comum. A filha mais velha, Silvia tem dezessete anos e é responsável por praticamente todas as tarefas que envolvem os irmãos menores, desde acordá-los para ir à escola, até alimentá-los e cuidar da sua higiene pessoal. Ilana mostra revolta ao contar de sua experiência difícil na infância. Ela e sua irmã formam levadas para morar com as tias, tendo que trabalhar muito para ajudar sua mãe sustentar os irmãos. Talvez seja por essa experiência que Ilana mantenha todos seus filhos consigo sem lançar mão, de forma frequente, da “circulação de crianças”²⁴, estratégia muito utilizada pelas mulheres das classes populares. Só em pensar em alguém batendo em um de seus filhos, Ilana se transforma: “Eu fico revoltada com esse negócio de bater nos meus filhos. Quer bater, bate em mim, mas não toca nos meus filhos, não. Eu que sou mãe deles, eu não bato. Eu falo, falo, mas não bato”. Seu filho Pedro de quinze anos, por exemplo, foi morar com o padrinho, no bairro de Parada de Lucas, para trabalhar com ele, porém logo depois voltou para casa de sua mãe.

“Nasci em Minas, no Novo Cruzeiro. Só que eu não criada lá não, fui criada em Brasília, de Brasília fui para São Paulo, de São Paulo eu vim pro Rio. [...] Fui para Brasília para casa das minhas tias, fui trabalhar na casa delas, pra poder ajudar minha mãe a criar meus irmãos. Eu trabalhava e ela mandava o dinheiro para minha mãe. Eu tava com sete anos essa época. Passava as roupas, queimava as roupas delas todinhas [risos]. [...] Minha mãe tem oito filhos. Eu e minha irmã somos as mais velhas. Minha Irma tem 38 e eu 37 [anos].”

“Eu tinha que trabalhar para elas pagarem, pra mandar coisas para minha mãe. Mandava roupa, dinheiro, pra criar meus irmãos. Eu apanhava muito, elas me batiam. Eu tinha colégio às sete da manhã, mas antes de ir tinha que lavar e esfregar dois baldes de roupa, eu e minha irmã. A gente sofreu a beça lá. Eu não quis mais ficar lá, quando eu queimei meu braço. Queimei com

²⁴ Este termo é utilizado para designar “toda transação pela qual a responsabilidade de uma criança é transferida de um adulto para outro” (Fonseca, 1995, p. 116). Indica que a transferência de uma criança entre diferentes famílias (parentes ou não) acontece de forma parcial e temporária.

óleo quente, fritando batata. Uma criança de sete, oito anos, dá pra fazer isso? Elas exploravam muito a gente. Meu tio chegou viu meu braço queimado, pegou e mandou eu ir pra Minas. Aí eu fiquei em Minas até os nove anos.”

“De lá eu fui para São Paulo pra trabalhar também, quando tinha dez anos. Aí eu trabalhei em São Paulo. [...] Não fui pra casa de parente, fui trabalhar na casa de um pessoal estranho, que eu não conhecia. Tinha uma mulher que ia lá pra Minas e pegava as pessoas pra levar para trabalhar. Aí minha tia botou eu também, pra transportar eu também, aí eu fui. [...] Ela me botou na casa de uma mulher lá, fazendo coxinha, botava o frango pra cozinhar, desfiava, pra fazer coxinha pra levar para o botequim dela.”

“Fiquei lá dois anos, depois eu voltei pra Minas, de Minas eu vim pra cá. Peguei o registro da minha irmã e fugi [risos]. Eu e uma colega minha, a gente foi embora. Eu tinha onze anos. Depois minha irmã mandou meu registro e eu tirei meus documentos todos, aí mandei o dela. Arranjei um emprego de doméstica. Esse tempo foi bom, trabalhei com um coroa. Eu trabalhava pra um coroa que gostava muito de mim. Aí eu trabalhava, ganhava um dinheirinho e ainda mandava um dinheirinho para minha mãe ainda. Aí eu fui crescendo assim. Aí com dezessete anos eu voltei para Minas. Fiquei lá dois meses. Minha mãe dizia que tinha uns empregos bons, que os empregos lá ganhava muito dinheiro, juntei minhas coisas todinhas e fui m’embora. Chegando lá, sabe quanto que é o salário lá? Cem reais. Eu trabalhando em um hotel lá, na cozinha, eu e minhas irmãs. Aí quando a mulher chegou, no final do mês, quando eu fui receber, a mulher falou: ‘Seu salário tá lá, tá, Ilana?’. Cheguei lá: ‘Que isso? Cem reais? Eu trabalhei o mês todinho!’. E ela: ‘O salário é esse’. Eu peguei e joguei a panela de arroz no chão. E meti o pé. Cem reais? Cem reais eu ganho aqui numa semana. Aí a mulher ficou puta, e eu fiquei revoltada com a mulher. E aí eu não quis mais. Aí minha tia mandou dinheiro pra eu vir embora.”

Ilana conheceu seu primeiro companheiro e pai dos seus dois primeiros filhos quando tinha dezoito anos. Porém, dez anos depois este veio a falecer por complicações por causa da diabete. Mesmo, segundo ela, eles estando separados, viveu com ele até ele morrer. Durante este tempo em que estiveram separados, Ilana teve alguns relacionamentos, que ela chama de “aventuras”, que resultaram em dois filhos, Estefani, de 12 anos e Carlos, de oito anos. Após o falecimento dos pais de seus filhos, Ilana conhece Marcos, que será seu segundo companheiro. Com ele, Ilana teve três filhos, Edson de sete anos, Renata de cinco anos, e Ana Carolina de dois anos. Entretanto,

Marcos quis registrar os filhos de Ilana que não “tinham pai” e se recusou a registrar Renata, por não acreditar que era sua filha. Segundo Ilana, ele foi “envenenado pela família dele”, que era contra a união dos dois.

“Conheci o pai da Silvia com dezoito anos. Tive a Silvia com dezenove. A gente vivia no morro santo Amaro, no catete. Época que eu era feliz e não sabia [risos]. Depois da Silvia eu tive o Pedro. Depois ele adoeceu. Ele trabalhava de dia num posto de gasolina e de noite ele vigiava barco. Ele era diabético. Morreu com trinta e quatro anos. Morreu novinho [...]. Quando foi isso? Eu nem lembro mais, Carlos era novinho. [...] Quem Carlos? Não, Carlos não é dele, não. Carlos é de outro pai. A gente convivia, entendeu, mas eu não tinha mais nada com ele nem ele comigo. Só que ele me bancava, me dava de tudo. Cuidava dos filhos dele... Carlos era recém-nascido, vai fazer nove anos...”

“Homem que eu morei junto foi o pai da Silvia e o Marcos. Ele [Marcos] morava em Santo Amaro também. Trabalhava com empresa de material. Edson, Renata e Ana Carolina são dele. Mas ele registrou Estefani, Carlos, Edson e Ana Carolina. Mas não quis registrar a Renata. A família dele começou a falar que não era dele, porque ela tinha cabelo ruim. A família não deixou ele registrar.”

Ilana frequentou as reuniões do processo da Ocupação Zumbi dos Palmares, contudo, devido a alguns problemas que teve com outra moradora, preferiu sair do processo. Foi conseguir lugar no processo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, que veio após o da Ocupação Zumbi dos Palmares. A vinda para a ocupação, segundo Ilana, assim como para a maioria dos moradores, foi por motivos econômicos: fugir do aluguel. Entretanto, mesmo vindo para a ocupação, Ilana continuava trabalhando como faxineira. Segundo ela, Marcos “não pegava no pesado” e ela tinha que trabalhar para garantir o sustento de seus filhos. Sua primeira impressão da ocupação foi muito boa e, por ter frequentado as reuniões, nada foi surpresa, ela sabia como se daria a organização do espaço da ocupação dali para frente.

“Eu vim para a Quilombo com o Marcos. Antes de ir para Minas eu frequentava a reunião, para entrar na Zumbi. Mas tinha uma mulher lá que dizia que a Renata era filha do marido dela, mas não era. Aí eu não quis mais ficar na Zumbi dos Palmares. Aí minha comadre avisou para eu ir que tava

tendo reunião na Zumbi. Quando eu cheguei de Minas, tinham entrado aqui. Tinha seis meses. Eu vim pra cá e aí Seu Manoel Pedreira trouxe o Marcos pra cá. Ele queria vir pra cá, porque é melhor que pagar aluguel, né? Pra pagar aluguel fica difícil.”

“Eu achei tudo normal. Cheguei aqui e na primeira reunião já dei dinheiro para o Coletivo. Eu trabalhava, sempre gostei de ter meu dinheirinho. Dava dinheiro para as finanças, dava dinheiro para a cozinha coletiva. [...] Eu ia para cozinha [risos]. Eu na cozinha sou péssima. Tive que chamar alguém porque eu não sei, não. Mas eu ajudei. Eu gosto de ajudar. Seu eu tivesse dinheiro eu ajudava todo mundo, só que eu não tenho.”

“Sempre trabalhei. Marcos não gostava de pegar no pesado e eu tinha que trabalhar para sustentar meus filhos. Deixar um ser humano passar fome é triste. Aí eu tinha que trabalhar. Foi quando ele começou a me sacanear [...] e aí a agente começou a brigar. O Marcos era um cara maneiro, eu gostava muito do Marcos. [...]. Mas ele começou a andar com homem, com mulher [...] aí eu peguei e não quis mais. E aí a gente se separou. E aí ele foi embora, graças a Deus ele foi embora.”

E as crianças? Ele nunca mais viu os filhos?

“Nunca mais viu. Tem dois anos que ele não vê os filhos dele. Ele não dá um centavo. Não sei como uma pessoa tem um coração tão ruim. Eu durmo fora de casa, fico doidinha pra voltar por causa dos meus filhos, e a pessoa passa dois anos sem ver os filhos? A família dele não me dá nem o telefone dele. Se um filho dele morre, como que eu vou entrar em contato?”

Após a saída de Marcos da ocupação Ilana começa a se relacionar com um outro morador, recém-chegado. Porém, Danilo, novo companheiro de Ilana, após muitas advertências por parte do Coletivo, foi expulso da ocupação. Ilana fala com muita dor da expulsão de seu companheiro. Para ela, a saída de Danilo da ocupação foi um momento de muita tristeza e, quem conversa com ela sobre o assunto, percebe que ainda não foi superado. Ilana tinha dado a luz a uma menina, filha de Danilo, quinze dias antes de ele ser expulso. Bárbara, filha do casal, tem hoje seis meses. Ilana se sente desamparada e apesar de compreender as regras e concordar com elas, para sua segurança e para a de seus filhos, ela se sente magoada, abandonada por seus amigos, “sua família”. Porém, existem coisas que não são toleradas pelo Coletivo. Danilo é alcoólatra e já havia sido advertido pelo Coletivo, pois quando bebe, torna-se agressivo.

O Coletivo já havia condicionado a sua presença. Ele teria que frequentar o grupo “Alcoólicos Anônimos”, mas o problema não foi resolvido. Depois de mais um episódio agressivo, Danilo foi expulso em assembleia.

“Agora, me sinto sozinha aqui. [...] No dia da expulsão do Danilo, eu achei um absurdo o que fizeram com o cara, até bater palma bateram. [...] Ele quebrou minha mesa. Mas eu não to nem aí para mesa. [...] Tô me sentido isolada.”

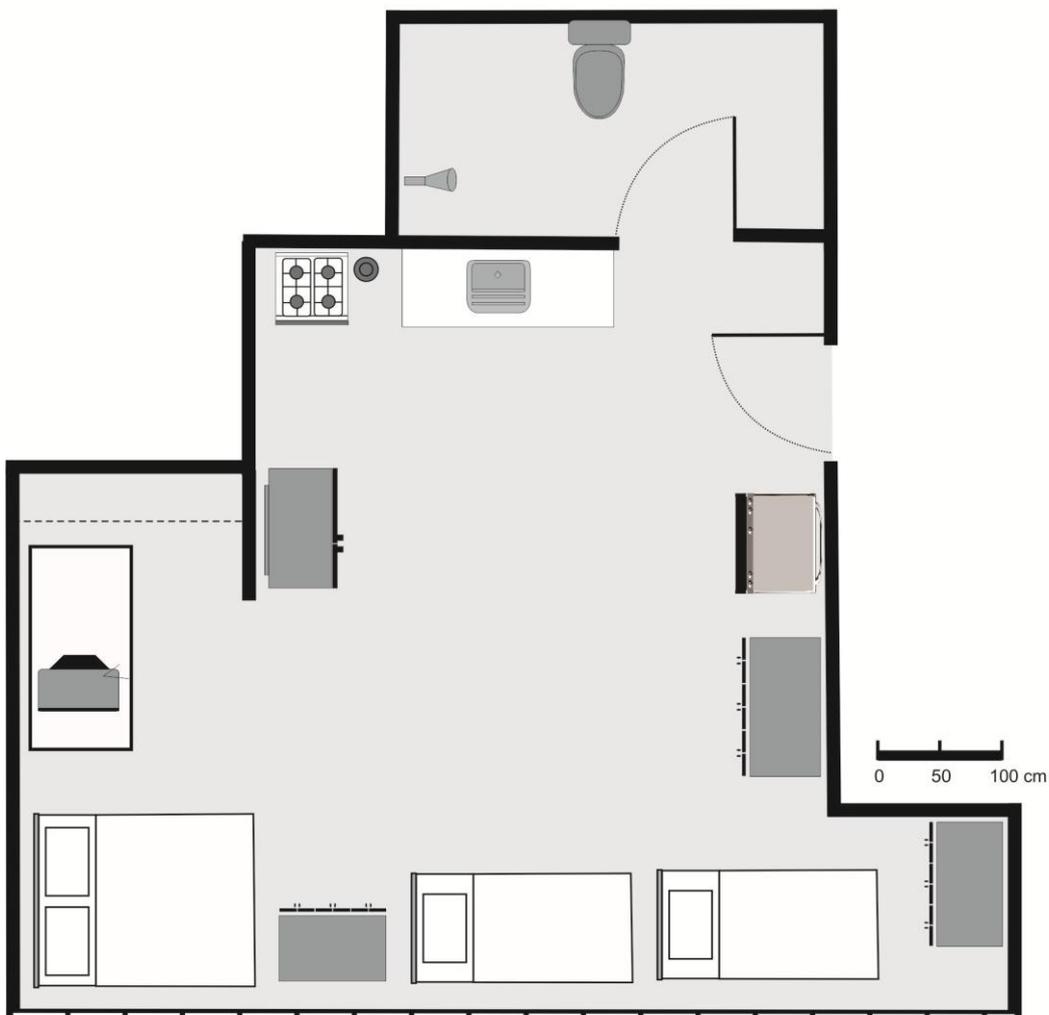
“Querida ter minha casa, chegar e trancar meu portão, e não ter ninguém pra me perturbar. Falar: ‘essa é a minha casa, ninguém tem nada que se meter aqui que é meu.’ Isso ia ser um sonho. Meu sonho é ter minha casa, eu ainda vou ter minha casa ainda. Aqui ou em Minas.”

Como Danilo começou sua relação com Ilana após entrar na ocupação, eles moravam em quartos diferentes. Com isso, conseguiam manter a privacidade do casal, ao mesmo tempo em que Ilana estava perto de seus filhos. Seu quarto, nada segmentado (ver figuras 17, 18, 19 e 20), é um espaço único, sem divisões ou qualquer tipo de separação, o que impossibilita qualquer desejo de privacidade ou intimidade em seu lar. Com isso, Ilana vê-se impossibilitada de constituir um “território íntimo” (por mais que esteja no comando) e ela acabou por encontrar seu refúgio, um local mais tranquilo, com mais privacidade, na casa de seu companheiro. Antes morador da ocupação e, atualmente, morador do bairro da Ilha do Governador, é através deste relacionamento que ela constrói um “território íntimo”, mesmo que fora de seu espaço doméstico. Lembro-me das vezes em que frequentei a casa de Danilo. Quanto mais o tempo passava, quanto mais a relação se estabilizava – o que aconteceu, principalmente, com a gravidez de Bárbara –, mais eu a encontrava na casa dele, e não da dela. Seja vendo televisão, almoçando, ou tomando um “cafézinho” à tarde; era na casa dele que ela estava. Era visível como se sentia a vontade, como se aquele fosse, realmente, seu lar. Era ela que me convidava a entrar, que falava para eu sentar, que me oferecia algo para beber ou comer, e, ele se levantava para buscar e aproveitava para nos deixar a sós. Voltava algum tempo depois. Dava a ela a privacidade, na sala dele, que ela não tinha na casa dela.

“Eu gosto muito do Danilo. Ele é uma pessoa muito boa. Como pai da minha filha e outras coisas também. Quando ele pode me ajudar ele me ajuda. Agora ele tá morando lá na ilha. Gasta quase quatrocentos reais de passagem, porque ele vem aqui me ver final de semana. Ele liga, me procura duas, três vezes no dia, entendeu?”

Figura 17

CROQUI DOS ESPAÇOS PRIVADOS
Exemplo 3
(2011)



Elaboração: Marianna Fernandes Moreira
Matheus da Silveira Grandi

Figura 18



Figura 19



Figura 20



Com a expulsão de Danilo, além de ter que aumentar a carga horária de trabalho, Ilana passa muito tempo na casa do companheiro na Ilha do Governador, o que faz com que ela passe menos tempo em casa com as crianças. Atualmente, ela não dorme em casa, pois cuida de um “senhor de idade” e tem que dormir no serviço. E, conseqüentemente, sua filha Silvia tem que se comprometer com mais tarefas para ajudar sua mãe a cuidar dos irmãos menores.

“Eu acordo, lavo meu rosto, acordo Dona Silvia, aproveito para lavar minhas roupas. Boto ela pra botar as crianças para o colégio, vô lavar louça. Isso quando eu to em casa, se não acordo cedo para ir trabalhar. Volto do trabalho. Aí vou fazer as coisas e depois volto para o trabalho. [...] Ainda bem que a Silvia pode fazer comissão pra mim.”

Com poucos objetos em sua casa, a cama de casal é o reduto do chefe da família em exercício. Símbolo que detém um valor que exprime a hierarquia instituída na família. Quando Ilana não dorme em casa, e isso acontece bastante, Silvia, a filha mais velha, se apodera do lugar de referência do comando da casa, se torna a chefe interina e suas regras deverão ser respeitadas. A partir do momento que sua mãe chega, Silvia passa o posto para a Ilana, chefe permanente, e vai dormir na cama de solteiro, até que sua mãe passe a noite fora novamente (figura 21).

A permeabilidade do espaço doméstico às relações e interações externas a ele, depende de quem está no comando, visto que o território condiciona a acessibilidade. Tais mudanças no condicionamento e permeabilidade das fronteiras do território doméstico, não se expressam, no caso, no substrato material. Ilana, quando está presente, reformula as fronteiras de forma clara, simples e direta: a ordem verbal. A delimitação dessas fronteiras se dá a partir de conflitos e negociações. No caso de Ilana, a não configuração de um “território íntimo” impõe a ela a necessidade de impor barreiras mais claras ao território doméstico. Ao mesmo tempo, podemos perceber uma relação maior de negociação do que de conflito com a sua filha mais velha. Uma vez que Silvia assume muitas das tarefas domésticas, Ilana prefere recorrer mais à negociação do que ao conflito, até para não deslegitimar a filha perante os outros membros da família. Em consequência disso, não há também muita contestação por parte da filha, esta aceita as regras da mãe com mais facilidade. Ilana não condena, por exemplo, apesar de não gostar, o fato de Silvia deixar crianças do prédio entrarem e brincarem em sua casa – o que é, alias, muito comum, aparece em várias falas e em minhas observações de campo. As crianças, que ficam muito tempo sozinhas, transitam pela casa de seus amigos e vice e versa. Não é pelo fato de não querer educar ou não se importar com a educação dos filhos, mas sim, pelo fato de Silvia ter que “assumir o compromisso” – diferentemente dos filhos de Patrícia que, segundo ela, são cobrados, mas não correspondem. Assim, Silvia acaba tendo direito a algumas regalias. Os deveres são recompensados, pesam nas relações de poder e, conseqüentemente, vão pesar na configuração territorial do espaço doméstico.

Como funciona sua casa? Você gostaria de mudar alguma coisa, se pudesse?

“Funciona, mais ou menos. Funciona como você está vendo aí. Só não pode mexer nos meus ursinhos. Meus ursinhos são prediletos, não vem não. Eu dou banho neles, boto eles pra secar, não quero que ninguém toque neles, não [ver figura 21]. Mas o resto tá tudo aí, ó. O resto, tudo pode pegar. Ali, ó. Já quebraram o botão da televisão. [...] Tem que tomar banho. Não gosto que eles andem sujos. Não gosto da minha casa suja, fedendo, isso eu não gosto mesmo. O resto...eu só não quero que caia lá embaixo, o resto deixa rolar. [risos]”

“Mudar? Eu gostaria de pintar meu quarto, comprar um guarda roupa, uma televisão grande. [...] Eu não gostaria de dividir não. Pra que? Para as crianças quebrarem tudo? Eu só queria ter meu guarda-roupa”

Figura 21

Imagem da cama de casal e dos bichos de pelúcia



Foto: Marianna Fernandes Moreira (2011)

2.3.4 Os apartamentos de um só cômodo

Exemplo 4: Adelaide

Adelaide é uma paraibana de 36 anos, é casada, tem quatro filhos e está grávida do quinto. Sua filha mais velha, Maíra, tem quinze anos. Menina inteligente e muito orgulhosa, dificilmente dá o braço a torcer. Mesmo sua mãe sendo bem severa quando se trata de punições, a menina a enfrenta sempre que pode. Divide com sua mãe as tarefas domésticas e os cuidados com seus irmãos, muito mais novos que ela. Assim como Ilana e sua filha Silvia, Adelaide divide não só as tarefas, mas também o lugar de referência do comando da casa. Seu irmão, Magno, tem seis anos, sua irmã Marília tem quatro e seu outro irmão, o caçula, tem dois anos.

“Eu sou paraibana. Me criei na Paraíba e vim para cá com quinze anos. Vim com a minha irmã. E quando eu cheguei aqui fui trabalhar de doméstica na Barra da tijuca. [...] Eu vim por curiosidade, pra conhecer o Rio de Janeiro, mesmo. Ela já morava aqui, já. Ela foi lá visitar meus pais e eu vim junto.”

“Eu trabalho fora. Agora de camelô. Passei a trabalhar de camelô depois que eu vim para a ocupação. Antes, conforme te falei, eu trabalhei na Barra da Tijuca, depois trabalhei na Lagoa e o último foi na FAET, esse de carteira assinada. [...] Eu prefiro trabalhar de camelô. É muito chato trabalhar de doméstica. Eu não gosto, sinceramente. Eu trabalhei porque precisava, não tinha jeito. Agora não. Sou eu que mando, eu trabalho a hora que eu quero, não tenho patrão para tá me vigiando, eu prefiro. Eu não gosto de ser mandada por ninguém”

“Acordo, tomo banho, tomo café, dou café as crianças, depois faço o almoço, eles vão pra escola, e de tarde vou trabalhar. Volto sete ou oito horas da noite. Faço a janta e vou dormir. [...] Todas as casas tem que ter regras. Regras pra hora de dormir, ir pra escola, hora de tomar banho, de brincar...”

Silva foi seu primeiro e único marido. Como ela mesma diz, namorado ela já teve alguns, mas marido ele é o único. Entretanto, Silva já casou outras vezes e tem filhos desses outros casamentos.

E seu marido? Trabalha com você?

“Às vezes ele trabalha comigo, às vezes não. Na verdade, ele tem uma profissão boa. Podia procurar um emprego de carteira assinada, mas fica com um emprego de ‘carteira branca’ lá no bar. Ele é churrasqueiro, é uma profissão boa. Ficou dez anos trabalhando em restaurante, lá no Leme. Agora tá trabalhando ali. Ele é muito descansado. O patrão tá devendo dinheiro pra ele até hoje e ele não foi cobrar. Eu acho ele muito, mais muito descansado mesmo.”

Adelaide começou a participar do processo ainda na segunda tentativa, um prédio abandonado localizado no Rio Comprido, Rua Estrela, 64. O medo que tinha inicialmente de que ela ou as crianças sofressem algum tipo de violência foi amenizado a partir de sua participação nas reuniões. Ela reconhece o quanto o Coletivo, os moradores, a ajudam em relação às crianças, ou outros problemas privados, embora sinta falta de ter mais independência em relação a sua casa. Isso fica claro em sua fala sobre a intervenção do Coletivo nos assuntos privados dos moradores: “As minhas coisas, meus assuntos eu prefiro discutir na minha casa mesmo. Brigas na minha casa, com meu marido, eu mesma resolvo, não acho que tem que ser o Coletivo. Tem que resolver eu e ele”.

“Eu vim parar aqui... Na verdade no início eu tinha um pouquinho de medo, de receio porque eu não conhecia e aí eu conheci o Valdemar. Ele era meu vizinho eu conheci ele lá no Parque União. [...] Ele já tinha participado de outros processos, e a reunião tava lá na Zumbi dos Palmares. Aí ele me convidou pra conhecer e eu vim. Aí vi que não era nada daquilo que eu achava, aí vim para uma reunião gostei, aí ele me apresentou e aí eu fiz o cadastro, e fiquei da Zumbi até hoje. Vim em todas as reuniões, ocupamos aquela lá do Rio Comprido, eu gostei, não achei ruim não, e continuei no processo e aí para mos aqui. Esse menino já vinha desde a primeira, lá na Cinelândia. Essa eu não conheci. Ele desistiu, foi embora. Mas foi através dele que eu vim.[...] “Eu tinha medo. Porque eu achava assim, que ia tomar porrada, essas coisas. Tinha medo disso aí, da polícia esses negócios. Mas eu vi que não era nada do que achava, gostei e fiquei. [...] Eu queria sair da favela. Lá é favela e eu não pretendia criar meus filhos na favela. E não tinha condições de sair de lá. Essa foi a oportunidade de sair e vim.”

“Morar em coletivo é difícil, não vou mentir pra você. Porque a gente não é ‘independente’, né? Entre aspas. [Quando] a gente mora em casas separadas, assim que não seja coletivo, é independente. E no coletivo não. A gente tem que sei lá, dar satisfação ao Coletivo, você quer sair para algum lugar tem que explicar, viajar tem que explicar. Isso me incomoda um pouco. Mas só isso. [...] Independente dessas coisas, morar aqui é muito bom. Não tem que pagar aluguel é uma moradia que a gente vive tranquilo, vive em paz. Diferente da favela, aqui não tem tiroteio, não tem tráfico. Ninguém te incomoda, você não dorme com barulho de bala. Não tem medo de dormir, a gente dorme tranquilo. Pra mim aqui é muito bom. Aqui é muito bom.”

“Aqui quando tem alguém precisando, todo mundo chega junto, todo mundo ajuda. Aqui é tipo uma família. Por exemplo, se eu estiver doente, minha vizinha vai na minha casa, oferecer uma roupa para lavar, me leva no hospital se precisar, faz uma comida para mim. Aqui a gente é tipo uma família, entendeu? Ninguém deixa de dividir nada. Mesmo aquelas pessoas que não tem muita afinidade, precisou, todo mundo ajuda. [...] Deus me livre, aqui dentro, meus vizinhos me ajudam muito. Eu saio pra trabalhar, e eles me ajudam bastante. Olham as crianças pra mim, todo mundo junto. Ajuda, todos eles. [...] Facilita muito! Para gente ir trabalhar é a melhor coisa que tem. Porque você vai trabalhar e sabe que seu filho tá tranquilo, não vai para rua, sempre tem um pessoa aqui na portaria pra olhar, não deixar sair.”

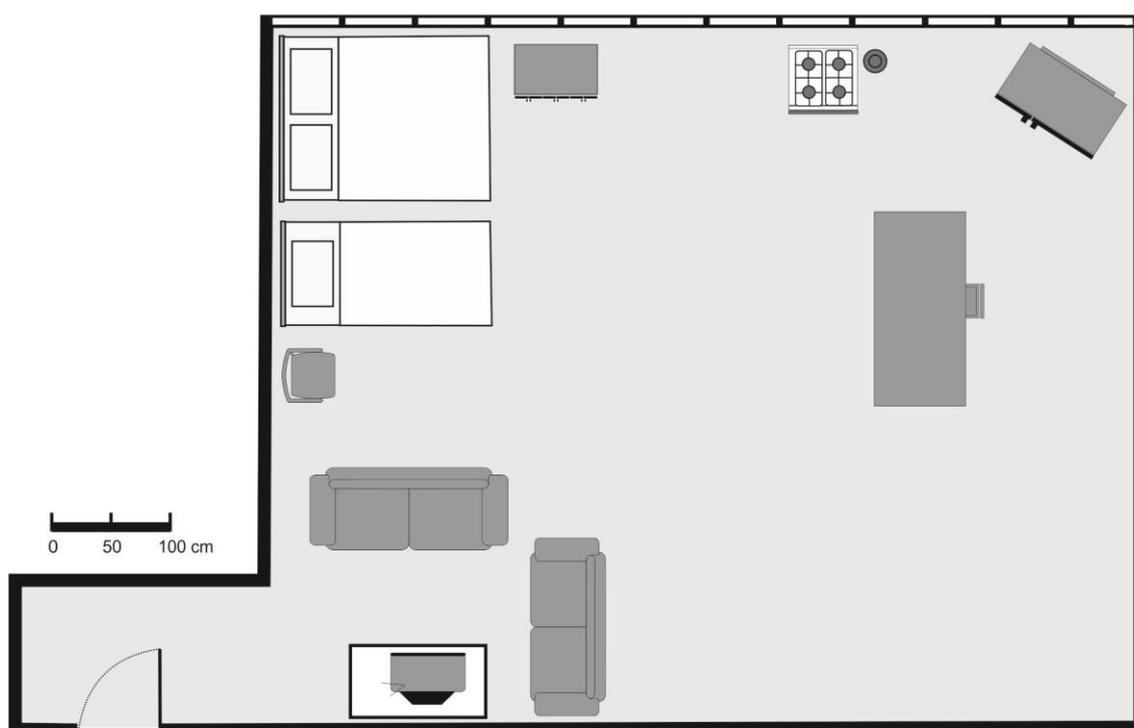
Sua casa não tem separação. Nem mesmo o casal tem uma cama só para si, eles a dividem com o filho mais novo Mario (figura 22). Porém, existe uma tentativa, por parte de Adelaide em separar um espaço para recepcionar as pessoas externas à família. O lugar de recepção tem uma dupla função: ele é um espaço para receber e acolher as pessoas externas, mas também é um lugar para impedir o acesso aos espaços mais íntimos e reservados da casa, como, por exemplo, os quartos. Logo, ao mesmo tempo em que o território se abre ao externo, ele também se fecha e restringe o acesso aos espaços mais íntimos e delimita quais serão os espaços acessíveis aos *outsiders*. No caso da casa da Adelaide, a função de impedir o acesso ao espaço interno da casa se sobressai, esta função quase se superpõe à outra.

Quando entrei em sua casa, a arrumação logo me chamou a atenção. Os sofás restringiam a minha entrada (ver figura 22). Ela estava sentada no sofá com as filhas, vendo televisão e confesso que me senti como se estivesse incomodando. Mas, quando

Bia falou: “Entra, senta aí!”, o espaço voltou a ser de recepção e acolhimento ao externo.

“Eu fico mais ali na sala vendo televisão no sofá. Eu divido assim e a gente fica ali muito. Todo mundo vendo televisão.”

Figura 22
CROQUI DOS ESPAÇOS PRIVADOS
Exemplo 4
(2011)



Elaboração: Marianna Fernandes Moreira
Matheus da Silveira Grandi

A territorialidade é condicionada pelo tempo e se modifica de acordo com quem está em casa. Adelaide se aproveita da saída dos filhos para obter momentos de intimidade. O “território íntimo”, portanto se constitui momentaneamente e restringe a privacidade a um determinado espaço-tempo (o que é facilitado pelo fato de ser uma ocupação em que as crianças transitam livremente pelo prédio).

“Privacidade? Ô, filha, nem tem como [risos]. Isso é difícil, porque as crianças dormem sempre ali do lado, uns dormem comigo. Esse negócio de privacidade lá em casa é difícil [risos]. Às vezes quando as crianças não tã em casa, né? Vão pra casa da minha irmã. Aí dormem lá, aí, né [risos]? Aproveita!”

O desejo de um território íntimo: a casa dos sonhos

“Uma moradia adequada? Eu gostaria que fosse independente de tudo. Eu não queria morar em coletivo. O Coletivo tem muita coisa boa, também me abriu muito a cabeça, mas tem muitas coisas que estressam.”

“Eu acho que a mulher é mais interessada na moradia, tem mais vontade de correr atrás da casa própria. O homem, eu acho, conforme eu sempre falo, em qualquer lugar, ele se enfia. Nós, mulheres, não, nós queremos sossego. Queremos um lugar para morar.”

“Eu queria ter uma casa, com sala, quarto, cozinha, banheiro, uma área de serviço, um quarto pras minhas crianças, um lugar que tenha paz. [...] Eu gostaria de fazer quarto pra mim e pras crianças, e a cozinha. Eu dividiria tudo certinho, como falei pra você, quarto, sala, cozinha.”

“Eu só não queria que fosse na favela. No centro é muito melhor. Aqui tem facilidade pra tudo, pra trabalhar, pra ir no mercado, pra médico. Tem essa facilidade. Aqui no centro o aluguel é muito caro, e o dinheiro que eu ganho como camelô não dá.”

Exemplo 5: Bia

Bia é uma mulher de 39 anos, solteira, e moradora da ocupação. Até quase completar trinta anos, Bia morava em Curitiba, com sua mãe e seu pai. Lá, em sua cidade natal, ela trabalhava com os parentes, ajudava no bar e no que mais fosse necessário. Nunca teve carteira assinada. Há dez anos, Bia resolve vir morar no Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, na cidade de Mangaratiba, trabalhar com seu tio em barco de pesca. Durante quase dois anos ficou trabalhando com seu tio. Porém, devido ao esforço físico exigido neste tipo de serviço, seu tio resolve “largar o emprego”, deixando para Bia uma única opção: vir para a cidade do Rio de Janeiro.

“Eu nasci em Curitiba. Vim para o Rio para me afastar de parentes. Isso tem mais ou menos dez anos. Meus parentes são infernais. Eles moram perto dos meus pais. [...] Eu vou usar o português claro com você: Eu tenho minha minhas namoradas, eu tenho minha vida. Minha mãe e meu pai, sempre me aceitaram dentro de casa. Só que eles não aceitavam dentro de casa a pessoa [namorada] dentro de casa comigo, por exemplo, minha namorada, passear na casa, beijar na boca, essas coisas. Pra na ter atrito com parentes, eu peguei e vim trabalhar com meu tio no Rio de Janeiro. Porque eu gosto do Rio de Janeiro. Pra escapar desse negócio de ficar se intrometendo na minha vida, eu não acho legal esse negócio de parente se intrometendo na minha vida pessoal. Não me intrometo na vida de ninguém, então ninguém pode se intrometer na minha. Eu vim pra fugir dessas coisas. E eu gosto muito do Rio de Janeiro.”

Entrei poucas vezes na casa da Bia. Porém, sempre que entro, a recepção dela é a mesma: “Fique à vontade. Sente onde quiser”. O seu território íntimo é todo o espaço doméstico. Uma vez ultrapassada esta fronteira, não há mais nenhum outro espaço mais reservado. Não existe em sua casa uma hierarquia dos espaços, uma especificação de funções (ver figura 23). Dona de cabelos curtos, roupas e atitudes masculinas, Bia veio para o Rio de Janeiro para se afastar do preconceito de seus familiares para com sua sexualidade, e para que, finalmente, viver a sua vida como quisesse.

“Eu sou o tipo de pessoa que não suporto briga, não suporto. Eu tenho minha vida, a vida é minha, a opção [sexual] é minha. Então, eu não quero saber de ninguém se intrometendo na minha vida. Me perturbando. Vim trabalhar com meu tio em Mangaratiba, depois ele largou o emprego e foi

trabalhar em Foz do Iguaçu, trabalhando com carne para depois passar para os açougues. Também era um trabalho muito difícil, puxar rede. Quem vê assim, na televisão acha que é fácil, mas não é fácil não, é difícil. E aí eu vim pro Rio trabalhar como camelô. [...] Eu, hoje, trabalho em um bar. Depois do meu tio eu fui trabalhar como camelô, e depois eu fiquei amiga de uma... Ela era camelô também, e aí ela conseguiu comprar uma banca de jornal e montar um bar. Aí, como ela já me conhecia, ela me chamou pra trabalhar pra ela, aí eu saí fora e trabalho no bar com ela”

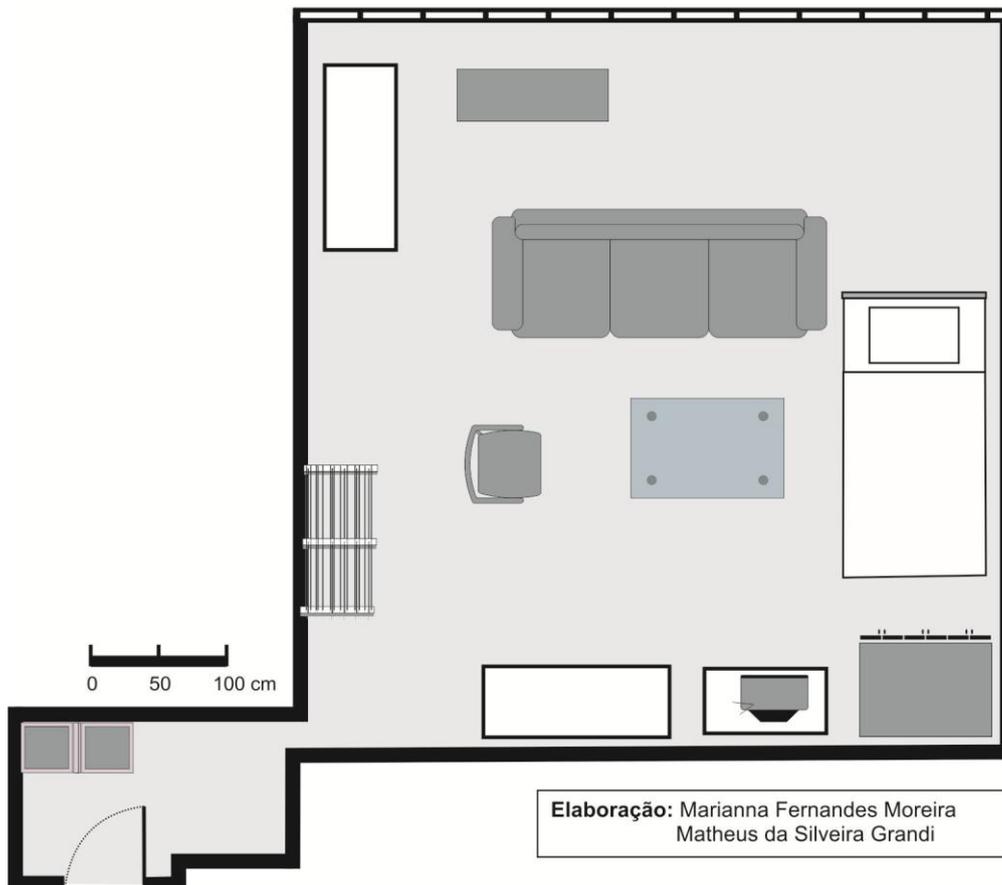
“Eu tenho uma folga por semana. Eu ganho um salário. Mas pelo fato de eu mentir bem, deles me tratarem bem, inclusive, quando eu me acidentei ela não deixou faltar nada pra mim, se eu falar que faltou alguma coisa, eu to mentindo. Até fralda ela foi buscar em Copacabana pra mim. e ainda ela se preocupa comigo até hoje. Ela vê essa parte, que a gente tem que ver, depois de acidente. Deixa eu ir no médico, eu acho que uma mão lava a outra. Se fosse outra pessoa não deixava eu traçar minha folga, por exemplo. Eu sempre servi eles e quando precisei, também me serviram. Então isso conta muito também.”

Bia veio morar na ocupação

“Acho que tem uns três anos que eu to aqui. Eu sei que eles tinham um ano de ocupado quando eu vim para cá. Infelizmente eu não entrei com todo mundo, porque eu não sabia. Infelizmente eu tive que entrar depois de um ano” “Eu tava trabalhando de camelô ainda. Eu ainda não tinha ido para o bar. Aí eu conheci a Andréia [moradora da ocupação] na Lapa. Ela também era camelô. Aí sabe aquele papo né: ‘Como é que tá a vida?’. Aí de repente ela sentou do meu lado, e a gente conversando, vendendo e conversando. Aí ela me falou, acho que não foi na primeira vez não, acho que foi na segunda vez que ela me viu. A agente ficava sempre no mesmo lugar perto do Circo Voador, ali naquela partezinha. Aí ela falou: ‘Olha, eu moro em uma ocupação, pode apresentar pessoas ainda. Você não quer conhecer, ir lá?’. Ela teve confiança em mim. eu aceitei o convite e vim aqui. Ela me trouxe pra reunião o pessoal aceitou e eu to aqui.” “Morava de aluguel. Pagava duzentos reais de aluguel e ainda pagava água. O quarto era menor [que o de hoje]. Era só esse quadradão aqui. Era esse quadrado”

Figura 23

CROQUI DOS ESPAÇOS PRIVADOS
Exemplo 5
(2011)



O que acha de morar em coletivo...

“O ser humano tem que parar de se achar super-homem ou mulher-maravilha, que não precisa de ninguém. O ser humano precisa do outro para viver. Uma mão lava a outra”.

“O problema do morador, as coisas deles, ele mesmo tem que resolver. Eu acho que Coletivo é se uma telha tá caindo. A criançada tá meio espoletada. O Coletivo tem que entrar. Mas problema pessoal do morador, ele que tem que resolver. Aqui o bom do Coletivo, é que ajuda. Teve uma vez que tavam mexendo no isopor de morador lá embaixo, se isso acontece e eu ouço eu

grito ‘Coletivo’, desce todo mundo para ir lá ver. Nem todo mundo colabora, mas as pessoas vão lá. Eu acho que isso que é o Coletivo. Resolver os problemas daqui de dentro, não deixar acontecer nada de ruim com ninguém. Se eu to na portaria e vejo dois moradores brigando eu vou entrar no meio. Eu acho que Coletivo é isso. E acho que o nosso Coletivo faz isso: não pode beber e agredir, não pode homem bater em mulher.”

Sua casa é muito simples, com poucos objetos, quase nenhuma decoração, porém “jeitosa”; tudo está no lugar. Até a geladeira sem porta, deitada no chão, imitando um aparador, combina com a casa. Não há qualquer tipo de divisão ou segmentação (ver figura 23). O sofá compõe o ambiente com a sua cama, em frente à televisão. O que mais chama a atenção na casa de Bia é, sem dúvida, os pôsteres de mulheres nuas ao lado da televisão. Lembro-me da primeira vez em que entrei no quarto dela e me senti um pouco desconfortável. A sensação não era de incômodo por causa das fotos em si, mas porque me senti invadindo um espaço tão íntimo, que continha detalhes de sua personalidade/intimidade de maneira explícita. Não me senti incomodada, senti-me incomodando, invadindo sua privacidade, pois não a conhecia tão bem quanto as demais entrevistadas.

A televisão tem uma centralidade nos espaços de sociabilização. A posição dos pôsteres, ao lado da TV, em meio a um ambiente tão simples e tão bem arrumado, não passa despercebido. Num contexto de pobreza e instabilidade, os detalhes caracterizam o “lugar” e exprimem características particulares de cada morador. Assim como Laura, que declara sua militância nas paredes, Bia declara sua homossexualidade.

“Eu me sinto muito bem aqui. Eu gosto muito do meu quarto. Independente dele estar pintado ou não. Se ele tá assim ou não, se o prédio não tá pintado ou não. Mas isso aqui... Eu acho meu quarto confortável. Eu não sou uma pessoa rica, mas tenho uma televisão para assistir, tenho uma cama pra deitar, um sofá para sentar. Tenho trabalho para me dar o que comer, beber e me vestir. Mas eu gosto muito daqui, eu realmente gosto. As vezes a gente briga um com outro, mas isso é normal. Em qualquer lugar tem isso. Eu gosto muito daqui.”

“Eu gosto muito da minha cama. Gosto muito de deitar e ver minha televisão deitada na minha cama na minha folga. Mas eu também não faço questão não. Minhas visitas podem sentar na cadeira, no sofá, na cama, onde quiserem. Eu não faço questão, não. Para os meus amigos não.”

“Não que eu não queria ter minha casa, com sala, quarto, cozinha e um banheiro. Mas eu me sinto bem dentro do meu quarto. O meu momento, minha realidade é essa. Ser pé no chão.”

“Um quarto, um banheiro, uma salinha e uma cozinha. É o básico do ser humano. Ele tem que ter uma salinha pra receber visitas, ele tem que ter uma cozinha pra fazer a comidinha dele, um banheiro para tomar banho e fazer outras coisas mais, e um quartinho, pra você dormir e descansar (...). Eu gosto muito desse quartinho. Me sinto muito bem aqui. Durmo tranquila. Ele me dá conforto. Eu fecho minha porta, não tenho incomodo nenhum. Durmo na minha cama bem pra caramba. Vou tomar banho lá no banheiro, assisto minha televisãozinha. O que eu tenho são coisas básicas.”

“Eu gostaria de meu quarto um pouco maior. Se puxasse um pouco pra lá eu fazia uma cozinha.”

“Eu não sou de ir na casa de ninguém. Também não sou de receber muita gente também, não. Não sou muito de frequentar a casa de ninguém, não. É próprio de mim. Sou mais reservada. Eu gosto muito de sossego. Eu gosto de paz. Eu não sou uma pessoa preguiçosa, eu gosto de sossego. Gosto de trabalhar, fazer minhas coisinhas, mas depois ter sossego, paz. Coisas muito avarentas assim eu já não gosto. Por isso que eu gosto da luz onde ela tá. Porque não fica na minha cara. Para ver televisão assim é bem melhor. Porque também eu não durmo de luz apagada.”

Bia acha sua casa muito bagunçada, acha que por morar sozinha fica mais relaxada, porém diz que nunca irá morar com ninguém, pois não tem confiança...

“Eu acho que o solteiro é mais desorganizado do que quem é casado. Porque quem é casado, tem sempre aquela pessoa que te cutuca: ‘Pô, você tá fazendo muita bagunça!’. Agora o solteiro chega, joga a mochila, joga os negócios, e depois que você vai arrumar.”

“Eu vou pintar meu quarto. Até o final do ano eu vou pintar meu quarto de azul, pra dar um brilhozinho nele.”

“Eu já sou vivida, experiente. Eu namorei com uma moça que era três anos mais velha que eu. Nossa! Ela me jurava de pé junto, só faltava beijar meus

pés, jurava por Deus, Jesus, José, Maria, tudo! Que não me traia, que eu era a única pessoa da vida dela. De repente, um dia, veio uma outra colega dela, e falou que ela tava saindo com homem. Eu vi em tal lugar, ela tava beijando na boca. Eu não desconfiei nem que sim, nem que não. Tinha que pagar pra ver. Aí demorou um pouco e eu consegui pegar. Não fui em cima, não. Só vi de longe. Aí quando ela veio na minha casa, meus pais não tavam, ela veio me beijar e eu virei o rosto. No que eu virei o rosto acabou, falei e acabou. Por isso que eu não moro com ninguém. Porque a traição foi grande mesmo. Isso é uma coisa muito grave que a pessoa faz. Eu sou sistemática pra caramba. Não moro com ninguém por causa disso. O que tem que fazer eu faço do lado de fora e acabou.”

2.4 As diferentes configurações territoriais: As táticas espaciais para a constituição de um “território íntimo”

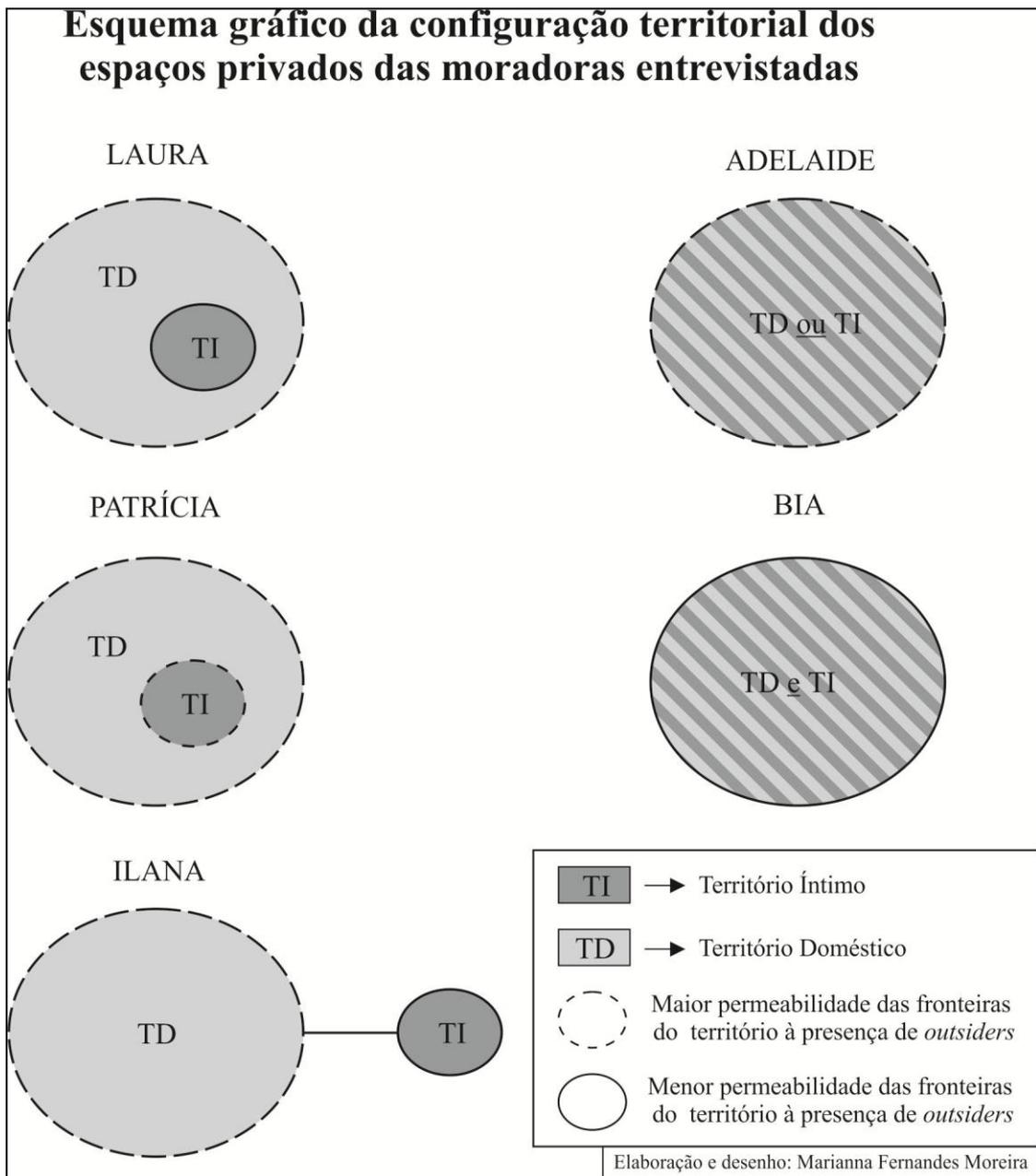
Primeiramente, é preciso ressaltar que a divisão dos casos exemplares foi feita de forma arbitrária com fins didáticos, o que, conseqüentemente, não quer dizer que não existam características compartilhadas por diferentes exemplos. Após tal esclarecimento podemos, a partir das análises feitas acima, extrair algumas conclusões sobre as estratégias para constituição dos territórios íntimos nas classes populares.

Uma primeira observação diz respeito às disputas e confrontos territoriais referentes aos espaços domésticos que, apesar de não serem característicos apenas das habitações das classes populares, são acirrados devido ao tamanho da moradia e ao adensamento familiar, às condições do substrato material e à precariedade das habitações (dificuldade de conseguir recursos básicos como água, eletricidade, ou gás). Além disso, a “hiperprecarização” (SOUZA, 2008) do trabalho da mulher, que acaba passando pouco tempo em casa (diferentemente da mulher burguesa cujo papel se encerra no espaço doméstico), faz com que crianças e adolescentes, meninos ou meninas, terminem por assumir tarefas que caberiam aos pais ou empregados numa casa burguesa. A instabilidade da moradia também constitui um fator gerador de conflitos intrafamiliares. Essa necessidade de deslocamento frequente se reflete no caráter provisório de sua moradia, na dificuldade de estabelecer-se, pois elas sempre vão para onde acreditam que está a melhor possibilidade de sustento, o que dificulta a

acumulação de bens materiais. Assim, elas recomeçam a cada vez que partem em busca de um novo lar e uma nova vida.

Algumas práticas espaciais podem ser vislumbradas a partir das observações feitas acima. Em primeiro lugar, o desejo de conquistar um “território íntimo”, mesmo com as limitações impostas pela pobreza, está presente tanto nas falas, quanto nas estratégias espaciais adotadas pelas moradoras. Há, quase sempre, no âmbito das famílias compostas por mãe e filhos, uma tentativa de impor a demarcação de um “território íntimo”, algumas vezes sem sucesso, pois tal espaço, apesar de existir materialmente, é também reivindicado pelos outros integrantes da família. Quando a territorialização da intimidade revela-se impossível, busca-se uma alternativa, como, por exemplo, a constituição de um “território íntimo” fora de casa, como no caso das mães solteiras que possuem namorado. Por último, especialmente nos casos de pais casados, quando a demarcação material de tal território é inviável, busca-se a constituição de um território íntimo efêmero, que possui no fator-tempo, seu principal condicionante, pois estão submetidos à ausência de outros integrantes da família para conseguirem um pouco de *sossego* e *solidão*. A figura 24 busca sistematizar as diferentes táticas espaciais para a constituição de um “território íntimo”, como também, representar graficamente as diferentes configurações territoriais dos espaços privados analisados na seção anterior.

Figura 24



Além disso, podemos observar, também, a dificuldade de constituição do território doméstico enquanto “lugar”. O pouco tempo em que as mulheres passam em casa, a falta de dinheiro para investir em melhoramentos, e, ainda, a falta de uma garantia em relação à regularização do imóvel, aparecem como complicadores neste processo de “lugarização” do espaço. Mesmo assim, os símbolos referentes à história de vida dos moradores e às suas preferências, manifestam-se através de marcas espaciais discretas, que revelam um pouco da personalidade de cada um, como cortinas

escondendo as paredes de madeira, as imagens estampadas nas paredes, e a reutilização de materiais recicláveis, de acesso gratuito, para incrementar as habitações. Assim, as marcas do “lugar” das habitações dos sem-teto, diferentemente das casas burguesas, são muito mais sutis do que as suntuosas cortinas de seda, o lindo piano “*Fazioli*”, ou o tapete “*Persa*” da sala de estar, contudo, nem por isso são menos expressivas.

Além disso, a organização político-espacial da ocupação, que prevê um voto por unidade de moradia nas assembleias do Coletivo, pressupõe que divergências internas à dimensão familiar sejam resolvidas na intimidade dos espaços de uso privado. Ao mesmo tempo, o convívio coletivo, sua forma de organização política e o próprio espaço físico da ocupação abrem caminho para uma publicização desta intimidade e possibilitam a intervenção do Coletivo em assuntos domésticos. Uma moradora da ocupação Chiquinha Gonzaga relata com muita propriedade que:

“[P]orque, essa divisão, assim, o que é um problema coletivo e o que não é, é muito difícil dentro de uma ocupação. (...) As vezes eu acho que não existem problemas privados na ocupação, tudo é público. Tudo é público.”²⁵

No próximo capítulo buscaremos investigar a forma como a vida cotidiana e as relações sócio-espaciais que ela implica (como de companheirismo, solidariedade e, claro, familiares) são dimensões da sociedade em constante disputa e instituição – tanto quanto aquelas mais tipicamente abordadas pelos sindicatos, pelos partidos, e até mesmo pelo Estado. Sendo assim, uma efetiva transformação social depende, inevitavelmente, de modificações na esfera do cotidiano e em sua espacialidade.

²⁵ Moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada em 17/09/09 por Matheus da Silveira Grandi.

CAPÍTULO 3

O PÚBLICO-PRIVADO E O PRIVADO-PÚBLICO

3.1 O público x o privado: As demarcações e as “áreas de sombra”

Vimos no capítulo anterior que o século XIX, no contexto europeu, deixou como legado uma distinção aprofundada entre a esfera privada e a esfera pública. Já no início do século XX, a diferenciação entre as duas esferas nem sequer está mais em questão. O privado diz respeito à separação da comunidade, ao distanciamento da esfera pública e aos olhares externos. O público faz referência ao compartilhamento de atividades e de palavras, à participação comunal nos eventos coletivos, ou, pelo menos, à aproximação e à co-presença. O encerramento da vida privada se apóia em um processo de desqualificação da vitalidade e das fronteiras não discerníveis da rua, cada vez mais consideradas imorais ao longo deste século.

“O público se desprivatiza. A coisa pública já não pode ser confundida com os bens ou os interesses privados. Então o espaço privado pode se organizar como um espaço quase fechado, de qualquer modo totalmente separado do serviço público, que se tornou anônimo. A passagem de uma sociabilidade anônima, em que as noções de público e privado se fundem, a uma sociabilidade florescente em que surgem setores bem diversos: um resíduo de sociabilidade anônima, um setor profissional e um setor, igualmente privado, reduzido à vida doméstica.” (ARIÈS, 2009, p.24)

Philippe Ariès (2009), na introdução do terceiro volume da coleção *História da Vida Privada*, comenta que, na Idade Média, o indivíduo estava envolto em solidariedades coletivas, feudais e comunitárias. Segundo o autor, as solidariedades da comunidade senhorial, as solidariedades entre linhagens, os vínculos de vassalagem entre outros, encerravam o indivíduo ou a família em uma esfera que não era nem pública nem privada, pelo menos não no mesmo sentido que lhe foi dado na época moderna, ou que damos atualmente. A comunidade – que funciona de forma a enquadrar e impor limites ao indivíduo – compõe um meio familiar onde todos se conhecem e se vigiam.

O autor aponta que, a partir do século XIX, a sociedade se tornou uma vasta população anônima na qual as pessoas já não se conhecem. Porém, se escolhe uma sociabilidade restrita que se confunde com a família, ou ainda com o próprio indivíduo, em detrimento de sociabilidade anônima (da rua, da praça, da comunidade). Passa-se de um tipo de sociabilidade em que o privado e o público se confundem para uma sociabilidade na qual o privado é separado do público e até o absorve ou reduz sua extensão.

“O trabalho, o lazer e o convívio com a família são doravante atividades separadas em compartimentos estanques. O homem procura proteger-se dos olhares dos outros e para isso lança mão de dois recursos: o direito de escolher mais livremente (ou pensar que assim escolhe) sua condição, seu estilo de vida; e o recolhimento junto à família, transformada em refúgio, centro do espaço privado” (ARIÈS, 2009, p.10).

Contudo, Ariès enfatiza que, ainda no século XX, principalmente nas classes populares e rurais, os tipos antigos de sociabilidade coletiva e comunitária persistiam, na taberna para os homens, no lavadouro para as mulheres, na rua para todos.

Richard Sennett (1988) enfatiza a importância que ganha a família com o enrijecimento da separação entre as esferas pública e privada, gerando uma maior delimitação dos papéis – encerrando a mulher ao espaço privado. O autor ressalta que a descoberta da família e “de uma situação social alternativa para as ruas” se sustentou na descoberta da infância. Esta seria “um estágio especial e natural no ciclo da vida humana [...] que só poderia florescer no interior dos limites da vida em família” (SENNETT, 1988, pág.120). O autor vai falar ainda que a descoberta da infância vai fixar limites mais abrangentes em relação à vida pública, uma vez que as crianças passam a ser concebidas como vulneráveis, assim, “apenas os adultos teriam força suficiente para suportar ou para aproveitar”. Deste modo, as crianças foram situadas numa classe à parte da dos adultos. Não cabia à criança marcar sua posição social, nem jogar com imagens de seu corpo (SENNETT, 1988, pág.121).

“A tarefa especial que a família poderia executar, a manutenção daquele que é desamparado, acabou por ser considerada como função natural ‘da’ família. A manutenção da criança deu à família um destaque nas disposições sociais. [...] À medida que essa função natural se cristalizava, solidificavam-se nela as idéias a respeito da expressão natural no seio da família. Essa expressão, chamada ‘afinidade’ natural, era diametralmente oposta aos termos da expressão que tornavam crível o aparecimento em público” (SENNETT, 1988, p.125).

Juntamente com Richard Sennett, Jürgen Habermas é um dos autores de maior referência sobre este assunto. Ambos se dedicam a “captar um equilíbrio das esferas pública e privada [...] e sua degradação contemporânea” (PERROT, 2009, p.9). Michelle Perrot (2009) aponta, porém, que os autores não a interpretam da mesma maneira. Para a autora, Habermas confere à difusão crescente dos Estados, que criam exclusões e desequilíbrios, um dos principais fatores da decadência das sociabilidades, e, para Sennett, esta seria causada, principalmente, pelo encerramento na família nuclear. Ainda segundo a autora, para Sennett

“uma intimidade veio a se tornar tirânica prevaleceu sobre o homem público, desenvolvendo-se nas cidades burguesas dos séculos XVIII e XIX e tendo no teatro sua própria expressão.” (PERROT, 2009, p.9).

Entretanto, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza nos lembra que estes autores, que são referências básicas para este debate, têm sido alvos de críticas em relação a uma possível mensagem “idealizadora” embutida em seus trabalhos. Seus críticos, complementa Souza, argumentam que esses autores passam a ideia de que existiu uma “época áurea” no passado, “em que a cena pública e o espaço público teriam correspondido ao ideal normativo universalista/includente (acesso igualitário etc.)” (SOUZA, 2006a, p.327). Contudo, o autor enfatiza que há tendências em curso que são negativas e preocupantes, o que, de certa forma, justificaria o fato de quase todos os autores que tratam o tema mostrarem uma preocupação com o “declínio”, a “degradação” ou a “perda” do espaço público (SOUZA, 2008, p.80). Portanto,

“a rejeição do linearismo e do evolucionismo não precisa desaguar em uma rejeição por completo de termos como ‘declínio’ e seus similares, desde que se qualifiquem os termos de modo a evitar mal-entendidos” (SOUZA, 2006a, p.327).

Souza (2006a) nos convida a levar em conta o contexto, histórico e geográfico, para que as semelhanças e diferenças em relação à situação de um país semiperiférico como é o caso do Brasil. Sabemos que o lugar de enunciação destes autores é o contexto europeu e por mais que seja profundamente frutífero o diálogo com estes faz-se necessário compreender a especificidade do contexto brasileiro. Para o autor, no Brasil existem vários fatores que influenciaram de forma negativa o “exercício de uma cidadania mais plena”, dentre estes problemas o autor destaca a escravidão.

“Emancipar(-se) não passa, no Brasil, pela desmarginalização de culturas ameríndias, como nos países andinos, ou pela revalorização de culturas “crioulas”, como no Caribe. Passa por estabelecer um verdadeiro diálogo, horizontal portanto, com a tradição ocidental, matriz indelével, mas valorizando justamente aquilo que se costuma ver como degenerescência, corruptela, boçalidade, sincretismo, exotismo e impureza por parte de uma elite envergonhada e, ela sim, culturalmente bastarda, mas que não se furta a, hipocritamente, flertar com o popular” (SOUZA, 2006a, p.391).

“Cada autor ou observador individual é socializado, observa o mundo à sua volta e age dentro de um horizonte histórico-geográfico menos ou mais específico, menos ou mais limitado [...]. Outras pessoas, em outros lugares e épocas diferentes, não se podem eximir da obrigação de pensar com as próprias cabeças e verificar o que, em seus espaços vividos, é factível e aproveitável.” (SOUZA, 2006a, p.392).

O autor nos ajuda a refletir sobre o significado de espaço público. Segundo Souza (2008), a literatura das ciências sociais admite compreendê-lo de duas formas diferentes, porém complementares:

“1) Enquanto *esfera pública* ou *cena pública*, isto é, o “campo” de atuação e a existência de condições que propiciam a interação de indivíduos que, com maior ou menor liberdade, expressam seus pontos de vista, articulam suas demandas, negociam seus conflitos, vêem e são vistos; 2) Enquanto um espaço concreto, o qual permite (e, em certa medida, condiciona) a cena pública.” (SOUZA, 2008, p.79).

No entanto, Souza (2008) prefere ater-se a expressão “espaço público” em seu sentido “geográfico”. Souza assinala que não é apenas em sua forma *diretamente material* – na qualidade de *substrato espacial* – que o espaço socialmente produzido pode se “apresentar como espaço público e condicionador da cena pública” (SOUZA, 2008, p.79). Outras dimensões do espaço geográfico devem ser, para o autor, consideradas, como os territórios – relações de poder projetadas sobre o substrato espacial – e os “lugares” – espaços dotados de significado, espaços vividos e aos quais se associam identidades coletivas –, mas também como os processos de constituição e modificação de territórios e suas fronteiras – territorialização, desterritorialização e reterritorialização) – e de construção social de sentimentos de lugar – “lugarização”.

Souza, na obra supracitada, faz, ainda, uma distinção, que será profundamente cara aos propósitos deste capítulo, entre espaço público e espaço coletivo.

“Enquanto o *espaço público*, em seu sentido “geográfico” (substrato, território, “lugar”), pressupõe uma cena pública – a qual, de sua parte, enquanto explicitação do debate político *lato sensu*, tem como requisito

indispensável um mínimo de liberdade formal e real –, o *espaço coletivo* pode ser, meramente, um espaço de uso comum, mas desprovido das qualidades que permitem ver nele, também, um espaço público. Todo espaço público é um espaço coletivo, mas nem todo espaço coletivo é um espaço público. (SOUZA, 2008, p.80; grifo nosso).

Os espaços públicos são espaços “de todos”, no sentido de serem, teoricamente, acessíveis a todos os cidadãos; contudo, mesmo sob o regime “democrático”-representativo um logradouro público pode ser alvo de uma “privatização branca”, ao passo que, por exemplo, uma ocupação de sem-teto pode se mostrar, a despeito de um certo grau de “fechamento” (para fins de proteção), ao mesmo tempo bastante aberta para o exterior e internamente dotada de uma cena pública dinâmica e democrática. A qualidade de “público” de um espaço não parece, assim, ser uma questão de “tudo ou nada”, mas sim de níveis de intensidade. Há, de certa forma, um continuum muito complexo, e não apenas dois extremos, quais sejam, “público” versus “não-público”/“privado” (SOUZA, 2008, p.82).

O intuito não é confundir o espaço coletivo da ocupação com um espaço público – uma vez que estes não estão abertos a qualquer pessoa (e não possuem tal pretensão) –, mas sim demonstrar que este pode exercer uma vitalidade pública bastante densa e horizontal. Neste sentido, na escala da ocupação, os espaços coletivos pertencem à vida pública dos seus moradores. Entretanto, entendendo que não há uma divisão hermética entre o espaço público e o espaço privado, o que podemos perceber são áreas de sombra. Como vimos no capítulo passado, mesmo dentro do espaço privado podemos ver áreas com maior ou menor “vocalização pública”. O mesmo acaba por acontecer nos espaços comuns e coletivos da referida ocupação.

* * * *

Os espaços de uso privado são, sem dúvida, a razão primeira pela qual os futuros moradores decidem entrar na luta dos sem-teto – conquistar um espaço próprio para servir de moradia, garantindo a segurança e o respeito à privacidade de cada indivíduo e, sendo o caso, de sua família. Porém, esses espaços possuem uma característica peculiar: seu uso enquanto moradia não está vinculado a uma relação de propriedade. Trata-se de uma situação de posse coletiva, na qual a conquista da moradia é fruto de um processo de mobilização e luta de todo o grupo de moradores. Pertence, então, ao Coletivo da ocupação – mesma instância de manifestação do poder explícito dessa coletividade²⁶. Essa situação de posse coletiva fica bastante clara no regimento interno

²⁶ A concepção de poder explícito foi cunhada pelo pensador greco-francês Cornelius Castoriadis. Para ele, a instituição da sociedade se relaciona diretamente com duas formas através das quais o poder²⁶ se manifesta (que se diferem, mas não se desvinculam): o *poder explícito* e o *infrapoder*. Enquanto este

da ocupação, quando este afirma que “[e]m caso de expulsão ou de saída do morador da ocupação o quarto deverá retornar ao Coletivo.” (OQG, s/d) (ver anexo 1).

O mesmo documento também estabelece alguns limites em relação à utilização desses espaços por parte de seus posseiros. Entre as principais regras instauradas está a proibição da venda e do aluguel dos espaços de uso privado, bem como a proibição de se utilizar tais espaços para atividades comerciais ou cultos religiosos (“[a] casa é para moradia, e não para estabelecimentos comerciais, industriais ou igrejas.” [OQG, s/d]) (ver anexo 1).

No primeiro momento, quando o prédio é ocupado, os moradores (e também o apoio) ficam em quartos coletivos. Todavia, existe uma necessidade de dividir o espaço e delimitá-lo o quanto antes. E assim, logo que é possível, em um momento de maior estabilidade – depois do risco de despejo iminente ser afastado –, se estabelece o território doméstico. No entanto, esta divisão não é submetida à vontade das famílias e indivíduos. A divisão dos quartos é estabelecida – não só na Ocupação Quilombo das Guerreiras, mas também na ocupação Chiquinha Gonzaga e Zumbi dos Palmares – a partir de alguns critérios estabelecidos pela coletividade. Neste sentido, um homem solteiro, por exemplo, não poderá ficar com um cômodo grande, estes serão reservados às famílias com filhos. Da mesma forma, os mais novos terão que ficar nos andares mais altos, no sentido de poupar os mais idosos para que estes não tenham que subir as escadas.

Já tendo sido exposto que as deliberações a respeito da resolução de questões materiais-concretas, de tensões internas e principalmente a respeito dos rumos políticos da ocupação são tomadas através das reuniões do Coletivo, vemos emergir uma tensão, que se estabelece nesta forma de sociabilidade, marcada pela relação entre o Coletivo e o que podemos chamar de família – instituição cuja importância não pode ser esquecida, uma vez que é inegável a relação existente entre ela e o indivíduo. A relação indivíduo-Coletivo é frequentemente permeada pela família, o que permite pensar em uma relação “indivíduo-família-Coletivo” (ou pelo menos arranjos familiares efetivos ou potenciais). Vemos, nesse caso, uma tensão que não é comum a outros movimentos sociais. Quando

último, grosso modo, diz respeito àquela dimensão do poder “de Ninguém”, “pretensamente absoluta e total” que a instituição da sociedade / sociedade instituinte exerce sobre os indivíduos (CASTORIADIS, 2006 [1990], p. 126-7), o poder explícito remete às leis, normas e regras que são estabelecidas formalmente pelas “(...) instâncias explicitamente instituídas capazes de tomar decisões sancionáveis quanto ao que deve ou não ser feito (...)” (CASTORIADIS, 2002 [1996], p. 259). Isso faz do poder explícito “(...) a garantia instituída do monopólio das significações legítimas na sociedade considerada” necessário (CASTORIADIS, 2002 [1996], p. 259)

se trata de uma mobilização animada pelo espaço-tempo do trabalho, por exemplo, o indivíduo coloca-se em sua própria condição de indivíduo vinculado a uma coletividade definida por sua classe social. No entanto, a questão da habitação percorre as relações familiares e, em certos momentos, tal dimensão torna-se moralmente importante – uma vez que o “chamado moral” do vínculo estabelecido com a família muitas vezes tende a se sobrepor àquele incitado por um Coletivo com o qual se tem menos convívio ou este é rarefeito e instável. Essa tensão merece ser aprofundada, considerando, inclusive, as facilidades e dificuldades que envolvem o processo de criação de filhos em meio a um ambiente onde também o Coletivo está presente – uma vez que se trata de uma instituição que não existia antes, quando a própria experiência de “ter” uma família foi iniciada.

“A maior parte das mulheres aqui são mães, e todas elas trabalham. E elas falam constantemente em assembleia que é muito fácil sair para trabalhar e saber que seu filho está aqui dentro. Eu acho que [o Coletivo] influencia diretamente. Saber que é um Coletivo que não vai deixar sair, que não vai deixar ninguém entrar, que não vai deixar o filho correr risco de vida. Ou se passar mal vai ter alguém pra socorrer. Eu acho que é muito mais tranquilo ir trabalhar tendo consciência disso. E elas falam isso constantemente. Não só o fato de conseguir trabalho mais facilmente por estar perto da oferta, mas eu acho que o maior conforto delas é o fato de acreditar no espaço e na proposta, né? E elas lutam por isso. Elas se sentem tranquilas para trabalhar.”²⁷

“Olha, é um pouco pesado. Mas se ela quiser, ela consegue. É só ela querer. Mas eu sei que é pesado. Porque você vai trabalhar fora, aí tem os filhos, tem comida pra fazer, tem que arrumar casa. Eu mesmo passo por isso. Tem que fazer portaria, comissão de serviços, ir pra reunião, trabalhar fora, tomar conta da casa... a gente vive assim. É uma vida muito corrida, mas dá pra viver.”²⁸

Os conflitos e as negociações, que serão consequência da tensão explicitada acima, demarcarão um território – espaço no qual certas relações de poder se constituem. Portanto, mais latente do que uma relação entre espaço público e espaços privados, é a relação existente entre dois territórios, um contido no outro, a saber: o território

²⁷ Depoimento prestado em 24 de julho de 2009 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

²⁸ Depoimento prestado em 28 de junho de 2010 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

doméstico – referenciado pelas relações familiares – e o território da ocupação – este sendo referente ao coletivo dos moradores. Este capítulo tenta descortinar o processo de estabelecimento dessas fronteiras.

3.2 “Quando o mar invade a praia”: o apelo dos assuntos privados nas deliberações coletivas

3.2.1 A restrição do acesso: a controversa territorialidade das crianças

Desde o início do processo existe uma preocupação com as crianças e jovens da ocupação. Já no primeiro dia os moradores destinaram um cômodo, para as crianças. Mesmo antes da divisão dos quartos individuais, as crianças já possuíam um espaço destinado a elas. Depois que o prédio foi limpo e os quartos foram divididos, as crianças tinham bastante espaço para brincar e interagir. Muitos moradores solteiros ou com filhos crescidos ou distantes se empenhavam em interagir com os pequenos. Não era incomum vê-los cuidando da alimentação das crianças, higiene e descanso, e realizando brincadeiras, como exposições de filmes e jogos de xadrez. Foi no primeiro ano da ocupação que também começaram as atividades com as crianças organizadas pelo grupo de apoio, no qual fui me integrar no início de 2010.

A relação das crianças com os adultos da ocupação foi se tornando tão forte que, não raro, os pais não sabiam o paradeiro de um filho. Mesmo assim, não havia desespero, pois sabiam que este estaria em boas mãos e sendo bem cuidado. Um morador dava um almoço ou lanche, a outra dava banho e ainda um terceiro colocava-o para cochilar. As pessoas tinham um certo orgulho em fazê-lo. Uma moradora, mãe de filhos já crescidos, já “criados”, me dizia que tinha algumas poucas roupinhas para quando fosse necessário vestir uma criança. Já presenciei almoços de final de semana em que dois moradores homens, sem filhos, faziam a comida das crianças. Não era nenhuma data especial. Soou-me muito normal, comum, cotidiano.

“Eu, particularmente, entendo que qualquer coisa é responsabilidade nossa. Se tá aqui dentro, é do Coletivo. Essas crianças, se os pais não estão aqui, elas são responsabilidade coletiva. Eu acho que essa é a sociedade que a

gente quer construir. Onde as crianças, quem sabe, nem precisavam ser responsáveis dos pais, mas de todo Coletivo, inclusive dos pais. Eu acho isso bacana. Eu acho isso uma visão bonita. Só me frustra as vezes achar que os pais acabam negligenciando mais ainda por algumas pessoas terem isso com muito amor, né? Assumir essa postura de cuidado com muito amor. E às vezes mais preocupação do que alguns pais, aí eu fico um pouco frustrada com isso. Mas é impossível você agir coletivamente sem perceber as coisas que não tão dando certo para cada companheiro. Impossível mesmo. Às vezes eu não quero, mas eu me sinto na obrigação. Às vezes eu não quero ir ver se tem alguma criança em cima do muro, mas eu me sinto obrigada a ver. Então, são coisas que ultrapassam aquilo que eu gostaria. Mas eu acho que acaba sendo positivo isso para minha vida.”²⁹

Contudo, as crianças foram ficando mais velhas e “arteiras”. Uma série de eventos fez com que os moradores ficassem mais atentos às crianças da ocupação. Eventos que vão desde a queda de uma menina, Marília, na época com dois anos de idade, do terceiro andar (pois havia um buraco tampado com uma madeira que cedeu e ela estava sem supervisão), até o fato de crianças mais velhas ficarem importunando os vizinhos com brincadeiras de mal gosto, barulho e até pequenos furtos (na maioria das vezes os menores a mando dos mais velhos).

Os pais começaram a ser responsabilizados pelas atitudes de seus filhos. Se um dos filhos escangalhasse, quebrasse ou roubasse algo, os pais pagariam. O Coletivo entendia que, uma vez que os pais comessem a arcar com as consequências dos atos de seus filhos, não só financeiramente, mas com advertências na assembleia também, tomariam maior cuidado com seus filhos, teriam uma maior preocupação em vigiá-los. Entretanto, com as reclamações em relação às crianças se tornando cada vez mais frequente nas assembleias, na segunda metade de 2010, foi decidido que as crianças não poderiam mais ficar brincando em outros andares. Elas poderiam dispor dos corredores de seus andares e também da sala das crianças – o chamado “Salão Preto” que é o espaço destinado para as festas e também utilizado como quadra para crianças desde o início da ocupação, no período de divisão dos espaços – para este fim (figuras 25 e 26). No final do mesmo ano, decidiram fechar o acesso das crianças ao pátio externo (que fica no terceiro andar deste prédio) até que se construa uma grade de segurança no mesmo, para que não ocorresse outro incidente com crianças pequenas. Porém, para

²⁹ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

isso, tiveram que fechar também o salão das crianças, destinando outra sala para suas brincadeiras (mesma sala que funciona as assembleias). Essa decisão gerou mais inquietação nos apoiadores do que nos moradores. A grande maioria dos moradores concorda com a necessidade de fechar a porta e apenas abri-la com supervisão de um adulto, o que, é preciso ser dito, raramente acontece. Os adolescentes se reuniram, fizeram uma assembleia e pediram ao Coletivo para que pudessem utilizar a quadra, com a condição de limpá-la depois de usar, repor lâmpadas que fossem quebradas e que abrissem a sala, de tempos em tempos, para os pequenos jogarem. O fato de não terem cumprido nenhuma dessas tarefas quase fez com que o Coletivo reconsiderasse sua decisão, mas resolveram que eles deveriam conversar e trazer uma solução para o problema. Contudo, os adolescentes não conseguiram se entender e decidiram que não reivindicariam mais a quadra.

Figura 25



Salão Preto – Local de festa e também de atividade das crianças. Aniversário de três anos da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Podemos ver ao fundo as demarcações da quadra para os adolescentes jogarem futebol

Foto: Marianna Fernandes Moreira (2009)

Figura 26

Salão Preto – As crianças participando das atividades periódicas que acontecem aos domingos.



Foto: Marianna Fernandes Moreira (2010)

Contudo, a decisão mais polêmica foi quando, em reunião, os moradores decidiram proibir as crianças de frequentarem as casas dos vizinhos. Para que uma criança pudesse frequentar a casa de um determinado vizinho, os pais teriam que fazer o aviso em assembleia. Se eles permitiam que seu filho frequentasse a casa de um vizinho, deveriam especificar quem era este. A decisão, aparentemente bastante arbitrária, foi tomada após uma denúncia anônima de suspeita de abuso sexual contra duas meninas dentro da ocupação. É importante deixar claro que o caso foi esclarecido pela assistente social que concluiu não ter havido abuso. Mesmo assim, a mera suspeita abalou os moradores. A ideia de que algo deste tipo poderia acontecer dentro da ocupação gerou brigas, discussões, receios, suspeitas e consequências.

“Não me interessa a vida dele pessoal, não me interessa o que ele é ou o que ele não é. Eu não quero meus filhos na casa dele. O que um homem solteiro está fazendo em casa com a porta trancada com os meninos dentro?”³⁰

“Isso é uma besteira. Imagina se aqui dentro tem pedófilo. Aqui dentro não tem pedófilo. Isso é uma palhaçada. Você acha que se tivesse acontecido alguma coisa as crianças não iam falar? Se acontecesse iam ver a criança cismada, não ia querer ir mais [na casa da pessoa]. Você acha que se tivesse acontecido alguma coisa as crianças iam ficar andando atrás dele? Meus filhos são loucos por ele. Eu só não gosto que fique no colo, entendeu. No colo eu não gosto. [...] Se a pessoa faz alguma coisa comigo, eu não ia querer saber mais daquela pessoa, ia ficar com medo. Ainda mais criança, que tem a boca solta. Que pedófilo?! Se tivesse pedófilo nesse prédio a gente já tinha pegado.”³¹

Muitas foram as polêmicas em torno destas decisões, pois muitos achavam um absurdo cercear tanto a mobilidade das crianças na ocupação, e que não adiantava proibir se não dava para controlá-los. Porém, os que entendiam que era necessária a aplicação dessas regras, inclusive para a segurança das crianças, foram a maioria.

“Os adolescentes foram em assembleia para pedir para voltarem a jogar bola no terceiro andar, e, em assembleia eles se comprometeram com várias coisas que eles não cumpriram. Na última reunião teve um ponto de pauta para a próxima

³⁰ Depoimento prestado em 18 de abril de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

³¹ Depoimento prestado em 16 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

reunião, para não permitir que eles joguem bola no terceiro andar. Mais uma vez. E tem gente que vai para assembleia irredutível, fazendo discurso inflamado. Eles não cumpriram nada! Nenhuma meta estabelecida por eles mesmos. E até que ponto, sabe?... Eu fui mediadora [do acordo dos adolescentes], mas até que ponto vou ficar dando minha cara a tapa, sabe? Eles só vem a barra da saia que roda no vestido deles. Só vêem o umbigo deles. Só o que é pra eles. Não conseguem cumprir aquilo que eles mesmo decidem. Eu acho muito complicado. E aí, as vezes eu tenho que passar por cima daquilo que eu acho, daquilo que eu entendo que seria o melhor, para concordar com o Coletivo em algumas posturas, algumas posturas que eu discordo, mas que talvez façam refletir. Talvez tenha mais sentido, para os adolescentes, ou para os pais. Imagina: se uma criança rouba no quinto andar. O que você vai fazer com essa criança? Você vai bater nessa criança? Vai entregar essa criança para o Conselho Tutelar? Você entregar o pai para o Conselho Tutelar? É mais fácil não permitir que ela não esteja em um andar que não seja o dela. É muito mais fácil fazer isso, decidir em assembleia, cercear o direito das crianças a estarem andando pelo prédio, do que entregar ela, ou tomar um atitude impensada, drástica. Eu acho muito mais complexo. E aí, eu sou obrigada a concordar com o encaminhamento coletivo, por mais que eu discorde. Mas a minha discordância depende da mudança da postura de alguns pais. E isso não vai acontecer. De estar junto, de participar, de querer saber onde está, de abrir o salão para o seu filho e outras crianças brincarem. Depende de uma outra construção a ser feita aqui, a ser convencida, que ainda não aconteceu.”³²

* * * * *

Sack (1986) lembra que relações territoriais são, necessariamente, constituídas por contextos sociais nos quais pessoas ou grupos reivindicam acesso diferenciado a coisas e relações. Segundo o autor, a territorialidade é um produto dos contextos sociais e, por isso, para avaliar sua legitimidade, é preciso que se leve em conta a existência de implicações normativas que podem estar afixadas a ela e podem, assim, remeter de volta aos contextos sociais. Essas implicações normativas referem-se a decisões que as pessoas fazem sobre os usos da territorialidade. Um efeito da territorialidade pode ser considerado por alguns como bom, ou neutro, ou ainda, mau. “Muitos talvez concordem que o uso de territorialidade para evitar que crianças tenham acesso a objetos que possam oferecer-lhes algum perigo (como por exemplo, pratos na cozinha) pode ser

³² Depoimento prestado em 17 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

uma estratégia eficaz e até mesmo benigna” (SACK, 1986, p.30 [tradução livre]). No entanto, ao autor lembra que, para alguns, pode parecer traiçoeiro, pois os pais acabam não expondo para as crianças quais objetos elas não estão autorizadas a tocar. As implicações normativas que as pessoas atribuem às ações, neste caso às ações territoriais, são partes importantes de seus efeitos.

Existe uma relação de influência mútua, uma vez que o Coletivo influencia as relações internas da família e dos espaços privados, e as relações domésticas, por sua vez, influenciam as prioridades e deliberações do Coletivo. Começam a aparecer no Coletivo determinadas queixas em relação às crianças, o que mostra o efeito de transportar para a assembleia problemas privados. Porém, no primeiro momento, apenas adverte-se sobre a necessidade de maiores cuidados sobre os respectivos filhos. Entretanto, existe uma dificuldade bastante expressiva dos pais em manterem as crianças sob sua vigilância – muitas dessas razões foram expostas no segundo capítulo deste trabalho.

“O fato das mães serem responsabilizadas por determinadas coisas, ainda é o fato de tentar fazer com que elas façam alguma coisa. Porque se elas não fossem responsabilizadas, se fossem as crianças, se ficasse focado muito em cima da criança, geraria uma independência muito maior nessa criança que, na minha concepção, não deveria ter, porque eu acho que eles já estão independentes demais para o meu gosto. Algumas já deixaram de ser crianças. E aí ia ser mais tranquilo para as mães negligenciarem a uma postura mais participativa. Acho que elas tem que ser destacadas mesmo. Acho que isso causa um problema para as crianças, mas percebo pelos anos que é de um ou dois dias. E a gente fala: ‘Enquanto vocês brigam, eles estão jogando bola.’ ‘Enquanto vocês competem quem é o melhor ou o pior, eles estão juntos’. Então, idiota somos nós que brigamos entre si enquanto nossos filhos brincam juntos. E aí? Quem estabelece a relação são eles, não somos nós. A gente só desgasta, quando a gente poderia se ajudar.”³³

“Eu que botei isso na reunião. Teve gente que não gostou, porque gosta que seus filhos fiquem soltos. Eu não gosto que meus filhos fiquem soltos. Se eu pudesse meus filhos não saiam de dentro de casa. Porque é uma forma de não ter problema lá fora. A partir daqui [da porta] eu não mando, só mando aqui dentro. Se eles quebrarem alguma coisa por aqui eu compro [outro] a hora

³³ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

que eu quiser, é minha, tá paga. Agora se eles quebram um banco lá fora, já vai problema pra reunião, entendeu? Se eles fizerem coisas lá fora, eu que vou ser chamada na reunião, eu que vou ter que pagar. Que nem outro dia, foi embora cinco reais para comprar um cadeado do terceiro andar que o Jonas disse que os meninos quebraram. Aí quebra um cano vai embora mais dez. Aí arranca uma árvore vai embora mais quinze. Chega no final do mês perdi quase o preço de um aluguel. Mas eles aqui dentro, eu não vou ouvir, não vou escutar. Vou escutar o que: ‘aconteceu isso assim assim’. ‘Não foram os meus, eles estavam dentro de casa’”³⁴

Entendendo que o Coletivo é formado pelos próprios moradores, essa dificuldade reflete sobre as deliberações deste que acabam por institucionalizar certas regras de cuidado com as crianças que devem ser seguidas por todos. Se um adulto vir as crianças brincando em andares que não os delas, ele tem legitimidade para mandá-las sair. O mais interessante é que a proposta de encaminhamento em relação às crianças serem proibidas de transitar pelos andares foi feita por uma mãe solteira, que trabalha fora e que vê, constantemente, o nome dos seus filhos envolvidos em polêmicas na assembleia. Ela recorre ao Coletivo, para que este a dê suporte para a organização das relações de poder dentro do território doméstico.

“Eu acho que as crianças agora [depois da proibição de brincadeiras em outros andares] estão bem mais calmas, não acha? Eu acho. Antes você não conseguia parar para conversar com uma criança, elas eram muito agitadas. Quem propôs esse negocio fui eu. Cheguei na assembleia e falei: ‘cada criança no seu andar’. Meus filhos ficavam indo do quinto para o segundo andar e do segundo para o quinto andar. Era uma correria tão grande, um vai e vem, eu não tinha paz, era uma bagunça. Sumia as coisas eu não sabia quem era porque tinha muita criança. Agora não. Por que? Porque as crianças tem medo, porque é cada criança no seu andar. Se meu filho mora aqui [no quinto andar], não tem nada que ir brincar em outro andar, vai incomodar os vizinhos”³⁵

Assim, as mães evocam o Coletivo para que sancionem regras que, geralmente, remetem ao território doméstico, como a definição de por onde seus filhos podem

³⁴ Depoimento prestado em 30 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

³⁵ Depoimento prestado em 30 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

transitar. Ao transformar uma regra doméstica em uma regra coletiva, elas reforçam sua autoridade sobre seus filhos e, ao menos momentaneamente, estendem as fronteiras do território doméstico para toda a ocupação. *Aquilo que, a primeira vista, parece uma interferência do Coletivo na vida privada dos moradores é, na verdade, um recurso de legitimação da hierarquia doméstica.* Quando o Coletivo delibera que os pais serão responsabilizados pelas atitudes das crianças, ele o faz visando estimular uma maior vigilância dos pais sobre seus filhos. Por outro lado, tal deliberação serve, também, para ratificar e consolidar essa relação hierárquica no lar, visto que torna explícito para a criança quem é responsável por elas.

“Criança incomoda os outros. As mães tem que tomar cuidado para os seus filhos não incomodar os outros. Eu já falei em reunião, quando ver os meus filhos em outros andares é pra botar pra subir. Por que? Porque lá embaixo eu não estou vendo o que eles estão fazendo. As vezes pode mexer na porta de um vizinho, fazendo barulho. Tem mãe que não liga, mas eu me chateio muito com essas coisas. Se falar que eles estão incomodando eu não vou gostar, não vou. E é a mãe que tem que ver isso, não é as crianças. Criança não tá nem aí, onde estiver brincando fica. A mãe tem que manter seu filho em casa para não incomodar os outros. Esse aí [apontando para o filho mais novo que acabara de voltar, estava brincando no prédio], eu não vi quando desceu, ele desceu quando eu tava dormindo”³⁶

³⁶ Depoimento prestado em 28 de junho de 2010 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

Figura 27

Croqui do acesso das crianças e adolescentes nos diferentes espaços da ocupação Quilombo das Guerreiras - 2008

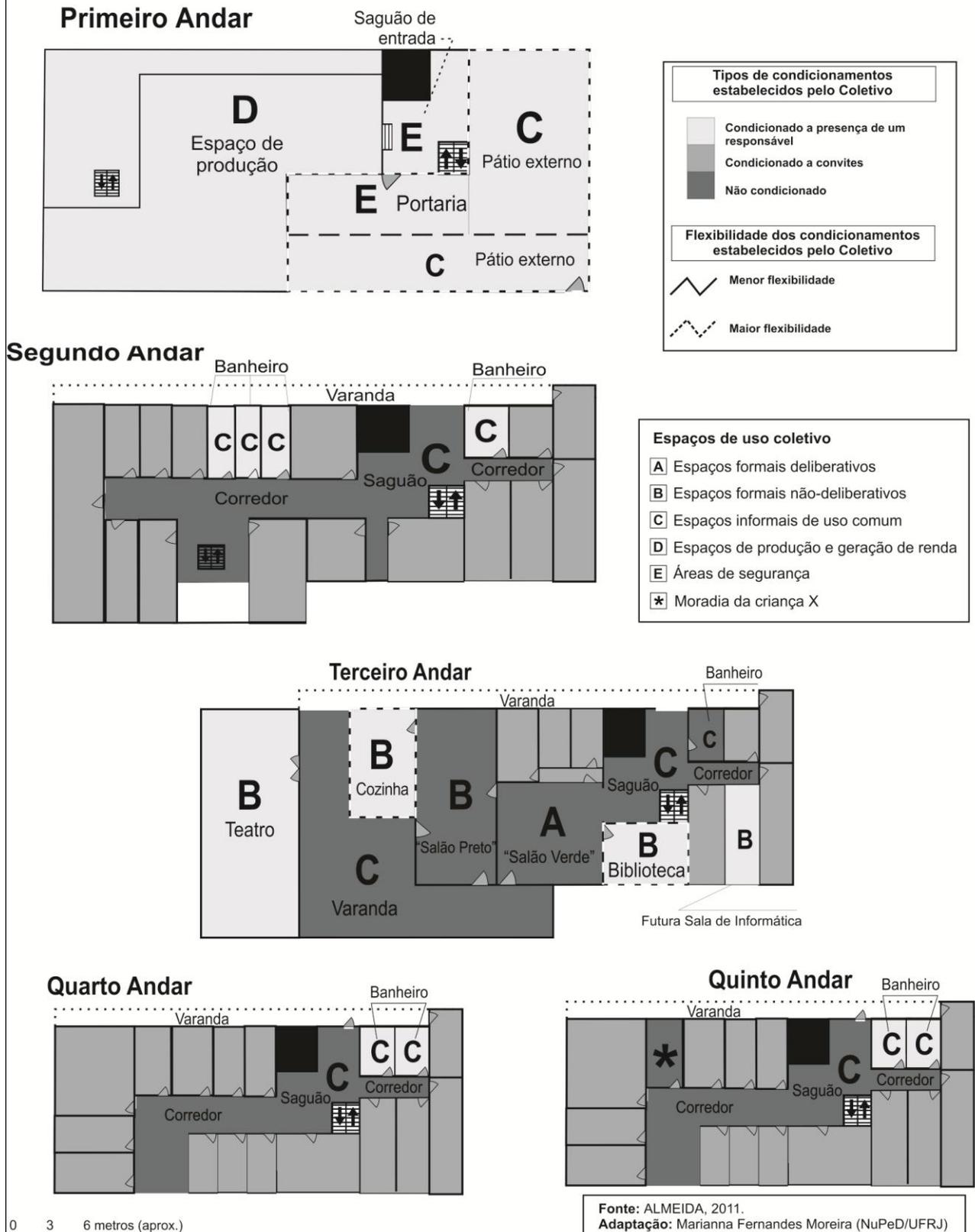
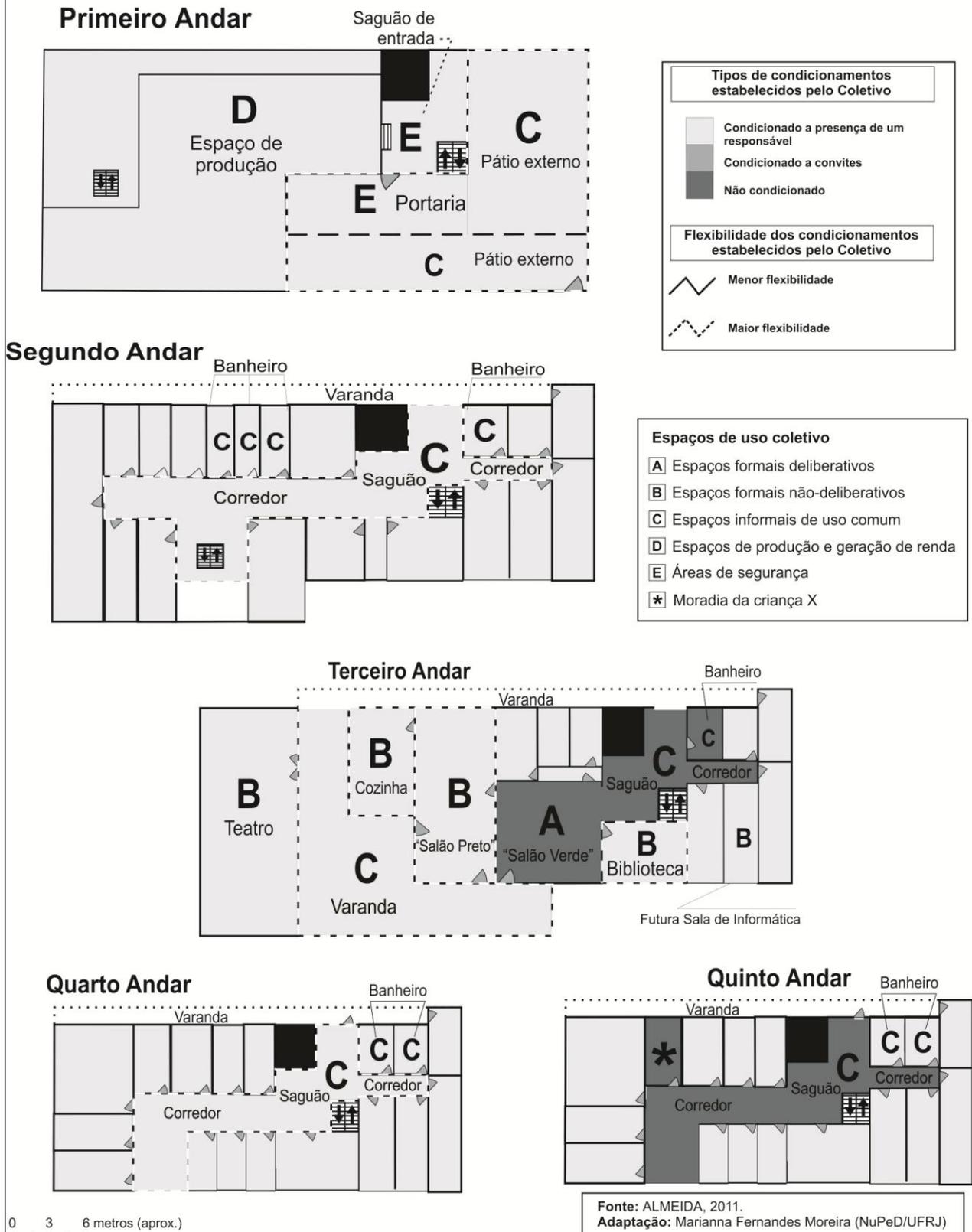


Figura 28

Croqui do acesso das crianças e adolescentes nos diferentes espaços da ocupação Quilombo das Guerreiras - 2011



Os croquis (figuras 27 e 28) acima dizem respeito a essa tentativa, descrita anteriormente, por parte do Coletivo, de organização das relações de poder internas ao espaço doméstico. Procurou-se demonstrar como foi mudando ao longo dos anos – após um longo processo de discussão, conflitos e negociações gerados por essas questões de cunho íntimo, “vindas a público” – a liberdade de acesso das crianças aos espaços comuns e privados da ocupação. Utilizamos uma unidade de moradia localizada no quinto andar para servir de exemplo hipotético de morada para uma criança da ocupação (moradia da criança X). Podemos ver como, ao longo dos anos, os espaços coletivos, comuns e os territórios domésticos vizinhos, antes acessados de forma fácil e assídua, começam a ser mais restritos para os jovens da ocupação. No primeiro croqui (figura 27), que faz referência ao período da ocupação até o final de 2008, as crianças possuíam livre acesso aos espaços comuns e coletivos, corredores, varandas, o salão de festas e a sala de reuniões, como também às unidades de moradia de seus vizinhos, se assim estes permitissem. Apenas espaços que ainda estavam ociosos, como o Teatro e a futura sala de informática, ou a portaria para os que ainda não podem sair sozinhos, que eram espaços mais controlados ao trânsito destas crianças. No segundo croqui (figura 28), referente ao período a partir de 2010, o acesso passa a ser restrito a alguns momentos esporádicos e condicionados à presença ou à prescrição dos adultos responsáveis. Entretanto, é importante destacar que, como veremos com mais detalhe ao longo deste capítulo, os croquis representam a expressão espacial das deliberações coletivas sobre as condições e restrições do acesso das crianças aos diferentes espaços internos da ocupação. Contudo, estes não refletem a veracidade das trajetórias das crianças nestes espaços. Elas irão, por conseguinte, de formas diversas, transgredir as regras estabelecidas tanto dentro do território doméstico – por suas mães, seus pais e familiares responsáveis –, quanto dentro do território da ocupação – deliberadas nas reuniões dos moradores. O objetivo, com isso, não é representar o percurso das crianças dentro do prédio, mas sim representar as estratégias que o Coletivo lança mão para controlar o acesso e para incidir de forma pedagógica nas condutas das crianças e, também, de seus respectivos pais.

Entretanto, faz-se mister ressaltar o quanto a postura das crianças e adolescentes já foi, extensivamente, discutida e rediscutida. É um tema polêmico e muito delicado, uma vez que diz respeito diretamente à forma de educação que as famílias (principalmente as mães) têm para com seus filhos. Há muitas divergências em relação a isso: algumas pessoas acham que a proibição é a única solução para as crianças e

também para seus responsáveis; outras, no entanto, acham que não adianta proibir, pois eles não irão obedecer às regras do Coletivo; e ainda há pessoas que acreditam que o certo seria que eles se organizassem também de forma coletiva e que trouxessem suas demandas e sugestões para a assembleia e, assim, eles se sentiriam legitimados e cumpririam os acordos.

“Um ponto que ninguém mais suporta discutir: as crianças pelos andares. O Coletivo já votou que as crianças podem ficar nos seus andares e no terceiro andar, que seria um andar ‘neutro’. Para todas as crianças. o Coletivo já votou que as crianças não podem frequentar a casa de ninguém. A não ser que a mãe fale em assembleia: ‘Meu filho pode estar na casa de fulano’. Mas também tem que estar na casa de fulano, não pode ficar no corredor, porque se ele estiver no corredor, ele não está na casa de fulano, ele está no corredor. Então, isso divide. As pessoas não tem paciência para discutir, as deliberações não acontecem, as crianças continuam a ir na casa das pessoas, continuam a estar nos andares sem ser o delas e o terceiro andar e é um ponto que tem muita divergência. Mas tem muita divergência, porque as pessoas não se posicionam, e não se posicionam porque não querem se comprometer. Porque tem questões muito problemáticas nesse sentido, não foram deliberações... ‘Ah! A gente acha mais bonito cada criança em seu andar’. Não, foram consequências de coisas que aconteceram com as crianças e provocadas pelas crianças. e o Coletivo vai tomando esta postura de cercar, né? Tanto de fechar as portas, como de não permitir crianças nos andares.”³⁷

Vê-se de forma bastante expressiva o papel protagonista das mães quando o Coletivo precisa deliberar sobre as crianças. Quando elas são destacadas no Coletivo por algum comportamento irregular de seus filhos, sentem-se insultadas, vítimas de injúrias e calúnias. Por mais que nos pareça exagero e até mesmo uma forma de eximir-se da culpa, é importante compreender que é o mesmo que questioná-las como mãe. É uma forma de chamar sua atenção para o fato delas não estarem cumprindo corretamente seu papel de construtora, idealizadora, provedora e mantenedora da harmonia do *lar*.

“Isso é que bolo com muita mãe aqui. Porque elas querem ser melhor que eu e não são. Porque elas não dão o exemplo pros filhos delas. Se acontece

³⁷ Depoimento prestado em 17 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

alguma coisa grave lá embaixo, quem é que foi? ‘Foi o Rodrigo’, claro! Porque nenhuma mãe vai assumir que foi seu filho. Isso que eu não gosto das pessoas daqui. Porque eles não querem dar o exemplo pros filhos deles, querem que os filhos deles sejam santos e os meus não. Por isso que eu não falo com ela, com a Janaina e com ela. Essa pessoas que não admitem que os filhos fazem as coisas. Não sei se você lembra daquele dinheiro que sumiu do armário...o dinheiro que o Rafael pegou mais o Paulo, acho que você chegou a saber, né? Então, a mãe dele falou que foi por causa do Rafael, que o Rafael que era ladrão. Ela não tem que falar isso. Porque o filho dela sempre roubou coisa aqui. E o meu não. O meu foi a primeira vez. O filho dela sempre pegou as coisas dos outros. Porque o Rafael tem um ano a mais do que o dela? O Paulo tem nove anos? Não é possível, um menino daquele tamanho? Mas mesmo assim, isso não tem nada a ver. O Rafael nunca carregou nada de ninguém, eu já acho que foi por causa dele. Eu já acho que foi por causa dele, porque o Rafael nunca pegou nada de ninguém, nunca. Rafael era um menino exemplar. Paola chegava com um brinquedinho aqui debaixo ele falava: ‘toma mãe esse brinquedo não é da gente, não. È de lá debaixo, pode botar lá’. Então eu acho que ele é um menino exemplar, eu não acho que ele ia pegar nada de ninguém. A única coisa que Rafael pegava, era dinheiro dentro da minha bolsa, e até esses dias parou, graças à Deus. Nunca mais sumiu nada, também não dei mais mole. Mas nunca mais sumiu. Mas desde pequenininho o Rafael tirava dinheiro de dentro da minha bolsa. Pegava nota de cinco, de dois. Eu dava falta. Mãe dá falta, né? E a mãe sabe cada filho que tem. Não adianta alguém chegar e falar que um menino é melhor que o outro, não. Sou eu que sei.’³⁸

Para que elas não carreguem este peso, há uma tendência de responsabilizar os filhos dos outros pelas atitudes de seus filhos. Logo, segundo este discurso, as crianças tornam-se más influências umas para as outras. Se existe uma criança que exerce influência sobre seu filho e esta influência é o motivo pelo qual ele comete uma infração, a culpa não será da mãe, e sim do responsável da criança que exerce a influência. Pode-se ver, de forma clara, como há aqui uma tensão entre a família, o núcleo familiar – e todas as expectativas prévias em relação aos papéis sociais a serem desempenhados –, e a intervenção coletiva.

³⁸ Depoimento prestado em 30 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

“Elas brigam para que o regimento interno não caia, tipo: uso de drogas, porte de arma. Brigam para que quem tenha esse tipo de conduta aqui dentro seja advertido da maneira que tem que ser, para que a portaria não acabe, para que o prédio continue limpo. Mas, existe uma palavrinha mágica chamada nepotismo. Quando é seu filho que faz uma merdinha, alguma coisa, a mãe... Se todo mundo condena a mãe tem que passar a Mao na cabeça, a mãe tem que defender. Pelo menos a mãe, o que resta é a mãe. E aí, as vezes, isso fica muito claro. Quando fica uma disputa de filho de quem presta, quem não presta. Quem é o filho mais educado, quem é o filho mais mal educado. É quase uma competição entre as mães. No geral, em relação a proposta do espaço elas se dão bem, a proposta do espaço agrada muito as mães. O fato de não haver uso de drogas, de ser fechado, de ter portaria, de ser seguro, de saber que se acontecer alguma coisa alguém vai se propor a levar, não vai deixar o filho aqui dentro passando mal, isso agrada a todas. Mas existe uma competição para saber qual o filho mais educado, quem leva quem para o mal caminho, isso tem.”³⁹

Por outro lado, longe de aceitar passivamente as limitações impostas pelo Coletivo à sua mobilidade, as crianças desenvolvem suas próprias táticas de transgressão. Num Coletivo que pretende ser autogerido, as crianças acabam formando uma classe subordinada, tanto no âmbito do território doméstico, quanto no âmbito do território da ocupação. Certamente, a discussão sobre o papel das crianças em uma sociedade autogerida não é nada simples. Até que ponto a hierarquia do lar deve ser imposta e até que ponto deve flexibilizar-se? Contudo, tal discussão merece um aprofundamento que não será possível fazer nesta dissertação. Mesmo assim, gostaria de ressaltar que elas também exercem um protagonismo dentro da ocupação que é objeto deste estudo. As crianças buscam questionar a relação heterônoma no território doméstico e resistir às imposições de uma instância governamental (o Coletivo), uma instância de poder explícito, que não as inclui. Assim, elas subvertem a territorialidade imposta, e constroem sua própria territorialidade.

“[S]e é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas. Deste modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca e inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado

³⁹ Depoimento prestado em 17 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

elementos espaciais. [...] Da mesma forma, o caminhante transforma em outra coisa cada significante espacial. E se, de um lado, ele torna efetivas algumas somente das possibilidades fixadas pela ordem construída (vai somente por aqui, mas não por lá), do outro lado aumenta o número dos possíveis (por exemplo, ele se proíbe de ir por caminhos considerados lícitos ou obrigatórios). Selecciona portanto” (DE CERTEAU, 2008 [1996], p.178)

No primeiro capítulo, aponto, de forma introdutória, a discussão, feita por Elizabeth Bott (1976 [1971]) sobre o impacto da localidade nas famílias e suas redes sociais. Para a autora, compreender como as relações familiares atuam implicaria focalizar não apenas relações mais estreitas, mas também, as redes independentes que são estabelecidas pelos membros da família. Apesar da autora se ater às conexões estabelecidas pelos maridos e suas respectivas esposas, podemos ver, de forma bastante clara, como as redes tecidas pelas mães, pais ou outros membros da família, não são, necessariamente, as mesmas que os filhos estabelecem.

As redes são produzidas de formas diversas. Às vezes elas percorrem vínculos formais, de parentesco e, portanto se encontram indexadas a relações que precedem o indivíduo que nela está inserido. Contudo, as redes familiares não se constituem apenas por vínculos formais, mas percorrem, também, conexões submersas baseadas em vínculos de aliança. Mesmo assim, geralmente, as crianças não são produtoras de suas próprias redes de cuidado. Pelo contrário, encontram-se já posicionadas nas redes tecidas por seus pais. O rompimento de laços de aliança por seus pais produz o mesmo efeito para os seus filhos. Entretanto, na Ocupação Quilombo das Guerreiras, as redes de cuidado, não raro, são tecidas pelas próprias crianças e, apesar destas encontrarem sua limitação nas fronteiras do território da ocupação, elas traçam linhas de conexão que independem de seus pais.

Marília é o exemplo mais ilustrativo. Ela tem apenas três anos de idade e anda sozinha por todo o prédio. Uma vez, estava esperando o início de uma reunião, quando avistei Marília subindo as escadas, exibindo seu sorriso carismático. Quando ela me viu, veio correndo na minha direção. Peguei-a no colo e perguntei como estava. Marília me respondeu: “Tô com sede, quero água.” Prontamente, levei-a até a cozinha coletiva, no terceiro andar, e lhe ofereci um copo d’água. Saciada, Marília devolveu o copo, já sorrindo novamente, e foi embora. A desenvoltura e independência da menina chamaram-me a atenção, mas também não pude deixar de notar que o seu pedido fora, na verdade, uma ordem. Posteriormente, vi Marília utilizar a mesma técnica para pedir colo, carinho, comida e até banho. Comecei a me interessar mais e mais pelos hábitos

dessa pequena criança e, aos poucos, percebi que Marília já havia constituído, por si mesma, sua rede de cuidado. Diversos moradores a recebiam em suas casas para ver televisão, brincar de boneca ou mesmo para tirar um cochilo. Com o tempo, percebi que outras crianças também se aproximavam de adultos, independentemente de seus pais, para ir à praia, tomar sorvete, fazer o dever de casa e outras atividades que demandariam tempo de seus pais e que eles não têm para dispor. Não porque não queiram, mas porque o dia-a-dia de um trabalhador “hiperprecarizado” (SOUZA, 2008) pouco lhe concede momentos de lazer. Assim, as crianças compensam necessidades que não são supridas no âmbito familiar, criando vínculos de aliança com outros adultos.

Neste sentido, as crianças também vão territorializar a ocupação ao seu modo. Muitas vezes pude presenciar genuínas relações de carinho e afeto estabelecidas entre crianças e adultos na ocupação, sendo que este adulto “não se dava” com a mãe da criança. Deslumbrei-me ao ver crianças de três, quatro anos que, uma vez percebida a disponibilidade do adulto em se preocupar com o bem-estar das mesmas, acionavam aqueles quando precisavam ou buscavam carinho, alimentação ou passar o tempo. Da mesma forma, vejo as crianças mais velhas, os adolescentes, carregando compras e fazendo visitas periódicas aos adultos com os quais eles possuem uma maior afinidade, sem que isso tenha algo a ver com a relação destes com seus pais. Aliás, muitas vezes, eles sequer estão cientes disso.

“Meus filhos brincam [na casa dos outros]. Eu vou dizer que não brincam? Ia estar mentindo. Quem vai segurar criança? Ninguém segura. Ninguém segura criança, não. Ninguém pode com criança. Quem inventou isso foi a Patrícia: ‘Não quero meus filhos em andar nenhum’. Vai ver os filhos dela? Não saem daqui de casa, andam pelo prédio todo. Não adianta nada”⁴⁰

3.2.2 “Ele tem que domar os seus instintos”: a territorialização do comportamento

Vimos anteriormente que o poder explícito do Coletivo adentra os territórios domésticos atuando em interação com os pais no cuidado das crianças. Contudo, esta não é a única forma de interferência do Coletivo nos territórios domésticos e veremos,

⁴⁰ Depoimento prestado em 16 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

nesta seção, de que forma assuntos de cunho pessoal podem virar motivo de preocupação coletiva.

“O que eu acho mais bonito numa ocupação, de todas as ocupações, sobretudo aqui, é o respeito à diversidade que as ocupações têm. Que muitas vezes não é externado, se existe um preconceito, ele não é externado, pela própria força coletiva. Ninguém tem a capacidade de chamar o outro de “macaco”, “paraíba”, de “gay” ou de “viadinho”, “sapatão”, disso ou daquilo, porque sabe que o bagulho vai ficar feio com todo mundo. Então, esse respeito à diversidade, a diferença, independente de credo, cor, raça, tudo. Eu acho que é um espaço muito benéfico pra se criar uma coisa verdadeira mesmo. Eu acho que é propenso ter esse Coletivo verdadeiro que eu sonho. Que não se preocupe só com a moradia. Com tudo. Se um cara bate em uma mulher, tá fora. Não interessa se você resolvia seus problemas assim fora daqui. Aqui você não vai resolver assim. E ele tem que domar os instintos dele. Entender que ele não pode bater na mulher dele. Ele pode beber, mas a bebida dele não pode agredir o outro. Se respeitar, nesse momento, é uma dificuldade que todo ser humano tem. A gente vem torto pra cá. Acho que a gente vem aleijado, e o Coletivo vai “desaleijando” a gente.”⁴¹

Ao mesmo tempo em que a organização político-espacial da ocupação, que prevê um voto por unidade de moradia nas assembleias do Coletivo, pressupõe que divergências internas à dimensão familiar sejam resolvidas na intimidade dos espaços de uso privado; também, o convívio coletivo, sua forma de organização política e o próprio espaço físico da ocupação, abrem caminho para uma publicização desta intimidade e possibilitam a intervenção do Coletivo em assuntos domésticos.

“Assim, é porque, essa divisão, assim, o que é um problema coletivo e o que não é, é muito difícil dentro de uma ocupação. (...) As vezes eu acho que não existem problemas privados na ocupação, tudo é público. Tudo é público.”⁴²

“(...) [Q]uando Docas [companhia proprietária do prédio ocupado] permitiu que a gente ficasse aqui, não deixou entrar tijolo no começo, pra não caracterizar moradia definitiva, então a maioria dos quartos são divididos com madeira, né? Então, imagina, se um casal briga, o vizinho do lado não

⁴¹ Depoimento prestado em 24 de julho de 2009 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

⁴² Depoimento prestado em 17 de setembro de 2009 por moradora da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Entrevista realizada por Matheus da Silveira Grandi.

dorme. E aí o vizinho vem para a assembleia e fala: ó, aconteceu isso, e bateu... E normalmente o marido ou a mulher é advertido pelo Coletivo.”⁴³

Podemos ver como isso faz parte da construção de uma pedagogia do comportamento, de um controle das condutas, onde os “desvios” são reprimidos segundo punições predeterminadas pelo regimento. Vê-se a atuação do poder explícito diretamente constituindo sanções aos desvios de comportamento, decididos por esse Coletivo. O Coletivo não interfere diretamente na hierarquia estabelecida entre os gêneros, no âmbito do território doméstico – não há nada que proíba o marido de ter a palavra final em sua casa em relação a sua companheira e a educação dos filhos, se assim o casal compreender ser o certo –, entretanto, o Coletivo tende a organizar seu território de forma a impedir a utilização da violência para impor essa hierarquia. Por sua vez, o Coletivo pune os moradores que utilizam a violência como forma de coerção e de dominação, principalmente quando se trata de violência doméstica.

Essa fronteira que delimita o espaço privado existe e é estabelecida e sancionada socialmente na nossa sociedade, claramente representada pelo ditado “Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Entretanto, na referida ocupação ela é questionada e rompida pela atuação do Coletivo. Como certa vez me disse uma moradora: “Em briga de marido e mulher o Coletivo mete sim a colher!”. Neste sentido, através do exercício do poder explícito (capaz de emitir injunções sancionáveis), o Coletivo proíbe e pune o uso da violência como método de coerção. Essa violência masculina é problematizada e o Coletivo busca regulamentar isso formalmente.

“Eu nunca vi ninguém falar: ‘Você fala isso porque você é gay’ ou ‘Você fala isso porque você é preto’. Isso é inadmissível dentro do Coletivo. Não acontece. Já aconteceu uma vez, um morador, mas também acho que ele se arrependeu para o resto da vida, que pedófilo é a mesma coisa que ‘sapatão’. E ele teve que ouvir, barbaridades. As pessoas aprendem a duras penas. Mas as pessoas assumem. É um Coletivo, onde as pessoas assumem sua homossexualidade. Imagina, você assumir sua homossexualidade em assembleia? Muito louco! E continuar sendo abraçada, respeitado, as pessoas continuarem vindo na sua casa, é muito louco. Muito louco! O que as pessoas conseguem discernir... e aí as pessoas também, principalmente os gays que são muito marginalizados, também

⁴³ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

nunca deram motivo, sabe? Então, se houver um preconceito mais contido, ele não consegue ser exacerbado porque são pessoas que tem uma participação política perfeita dentro do Coletivo. Quase perfeita. Nunca deram motivo para reclamarem. E são pessoas que nem se dão bem uns com os outros, as vezes, mas não dão mole. Respeitam o Coletivo, respeitam os encaminhamentos do Coletivo. Então, não são identificados como gays dentro do Coletivo, são identificados como membros do Coletivo. não são identificados como negros, são identificados como membros do Coletivo. não são identificados como ‘paraíba’, são identificados como membros do Coletivo. Então aparece bem pouco, orientação sexual, cor de pele, de onde vieram, aparecem bem pouco essas coisas dentro do Coletivo.”⁴⁴

Porém, não é apenas a violência doméstica o único foco de intervenção. Qualquer tipo de violência física é vista como passível de punição, seja em casa, com familiares, ou do lado de fora, com outros moradores; seja por questão de gênero, por questão de raça, ou por qualquer outro tipo de preconceito. Essas posturas violentas, comumente masculinas, são punidas sejam elas cometidas interna ou externamente ao território doméstico. O álcool, sem dúvida, está entre um dos tópicos mais discutidos como um potencializador dessas agressões. Este é um assunto polêmico e, em princípio, privado. Porém, o Coletivo não deixa de interferir quando acha que seu território está sendo ameaçado por transgressões às normas estabelecidas.

“A questão pessoal se torna ponto de pauta, quando a pessoa agride, de alguma forma, o Coletivo. Aí, deixa de ser questão pessoal, se torna questão coletiva. A gente tem que fazer esse discernimento. [...] O Coletivo não tem problema com os ‘bêbados felizes’, o Coletivo não tem problema em conviver com os bêbados felizes. O Coletivo não tem problema em conviver com bêbados que dormem na escada. O Coletivo tem problema com os ‘bêbados que ficam fortes’, bêbados que ficam violentos. O bêbado que fica forte, o bêbado que quer bater, o bêbado que provoca as crianças, esse é que vira ponto de pauta. É esse que vai virar ponto de pauta, é esse que vai ser advertido, é esse que vai passar uns dias lá fora [suspensão], é esse que, se não conseguir buscar um caminho, vai ser expulso. Agora, se é um bêbado que entra, fecha tudo, não deixa o portão aberto e vai para sua casa dormir...

⁴⁴ Depoimento prestado em 24 de julho de 2009 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

esse não incomoda o Coletivo. Só o bêbado que agride o Coletivo, que traz problema para o Coletivo.”⁴⁵

Infelizmente, não foram poucos os casos deste tipo que acabaram em expulsão. Dois exemplos, bem recentes, ilustram, claramente, como esse tipo de negociação de fronteiras se dá na prática. O primeiro é o caso de Jorge que não mora na ocupação; porém, Patrícia, mãe de seus seis filhos, sim. De tempos em tempos Jorge vem visitá-los. Na última vez que isso ocorreu, Jorge, embriagado, empurrou uma moradora, grávida de sete meses, no pátio externo da ocupação. No meio da confusão, foi advertido que seria entendido como uma falta grave agredir alguém, principalmente sobre o efeito de álcool, dentro da ocupação. Como resposta à ameaça, Jorge diz: “Nenhum viado ou sapatão vai me botar para fora daqui!” Jorge se referia a dois moradores (um homem e uma mulher) que exercem um papel de liderança nesta ocupação. Em outras situações, que já aconteceram antes, o agressor seria destacado, se o caso não fosse reincidente, e receberia uma advertência ou até uma suspensão (de sete dias). Porém, o fato deste não ser um morador da ocupação e, conseqüentemente, não ter estabelecido vínculos afetivos mais fortes ali dentro e o fato da moradora agredida estar grávida (somado ainda à forma pejorativa e agressiva como este se dirigiu aos moradores), gerou uma comoção generalizada. Assim, puxou-se uma assembleia extraordinária que decidiu que sua entrada no prédio estaria, dali em diante, proibida.

“Aí expulsaram ele. Eu não gostei, né? Mas também não achei ruim também, não. Mas também não gostei. Porque a ‘Dona Ilana’ não tinha que ter falado com ele dessa maneira também. A gente não conversa com bêbado dessa maneira, a gente, depois que ele tiver bom [sóbrio], a gente conversa. [...] A gente não se dá por causa das crianças [ela com a Ilana], porque ela tem um temperamento muito esquisito. A gente tem que assumir quando os filhos estão errados. Acho que ela não assume, não.”⁴⁶

Outro caso, já citado no capítulo anterior, diz respeito a um morador: Danilo, companheiro de Ilana. Danilo tinha sérios problemas com a bebida e, após muitas advertências por parte do Coletivo, foi expulso da ocupação. Danilo foi uma das pessoas

⁴⁵ Depoimento prestado em 17 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

⁴⁶ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

indicadas para frequentarem o A.A. como condição para permanecer no prédio. No início, o tratamento parecia estar trazendo bons resultados, porém, cerca de três meses depois, Danilo volta a beber e a “arrumar problema”. Após o último acontecido, o Coletivo decide pela expulsão e dá ao morador o período de trinta dias para que este procure outro lugar para morar. Durante este período, muito se especulou sobre a possibilidade dele ser perdoado pelo Coletivo. Porém, o morador recém-expulso tenta forjar um documento para impor ao Coletivo sua permanência e, a partir deste momento, não houve mais qualquer possibilidade de negociação. “Pode ir todo mundo embora, mas que ele não continua morando aqui, não continua”.

“O marido dela bebia muito, começou a fazer coisa errada aqui dentro e aí foi expulso. A primeira vez eu não levantei a mão para ele ir, em consideração a ela, a ele e a nenê que estava vindo. Mas ele começou a fazer muita coisa errada, a querer prejudicar o Coletivo e aí, pela segunda vez eu levantei a mão. Ele quis prejudicar o Coletivo então eu levantei o dedo para ele ser expulso e ele foi expulso.”⁴⁷

No caso descrito acima, sobre as crianças e os adolescentes, existe uma clara sanção imposta pelo Coletivo a alguns espaços da ocupação, com o objetivo de conduzir não só as condutas das crianças, mas também dos pais, mães e familiares em geral; neste caso vemos a imposição de algumas condições para o acesso e para a permanência das pessoas na ocupação, também com o objetivo de organização territorial. Mais uma vez o Coletivo interfere, diretamente, em uma questão supostamente privada, e, mais uma vez, existe uma tentativa de corresponsabilizar os moradores por sancionar as condutas abusivas de seus vizinhos. Sendo assim, cada um faz a sua parte para manutenção da ordem territorial.

“A gente já mandou, acho que três moradores para o A.A. Mas o Coletivo não teve sucesso com isso. Um foi expulso, o outro não. As pessoas ficam com pena também. Mas eu acho que pena não vai resolver essa questão. [...] O encaminhamento coletivo para que este morador faça um tratamento junto aos A.A., deixa claro que para ele fazer parte deste Coletivo ele tem que estar se tratando, ele tem que querer estar se tratando. Não deveria ser assim, né? A pessoa mesmo deveria querer estar se tratando. [...] E aí a gente estava até

⁴⁷ Depoimento prestado em 29 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

discutindo isso na última reunião, discutindo até que ponto a gente, cada um de nós colabora com esse alcoólatra. E aí a gente chegou ao cúmulo [de decidir], que eu também já não acho que é o cúmulo, que quem der bebida para esse alcoólatra vai ser advertido. Agora vê se isso é um encaminhamento coletivo? Teve que ser encaminhamento coletivo, olha que doidera. O Coletivo acaba entrando na vida privada das pessoas. Eu posso pagar uma cerveja para qualquer pessoa aqui dentro que não seja alcoólatra, mas eu não posso pagar uma cerveja para um alcoólatra. Não posso beber com esse alcoólatra. Se eu for pega lá fora bebendo com esse alcoólatra e esse alcoólatra entrar e arrumar um problema aqui dentro eu vou ser destacada e sofrer uma advertência junto com o alcoólatra. É uma maneira que o Coletivo encontrou das pessoas entenderem que a mínima cerveja que ela paga para aquela pessoa, muda aquela pessoa completamente e traz problemas para aquela pessoa. E enquanto aquela pessoa estará na rua [expulso] ela vai estar aqui dentro, com uma cama quente. Às vezes as pessoas só conseguem entender isso com uma postura drástica do Coletivo.”

“[Viver em coletivo] é muito bom. A gente tem responsabilidade, a gente tem que respeitar o outro, entendeu? Porque tem muita gente que não sabe o que é respeitar o ser humano. Se eu não gosto de barulho, eu não tenho que fazer barulho para o vizinho. Não tenho que incomodar ele. O que eu tô passando, ele vai passar também, então, essas coisas. Eu acho que eu aprendi muita coisa aqui. Passar a respeitar, passar a amar as pessoas, entender porque eles estão com aquele problema. Pode não ter a oportunidade que eu tive. Tem que procurar saber. Mas muita gente não sabe. Acha que tudo é fácil, porque encontrou tudo fácil. Não sabe o que as pessoas tão passando.”⁴⁸

Este também é um tema muito polêmico e delicado de ser tratado no Coletivo. Ver um membro familiar ser destacado em assembleia é algo que as famílias não querem na sua reputação. Dentre as várias tensões que ocorrem nas assembleias, na grande maioria das vezes, a relação de parentesco (mesmo que informal) fala mais alto. Podemos contar como exemplo o caso de Ilana que foi advertida em assembleia por ter acusado Seu Matias de ter chamado seu filho de ladrão, o que foi comprovadamente desmentido. Seu companheiro, Danilo, saiu vorazmente em sua defesa e também acabou sendo advertido. O mesmo aconteceu quando Danilo, embriagado, ameaçou moradores com um botijão de gás e quase foi expulso da ocupação. Contudo, tanto sua companheira suplicou, que sua pena acabou se resumindo a frequentar as reuniões dos

⁴⁸ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

Alcoólicos Anônimos (A.A.). Há uma tendência, neste caso, de defender o membro da família para defender a própria família.

“Tem pessoas que as pessoas gostam, então quando tem uma proposta de expulsão, sempre vai analisar se não tem nada mais para fazer. Em relação a isso [a expulsão], o Coletivo amadureceu muito. Para expulsar alguém fica mais difícil. Quando as pessoas chegam ao extremo de ultrapassar todas as coisas que foram estabelecidas pelo Coletivo, e ter sido advertida mais de quatro vezes, e o Coletivo ver que vai acontecer um problema que ele não vai ter condições de segurar aí que ele vai tomar a decisão pela expulsão.”⁴⁹

“Eu acho que o Coletivo tinha que brigar por nossa moradia e não ficar brigando por besteira. [...] Agora, me sinto sozinha aqui. [...] No dia da expulsão do Danilo, eu achei um absurdo o que fizeram com o cara, até bater palma bateram. [...] o que fizeram com ele, eu não aceito. De jeito nenhum. Ele quebrou minha mesa. Mas eu não to nem aí para mesa. [...] Eu que tinha que chegar e colocar na reunião e falar com o Coletivo. E eu não cheguei no Coletivo pra botar ele. Mas o Jonas que veio se meter. [...] Tô revoltada com isso até hoje. Tô me sentido isolada. [...]”⁵⁰

Outra história recente foi a de Tânia. Senhora negra, já de idade, que cria os netos de uma filha “perdida”. Quando seu parente foi expulso da ocupação por ter roubado o celular de outra moradora, ela desmoronou. Por muito pouco não foi embora com ele. Ficou graças aos apelos de moradores e a obrigação de criar os netos sozinha. A mágoa de o Coletivo ter expulsado seu companheiro foi grande. Este não era o primeiro morador a ser expulso por roubo, ela não era contra a expulsão em caso de roubo, mas nunca tinha sido alguém de sua família antes. Quando a encontrei pela primeira vez após o acontecido ela só repetia: “Expulsaram ele, Marianna. Expulsaram ele.”

Porém, existe um caso que marcou bastante a história da ocupação. O caso de Alice. Senhora, negra, camelô, morava com dois de seus filhos na ocupação. Hoje, quem conta a história diz que “eles nunca foram flor que se cheire”. Seu filho foi pego roubando cobre no prédio. E, todos sabem, para roubo não há conversa, é expulsão

⁴⁹ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

⁵⁰ Depoimento prestado em 16 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira.

sumária. Alice sabe disso, Alice sempre defendeu isso. Ela acredita na importância de seguir as regras do Regimento Interno. Regras essas decididas em assembleia de moradores. Alice vê seu filho ser expulso. Não foi fácil, ficou quase sem sair de casa, apenas para trabalhar. Quase nunca conversa sobre o assunto.

“Eu já tive oportunidade de ver coisas muito doidas aqui. Eu já tive oportunidade de ver irmã levantando a mão para expulsar irmão. Eu já tive oportunidade de ver filho de alguém expulso e a pessoa não se inscrever para pedir clemência para o filho. Então, eu já tive oportunidade de ver coisas contrárias, sabe? E eu tenho que ter respeito por essas pessoas, porque eu acho que isso é assimilar o que é o Coletivo. Que está a cima do parentesco, que está a cima do amor. Aquele regimento que se cria ali é para ser cumprido; pelo meu filho, pelo meu irmão, seja por quem for, independente de questões familiares. Mas tem um pessoas que tem uma dificuldade de ver isso e acha que tem sempre um perseguição familiar e tal. Mas o Coletivo é muito tranquilo com isso, porque não adianta. O Coletivo só vai destacar realmente quem não tá fazendo as coisas, quem der motivo. Quem não der motivo vai passar batido a vida inteira.”⁵¹

As relações sociais de parentesco ou de aliança vão sempre permear as posições dos moradores nos espaços de deliberação, porém não vão determiná-las. Nesse sentido, a dimensão do compartilhamento cotidiano e, por conseguinte, os *loci* das relações familiares e de vizinhança ganham especial relevância. Todavia, existe um esforço em deslegitimar essas fidelidades tecidas por vínculos afetivos e de parentesco em prol de uma manutenção do território da ocupação.

“Mesmo que o meu irmão fizer alguma coisa errada... Vamos supor: O meu irmão vez alguma coisa errada com você, quem sou eu para ficar contra a você, a favor dele? Ele é meu irmão, eu tenho que procurar entender você e ele. Mas eu não posso deixar passar batido uma coisa errada que ele fez com você, e que você não tinha culpa. A gente tem que ter a dignidade de assumir quando está errado. Não interessa, eu posso estar com raiva, eu posso estar nervosa, do jeito que eu estiver, querendo jogar até uma mesa em cima de

⁵¹ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida.

you. You will see that I am changed, but after I return to my normal I have to ask you for forgiveness, at least that. But the person is wrong and wants to stay in the wrong.”⁵²

3.3 Espaços privados e espaços coletivos: A construção cotidiana do “lar” coletivo

A territorialidade da Ocupação Quilombo das Guerreiras não apresenta uma divisão hermética entre suas esferas privada e coletiva. Há, contudo, áreas de sombra e fronteiras altamente flexíveis. Assemelha-se mais à beira da praia, onde não é trivial discernir onde começa o mar e termina a faixa de areia, pois isso depende das marés, das ondas e de muitas outras variantes, o que é bem diferente de vislumbrar algo como um muro intransponível. Nesta forma associativa peculiar, o controle coletivo das práticas sócio-espaciais constitui uma dimensão pública na qual existe uma expectativa clara sobre o papel a ser desempenhado pelos moradores. Porém, esta é flexível e negociável.

Joga-se o jogo do convencimento. Todos os moradores, cada um ao seu modo, possuem suas opiniões em relação aos problemas e soluções tratadas no Coletivo. É inevitável que questões ditas privadas se estendam para o espaço coletivo, e é compreensivelmente delicado expor ao foro coletivo certas intimidades, privacidades que o imaginário moderno nos diz serem de cunho íntimo, restrito ao ambiente familiar.

No final do século XVII e no começo do século XVIII, com as linhas divisórias entre a infância e a maturidade cada vez mais nitidamente delineadas do que antes, certos tipos de jogos foram reservados às crianças e outros lhes foram proibidos. [...] Foi desse modo que a gradativa preocupação com o estatuto especial da infância demarcou certos limites para a expressão pública. Pode-se dizer que tais limites consistiam em que o domínio público era o lugar reservado na sociedade para o jogo adulto; ou pode-se dizer que eram a fronteira além da qual o adulto não podia jogar. (SENNETT, 1988, p.123)

⁵² Depoimento prestado em 29 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira..

Pudemos observar como o espaço privado da ocupação acaba por “invadir” o público, com questões que deveriam, em tese, ser mantidas em um ambiente mais íntimo. Por sua vez, o Coletivo influencia as relações internas da família e dos espaços privados. Neste sentido, os conflitos inter ou intrafamiliares vão ser um pressuposto das relações sociais estabelecidas dentro da ocupação, e vão fundamentar muitos dos conflitos que emergem no espaço de deliberação. No primeiro caso, os problemas privados que dizem respeito à vigilância e ao controle das crianças e adultos propaga-se ao ponto de virar ponto de pauta das reuniões do Coletivo. Como não há, por diversos motivos, o cumprimento do controle pretendido por seus pais, há uma tendência em estender ao fórum coletivo certas regras de cuidado com as crianças que devem ser seguidas por todos. Regras que, na realidade, geralmente ficariam restritas ao território doméstico e que são extrapoladas para se tornarem regras coletivas. Assim, com a ajuda do Coletivo, os pais podem reorganizar as relações de poder dentro do território doméstico, reforçando a autoridade dos pais em relação aos filhos. Neste sentido, todos tornam-se co-responsáveis pela manutenção das normas estabelecidas para as crianças.

As relações sociais e os conflitos internos projetam-se no espaço, seja através de estratégias territoriais para limitar a mobilidade das crianças, mas também através da subversão da territorialidade imposta. Longe de aceitar passivamente as limitações exigidas pelo Coletivo à sua mobilidade, as crianças desenvolvem suas próprias táticas de transgressão. Além disso, o território da ocupação, em seu movimento de fechamento, e através da vigilância contínua de suas fronteiras, permite que crianças como Marília, transitem livremente pelo prédio, tecendo suas próprias redes de cuidado, sem que sejam diretamente mediadas pelos seus familiares.

Assim como no caso apontado acima, as questões íntimas relativas às condutas morais, quando entendidas pelo Coletivo como impróprias, tendem a trazer conflito para os espaços coletivos da ocupação, e muitas vezes, viram ponto de pauta das reuniões do Coletivo. Vê-se a atuação de uma instância de “poder explícito” formada por aqueles que a ele se submetem, e que impõe condições para o acesso e a permanência das pessoas na ocupação. O Coletivo não deixa de aplicar sanções aos desvios de comportamento. Contudo, não se trata de um *nómos* imposto de forma transcendente (de cima para baixo), mas sim, da co-responsabilização de cada morador pela identificação e solução de problemas internos ao seu território. O fato é que, no Coletivo, nunca se está sozinho. Se, por um lado, isso causa desconforto para o indivíduo moderno, tão obcecado com o segredo e a intimidade; por outro, também gera

alívio ao saber que nesse mundo de distâncias cada vez menores, mas onde nunca se esteve tão solitário, ainda podemos construir comunidades. Talvez valha a pena repensar a dinâmica da vida e ressignificar aquilo que é viver em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A DESCONSTRUÇÃO E A (RE)CONSTRUÇÃO DO “LAR” NA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

De acordo com Failla (2002), durante o século XX, a interpretação da cidade derivou de uma acumulação de utopias. A imagem da cidade moderna tem sido uma ferramenta provocadora que contém tanto a mensagem da utopia do “habitar moderno”, quanto a “heterotopia da demolição infernal que implica a sua materialização” (FAILLA, 2002, p. 31). O arquiteto e urbanista chileno afirma que existe uma polaridade que se revela quando nos damos conta de que a imagem da cidade moderna se fundamenta exclusivamente na visão, fazendo com que a apreensão da realidade se reduza a sua síntese e, portanto, não possa expressar toda a sua complexidade (FAILLA, 2002). Assim, a cidade moderna tem sido objeto e produto de uma “racionalização estrita da vida urbana” (FAILLA, 2002, p. 31). Deste modo, tudo está, na cidade moderna, determinado por quatro funções básicas: trabalhar, residir, deslocar-se e descansar. Failla afirma que busca-se excluir qualquer manifestação de entropia, de modo que a história da cidade e sua complexidade (adquirida durante os séculos) era “desconhecida e repensada a partir de uma tábula rasa” (Ibidem, p. 31).

“A verdadeira pretensão do arquiteto moderno é dominar toda a realidade urbana em uma única imagem panorâmica. O que não consiste em abarcar a cidade com todos os seus fenômenos, mas em reduzir toda a sua fenomenologia urbana a uma única imagem constituída por acontecimentos específicos e predeterminados.” (FAILLA, 2002, p. 35 [tradução livre]).

Portanto, segundo o referido autor, a utopia moderna anula o contexto para poder manter-se idêntica a si mesma. Tal utopia não compartilha nada com o mundo e nada dele requer para o seu funcionamento. Assim, para o autor, o arquiteto modernista é a figura autoritária que tem como função concretizar a utopia que, no âmbito da moradia, por exemplo, busca alcançar uma síntese do “habitar” (vide Le Corbusier e suas “células habitacionais”). Deste modo, Failla – inspirado no famoso texto de Foucault de 1967, intitulado “Espaços Outros” – conclui que, no caso dos conjuntos habitacionais modernistas, por exemplo, trata-se de heterotopias que representam, segundo ele, o “fracasso da utopia moderna” (FAILLA, 2002, p. 35). Portanto, ressalta

Failla, a heterotopia revela-se no reverso da perspectiva onisciente (por cima do texto ou pela “visão de sobrevoos”); ela faz o caminho contrário, surge do interior do texto, pois é imanente à própria cidade.

“Se a proposição utópica eleva o arquiteto ao nível de um profeta progressista (em alguns casos confundido com profetas de sistemas totalitários), a heterotopia o rebaixa ao nível do habitante comum e corrente, incluindo até o anonimato (...) a heterotopia se apresenta como uma imagem esquizóide de decadência e entropia própria dos processos naturais. Por isso, a heterotopia não é, de modo algum, a antítese da utopia, mas sua própria liberação, seu próprio subproduto, sua própria patologia, seu próprio desejo frustrado (...)” (FAILLA, 2002, p. 37).

A proposição do autor se sustenta, seja considerando os conjuntos habitacionais do Rio de Janeiro (como a Cidade de Deus e Nova Holanda, por exemplo), como, também, considerando as habitações modernistas da periferia de Paris, palco de muitas revoltas populares. A utopia funcionalista e autoritária dos modernistas, que tanto contribuiu para a expansão e aprofundamento de um “espaço disciplinar” (FOUCAULT, 2007a [1975]), não obteve o sucesso organizacional que tanto almejava, visto que os conjuntos habitacionais destinados à moradia do proletariado, evoluíram para constituírem as grandes, complexas e disfuncionais periferias que conhecemos hoje.

Como já deixamos claro nos capítulos acima, a intervenção estatal na moradia do pobre urbano consistiu numa forma de induzir comportamentos, valorizar costumes, e constituir um núcleo familiar que, por sua vez, é objeto de higienização e disciplinarização. Os conjuntos habitacionais modernistas, com o objetivo último funcionalista, condicionam, através de um padrão pré-determinado de como as famílias devem morar, também como seus integrantes devem se relacionar entre si. A organização espacial do privado é condizente com os preceitos de comportamento estabelecidos em cada época pela sociedade dada. A intervenção estatal atua sobre a moradia popular no sentido de reduzir a multiplicidade dos modos de habitar aos preceitos gestados no interior da burguesia. Assim, a equação da habitação popular foi buscada na solução de três males: organizar um espaço que seja suficientemente amplo para ser higiênico; pequeno o bastante para que só a família possa viver nele; e distribuído de tal maneira que os pais possam vigiar os filhos.

“O objetivo modernista era o de um habitat padrão, estabelecido a partir de supostas ‘necessidades fundamentais’ determinadas de uma vez por todas. Penso aqui no dogma que constituiu o que se chamou a ‘Carta de Atenas’ em 1933, representando a síntese dos trabalhos do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), da qual Le Corbusier nos daria a visão comentada, dez anos mais tarde, e que foi o credo teórico de várias gerações de urbanistas” (GUATTARI, 1992, p. 176).

Por outro lado, voltando um pouco no tempo, podemos, também, pensar as construções dos socialistas utópicos, aquelas que foram efetivamente realizadas, como heterotopias. Robert Owen e Charles Fourier buscavam criar, sob os limites de suas comunidades, uma sociedade harmônica. Nos planos de Owen constavam cozinhas e refeitórios públicos, salas para realizar reuniões e conferências, além de um esforço para não haver uma separação tão rígida entre áreas rurais e industriais, combinando as duas e alocando-as próximas aos espaços residenciais. No caso de Fourier, havia lugares específicos (*seristérios*) voltados para a realização de assembleias onde todos os problemas daquela microsociedade seriam resolvidos, tanto aqueles mais práticos, referentes ao funcionamento mesmo da comunidade, mas também, os problemas amorosos, afetivos e pessoais (CHOAY, 2005; PETITFILS, 1977).

Certamente, essas “utopias da forma espacial”, como assinala David Harvey, suprimem a temporalidade dos processos sociais e, portanto, a própria mudança social, “ao passo que a estabilidade social é garantida por uma forma espacial fixa” (HARVEY, 2006[2000], p. 213), constituindo, assim, modelos relativamente autoritários. No caso das ocupações, ou melhor, daquelas que se constituem como heterotopias, busca-se também a constituição de organizações comunais descentralizadas, instauradas em desconformidade com a sociedade instituída. Notamos, por exemplo, a separação de espaços para a produção cooperativa (como nos casos da Cooperativa de Sandálias e Chinelos e da Cooperativa de Alimentação), espaços reservados para a horta coletiva/comunitária (como a que hoje está em desenvolvimento na ocupação em questão) e espaços para a discussão e deliberação coletiva, como a sala da assembleia que, assim como no caso dos *seristérios* de Fourier, buscam resolver problemas referentes ao funcionamento da ocupação, mas também, problemas de ordem pessoal e familiar entre os moradores. Portanto, as ocupações também buscam constituir, concretamente, uma comunidade que representa a sociedade como um todo. Ou seja, reúnem “ao mesmo tempo e em uma mesma posição, a menor parcela do mundo e também todo o mundo em justaposição, com usos e significações múltiplas do mesmo espaço” (RAMOS, 2009, p.11). Contudo, não se trata de uma utopia fechada com

formas espaciais fixas (como a dos socialistas utópicos), mas sim, de um modelo que se desenvolve a partir de um movimento de abertura e não a partir de uma totalidade dada. Neste sentido, as ocupações podem, também, ser encaradas como “heterotopias emancipatórias” (SOUZA, 2010).

“A experimentação social visa espécies particulares de ‘atratores estranhos’, comparáveis aos da física dos processos caóticos. Uma ordem objetiva ‘mutante’ pode nascer do caos atual de nossas cidades e também uma nova poesia, uma nova arte de viver” (GUATTARI, 1992, p. 175).

Recentemente, a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião conseguiu (em parceria com a CMP [Central de Movimentos Populares]), através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), recursos para a construção de um conjunto habitacional na Gamboa (já batizado com o nome de Quilombo da Gamboa) que reunirá 142 famílias reassentadas, provenientes de diversas comunidades que estão prestes a sofrer despejo. Entre estas se inclui a Ocupação Quilombo das Guerreiras. O projeto foi desenvolvido pela Associação Chiq da Silva⁵³ e contou com a participação dos moradores em sua elaboração. O grupo de futuros moradores, juntamente com representantes da UNMP (União Nacional de Moradia Popular) e da CMP, realizam uma assembleia por mês para definir um regimento interno, compartilhar informações e mobilizar moradores.

Contudo, os moradores da Quilombo das Guerreiras, apesar de sediarem estas assembleias em sua ocupação, demonstram grande ceticismo em relação ao sucesso do projeto, decorrente do grande número de moradores e da dificuldade de constituir um Coletivo coeso e atuante, que consiga impor o respeito ao regimento interno.

“Aqui eu me sinto muito bem. Aqui! Neste prédio, com essas pessoas. Mas agora que tá acontecendo esse negócio do Quilombo da Gamboa, eu... Sinceramente, não tem nada a ver comigo. Mesmo que encampe o mesmo processo coletivo e tudo, não é a mesma coisa. Porque aqui...é um prédio que é nosso, a gente veio pra cá, a gente tem uma história. E mesmo eu tendo pegado essa história já em andamento, eu acho que o nosso lugar é aqui, não é na Quilombo da Gamboa. Eu não me vejo morando na Quilombo da Gamboa, sinceramente. Porque no início eles podem até respeitar, mas a

⁵³ A Chiq da Silva é uma associação que se destina a realização de projetos arquitetônicos e urbanísticos com ênfase social e cultural. Esta desenvolve projetos para a reabilitação de edifícios ocupados no Centro do Rio e projetos de edificações habitacionais para vazios urbanos. Mais informações: <http://www.chiqdasilva.com>.

gente não sabe a cabeça de cada um. Agora tá todo mundo igual a um cordeirinho, né? Mas depois que for pra lá, só Deus [sabe]. ‘Ah! Mas vai ter um bloco só da Quilombo [das Guerreiras]’. Mas até quando vai ser um bloco só da Quilombo? Até quando eles quiserem. A força maior é deles. A gente aqui somos quarenta moradores, ao todo são mais de cem, eles são muito mais que a gente. Então se eles cismarem em se meter e misturar tudo e botar gente de fora no bloco da Quilombo. Então vai começando a misturar mesmo, até pela convivência. Não vai ser a mesma coisa. Eu não me vejo mesmo [morando lá].”⁵⁴

“Eu tenho muito medo disso e acho que as pessoas tem muito medo disso, sabe? De ter que lidar com coisas que a gente não precisou lidar aqui. Mas pra você não lidar você tem que ter um grupo muito coeso. Uma proposta que realmente seja aceita por todo o mundo, assim. A gente opinou o que a gente queria pra Chic da Silva, mas não é isso que anima a gente. Não é ter uma sala de inclusão digital só, não é isso. Não adianta ter uma sala dessa se a gente não tem paz, sabe? Se a gente não tem segurança, se a gente acha que não vai ter respeito...”⁵⁵

O fato de grande parte dos ocupantes demonstrarem preferência por continuar no prédio ocupado ao invés de ir para um conjunto habitacional (localizado próximo à ocupação), projetado para atender às necessidades e demandas dos moradores, tanto no que concerne à infraestrutura, quanto à regularização; merece algumas considerações. Em primeiro lugar, vale destacar que a relação forte com o “lugar” possui grande influência no ceticismo dos moradores da referida ocupação, pois esta foi uma conquista, fruto de muita luta e resistência. Deixar o prédio ocupado é começar de novo, abandonar toda uma história construída. Além disso, as relações sociais instituídas na ocupação, algumas das quais foram estudadas neste trabalho, foram resultado de um processo de convencimento que construiu valores comuns e condicionou o comportamento dos moradores. Assim, eles não parecem estar tão preocupados com a “adequação” da moradia, ou seja, com o cumprimento de um conjunto de parâmetros objetivos, estipulados por técnicos e burocratas, pois morar não é algo que se define num escritório, mas sim, algo que deve ser construído no dia-a-dia pelos próprios moradores, como resultado da convivência cotidiana e de negociações internas.

⁵⁴ Depoimento prestado em 06 de fevereiro de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira

⁵⁵ Depoimento prestado em 21 de maio de 2011 por moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras. Entrevista realizada por Marianna Fernandes Moreira e Rafael Gonçalves de Almeida

Portanto, mais do que mera solução habitacional, a Ocupação Quilombo das Guerreiras configura uma experiência importante no espaço urbano que, além de buscar soluções para problemas comuns aos espaços de habitação do pobre urbano, elaborou estratégias próprias para lidar com a infância, as relações de gênero e a família. Mesmo sendo grande a influência da cultura dominante, a referida ocupação apresentou dinâmicas sociais e práticas espaciais próprias que vão muito além das regras estabelecidas no regimento interno, pois surgem não de uma racionalidade instrumental, mas sim, do *sens pratique* da vida cotidiana.

“Na verdade, os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos. Falta apenas o desejo e a vontade política de assumir tais transformações. É verdadeiramente indispensável que um trabalho coletivo de ecologia social e de ecologia mental seja realizado em grande escala. Essa tarefa concerne às modalidades de utilização do tempo liberado pelo maquinismo moderno, novas formas de conceber as relações com a infância, com a condição feminina, com as pessoas idosas, as relações transculturais... A condição para tais mudanças reside na tomada de consciência de que é possível e necessário mudar o estado de coisas atual e de que isso é de grande urgência. É apenas em um clima de liberdade de emulação que poderão ser experimentadas as vias novas do habitat e não através de leis e de circulares tecnocráticas” (GUATTARI, 1992, p. 174).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Maurício Almeida. (2006 [1987]): *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge. Zahar Editor.

_____ (2003). “Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular do Rio de Janeiro e sua evolução”. In: *Revista do Rio de Janeiro*. nº10, p,161-177, maio a agosto de 2003 BENCHIMOL.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de. (2009): *A “economia popular solidária” e sua espacialidade: Estudo das práticas sócio-espaciais em uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; GRANDI, Matheus da Silveira; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): “Oikos, Ágora e Ekklesia: Uma Introdução às Fronteiras, Pontes e “Áreas de Sombra” de um Espaço Ocupado (Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro)”. In: *Cidades*. nº9. Presidente Prudente: Expressão Popular.

ARENDT, Hannah. (2007 [1958]): *A condição humana*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

_____ (2009). “Por uma história da vida privada”. In: *História da vida privada 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras.

AUGÉ, Marc (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP : Papirus (Coleção Travessia do século); tradução de Maria Lúcia Pereira.

BARRETO, Lima (1949). *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Ed. Mérito

BILAC, Elisabete Dória (1991). “Convergência e divergências nas estruturas familiares no Brasil”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: ANPOCS.

_____ (1995). “Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil: notas muito preliminares”. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara (orgs.) *Família em processos contemporâneos : inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola

_____ (2003[1995]). “Família: algumas inquietações”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

BOLTANSKI, Luc (1984). “La denunciation”. In: *Actes de la recherche en Sciences Sociales*. n. 51, p. 3-40.

BONDI, Liz (1992). “Gender symbols and urban landscapes”. In: *Progress in Human Geography*. London, 16,2 (1992) Edward Arnold.

_____ (1993). “Locating identity politics”. In: KEITH, Michael; PILE, Steve. *Place and the Politics of Identity*. New York, Routledge. 1 ed.

BONDI, L. e DOMOSH, M. Other figures in other places: on feminism, postmodernism and geography. In: *Environment and Planning D: Society & Space*. Great Britain, V. 10, no 2. Ed. Pion Limited: 1992

BOTT, Elizabeth (1976 [1971]). *Família e rede social*. Mário Guerreiro (tradução). Alba Zaluar Guimarães (revisão técnica). Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre (2007[1989]): *O poder simbólico*. 11ª Edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.) (1983). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.

BUTLER, Judith. (2003) *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (2003[1995]). “O lugar da família na política social”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

CASTORIADIS, Cornelius (2007[1975]). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (2006 [1990]): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. III: O mundo fragmentado*. (tradução de Rosa Maria Boaventura). São Paulo: Paz e Terra.

_____ (2002 [1996]): *As encruzilhadas do labirinto – Vol. IV: A ascensão da insignificância*. (tradução de Regina Vasconcellos). São Paulo: Paz e Terra.

CHALHOUB, Sidney (2006). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras

CHOAY, Françoise (2005). *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

CICOUREL, Aaron. (1975). “Teoria e método em pesquisa de campo”. In: ZALUAR, A. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

COMERFORD, John Cunha (2003). *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Núcleo de Antropologia da Política (NuAP / UFRJ)

CORRÊA, Mariza (1982). "Repensando a Família Patriarcal". In: CORRÊA, Mariza (org.) *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. pp.13-38.

DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara. 1987

DE CERTEAU, Michel (2008 [1996]). *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Ephaim Ferreira Alves (tradução). Petrópolis: Editora Vozes. 14ª ed.

DONZELOT, J. (1986 [1980]) *A Polícia das Famílias*. M. T. da Costa Albuquerque (tradução). J. A. Guilhon Albuquerque (revisão técnica). Rio de Janeiro: Graal, 2º ed.

DUARTE, Luiz Fernando Dias (1995). “Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família”. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs.). *Família em processos contemporâneos : inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.

ELIAS, Norbert. (1994) *O Processo Civilizatório: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zaluar.

FAILLA, Pablo Ocampo (2002). *Periferia: a heterotopia del no-lugar*. Varias Sudamericanas.

FERNANDES, Fernando Lannes (2009). *Violência, medo e estigma. Efeitos sócio-espaciais da "atualização" do "mito da marginalidade" no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

FONSECA, Claudia (1995). “Amor e Família: vacas sagradas da nossa época”. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara (orgs.). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola

_____ (1999). “Quando cada caso NÃO é um caso”. In: *Revista Brasileira de Educação*. nº 10, jan-abr, 1999. p. 58-78. (Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n10/n10a05.pdf>)

_____ (2004 [2000]). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2ª ed.

_____ (2007). “Ser mãe, mulher e pobre”. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. 8ª ed.

FOUCAULT, Michel (1967). *Espaços Outros*. Mimeo.

_____ (1993 [1976]). *A história da sexualidade 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal

_____ (2007a [1975]): *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.

_____ (2007b [1979]): *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal

_____ (2008 [1978]): *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Pedro Mascarenhas (2011): *Porto dos desterrados: morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio*. Dissertação de mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____ *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

_____ *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos (2006 [1987]): *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

GOFFMAN, Erving (2008 [2006]). *A representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 15ª Ed.

GRANDI, Matheus da Silveira (2010) *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação: Espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

GRANDI, Matheus da Silveira; RAMOS, Tatiana Tramontani; ALMEIDA, Rafael Gonçalves de; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Guerreiros do 510, do 234, da rua.... PassaPalavra*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9098>>. Acesso em: 01 dez. 2009.

GRANDI, Matheus da Silveira; TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009): *Espacialidade Cotidiana e Sociedade Instituinte: Uma Reflexão Sobre os Espaços de Compartilhamento da Ocupação Quilombo das Guerreiras – Rio de Janeiro*. Florianópolis, Anais do XIII ENANPUR.

_____ (2010): *Os campos políticos e as arenas dos movimentos sociais: Apropriação crítica de dois conceitos da Antropologia Política e sua verificação a partir das práticas espaciais cotidianas da Ocupação Chiquinha Gonzaga (Rio de Janeiro)*. Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre.

GUATARRI, Félix (1985): *Revolução Molecular: Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense. 2ª ed.

_____ (1992). *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34 (tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão).

GUATARRI, Félix & ROLNIK, Suely (2005 [1986]): *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. São Paulo: Brasiliense.

HAESBAERT, Rogério (2007). *Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)*. In: ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess. 1 ed.

HALL, Stuart (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A, 10 ed.

HARVEY, David (2001[1989]). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.

_____ (2006 [2002]). *Espaços de Esperança*. São Paulo, Ed. Loyola.

KEITH, Michael e PILE, Steve (1993): *Place and the Politics of Identity*. New York: Routledge.

KIDDER, Louise *et al.* (1987a): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. I – Delineamentos de pesquisa*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987b): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. II – Medidas na pesquisa social*. São Paulo: D.P.U.

_____ (1987c): *Métodos de pesquisa nas relações sociais. Vol. III – Análise de resultados*. São Paulo: D.P.U.

LIMA, Amanda Cavaliere (2010): “*O que mudou na sua vida?*”: *Traçando um perfil sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro) como subsídio para a avaliação da eficácia do squatting como estratégia de luta*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

MASSEY, Doreen. (1994). *Space, place and gender*. Cambridge: Polity Press.

_____ (2000). “Um sentido global do lugar”. In: Arantes, Araújo (org.). In: *O espaço da diferença*. Campinas, SP: Papirus

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia. In: Mauss, M. *Sociologia e Antropologia*. Vol1. São Paulo: EdUSP, 1974.

MELLO, Marco Antonio da Silva e VOGEL, Arno (2002). “Narrativa versus Escritura na Restinga de Maricá: segundos pensamentos sobre o fenômeno jurídico e o conflito das formas na vindicação dos direitos”. In: *Comum*. Rio de Janeiro - v.7 - nº 19 - p. 112 a 148 - ago./dez. 2002.

MELLO, Sylvia Leser de (2003 [1995]) “Família: perspectiva teórica e observação factual”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.

MOREIRA, Marianna Fernandes (2009a): *Do déficit habitacional aos domicílios vagos: dados e controvérsias*. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geografia / UFRJ. Rio de Janeiro.

_____ (2009b). *O "Coletivo" como um elemento de construção da identidade sócio-espacial da ocupação de sem-teto Quilombo das Guerreiras*. Florianópolis: Anais do IX SIMGeo (Geografia: Ensino e Representações).

MOREIRA, Marianna Fernandes. GRANDI, Matheus da Silveira. ALMEIDA, Rafael Gonçalves (2009): *Xadrez Urbano: Uma Introdução às Peças e Estratégias Espaciais do Movimento dos Sem-Teto*. Brasília: Anais do XI SIMPURB.

_____ (2010). “Um abraço amigo, um canto prá dormir e sonhar”: *Rabiscos introdutórios (sobre o papel dos espaços privados na espacialidade de processos coletivos do movimento dos sem-teto) feitos à luz da experiência da Ocupação Quilombo das Guerreiras - Rio de Janeiro/RJ*. Rio Grande do Sul: Anais do XVI ENG

OLIVEIRA, Elaine (2009): *Revitalização dos centros urbanos: A luta pelo direito à cidade*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ, Rio de Janeiro.

PENNA, Mariana Affonso (2010): *Socialistas Libertários e Lutas Sociais no Rio de Janeiro: Memórias, Trajetórias e Práticas (1985-2009)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História /UFF, Niterói.

PERROT, Michelle (2009). “Introdução”. In: PERROT, Michelle. (org.) *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Denise Bottmann e Bernardo Joffily (tradução). São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2009). “A família triunfante”. In: PERROT, Michelle. (org.) *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Denise Bottmann e Bernardo Joffily (tradução). São Paulo: Companhia das Letras.

_____ (2009). “Maneiras de morar”. In: PERROT, Michelle. (org.) *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Denise Bottmann e Bernardo Joffily (tradução). São Paulo: Companhia das Letras.

PETITFILS, Jean-Christian (1977). *Os socialismos utópicos*. São Paulo: Círculo do livro.

PRATT, Geraldine (2005). “Geographies of Identity and Difference: Marking Boundaries”. In: MASSEY et. al. (orgs.) *Human Geography Today*. Cambridge, Polity Press. 2 ed.

RAFFESTIN, Claude (1993[1980]). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.

RAMOS, Tatiana Tramontani (2010): *Heterotopias urbanas: Espaços de poder e estratégias sócio-espaciais dos Sem-Teto no Rio de Janeiro*. Polis, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 9, Nº 27, 2010, p. 293-313

RELPH, Edward (1980[1976]): *Place and placelessness*. Londres: Pion.

RIBEIRO, Ana Clara Torres (1991): “Movimentos sociais: Caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90”. In: *Ciências Sociais Hoje*, 1991. São Paulo: Vértice-RT.

RODRIGUES, Antonio Edmilson M. (2007): *História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade: capital do século XX no Brasil*. Mimeo.

RODRIGUES, Glauco Bruce (2005): *Geografias insurgentes: Um olhar libertário sobre a produção do espaço urbano através das práticas do movimento hip hop*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2009): *Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip hop*. *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

ROMANELLI, Geraldo (2003[1995]). “Autoridade e poder na família”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

SACK, Robert David (1986): *Human territoriality: its theory and history*. Londres: Univ. Cambridge Press.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira e VOGEL, Arno (coords.) (1985 [1980]). *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaço de uso coletivo em um centro de bairro*. São Paulo: Finep – Ibam/CPU. 3ª ed.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998.

SARTI, Cynthia A. (1995). “O valor da família para os pobres”. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara (orgs.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola

_____ (2003[1995]) “Família e individualidade: um problema moderno”. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC, 1995. p.39-49.

_____ (2009) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.

SENNETT, Richard (1988). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Lygia Araujo Watanabe (tradução). São Paulo: Companhia das Letras.

SERFATY-GARZON, P. (2003): *Chez soi: Les territoire de l'intimité*. Paris: Armand Coulin.

SERPA, Angelo (2009): *Ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador: Relações entre cultura e política na articulação de novos conteúdos para a esfera pública urbana*. Cidades 9. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SILVA, Joseli Maria (2005). “Análise do espaço sob a perspectiva de gênero: um desafio para a geografia cultural brasileira”. In: Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. (Org.). *Geografia: temas sobre cultura e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

_____ (2009). “Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades”. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

_____ (2009). “Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica”. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

_____ (2009). “Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino”. In: SILVA, Joseli Maria (Org.). *Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

SIMMEL, Georg. (2005[1903]): “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana – Estudos de Antropologia Social*. V. 11 n° 2, out., pp. 577-591.

_____ (1964). “Conflict”. In *Conflict and the Web of Group Affiliations*. NY/London: The Free Press/MacMillan Publishers, 1964. pp 11-123

SOUZA, Marcelo Lopes de (1988): *O que pode o ativismo de bairro? Reflexão sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFRJ, Rio de Janeiro.

_____ (2006a): *A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2006b): “Da ‘diferenciação de áreas’ à ‘diferenciação sócio-espacial’: a ‘visão de sobrevôo’ como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. In: *Cidades*. n° 6. Presidente Prudente: Expressão Popular.

_____ (2007[1995]): O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2008). *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____ (2009a): “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. (orgs.): *Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular. P. 57 – 72.

_____ (2009b): Social movements in the face of criminal power. The socio-political fragmentation of space and 'micro-level warlords' as challenges for emancipative urban struggles. *City*, V. 13, n° 1, pp. 27 – 52.

_____ (2009c): “Introdução: A ‘nova geração’ de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto”. In: *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

_____ (2010): “Com o Estado, apesar do Estado, contra o estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta”. In: *Cidades 11*. Vol. 7. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SOUZA, Marcelo Lopes de; RAMOS, Tatiana Tramontani; MOREIRA, Marianna Fernandes (2009): *Rio de Janeiro 2016: “sonho” ou “pesadelo” olímpico?* Passa Palavra. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=15000>. Acesso em 17 dez. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009). “Fincando bandeiras, ressignificando o espaço: Territórios e “lugares” do movimento dos sem-teto”. In: *Cidades 9*. Presidente Prudente: Expressão Popular.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS (2008). *Nem o centro e nem a periferia: sobre cores, calendários e geografias*. Erahstro Felício e Alex Hilsenbeck (orgs.). Coletivo Protopia S.A. e Danilo Ornelas Ribeiro (tradução). Porto Alegre: Deriva.

SZYMANSKI, Heloisa. (2003 [1995]). “Teoria e Teorias de famílias”. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/Cortez.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine (2009) *O “léxico espacial” do movimento dos sem-teto: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro)*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine e GRANDI, Matheus da Silveira (2008). *O agir comunicativo e sua espacialidade: reflexões a partir do exemplo da Ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível na internet em: http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agir-comunicativo_e_espacialidade.pdf

TUAN, Yi-Fu (1980). *Topofilia: Um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente*. São Paulo, DIFEL.

_____. (1983): *Espaço e lugar. A perspectiva da experiência*. São Paulo: Difusão Editorial do Livro.

VALENTINE, Gill (1993). “Negotiating and managing multiple sexual identities: lesbian time-space strategies”. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*. V. 18, p. 237-248.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto (2002) *Limites da menoridade : tutela, família e autoridade em julgamento*. Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro.

ZIBECHI, Raúl (1997). *La Revuelta Juvenil de los '90: Las redes sociales en la gestación de una cultura alternativa*. Editorial Nordan-Comunidad. .

_____. (2006). *Dispersar el poder*. Buenos Aires: Tinta Limón. 1ª ed.

ANEXOS

ANEXO 1

Regimento interno da Ocupação Quilombo das Guerreiras

1. Um membro de cada família (maior de idade) deverá estar diariamente na ocupação.
2. Em caso de doença que impossibilite o morador de arcar com suas tarefas coletivas, deverá ser apresentado ao coletivo um atestado médico para a dispensa das mesmas.
3. A família não poderá ter mais de 5 (cinco) faltas não justificadas nas reuniões coletivas e, se intercaladas, duas.
4. O coletivo organizará reuniões, assembléias e discussões para planejar melhorias para a ocupação visando obter o bem-estar dos moradores.
5. O trabalho na ocupação é coletivo, realizado em comissões de trabalho e em regime de mutirões, visando o bem estar do coletivo.
6. A casa é para moradia, e não para estabelecimentos comerciais, industriais ou igrejas.
7. Em caso de expulsão ou de saída do morador da ocupação o quarto deverá retornar ao coletivo.
8. É proibido o uso de bebidas alcoólicas nos espaços do coletivo sem a prévia autorização do mesmo.
9. O morador que se apresentar embriagado ou alterado na ocupação ficará impedido de participar de reuniões, comissões de trabalho ou portaria, tendo que procurar uma forma de cobrir suas faltas nessas tarefas.
10. É passível de expulsão sumária: porte de arma, roubo e uso de entorpecentes (“drogas”).
11. As questões afetivas não deverão interferir no andamento da ocupação.
12. Não será permitido a entrada de pessoas estranhas no coletivo sem a devida apresentação do morador ao mesmo.
13. No coletivo não há um líder. Toda e qualquer decisão é tomada em reunião, com o aval de todos os moradores ou a metade desse número mais um.
14. É dever de todo o morador manter limpo todos os espaços coletivos, bem como zelar pelos mesmos.
15. Especificamente em nosso coletivo não erguemos qualquer bandeira partidária. (É vetada a presença de bandeiras e candidatos de partidos nos espaços coletivos)
16. Palavras de baixo calão, bem como o uso de violência e ameaças são passíveis de advertência em assembléia, 7 (sete) dias de afastamento, 15 (quinze) dias de afastamento, 30 (trinta) dias de afastamento e expulsão.
17. É dever de cada morador, sempre que possível, participar e organizar as lutas sociais de forma geral e as vinculadas a moradia principalmente, lutando contra toda e qualquer forma de opressão.
18. É dever de cada morador – não só da comissão de diálogo externo – a participação em reuniões com instâncias de governo que visam trazer melhorias e benefícios para a ocupação, bem como em manifestações que pressionem as mesmas com este objetivo.
19. Somente poderá votar em assembléias um membro de cada família.

ANEXO 2

Roteiro de entrevistas (Mulheres que moram com seus filhos)

Autoria: Marianna Fernandes Moreira
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___

Local: _____

Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)

Nome: _____

Idade: _____ anos

Sexo: () M () F

Profissão: _____

Andar da moradia: _____

-
1. Gostaria que você contasse para mim um pouquinho da sua vida.
 - 1.1 Onde você cresceu
 - 1.2 Você se casou? Quantas vezes? Tiveram filhos.
 - 1.3 Você sempre trabalhou fora? Se você fosse casada/solteira você trabalharia?
 - 1.4 Como você veio parar na Quilombo?
 2. Há quanto tempo você vive aqui na Quilombo?
 3. Você estranhou muito a forma como as coisas funcionavam aqui? Como ter que “tirar portaria” e ter que freqüentar as reuniões?
 4. E como é viver aqui? Qual é a diferença entre viver aqui e em um “condomínio comum”?
 5. Por sinal: O que é coletivo para você? Como é viver em coletivo?
 6. O que é a Quilombo das Guerreiras para você? Como você se sente aqui?
-
7. Você tem pessoas com as quais você se dá melhor na ocupação?

7.1 Quando você precisa de uma xícara de açúcar / sal, pra quem você vai pedir?

7.2 Vamos supor que você recebeu uma notícia ótima. Se você pudesse escolher, pra qual pessoa da Quilombo você gostaria de contar essa novidade primeiro?

8. Como é a sua relação com os seus vizinhos?



9. Vocês se ajudam muito ou cada um vive mais sua vida, não interferindo tanto na vida do outro?

10. Você acha que essa ajuda que vocês dão e recebem dos vizinhos ajuda a seguir a vida? Ou dá mais trabalho?



11. Poderíamos dizer que as relações de carinho, amizade, familiares e amorosas que se estabelecem dentro da ocupação acabam influenciando nas suas posições dentro da assembléia?



12. Você acha que a afinidade pessoal tem influencia nas posições tomadas em assembléia? As pessoas tendem a votar a favor das pessoas mais próximas na ocupação?

13. Quais são os temas que mais dividem o coletivo? Quais são os assuntos mais polêmicos? **[Tirar desses temas mais polêmicos, um ou dois, a posição do entrevistado e quem o apoiou!]**

14. Qual é a diferença entre um “problema da ocupação” e um “problema privado”?



15. Até onde você acha que o Coletivo deve se preocupar com os problemas individuais dos moradores?

16. E você acha certo o coletivo se envolver nos problemas internos dos moradores, do tipo “violência doméstica”, “bebedeira” ou coisa assim?

17. Qual é a relação dos moradores com as crianças da ocupação? Você acha que os moradores se sentem responsáveis, de alguma forma, por todas elas?

18. O que você pensa sobre as crianças ficarem na casa do vizinho?

19. Você tem filhos/as?



20. Eles/elas brincam na casa de alguma outra pessoa da ocupação?

21. Você acha que o coletivo age certo quando proíbe as crianças de transitar pelos andares do prédio ou de entrar no salão preto ou então ficar dentro dos quartos de vizinhos ?

22. Com que objetivo você acha que o coletivo toma essas atitudes?

23. E sobre as regras da ocupação? Se seu companheiro ou filho fosse expulso, você sairia junto?

24. Por que vocês deram o nome de Quilombo das Guerreiras? E na sua opinião?

25. Qual é o papel das mulheres na ocupação?

26. Como você acha que o fato de morar aqui na Quilombo muda a vida das mulheres?



27. E isso tem alguma diferença quando são casadas ou solteiras?



28. E quando são mães?

29. Essa ajuda que as mulheres com filhos podem receber dos vizinhos aqui na Quilombo facilita a vida delas?

30. Você acha importante “tirar portaria”? Qual é a importância da portaria para você? Será que ajuda ou atrapalha?

31. Gostaria que você pensasse com calma e me dissesse o que é para você uma moradia digna, uma moradia adequada, um lugar bom para morar. Quais seriam as suas características?

32. Como funcionam as regras dentro da sua casa? Vocês tem regras?



33. Qual lugar do seu cômodo que você mais gosta?



34. E o que você mudaria dentro da sua casa se você pudesse?



35. O que você faz para conseguir um pouco de mais de privacidade dentro da sua casa?

36. Me descreva o seu dia-a-dia.

37. Você tem medo de andar sozinha nos arredores da Ocupação? E de

noite? E lugares mais distantes? Outros bairros?

38. Você tem o costume de ir para lugares distantes de sua casa? Quais?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

Observações adicionais **do entrevistador**:

ANEXO 3

Roteiro de entrevistas (Mulheres que não tem ou não moram com os filhos)

Autoria: Marianna Fernandes Moreira
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial / NUPED

Data da entrevista: ___/___/___

Local: _____

Entrevistador: _____

[**ATENÇÃO!** A pessoa entrevistada não precisa identificar-se, caso não queira. É preciso esclarecer, antes de cada entrevista, o propósito do trabalho, sublinhando ainda que a identidade de cada inquirido não será revelada sem permissão expressa dele.]

Identificação do(a) entrevistado(a)

Nome: _____

Idade: _____ anos

Sexo: () M () F

Profissão: _____

Andar da moradia: _____

-
1. Gostaria que você contasse para mim um pouquinho da sua vida.
 - 1.5 Onde você cresceu
 - 1.6 Você se casou? Quantas vezes? Tiveram filhos.
 - 1.7 Você sempre trabalhou fora? Se você fosse casada/solteira você trabalharia?
 - 1.8 Como você veio parar na Quilombo?



2. Há quanto tempo você vive aqui na Quilombo?



3. Você estranhou muito a forma como as coisas funcionavam aqui? Como ter que “tirar portaria” e ter que freqüentar as reuniões?

4. E como é viver aqui? Qual é a diferença entre viver aqui e em um “condomínio comum”?



5. Por sinal: O que é coletivo para você? Como é viver em coletivo?

6. O que é a Quilombo das Guerreiras para você? Como você se sente aqui?

-
7. Você tem pessoas com as quais você se dá melhor na ocupação?

7.1 Quando você precisa de uma xícara de açúcar / sal, pra quem você vai pedir?

7.2 Vamos supor que você recebeu uma notícia ótima. Se você pudesse escolher, pra qual pessoa da Quilombo você gostaria de contar essa novidade primeiro?

8. Como é a sua relação com os seus vizinhos?



9. Vocês se ajudam muito ou cada um vive mais sua vida, não interferindo tanto na vida do outro?

10. Você acha que essa ajuda que vocês dão e recebem dos vizinhos ajuda a seguir a vida? Ou dá mais trabalho?



11. Poderíamos dizer que as relações de carinho, amizade, familiares e amorosas que se estabelecem dentro da ocupação acabam influenciando nas suas posições dentro da assembléia?



12. Você acha que a afinidade pessoal tem influencia nas posições tomadas em assembléia? As pessoas tendem a votar a favor das pessoas mais próximas na ocupação?

13. Quais são os temas que mais dividem o coletivo? Quais são os assuntos mais polêmicos? **[Tirar desses temas mais polêmicos, um ou dois, a posição do entrevistado e quem o apoiou!]**

14. Qual é a diferença entre um “problema da ocupação” e um “problema privado”?



15. Até onde você acha que o Coletivo deve se preocupar com os problemas individuais dos moradores?

16. E você acha certo o coletivo se envolver nos problemas internos dos moradores, do tipo “violência doméstica”, “bebedeira” ou coisa assim?

17. Qual é a relação dos moradores com as crianças da ocupação? Você acha que os moradores se sentem responsáveis, de alguma forma, por todas elas?

18. O que você pensa sobre as crianças ficarem na casa do vizinho?



19. Você acha que o coletivo age certo quando proíbe as crianças de

transitar pelos andares do prédio ou de entrar no salão preto ou então ficar dentro dos quartos de vizinhos ?

20. Com que objetivo você acha que o coletivo toma essas atitudes?

21. Por que vocês deram o nome de Quilombo das Guerreiras? E na sua opinião?

22. Qual é o papel das mulheres na ocupação?

23. Como você acha que o fato de morar aqui na Quilombo muda a vida das mulheres?



24. E isso tem alguma diferença quando são casadas ou solteiras?



25. E quando são mães?

26. Essa ajuda que as mulheres com filhos podem receber dos vizinhos aqui na Quilombo facilita a vida delas?

27. Você acha importante “tirar portaria”? Qual é a importância da portaria para você? Será que ajuda ou atrapalha?

28. Gostaria que você pensasse com calma e me dissesse o que é para você uma moradia digna, uma moradia adequada, um lugar bom para morar. Quais seriam as suas características?

29. Como funcionam as regras dentro da sua casa? Vocês tem regras?



30. Qual lugar do seu cômodo que você mais gosta?



31. E o que você mudaria dentro da sua casa se você pudesse?



32. O que você faz para conseguir um pouco de mais de privacidade dentro da sua casa?

33. Me descreva o seu dia-a-dia.

34. Você tem medo de andar sozinha nos arredores da Ocupação? E de noite? E lugares mais distantes? Outros bairros?

35. Você tem o costume de ir para lugares distantes de sua casa? Quais?

Há alguma observação adicional que você gostaria de fazer? Por exemplo, algum assunto que você considere importante, algum detalhes ou história que você gostaria de contar e da qual não falou ainda?

Observações adicionais do entrevistador:
